

**OZANA DOS ANJOS SANTANA**

**O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA SEGUNDO A  
COMUNIDADE QUILOMBOLA FURNAS DO DIONÍSIO**



**UCDB**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
CAMPO GRANDE – MS**

**2026**

**OZANA DOS ANJOS SANTANA**

**O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA SEGUNDO A  
COMUNIDADE QUILOMBOLA FURNAS DO DIONÍSIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. José Licínio Backes.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Diversidade Cultural e Educação Indígena



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
CAMPO GRANDE – MS**

**2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

S231c Santana, Ozana dos Anjos

O currículo da educação quilombola segundo a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/ Ozana dos Anjos Santana sob orientação do Prof. Dr. José Licínio Backes.--  
Campo Grande, MS : 2026.

236 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2026

Bibliografia: p. 161-164

1. Currículo. 2. Memória. 3. Identidade. 4. Educação.  
5. Quilombola I.Backes, José Licínio. II. Título.

CDD: 375

**"O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA SEGUNDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA  
FURNAS DO DIONÍSIO"**

OZANA DOS ANJOS SANTANA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Licínio Backes (PPGE/UCDB) Orientador e Presidente da Banca Jose Licinio Backes

Profa. Dra. Marizete Lucini (PPGE/UFS) Examinadora Externa p/ Jose Licinio Backes

Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros (PPGE/UCDB) Examinador Interno HQ

Campo Grande/MS, 20 de fevereiro de 2026.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha mãe, Neusa dos Anjos Santana, presença fundadora de afeto, cuidado e exemplo de vida.

À minha filha, Bianca dos Anjos Nogueira (Belinha), razão primeira do meu existir e expressão do meu amor inaugural.

Ao meu menino Davi Santana, que ilumina meus dias com alegria e ternura.

Aos meus sete irmãos, pelo laço fraterno que nos une e nos sustenta.

Ao meu pai, Divino Borges de Santana (in memoriam), cuja memória permanece viva e amorosa em minha trajetória.

Ao meu esposo, Salvador Ramos da Gama, companheiro de caminhada, cuja constância e compreensão acompanharam cada etapa do mestrado.

Ao meu genro, Vinicius de Oliveira, acolhido como filho.

Aos meus três enteados, pela presença e pelo incentivo.

Aos meus oito sobrinhos, fontes de leveza, alegria e inspiração cotidiana.

Aos professores do curso de mestrado, cujos ensinamentos marcaram minha formação.

Aos anciãos, professores e lideranças da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, guardiões de saberes que atravessam este trabalho.

À professora e ao professor: Ariane Wust e Jacson José, que estiveram no início desta caminhada.

E aos mais de mil alunos com os quais compartilhei experiências formadoras, em especial aos estudantes da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, em Jaraguari, MS, cuja presença dá sentido a cada página escrita.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela presença constante, pela força nos momentos de desafio e pela sabedoria que orientou cada passo desta trajetória.

À Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pelo acolhimento institucional e pela oportunidade de formação acadêmica e científica no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Ao orientador, Dr. José Licínio Backes, pela orientação segura, pelo rigor intelectual e pelas contribuições fundamentais que deram consistência e sentido a esta pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Jaraguari-MS, pela parceria estabelecida com a UCDB e pela concessão da bolsa de estudos, condição essencial para a permanência e a dedicação ao curso de mestrado.

Aos meus familiares, pelo afeto, incentivo e inspiração que sustentaram minha caminhada, em especial aos meus irmãos, pelo companheirismo e apoio contínuo ao longo desse percurso.

À Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, pela acolhida, pela confiança e pela participação generosa durante a realização da pesquisa, cujos saberes e vivências foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos professores, colegas e colaboradores que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desta trajetória acadêmica, enriquecendo-a com diálogos, aprendizados e experiências compartilhadas.

### **Raízes e Resistência**

Senhores, abram a porta da memória,  
escutem a rabeça, o coração em história.  
Chego com passos de chão vermelho,  
trazendo os ecos do tempo, o sopro do velho.

Ozana, nome de súplica e luz,  
dos Anjos, mensageira que conduz  
entre terras e rios, entre risos e dor,  
filha de Santana, guardiã do amor.

Nasci onde a terra cheira a mandioca,  
onde o sol molda a pele e a roça invoca.  
Oito irmãos, ecos de ancestrais,  
cabelos de vento, pele de cais.

Pai, Divino Lé, de mãos pequenas,  
carregava mundos nas linhas serenas  
do trabalho árduo, do arroz e milho,  
tecendo dignidade no tecido do brilho.

Mãe, alquimista da farinha e do pão,  
transformava pobreza em criação.  
Do vestido de noiva, fez armadura escolar,  
para filhos lutarem e o saber conquistar.

A escola era longe, oito quilômetros a pé,  
mas cada passo era resistência, fé.  
Lápis e borracha, tesouros de papel,  
nos dedos, magia; no coração, céu.

Entre lamparinas e noites de luar,  
inventávamos mundos para brincar.  
Bonecas de milho, cavalos de pau,  
no campo o infinito, no coração o azul.

Racismo e silêncios, sombras do caminho,  
mas a memória acende luz no destino.  
Cada gesto mínimo, cada suor derramado,  
torna-se poema, resistência, legado.

Cresci entre livros, pó e semente,  
aprendendo que o saber é ponte presente.  
Pedagogia quilombola, voz da terra e raiz,  
tradição que ensina quem verdadeiramente quis.

E hoje, ao cantar com rabeca e coragem,  
revelo a vida como herança, como viagem.  
Entre memórias, afetos e pesquisa,  
descubro que conhecer é resistir, é a vida que se visa.

Pois somos todos cantos de rios antigos,  
memórias guardadas nos gestos e nos amigos.  
O currículo da vida, quilombola, ancestral,  
nos ensina que o saber é força, é imortal.

Minha história não termina aqui,  
ela se refaz no tempo vivido,  
nos caminhos já percorridos  
entre luta, escolha e resistência.

Abro a memória e ela canta,  
traz o campo, a escassez, o aprender.  
Menina cedo feita mulher,  
trabalhando para também amar.

O acaso levou-me à educação,  
do medo nasceu vocação.  
Entre idas, estudos e coragem,  
a raiz fez-se profissão.

Persisti entre livros e filhos,  
conquistei o chão do saber.  
Educar mostrou-se gesto político,  
ato de cuidar, ensinar e crescer.

Hoje sigo escrevendo sonhos,  
livros, histórias e futuro.  
Que essa estrada permaneça aberta,  
para que sonhar seja sempre meu rumo.

SANTANA, Ozana dos Anjos. **O currículo da educação quilombola segundo a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio**. 2026. 236f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2026.

## RESUMO

A dissertação de mestrado, vinculada à Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB) e ao Grupo de Pesquisa Educação e Diferença Cultural, articula memória, resistência e identidade, ressaltando a força da ancestralidade quilombola e o papel transformador da educação. A pesquisa, de abordagem qualitativa, busca compreender o currículo quilombola a partir da perspectiva da Comunidade Remanescente Quilombola Furnas do Dionísio. Para isso, realizou-se, inicialmente, um levantamento bibliográfico crítico sobre currículo, identidade, memória, territorialidade e educação quilombola, que fundamentou a elaboração dos instrumentos de investigação. Em seguida, a etapa empírica foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com 12 participantes, entre anciãos, lideranças comunitárias e professores, assegurando diversidade de experiências e profundidade nas narrativas. As análises tomam como ponto de partida a trajetória de Dionísio, ex-escravizado fundador da comunidade no final do século XIX, cuja história simboliza a passagem do cativo à autonomia, da exclusão à resistência coletiva. Apesar das condições precárias iniciais, a comunidade estruturou formas próprias de solidariedade, trabalho compartilhado e práticas educativas, tendo a escola como semente de emancipação, ainda marcada por barreiras de gênero e preconceito. O reconhecimento oficial do território, em 2009, fortaleceu a luta por direitos, visibilidade e preservação cultural, ampliando as dimensões políticas e interculturais da educação local. Nesse contexto, o currículo quilombola emerge como espaço de afirmação identitária, de diálogo de saberes e de fortalecimento comunitário. Ao reconstruir essas narrativas, a pesquisa evidencia que conhecer é resistir e que a educação quilombola, como prática social e histórica, constitui um instrumento de emancipação, de preservação cultural e de formação de novas gerações conscientes de suas origens e de sua força coletiva.

**Palavras-chave:** Currículo. Memória. Identidade. Educação. Quilombola.

SANTANA, Ozana dos Anjos. **The curriculum of quilombola education according to the Furnas do Dionísio Quilombola Community**. 2026. 236p. Dissertation (Master's Degree in Education) – Dom Bosco Catholic University (UCDB), Campo Grande, 2026.

### **ABSTRACT**

This master's dissertation, linked to the Research Line on Cultural Diversity and Indigenous Education of the Graduate Program in Education at the Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB) and to the Research Group on Education and Cultural Difference, interweaves memory, resistance, and identity, highlighting the strength of quilombola ancestry and the transformative role of education. The research, based on a qualitative approach, seeks to understand the quilombola curriculum from the perspective of the Furna do Dionísio Quilombola Remnant Community. Initially, a critical literature review on curriculum, identity, memory, territoriality, and quilombola education was conducted, providing the foundation for developing research instruments. Subsequently, the empirical stage was conducted through semi-structured interviews with 12 participants, including elders, community leaders, and teachers, to ensure diversity of experiences and depth in the narratives. The analyses take as their starting point the trajectory of Dionísio, a formerly enslaved individual and founder of the community at the end of the 19th century, whose story symbolizes the transition from captivity to autonomy and from exclusion to collective resistance. Despite initial precarious conditions, the community established its own forms of solidarity, shared labor, and educational practices, with the school serving as a seed of emancipation, still constrained by gender barriers and prejudice. The official recognition of the territory in 2009 strengthened the struggle for rights, visibility, and cultural preservation, expanding the political and intercultural dimensions of local education. In this context, the quilombola curriculum emerges as a space for identity affirmation, knowledge dialogue, and community strengthening. By reconstructing these narratives, the research demonstrates that to know is to resist, and that quilombola education, as a social and historical practice, constitutes an instrument of emancipation, cultural preservation, and the formation of new generations aware of their origins and collective strength.

**Keywords:** Curriculum. Memory. Identity. Education. Quilombola.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – As diferentes teorias do currículo	35
<b>Figura 2</b> – Professora Luciene Prado dos Santos	50
<b>Figura 3</b> – Professor Vanderlei José dos Santos	51
<b>Figura 4</b> – Professora Clemilda Serafim Martins	52
<b>Figura 5</b> – Ancião Rafael Antônio Theodoro	54
<b>Figura 6</b> – Professor Renildo Ferreira dos Santos	55
<b>Figura 7</b> – Anciã Maria Abadia Martins	56
<b>Figura 8</b> – Daniela do Carmo Martins	58
<b>Figura 9</b> – Lurdete Santos da Silva	59
<b>Figura 10</b> – Anciã Leonídia Jerônima Martins	61
<b>Figura 11</b> – Declair Santana da Silva	62
<b>Figura 12</b> – Maria Aparecida Silva Martins	63
<b>Figura 13</b> – Dorvalino Batista da Silva e sua esposa	64
<b>Figura 14</b> – Mapa dos limites do município	69
<b>Figura 15</b> – Mapa do município de Jaraguari	69
<b>Figura 16</b> – Retrato simbólico de Dionísio e sua esposa	79
<b>Figura 17</b> – Avanços das moradias da comunidade	87
<b>Figura 18</b> – Inauguração da primeira escola na comunidade, em 1958	92
<b>Figura 19</b> – Decreto de criação e funcionamento da primeira escola na comunidade, em 1975	100
<b>Figura 20</b> – Festa de Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Dona Dete	113
<b>Figura 21</b> – Lei nº 4.936/2016, que torna o Festival da Rapadura na comunidade Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul	118
<b>Figura 22</b> – Sede da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio	120
<b>Figura 23</b> – Certificado Ponto de Cultura	122
<b>Figura 24</b> – Estrada que dá acesso à Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira	153
<b>Figura 25</b> – Frente da Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira	153
<b>Figura 26</b> – Estrada que dá acesso à Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira	154
<b>Figura 27</b> – Entrada da Escola Estadual Zumbi dos Palmares	155

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Os sujeitos entrevistados

49

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>Agehab</b>	Agência de Habitação Popular
<b>Agraer</b>	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
<b>APPR</b>	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio
<b>Empaer</b>	Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>Mobral</b>	Movimento Brasileiro de Alfabetização
<b>Incra</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>Senar</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>PPGE</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação
<b>PPP</b>	Projeto Político-Pedagógico
<b>TVT</b>	Terra-Vida-Trabalho
<b>UCDB</b>	Universidade Católica Dom Bosco
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I: SITUANDO-ME NA PESQUISA E SITUANDO A ANÁLISE</b>	<b>19</b>
1.1 História de vida de uma pesquisadora que investiga o currículo quilombola	19
1.2 O currículo: aspectos históricos e diferentes perspectivas	33
1.2.1 Teorias tradicionais de currículo	35
1.2.2 Teoria crítica do currículo	37
1.2.3 Teorias pós-críticas do currículo	39
1.2.4 Educação quilombola e currículo quilombola	40
<b>CAPÍTULO II: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO</b>	<b>45</b>
2.1 O caminho da pesquisa	45
<b>CAPÍTULO III: ASPECTOS HISTÓRICOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FURNAS DO DIONÍSIO</b>	<b>69</b>
3.1 A chegada de Dionísio	69
3.2 A vida antes do reconhecimento como comunidade quilombola	79
3.3 A busca pela educação escolar	88
3.4 A vida após o reconhecimento como comunidade quilombola	100
3.5 A revitalização da cultura quilombola	107
<b>CAPÍTULO IV: O CURRÍCULO DA ESCOLA DA COMUNIDADE FURNAS DO DIONÍSIO</b>	<b>123</b>
4.1 O currículo da escola atual segundo os sujeitos entrevistados	123
4.2 A perspectiva de um currículo quilombola segundo os sujeitos entrevistados	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>161</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>166</b>

## INTRODUÇÃO

Existe uma menina em mim, que ri que sonha que chora que tem fé e esperança. Não pensa no que passou, pois apesar de sonhar, seu sonho é para o presente. Um presente que a faz sentir-se bem consigo mesma. Sim é uma menina, mas quando é preciso, veste-se de mulher e sabe que assim é que... (Isabel Rodrigues, 2025).

A epígrafe acima ilustra um pouco dos meus sonhos. Por um lado, uma pesquisa “menina” representa o lado lúdico, sensível, sonhador e afetivo. Por outro lado, uma pesquisa “mulher” simboliza maturidade, força, responsabilidade e capacidade de enfrentar a vida com firmeza.

Existe uma tensão produtiva; a pesquisadora não rejeita a menina que existe dentro de si, mas reconhece que, em momentos necessários, precisa se afirmar como mulher. Essa alternância expressa resiliência e equilíbrio entre delicadeza e firmeza. A epígrafe também sugere a busca por identidade e autoconhecimento.

O texto de Isabel Rodrigues, ao falar da presença simultânea da “menina” e da “mulher”, pode ser lido como uma metáfora das narrativas de resistência, nas quais a memória desempenha papel central na preservação da identidade. A “menina” representa a memória afetiva, a herança cultural, os sonhos ancestrais que sustentam a existência e nutrem a esperança. Já a “mulher” encarna a maturidade que surge da luta, da necessidade de enfrentar as adversidades e de se afirmar diante de contextos de negação ou silenciamento.

Assim, a epígrafe não apenas reflete um processo de autoconhecimento individual, mas também pode ser lida como símbolo da própria resistência coletiva, um movimento contínuo entre recordar e projetar, entre cuidar da raiz e fortalecer o tronco. A memória, nesse sentido, não é apenas lembrança, mas um ato político que mantém viva a identidade e dá sentido à luta.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as características do currículo quilombola a partir da perspectiva da comunidade quilombola Furnas do Dionísio. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) historicizar a comunidade quilombola Furnas do Dionísio com base na própria perspectiva de seus membros; (ii) investigar se, segundo a comunidade, as escolas existentes demonstram preocupação em contemplar um currículo quilombola; (iii) identificar as mudanças curriculares consideradas relevantes pela comunidade para que o currículo atenda de maneira mais efetiva às suas demandas; e (iv) destacar os saberes e práticas culturais valorizados pela comunidade e considerados fundamentais para a constituição de um currículo quilombola.

Para dar conta dos objetivos, a pesquisa foi organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresento minha trajetória de vida enquanto pesquisadora, articulando experiências pessoais e acadêmicas à investigação sobre o currículo quilombola. Essa articulação permite compreender como minhas vivências dialogam com o estudo, revelando caminhos de construção do conhecimento que valorizam tanto a experiência individual quanto os saberes coletivos.

A perspectiva adotada valoriza a memória, a experiência e os saberes tradicionais como dimensões constitutivas do processo formativo. Ao relatar minha história, não se trata apenas de reconstruir fatos e acontecimentos, mas de evidenciar também aspectos afetivos, simbólicos e sociais que atravessam minha vida e meu percurso educacional desde a infância, vivida em uma família de trabalhadores rurais no município de Jaraguari-MS, até a formação acadêmica no ensino superior e na pós-graduação.

O relato evidencia a compreensão de que a memória não é um registro puramente factual, mas um processo social e afetivo, capaz de revelar as interações entre a experiência individual, as relações comunitárias e os contextos de poder. Conforme destacado por Bosi (2006), lembrar é reinterpretar a vida, dar sentido às experiências e reconhecer a presença de afetos, silêncios e reconstruções subjetivas, elementos que os arquivos oficiais não capturam.

Ainda no primeiro capítulo, desenvolvo uma reflexão de caráter bibliográfico, fundamentada em aportes teóricos que discutem os aspectos históricos e conceituais do currículo, desde suas origens, no século XIX, até as concepções contemporâneas. A análise contempla as Teorias Tradicionais, Críticas e Pós-Críticas, evidenciando como cada uma delas expressa diferentes formas de compreender a educação, o conhecimento e as relações de poder, bem como suas implicações para a formação dos sujeitos (Silva, 2024; Paraíso, 2025b; Arroyo, 2023; Moreira, 2024; Lopes; Macedo, 2023).

O segundo capítulo contempla a metodologia adotada, que, fundamentada na abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, capta as vivências, as memórias e as percepções de anciãos, professores e lideranças acerca do currículo, da escola e da educação quilombola. Tal escolha metodológica possibilitou que os sujeitos participantes atuassem como protagonistas do estudo, trazendo informações contextualizadas, significativas e carregadas de sentido.

O lócus da pesquisa é a comunidade quilombola Furnas do Dionísio, situada na zona rural do município de Jaraguari, no estado de Mato Grosso do Sul. A escolha desse espaço sociocultural se fundamenta na relevância de compreender o currículo escolar a partir das vozes e das vivências da própria comunidade, valorizando seus saberes tradicionais, práticas

culturais e experiências históricas. O estudo busca, assim, evidenciar como essas dimensões contribuem para a construção de uma educação comprometida com a identidade, a memória coletiva e a valorização da ancestralidade quilombola, promovendo um diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes comunitários.

A metodologia descreve o percurso investigativo realizado junto à comunidade quilombola Furnas do Dionísio, contemplando desde o primeiro contato com seus membros até as etapas de definição dos participantes, elaboração do roteiro de entrevistas, coleta, transcrição, análise e produções. Esse processo revelou a importância da pesquisa de campo como um espaço de diálogo e construção conjunta de conhecimento, no qual as experiências e as vivências locais iluminam novas compreensões sobre o currículo. Mais do que um instrumento técnico, o currículo emerge, nesse contexto, como um espaço de produção de saberes, identidades e significados, intrinsecamente articulados à realidade sociocultural e histórica da comunidade quilombola.

No terceiro capítulo, apresento as análises da pesquisa de campo desenvolvida na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, com foco na reconstrução de sua trajetória histórica, desde a formação até a consolidação da identidade coletiva. Fundamenta-se na valorização da oralidade como instrumento essencial de preservação da memória, da genealogia e das práticas culturais, especialmente diante da escassez de registros escritos. No texto, trago a história de Dionísio Antônio Vieira, ex-escravizado que se estabeleceu na região por volta de 1890, destacando os processos de resistência, autonomia e pertencimento que originaram a comunidade. Além disso, abordo as condições de vida antes do reconhecimento oficial, as formas de moradia construídas com recursos locais e o período posterior à certificação quilombola, marcado pela revitalização cultural, pela afirmação identitária e pela ampliação das conquistas sociais da comunidade.

Ainda neste capítulo, trago a trajetória da educação escolar na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, destacando seu papel central na luta pela liberdade, cidadania e valorização cultural do povo negro. Trago os primeiros esforços educativos da década de 1940, quando uma escola informal foi criada para o ensino da leitura, escrita e cálculo, e segue até a inauguração da primeira escola formal, em 1958, reconhecida oficialmente apenas em 1975. A educação, nesse contexto, é compreendida como instrumento de resistência, de afirmação da identidade quilombola e de promoção da autonomia, especialmente feminina.

O texto também discute o impacto do reconhecimento oficial da comunidade como quilombola, ocorrido em 2009, um marco histórico que reafirmou a dignidade, o pertencimento e a memória ancestral do grupo. Embora esse reconhecimento tenha

assegurado direitos e acesso a políticas públicas, também trouxe novos desafios e transformações à vida comunitária. Por fim, destaca-se o processo de revitalização cultural, em que festas, danças, religiosidade, expressões artísticas e culinárias típicas reafirmam e reinventam a identidade coletiva, fortalecendo os laços sociais e o sentimento de pertencimento da comunidade.

No quarto capítulo, dou continuidade às análises, concentrando-me na abordagem do currículo escolar da atualidade, segundo a percepção dos sujeitos entrevistados. As falas evidenciam que a escola tem buscado, ainda que parcialmente, atender às expectativas da comunidade ao incorporar, nas práticas pedagógicas, elementos da realidade local e aspectos da cultura quilombola. Tal iniciativa é considerada essencial, pois possibilita que as crianças cresçam conscientes de suas origens e reconheçam o valor de sua identidade cultural. Além disso, o capítulo discute a perspectiva de um currículo quilombola na ótica dos participantes da pesquisa, apresentando sugestões e propostas que expressam o desejo de uma educação mais contextualizada, participativa e comprometida com os saberes e valores da comunidade Furnas do Dionísio.

Por fim, apresento as considerações da pesquisa em formato poético, com o propósito de expressar, simbolicamente, as vozes, os sentimentos e as percepções dos sujeitos da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. A partir dessa construção estética e sensível, reafirmo que a valorização cultural e o protagonismo local são elementos essenciais para a articulação entre educação, identidade e pertencimento. As vozes poéticas da comunidade traduzem sua força, resistência e compromisso com a preservação de sua história e de seus saberes ancestrais.

Vale ressaltar que as entrevistas realizadas, transcritas na íntegra, foram incluídas na dissertação como apêndices, garantindo o registro completo das falas dos participantes. Essa medida assegura que os sujeitos entrevistados e demais membros da comunidade tenham acesso direto ao material, ao mesmo tempo em que oferece uma fonte de consulta para pesquisadores e interessados em se aprofundar nas experiências e nos relatos compartilhados.

## CAPÍTULO I: SITUANDO-ME NA PESQUISA E SITUANDO A ANÁLISE

### 1.1 História de vida de uma pesquisadora que investiga o currículo quilombola

Senhores desta sala  
Licença eu vou chegando, eu vou  
A voz e a rabeça  
O coração cantando, eu vou  
(Antonio da Nóbrega, 1993)

Peço licença para adentrar neste espaço de partilha, pois pretendo narrar histórias que vivenciei e que me marcaram profundamente. Trata-se de experiências diversas, que evidenciam um percurso atravessado por vivências de subalternidade, desde a infância e a adolescência, em uma escola rural, até o ingresso no mestrado.

Início pelo significado de meu nome: *Ozana* significa “Salva-nos agora, te imploramos”; *Anjos* refere-se a “seres celestiais criados por Deus para serem mensageiros”; e *Santana* constitui uma homenagem à mãe da Virgem Maria (Santa Ana ou *Hannah*, em hebraico), isto é, a avó de Jesus Cristo, segundo relatos religiosos. Assim, carrego o nome **Ozana dos Anjos Santana**, filha primogênita de Divino Borges de Santana e Neusa dos Anjos Santana.

Nesse percurso, destaco a contribuição de Pollak (1992), que defende o uso da história de vida como uma ferramenta metodológica potente para compreender trajetórias singulares. Tal abordagem possibilita captar os modos como a memória opera nas práticas sociais, dando voz aos sujeitos historicamente silenciados. A história de vida permite acessar dimensões subjetivas da experiência que os arquivos oficiais não registram, uma vez que a memória não se reduz ao âmbito individual, mas se constitui socialmente, sendo mediada pelas relações de poder e de pertencimento.

Nasci em 1973, no município de Jaraguari, e passei toda minha infância do jeito próprio de família de trabalhadores rurais. Eu e meus sete irmãos recebíamos educação dos nossos pais, de acordo com os princípios fundamentais que regiam as condutas da época antiga, em que ouvir e respeitar os mais velhos e nunca entrar no meio das conversas dos adultos era a atitude requerida para uma criança.

Bosi (2006) retrata em sua obra que a narrativa de memória de vida, muitas das vezes, não busca uma exatidão factual, mas uma verdade afetiva e simbólica, e destaca que lembrar é também reinterpretar e dar sentido à vida, construindo uma continuidade entre passado e

presente. E a autora chama atenção para o fato de que devemos reconhecer que estamos lidando com afetos, silêncios e reconstruções subjetivas, e não apenas com dados objetivos.

Cabe ressaltar que, embora eu não pertença a uma comunidade quilombola, toda a minha trajetória escolar, tanto na infância quanto na juventude, esteve vinculada a escolas rurais e a comunidades do campo. Dessa forma, experimentei intensamente a condição de não integrar o grupo hegemônico, vivenciando uma educação atravessada por marcadores de diferença e subalternidade.

Naquele período, em meio a silenciamentos próprios das relações familiares, registro que meu pai era descendente de africanos, oriundo do município de Ourinhos, Minas Gerais, pertencente à família negra conhecida como “Lé”. Posteriormente, estabeleceu-se e criou raízes na região do “Chapéu”, no município de Jaraguari, Mato Grosso do Sul.

Ao longo de sua vida, enfrentou reiteradas discriminações associadas aos estereótipos construídos em torno da cor da pele. Durante a infância, era frequentemente alvo de apelidos pejorativos, como “cabelo de bombril” e “pixaim”, expressões que carregam o peso do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Lembro-me, ainda em minha infância, de presenciá-lo utilizando uma escova para pentear e alisar os cabelos, em uma tentativa de ocultar as marcas visíveis de suas raízes africanas.

Esse relato remete à necessidade de identificar as ideologias racistas como condição fundamental para compreender e enfrentar a discriminação racial. Conforme afirma Santos (2025, p. 31), é preciso evidenciar “[...] o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatórias [...]”, sobretudo porque “[...] para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há alternativa senão reconstruir, de modo crítico, as noções dessa mesma ideologia”.

Nesse sentido, a categoria “raça” continua sendo central para desvelar a dimensão concreta da discriminação contra pessoas negras. Gomes (2005, p. 45) argumenta que o termo “[...] ainda é o que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras na nossa sociedade”, permitindo “[...] evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (ou científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica)” (Santos, 2025, p. 31).

Meu pai, conhecido como Divino Lé, era assim chamado por todos. Homem de baixa estatura, mas reconhecido pela honestidade e pela dedicação ao trabalho, vivia entre a casa e o serviço, sem manter contatos frequentes com sua parentela. Sua vida foi marcada pelo trabalho árduo na agricultura familiar, cultivando arroz, milho de pipoca e mandioca, elementos centrais da economia e da sobrevivência no campo.

Minha mãe sempre se destacou como uma mulher extraordinária: artista criativa, possuidora de vastos conhecimentos culinários e dotada do talento de elaborar pratos singulares. Para além de sua atuação na cozinha, revela-se também como empreendedora, responsável pela administração dos negócios da família, sempre conduzidos em benefício dos filhos e dos netos.

Somos oito irmãos, todos com traços afrodescendentes. Alguns apresentam cabelos de fios grossos e ondulados, outros possuem cabelos crespos; há diferentes tonalidades de pele escura e características faciais, como nariz alargado e achatado. Esses traços remetem à herança paterna, que, de certa forma, parecia ser objeto de temor diante das consequências do racismo. Tal temor é compreensível, uma vez que o racismo pode se manifestar também no silêncio, operando de maneira velada na sustentação de relações de dominação e de poder, mesmo quando não se apresenta de forma explícita.

Nesse sentido, Santos (2025) sustenta que o racismo se configura como um conjunto de práticas e discursos que, aliados aos silêncios, contribuem para estabelecer e perpetuar relações assimétricas de poder. Ainda que não sejam sempre evidentes, tais mecanismos produzem consequências negativas para determinados grupos, no caso, a população negra, e vantagens para outros, notadamente, os brancos, que sustentam um pensamento arraigado no eurocentrismo. Dessa forma, perpetuam-se desigualdades e reforçam-se estruturas históricas de dominação.

Nessa mesma direção, Almeida (2018) enfatiza que:

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconsistentes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2018, p. 25).

Desde a infância, eu e meus irmãos acompanhávamos meu pai na lida diária pelo sustento da família. Auxiliávamos em diferentes atividades: retirávamos água do poço, descascávamos mandioca, participávamos da produção de farinha e polvilho, levávamos alimentos aos trabalhadores nas colheitas de arroz, mandioca e milho. Sob sua orientação constante, aprendíamos cada processo e cada tarefa, internalizando não apenas os gestos técnicos, mas também valores de disciplina e solidariedade. Esses ensinamentos nos proporcionaram experiências significativas no manejo da terra para o plantio, assim como na criação de galinhas no quintal e na tradicional criação de suínos.

Nesse contexto, torna-se pertinente o diálogo com os conceitos de Cândido (2023), para quem a vida rural é atravessada por valores como solidariedade, religiosidade, respeito

aos mais velhos, trabalho coletivo e saber da terra. O autor ressalta ainda que essa cultura não é estática, mas, ao mesmo tempo, resiste às transformações e à modernização excludente, mantendo vivos os traços de identidade e de comunidade.

O cuidado era partilhado entre pais e vizinhos. Quando estávamos fora do olhar de nossos pais e cometíamos alguma travessura, não era raro ouvirmos a advertência de um vizinho: “Pêra aí, meninada, que vou contar para seu pai!”. Tal ameaça bastava para dispersar rapidamente nossas brincadeiras. Essa prática expressava a lógica de uma vida comunitária sustentada pela ajuda mútua e pelo senso de pertencimento. Cândido (2023) chama atenção justamente para esse modo de vida, organizado pela convivência e pela “boa vizinhança”, aspectos fundamentais para a sobrevivência e o bem-estar social das famílias do interior.

A solidariedade cotidiana se manifestava também em momentos de confraternização. Nos dias de pamonhada, nas carneadas de porco ou quando minha mãe preparava um prato especial, era costume enviar uma porção em uma bacia para a vizinha. Essa, por sua vez, jamais devolvia a bacia vazia: ainda que demorasse a retornar, vinha sempre recheada de algo bom. Essa dinâmica ilustra um modo de vida que, para além da subsistência, reforçava laços de reciprocidade e confiança.

Esses atos comunitários podem ser compreendidos em diálogo com as reflexões de Freire (2023), que discute a realidade dos oprimidos e ressalta a importância da solidariedade e da resistência coletiva como caminhos para a transformação social. Para o autor, a libertação não se dá de forma individual, mas no encontro dialógico: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2023, p. 87). Assim, a resistência se apresenta não apenas como enfrentamento direto, mas também como possibilidade de ensinar e aprender com a própria realidade.

Quando completei oito anos, na década de 1980, meus pais decidiram matricular os filhos na escola. Eu, com oito anos, um irmão, com sete, e uma irmã, com seis, fomos levados por minha mãe à Escola Estadual José Serafim Ribeiro, Sala Polo Bonfim, localizada no distrito de Bonfim. Tratava-se de uma escola do campo, multisseriada, com grande número de alunos. A decisão de nossos pais marcou um ponto de inflexão em nossa trajetória, reafirmando a importância da educação como projeto familiar.

Ao realizar nossa matrícula, minha mãe recebeu da secretaria escolar uma lista de materiais básicos a serem adquiridos. Tratava-se de itens que, à época, apresentavam custo considerável, sobretudo diante das condições financeiras restritas da família. Sem recursos imediatos, minha mãe se dirigiu ao comércio do senhor “Baiano”, tradicional na cidade de Jaraguari, e, com coragem, solicitou a compra a crédito, pedindo que fosse registrada na

caderneta de contas. Esse gesto simples traduzia a luta cotidiana das famílias rurais para garantir a escolarização dos filhos.

Essa experiência pode ser compreendida a partir da análise de hooks (2023), para quem a pobreza não se reduz à ausência de recursos, mas configura um sistema que silencia, desumaniza e exclui. A autora, entretanto, valoriza os saberes que emergem dessa vivência, marcados pelo enfrentamento ao racismo, ao machismo e à pobreza, os quais se constituem como ponto de partida para resistir e transformar a realidade.

O material escolar de que dispúnhamos à época era bastante simples: lápis e borracha, sendo o lápis um instrumento fundamental para escrever e desenhar, e as borrachas geralmente de cor branca, de modelo comum. Os cadernos eram compostos por folhas pautadas, com capas de papelão alaranjadas. Havia ainda as canetas esferográficas da marca Bic, uma pequena caixa de giz de cera, utilizada especialmente pelas crianças para desenhar e colorir, além de uma tabuada, item indispensável para o aprendizado inicial.

Essa descrição remete ao que Bosi (2023), na obra *Memória e sociedade*, recupera por meio dos relatos de idosos a respeito da infância escolar, nos quais são mencionados materiais simples e rústicos, como cadernos de papel de embrulho, lápis de carvão e quadro-negro, em um contexto em que o ensino era fortemente marcado pela disciplina.

Ao retornar para casa, minha mãe organizava as tarefas de cada filho. Cabia a nós a produção de farinha e polvilho, cuja venda se destinava ao pagamento dos materiais escolares adquiridos com o senhor “Baiano”. Durante aproximadamente uma semana, eu e meus irmãos descascávamos mandioca e a levávamos ao tanque para lavagem. Minha mãe utilizava um ralador manual e uma prensa de madeira; em seguida, a massa era levada à mesa de esfarelagem e passada em peneira metálica para o devido preparo. Posteriormente, meu pai e minha mãe conduziam o processo de torrefação no forno, e todos participávamos do empacotamento.

Esse exemplo cotidiano se aproxima das reflexões de Certeau (1998), ao destacar como pessoas comuns, mesmo em condições adversas, criam estratégias de resistência e reinvenção da realidade, sustentadas pela solidariedade e pelos saberes populares.

Outra dificuldade enfrentada pela família dizia respeito à locomoção entre a casa e a escola. Não havia transporte escolar, e o percurso diário somava aproximadamente oito quilômetros ao longo da BR-163. Diante disso, minha mãe estabeleceu um acordo com a vizinha Nena, que também possuía dois filhos em idade escolar. A cada dia, uma delas se responsabilizava por levar as crianças, enquanto a outra ficava incumbida de buscá-las. Esse arranjo perdurou por quatro anos consecutivos.

Freire (2023) aborda essa realidade ao discutir o sacrifício físico de estudantes pobres, que frequentemente percorriam longas distâncias a pé para ter acesso à educação, como expressão da opressão estrutural vivida pelas classes populares.

Recordo que, naquele período, a escola não disponibilizava materiais ou livros. Os professores selecionavam as obras a serem trabalhadas, faziam o pedido diretamente às editoras, por meio de carta, e, quando os exemplares chegavam, encaminhavam comunicado aos pais, que deveriam comparecer à escola com o pagamento em dinheiro vivo para retirar os livros.

Em suas obras, Freire (2023) não apenas critica a chamada “educação bancária”, em que o estudante é reduzido à condição de mero depositário de informações, como também denuncia a precariedade material que marcava as escolas voltadas às camadas desfavorecidas da população. Para ele, a falta de infraestrutura adequada, a ausência de recursos didáticos, a desvalorização docente e a invisibilização dos estudantes pobres constituíam sintomas de um sistema educacional que, em vez de combater, reproduzia as desigualdades sociais. O autor, inclusive, qualificava muitas escolas públicas como espaços desumanos, onde o direito formal à educação era constantemente negado na prática.

Quando os livros finalmente chegavam, transformavam-se em motivo de celebração. À noite, em família, todos os manuseávamos com cuidado: folheávamos as páginas, observávamos as ilustrações, tentávamos decifrar os textos e até mesmo sentíamos o cheiro do papel novo. Aqueles momentos eram de encantamento coletivo diante dos símbolos, letras e imagens. No dia seguinte, minha mãe dava continuidade a essa experiência, narrando e recontando as histórias, muitas das quais permanecem vivas em minha memória.

Essa experiência remete ao relato de Bosi (2023), que evidencia como, mesmo em meio à escassez, os entrevistados expressavam fascínio pelo livro, tratado como objeto precioso, símbolo de inteligência, liberdade e possibilidade de ascensão. Freire (2021), em *A importância do ato de ler*, também associa a leitura à vida e à liberdade, relatando com emoção sua própria infância humilde e o impacto transformador dos primeiros livros, descritos por ele como misteriosos e mágicos para aqueles que tinham acesso limitado a esse bem cultural.

Outra preocupação dizia respeito às mochilas para carregar materiais e livros. Nesse contexto, soubemos de uma promoção do “Café Brasileiro” que trocava 10 embalagens usadas por uma sacola de juta. Acionamos parentes de Campo Grande, que nos ajudaram a reunir as embalagens, e, em pouco tempo, conseguimos sacolas para todos em casa.

Novamente, Bosi (2023) resgata em sua obra relatos de famílias pobres que improvisavam mochilas com sacolas de pano, latas ou trouxas de tecido. Ainda que os recursos fossem escassos, havia orgulho em enviar os filhos à escola, mesmo quando apenas um lápis era compartilhado entre irmãos. Na mesma direção, Freire (2021) narra o esforço de sua mãe para mantê-lo estudando e destaca como as famílias humildes, mesmo sem recursos, valorizavam intensamente o saber, expressando esperança e protagonismo em sua luta cotidiana.

Com a proximidade das comemorações do Sete de Setembro, a escola exigiu que todos os alunos utilizassem uniforme padronizado: camiseta ou camisa branca, saia azul em pregas para as meninas, calça social azul-marinho para os meninos, além de meião e sapatos fechados. Em carta enviada aos pais, a professora recomendava que os uniformes fossem novos ou bem conservados, ressaltando o dever das famílias de respeitar as tradições da escola.

Silva (2005) discute a cultura escolar em comunidades tradicionais, destacando símbolos como o uniforme, que integram a identidade da escola pública brasileira. Tais elementos, além de representarem disciplina e pertencimento, reforçam a função da escola como espaço de socialização cultural.

Minha mãe, diante dessa exigência, reuniu algumas moedas do cofre e pediu à vizinha que comprasse, em Campo Grande, camisetas brancas, meiões, tecido azul-marinho e pares de congas, calçado de lona com sola de borracha, acessível e durável. Como o dinheiro não foi suficiente para adquirir todos os itens, minha mãe, demonstrando criatividade, utilizou o tecido do forro de seu vestido de noiva para confeccionar três camisas brancas, bordando ainda o emblema da escola.

Candau (2010) ressalta justamente a criatividade das mulheres do campo, que, em meio à escassez, reinventam práticas e encontram soluções para garantir a sobrevivência e a dignidade familiar. No caso relatado, a transformação do vestido de noiva em uniforme escolar ilustra com clareza esse saber prático.

Desde o início, adaptei-me com facilidade ao ambiente escolar: compreendia as orientações da professora, interagia com os colegas e, ao final do ano, estava alfabetizada. Recebi o certificado de conclusão da cartilha, o que me encheu de alegria, embora também tenha sentido tristeza por meu irmão, que não obteve o mesmo reconhecimento.

Freire (2023) enfatiza que, apesar das dificuldades, as comunidades rurais valorizavam profundamente a educação, compreendida como possibilidade de transformação. Mesmo diante das carências materiais, havia respeito ao professor e disciplina no aprendizado,

elementos que, somados à determinação das famílias, tornavam possível o acesso ao conhecimento.

A vida no campo seguia marcada pela dureza, meus pais trabalhavam na agricultura familiar, sem recursos para roupas, calçados ou lazer. Minha mãe se dedicava tanto aos cuidados da casa quanto à produção de farinha e polvilho; meu pai, às plantações; e nós, filhos, auxiliávamos nos serviços mais leves. Holanda (2015) descreve essa realidade como típica do interior do Brasil: vida simples, pautada pela solidariedade comunitária, mas permeada por precariedade material e isolamento.

Aos domingos, as visitas de parentes de Campo Grande eram momentos de alegria. Minha mãe preparava galinhas caipiras e, frequentemente, recebíamos roupas e calçados usados, que supriam nossas necessidades. Sempre cuidadosa, ela lavava, passava e guardava as peças com zelo, em grandes malas de couro e madeira.

Sendo a filha mais velha entre oito irmãos, compartilhava com minha irmã as tarefas domésticas. Revezávamos semanalmente os serviços mais leves, mas havia um que me causava grande desconforto: acender o fogão a lenha. Até hoje, associo esse ofício a uma memória traumática de minha infância. Ao questionar minha mãe sobre a ausência de meu irmão nas tarefas domésticas, ouvia sempre a mesma resposta: “porque ele é homem, e homens não fazem serviço de casa”.

As tarefas domésticas no contexto rural se apresentavam como atividades árduas e cotidianas. O espaço destinado à lavagem de louça e roupas era denominado *jirau*, uma estrutura de madeira construída a partir do tronco de árvores de grande porte. A ausência de água encanada exigia que a família transportasse baldes de água para todas as necessidades básicas: cozinhar, limpar a casa, lavar roupas, tomar banho e realizar outros afazeres. A lavagem das roupas era realizada manualmente, utilizando-se esfregões e batedores no *jirau*. A secagem dependia do clima, sendo feita ao sol, após o processo de torção manual das peças. As refeições, por sua vez, eram preparadas em fogões a lenha, o que demandava tempo e esforço adicionais.

Apesar da dureza do cotidiano, havia espaço para a ludicidade e para a invenção. Muitos brinquedos eram produzidos pelas próprias crianças, a partir de materiais naturais encontrados no ambiente. Bonecas de madeira articulada, cavalos de pau, espadas, piões, ioiôs, bonecas de milho verde ou de retalhos e bolas de meia, além de brincadeiras coletivas, como rouba-bandeira e salve-latinha, constituíam parte da memória afetiva da infância. No trajeto entre a roça e a casa, a passagem por uma pequena mata, considerada reserva

ambiental pelo pai, transformava-se em espaço de lazer, com balanços improvisados em cipós.

A ausência de energia elétrica configurava outra dimensão da vida rural. A iluminação dependia de velas, lamparinas a querosene, lampiões a óleo ou gás e, por vezes, tochas. Esses recursos eram limitados e, não raro, perigosos. Por essa razão, os pais incentivavam que os trabalhos domésticos fossem concluídos ainda ao entardecer, pois a noite era considerada imprópria para tais atividades.

A inexistência de eletrodomésticos, como geladeira, impunha estratégias tradicionais de conservação de alimentos, como defumação, salga, secagem ao sol ou armazenamento em latas com gordura, banha ou óleo. A água para consumo era mantida fresca em moringas de barro, revelando práticas de saberes populares para lidar com a escassez tecnológica.

As noites de lua cheia, entretanto, possibilitavam momentos de convivência familiar no quintal. Sem energia elétrica, surgiam brincadeiras coletivas, adivinhações e jogos simbólicos que fortaleciam os vínculos entre irmãos e pais. Esses instantes representavam formas de socialização cultural e de transmissão de valores no seio familiar.

Outro aspecto desafiador da vida rural estava relacionado ao beneficiamento do arroz. Embora houvesse armazéns e máquinas de limpeza nas cidades vizinhas, a distância de cerca de 10 km dificultava o transporte dos sacos de arroz de 60 kg. Assim, muitas vezes, a família recorria ao pilão como alternativa para descascar o grão. Essa prática coletiva demandava esforço físico, revelando, mais uma vez, a centralidade do trabalho colaborativo no contexto rural.

No campo religioso, a frequência semanal à igreja, localizada a cerca de 5 km da chácara, mesmo sem transporte, demonstra o valor atribuído à espiritualidade e à vida comunitária. A caminhada era realizada a pé, uma vez que o único cavalo da família não comportava todos os membros.

No que se refere às práticas de leitura e ao acesso à cultura escrita, destaca-se a importância da escola e de vizinhos que compartilhavam revistas e livros. Títulos como *Veja* e *Nova Escola*, além de fotonovelas e romances populares das coleções *Bianca*, *Sabrina* e *Júlia*, circularam entre as famílias, tornando-se fonte significativa de entretenimento e formação cultural. A leitura era um dos principais meios de comunicação e de contato com o mundo, assumindo papel central na formação intelectual e afetiva.

A mudança para a cidade, em 1993, marcou uma nova etapa, quando foi necessário conciliar estudo e trabalho. Inicialmente matriculada no curso técnico em Contabilidade, fui convidada a atuar como assistente em uma creche municipal e, posteriormente, como

professora regente. Essa experiência levou à mudança de trajetória acadêmica, optando pelo Magistério em nível médio, concluído em quatro anos, e, posteriormente, pelo ingresso no curso de Pedagogia, realizado na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Conciliar vida pessoal, profissional, familiar e acadêmica não foi tarefa simples, especialmente diante das dificuldades financeiras. Contudo, persistência, determinação e apoio familiar possibilitaram a conclusão da graduação e a continuidade da formação em nível de pós-graduação, incluindo especializações em Psicopedagogia e Direito Educacional, até o ingresso no mestrado.

A formação docente foi permeada por valores transmitidos pela mãe, que constantemente reafirmava: “o conhecimento é a única coisa que não podem tirar de você”. Essa máxima, repleta de sabedoria popular, constituiu um princípio norteador para a trajetória profissional.

As reflexões de Skliar (2004) e Backes (2010) ajudam a compreender essa trajetória como expressão de resistência e de construção de sentido em meio às adversidades. Skliar (2004, p. 70) observa que escrever é uma forma de afirmar a vida em um mundo marcado pela fome, pela guerra e pela desilusão. Backes (2010, p. 138), por sua vez, acrescenta que muitos morrem física e simbolicamente vítimas da discriminação e do racismo. Ao rememorar minha vida, compreendo a escrita como registro dos “gestos mínimos”, que, na perspectiva de Skliar (2004), constituem-se em atos cotidianos de resistência e de afirmação da existência.

Minha trajetória não se encerra nesse momento, ao contrário, amplia-se e se ressignifica à medida que revisito os caminhos percorridos. No ano de 1993, encontrava-me matriculada no segundo ano do Ensino Médio, na Escola Estadual José Serafim Ribeiro, no município de Jaraguari, cursando o Técnico em Contabilidade. Eu tinha então 18 anos e vivia um período marcado por desafios substanciais. Meus pais haviam recentemente deixado a zona rural em busca de melhores condições de vida na cidade, sem casa própria, vivendo de aluguel, e, sendo parte de uma família com oito filhos, enfrentávamos inúmeras limitações socioeconômicas. Nesse contexto, desde muito jovem, exerci atividades laborais como babá, contribuindo para o sustento familiar.

Em um domingo aparentemente comum, recebemos a visita inesperada do prefeito municipal, senhor José Neto Nogueira. Na ocasião, ele me ofereceu uma oportunidade de trabalho na prefeitura, solicitando que eu comparecesse no dia seguinte ao prédio público para definições formais.

Tomada por um misto de ansiedade, esperança e responsabilidade, apresentei-me na manhã posterior e, ao chegar, fui encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, onde fui

recebida pela então secretária, professora Janet França Brasil. Durante o atendimento, fui informada de que seria contratada como assistente de professora da pré-escola.

O anúncio provocou em mim sentimentos complexos e contraditórios, emoção, surpresa e certa frustração, pois minha expectativa inicial era ingressar em atividades administrativas, como recepcionista, telefonista ou auxiliar. A educação não fazia parte dos meus planos naquele momento, mas, movida pela necessidade e pela responsabilidade familiar, aceitei o desafio. Assim, em 2 de fevereiro de 1993, iniciei oficialmente minha trajetória profissional no serviço público municipal.

Quinze dias mais tarde, fui novamente chamada pela secretária municipal. Surpresa e apreensiva, temi pela perda do emprego, mas logo fui informada de que a professora titular da pré-escola entraria em afastamento e que eu assumiria a turma como docente. Para isso, entretanto, seria necessário abandonar o curso técnico em Contabilidade e me matricular no curso de Magistério.

A mudança impôs novas inquietações, sobretudo porque Jaraguari não ofertava o curso. Mais uma vez, a professora Janet interveio prontamente, informando que havia conseguido, junto à Secretaria de Estado, uma vaga para que eu estudasse na Escola Estadual Vespasiano Martins, em Campo Grande, garantindo inclusive meu deslocamento diário no transporte escolar. Sem alternativa e movida pela coragem, aceitei.

Foi assim que ingressei definitivamente na área da educação, cursando o Magistério em outro município, enfrentando uma rotina mais longa e exigente, já que, diferentemente do curso técnico de três anos, o Magistério tinha duração de quatro anos. Apesar das dificuldades, concluí a formação em 1995.

O que inicialmente fora uma imposição se transformou em compromisso político e ético, despertando em mim o desejo de prosseguir os estudos no Ensino Superior. Prestei vestibular para Jornalismo e Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sendo aprovada nos dois cursos. Contudo, por serem cursos integrais e por eu ainda residir em um município do interior, não pude ingressar. No ano seguinte, tentei novamente, agora para Pedagogia, na UCDB, porém, devido a uma gestação, precisei adiar o sonho universitário.

Mesmo assim, permaneci firme na educação, atuando como professora da pré-escola, profissão à qual me dediquei com profundo compromisso ético e afetivo. Somente no ano de 2000 consegui retomar meu projeto acadêmico, quando fui aprovada para o curso de Pedagogia. Nessa etapa, conciliava diferentes responsabilidades, pois trabalhava diariamente, era mãe de uma criança de quatro anos, administrava as demandas domésticas, estudava e

enfrentava dificuldades financeiras expressivas, especialmente porque, como funcionária contratada, vivia longos períodos sem remuneração, devido à natureza temporária dos vínculos empregatícios.

Apesar desse cenário, permaneci resiliente e concluí o curso de Pedagogia em 2003, ano marcado não apenas por uma conquista acadêmica, mas também pela realização de um importante sonho: a abertura do concurso público municipal. Após anos vivenciando insegurança financeira, discriminação institucional e instabilidade laboral, dediquei-me intensamente aos estudos, sendo aprovada em terceiro lugar para o cargo de professora da Educação Infantil (20 horas). Em 2004, vivi outro marco significativo: participei da minha formatura, tornando-me a primeira entre oito irmãos a concluir o Ensino Superior. Logo em seguida, fui empossada no cargo público para o qual havia sido aprovada.

Mesmo já concursada com 20 horas, mantive outra carga horária de 20 horas como contratada. Buscando maior estabilidade, prestei mais um concurso no final de 2004, sendo aprovada em primeiro lugar para professora do Ensino Fundamental. Ainda naquele ano, fui nomeada diretora do Centro de Educação Infantil Santa Rita de Cássia, cargo que ocupei por 18 meses e que ampliou significativamente minha compreensão sobre os desafios da gestão educacional.

Entre 2006 e 2016, atuei como professora alfabetizadora na Escola Municipal Francisco Antônio de Souza, período esse que marcou profundamente minha identidade profissional. Ser alfabetizadora significa lidar com ritmos de aprendizagem distintos, com fragilidades socioemocionais, com distanciamento familiar, com escassez de recursos pedagógicos e com as demandas da educação inclusiva. Contudo, significa também experienciar a alegria singular de acompanhar os estudantes, muitas vezes partindo de níveis iniciais de letramento, a alfabetização, compreendida como processo cultural, social e político.

Em 2017, fui nomeada diretora da mesma escola, função que exerci por sete anos. A gestão escolar ampliou minha percepção das responsabilidades institucionais da educação, exigindo de mim liderança, sensibilidade, firmeza e capacidade de articulação coletiva. Nesse período, busquei aprimorar minha formação, concluindo especializações em Psicopedagogia e em Direito Escolar, que fortaleceram tanto minha prática pedagógica quanto a compreensão dos marcos legais que orientam a educação pública brasileira.

Em 2023, iniciei uma experiência profundamente significativa ao atuar na Gestão de Compromisso pela Criança Alfabetizada, na Escola Municipal Dionísio Antônio Vieira, situada na comunidade quilombola Furnas do Dionísio. O contato cotidiano com esse

território do campo despertou em mim profundas memórias da minha infância em escolas rurais, evidenciando experiências de silenciamento, subalternidade e exclusão que marcaram minha formação. Foi nesse contexto que decidi participar, pela primeira vez, de um processo seletivo para o mestrado, reconhecendo que minha trajetória encontrava afinidades legítimas com a história e a luta daquela comunidade.

A partir desse encontro, delineei uma proposta de pesquisa fundamentada na metodologia da história de vida, compreendendo, como afirma Pollak (1992), que narrativas individuais são ferramentas potentes para compreender trajetórias e dar visibilidade a sujeitos historicamente silenciados.

Minha pesquisa, construída ao ingressar no mestrado, em 2024, voltou-se para a compreensão das características de um currículo quilombola segundo a percepção da comunidade Furnas do Dionísio, buscando valorizar seus saberes tradicionais, identidades culturais e práticas comunitárias.

O mestrado representou um marco decisivo na minha trajetória acadêmica, pois, nesse espaço, compreendi as identidades/diferenças que se inscreveram silenciosamente no meu percurso, sobretudo nos deslocamentos entre o campo e a cidade. Crescida em escolas rurais, formada profissionalmente no contexto urbano e retornada ao campo como gestora e professora, percebi que minha própria história havia sido construída sob um discurso modernizante e colonizador que marginaliza epistemologias rurais e quilombolas.

O retorno ao campo, mediado pela convivência em Furnas do Dionísio, permitiu-me reconhecer a profundidade e a legitimidade dos saberes ali produzidos, compreendendo a educação quilombola não apenas como objeto de pesquisa, mas como movimento político, social e epistêmico.

As discussões desenvolvidas na linha de pesquisa ampliaram meu repertório teórico, permitindo-me dialogar com temas como diversidade cultural, interculturalidade, pluralidade identitária, relações de poder, hibridização cultural, justiça social, formação docente e políticas de emancipação. Reconheci, assim, que meu envolvimento com a educação quilombola expressa um retorno identitário atravessado por memórias, por experiências e pela resignificação do meu próprio percurso formativo.

Desse modo, compreendo hoje que os territórios quilombolas, os saberes tradicionais e as memórias comunitárias constituem patrimônios epistemológicos estratégicos para a educação. O mestrado, portanto, não apenas ampliou minha formação teórica, mas também permitiu reencontrar e reinterpretar minha própria história, justificando meu compromisso

com a valorização, a visibilidade e o fortalecimento da educação quilombola na comunidade Furnas do Dionísio.

Com o início do mestrado, escrevi o primeiro artigo, que me fez reacender o desejo de escrever livros. Ainda no primeiro semestre, escrevi dois livros e, a partir daí, a escrita passou a me acompanhar de forma diária. Encontro-me na produção do 10º livro de literatura infantil, entre eles: *Coco Teimoso*, *Gotinhas Mágicas*, *As Pretinhas*, *Bagunça Colorida*, *Abelhinha Ziza*, *Aprendendo com a Terra das Águas Nascentes*, *Entre Páginas e Sonhos*, *Um Menino Diferente*, *O Menino e Suas Perguntas e Direitos Encantados*.

Assim, aprendi que sonhar é um movimento que não deve cessar. *Entre Páginas e Sonhos*, por exemplo, é um conto de caráter onírico que narra a história de uma menina sensível, capaz de perceber aquilo que o mundo apressado costuma esquecer: os sonhos abandonados pelas pessoas. Ao longo de suas páginas, compreendemos que sonhar é um gesto simples, porém importante. É a partir dos sonhos que nascem ideias, perguntas, descobertas e novas formas de compreender e reinventar o mundo.

Que esta história não se encerre por aqui, que ela siga aberta, generosa e pulsante, permitindo-me sonhar por muito tempo, com a mesma coragem da infância e com a maturidade que o caminho ensina. Que, daqui a alguns anos, seja possível folhear novas páginas, ler capítulos inteiros ainda não escritos e reconhecer, em cada linha, a continuidade de uma história que se recusa a terminar, porque escolheu, conscientemente, continuar sonhando.

A narrativa da experiência pessoal, ao servir como base para o percurso acadêmico, evidencia a intrínseca relação entre memória, identidade e conhecimento. Essa trajetória não apenas contextualiza o envolvimento com a educação, mas também reforça a compreensão de que os saberes acumulados ao longo da vida, especialmente aqueles advindos do contexto familiar e comunitário, constituem um patrimônio epistemológico legítimo e relevante. Ao propor a análise das características de um currículo quilombola segundo a percepção da comunidade de Furnas do Dionísio, a pesquisa reconhece a centralidade da experiência vivida e dos saberes tradicionais como elementos essenciais para a valorização da identidade cultural.

Refletir sobre esse currículo implica, portanto, não apenas compreender os conteúdos formais ou estruturais da educação escolar, mas, sobretudo, considerar a dimensão simbólica, histórica e social que sustenta os modos de viver e de conhecer da comunidade quilombola. A valorização da língua, das práticas agrícolas, dos conhecimentos ancestrais e das tradições

locais evidencia uma pedagogia que transcende o ensino instrumental e escolarizado, promovendo a autovalorização, o pertencimento e a resistência cultural.

Ademais, a reflexão sobre os desafios e os anseios da comunidade coloca em perspectiva a função transformadora da educação, enquanto espaço de diálogo intercultural e de fortalecimento da cidadania. Ao articular memória, experiência pessoal e pesquisa acadêmica, torna-se possível reconhecer que a construção do conhecimento é inseparável da vida coletiva e da história social, permitindo que o currículo quilombola não seja apenas um documento formal, mas também um instrumento de preservação cultural, de empoderamento comunitário e de formação crítica.

## 1.2 O currículo: aspectos históricos e diferentes perspectivas

A palavra “currículo” vem do latim *curriculum*, que tem como significado pista de corrida ou carreira.

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (Silva, 2024, p. 150).

Silva (2024) amplia de maneira significativa a compreensão do currículo, deslocando-o da visão restrita das teorias tradicionais, que o concebiam como simples lista de conteúdos ou plano prescritivo, para entendê-lo como um artefato social, cultural e político. Ao caracterizar o currículo como “lugar, espaço, território”, o autor evidencia que ele é um campo de disputas de significados e de relações de poder, no qual se decide o que deve ser ensinado, quem pode ensinar e quais saberes são legitimados ou silenciados.

A ideia de currículo como trajetória, viagem e percurso remete ao caráter dinâmico e processual da educação, ressaltando que o conhecimento não é algo estático, mas se constrói continuamente nas experiências formativas. Ao vinculá-lo à noção de autobiografia e identidade, Silva (2024) sugere que o currículo não apenas transmite saberes, mas participa ativamente da constituição dos sujeitos, moldando formas de pensar, agir e se reconhecer no mundo.

Ao afirmar que o currículo é “texto, discurso e documento”, o autor evidencia seu caráter simbólico e representacional, destacando que ele não reflete a realidade de forma neutra, mas a constrói e a interpreta sob determinadas perspectivas ideológicas. Nesse sentido,

o currículo torna-se um verdadeiro “documento de identidade”, pois nele se forja não apenas o perfil dos indivíduos, mas também os projetos de sociedade que se desejam legitimar.

Assim, a reflexão conduz à compreensão de que o currículo é um território plural e conflituoso, onde se cruzam saberes, poderes e culturas. Mais do que uma organização de conteúdos, ele é um espaço de produção de subjetividades e de disputa por significados, reafirmando sua centralidade na construção da educação como prática social e política.

O estudo do currículo, em sua dimensão histórica, exige um olhar atento para além da mera organização de conteúdos escolares. Como lembra Silva (2024), o currículo não é apenas uma lista de disciplinas ou um roteiro de aprendizagem, mas um espaço carregado de significados: “lugar, espaço, território”, onde se tecem relações de poder e se forja a identidade dos sujeitos. Essa visão rompe com a perspectiva tradicional, que o reduzia a um plano técnico e neutro.

Apple (2006) destaca que o currículo sempre expressa escolhas políticas, sociais e culturais, refletindo os interesses de determinados grupos em detrimento de outros. Assim, compreendê-lo historicamente é compreender também os processos de inclusão e exclusão que marcam a educação. O que se ensina e o que se omite nunca são aleatórios, mas fruto de disputas hegemônicas.

Na mesma linha, Silva (2005) sublinha que o currículo é uma prática discursiva e identitária, configurando-se como um texto que molda subjetividades. Ao analisarmos seus aspectos históricos, percebemos que a ideia de neutralidade curricular é ilusória: ele é instrumento de poder, mas também pode se tornar espaço de resistência e emancipação.

Giroux (1997), ao discutir a pedagogia crítica, também afirma que o currículo deve ser compreendido como campo de luta simbólica, no qual se disputam sentidos e visões de mundo. Para o autor, um currículo emancipador é aquele que não apenas transmite conteúdos, mas promove a consciência crítica e a possibilidade de transformação social.

Assim, ao considerar os aspectos históricos do currículo, reconhecemos que sua trajetória não pode ser desvinculada das mudanças sociais, culturais e políticas. O currículo moderno, estruturado a partir da racionalidade técnica, teve como marca a homogeneização dos saberes e a hierarquização das disciplinas. No entanto, correntes críticas têm problematizado esse modelo, propondo um currículo plural, intercultural e voltado para a diferença dos sujeitos (Candau, 2012).

Dessa forma, apresentamos os principais aspectos que envolvem os estudos sobre o currículo, desde a origem das teorizações curriculares no século XIX até as teorias mais contemporâneas. Ao longo desse percurso, diferentes abordagens foram sendo desenvolvidas

e destacadas, com ênfase nas Teorias Tradicionais, Teorias Críticas e Teorias Pós-Críticas, conforme apresentado na Figura 1, cada uma refletindo diferentes modos de pensar a educação, o conhecimento e as relações de poder presentes no currículo.

**Figura 1** – As diferentes teorias do currículo



Fonte: Silva (2024)

### 1.2.1 Teorias tradicionais de currículo

As teorias tradicionais sobre currículo começaram a se consolidar nos Estados Unidos, especialmente no século XX, em meio ao contexto da Revolução Industrial. Nesse período, o currículo passou a ser fortemente vinculado ao campo profissional e administrativo da educação. Com a industrialização em ritmo acelerado e a crescente massificação do ensino, surgiu a necessidade de organizar e fundamentar os processos educativos. Foi nesse cenário que o currículo ganhou destaque como uma ferramenta essencial para estruturar o ensino por meio do planejamento, da padronização e da experimentação pedagógica (Silva, 2024).

Paraíso (2025a) argumenta que as ideias de Bobbit, publicadas em 1918, no seu primeiro livro, chamado *O currículo*, trazem uma especificação de objetivos, procedimentos e métodos. As disciplinas curriculares eram mecânicas, e o autor ainda defendia uma concepção fabril de aprendizagem medida com rigor, onde o ensino pudesse ser monitorado.

Silva (2024) destaca que, na concepção de Bobbitt, o aluno era visto como um produto fabril. O modelo educacional estava claramente orientado para atender às demandas

econômicas da época. Surgia, então, a necessidade de explicitar os objetivos da educação escolar e sua finalidade social. Era preciso escolher entre formar crianças e jovens para se adaptarem à sociedade como ela é ou prepará-los para transformá-la. Nesse modelo, a escola deveria funcionar como uma extensão das empresas comerciais e industriais

Seguindo a linha de Bobbitt sobre a Teoria Tradicional do Currículo, Silva (2024) menciona a obra que ficou reconhecida como um divisor de águas no desenvolvimento curricular.

O livro de Bobbitt é escrito num momento crucial da história da educação estadunidense, num momento em que diferentes forças econômicas, políticas e culturais procuravam moldar os objetivos e as formas da educação de massas de acordo com suas diferentes e particulares visões. É nesse momento que se busca responder questões cruciais sobre as finalidades e os contornos da escolarização de massas. Quais os objetivos da educação escolarizada: formar o trabalhador especializado ou proporcionar uma educação geral, acadêmica, à população? O que se deve ensinar: as habilidades básicas de escrever, ler e contar; as disciplinas acadêmicas humanísticas; a disciplina científica; as habilidades práticas necessárias para as ocupações profissionais? Quais as fontes principais do conhecimento a ser ensinado: o conhecimento acadêmico; as disciplinas científicas; os saberes profissionais do mundo ocupacional adulto? O que deve estar no centro do ensino: os saberes “objetivos” do conhecimento organizado ou as percepções e as experiências “subjetivas” das crianças e dos jovens? Em termos sociais, quais devem ser as finalidades da educação: ajustar as crianças e os jovens à sociedade tal como ela existe ou prepará-los para transformá-la; a preparação para a economia ou a preparação para a democracia? (Silva, 2024, p. 22).

Além de apresentar as perguntas indagadas por Bobbitt, o autor sustenta que suas respostas eram visivelmente conservadoras, mesmo que suas intenções se propusessem a reformular profundamente o sistema como o próprio menciona:

Bobbitt propunha que a escola funcionasse da mesma forma que qualquer outra empresa comercial ou industrial. Tal como uma indústria, Bobbitt queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultado pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa e formas de mensuração que permitissem saber com precisão se eles foram realmente alcançados. O sistema educacional deveria começar por estabelecer de forma precisa quais são seus objetivos. Esses objetivos, por sua vez, deveriam se basear num exame daquelas habilidades necessárias para exercer com eficiência as ocupações profissionais da vida adulta. O modelo de Bobbitt estava claramente voltado para a economia. Sua palavra-chave era “eficiência”. O sistema educacional deveria ser tão eficiente quanto qualquer outra empresa econômica (Silva, 2024, p. 22).

Além da perspectiva de Bobbitt, Silva (2024), embora perceba diferença da teorização de Dewey, também a coloca como uma teoria conservadora, pois a teorização pretende propor um currículo que atenda melhor à sociedade capitalista. Ao analisar o currículo proposto por Dewey, Silva (2024) destaca sua maior preocupação com a democracia do que com o

funcionamento da economia. Além disso, Dewey evidencia que a passividade e a dependência configuram práticas antidemocráticas, sendo a escola concebida como um laboratório no qual os alunos devem assumir um papel ativo no próprio processo de desenvolvimento educacional.

Entretanto, Silva (2024) lembra que Dewey, em nenhum momento, questiona o modelo econômico e social da sociedade capitalista, o que faz com que sua teorização curricular seja vista como tradicional/conservadora.

### **1.2.2 Teoria crítica do currículo**

Entre as décadas de 1960 e 1970, período marcado por intensas agitações sociais e transformações políticas, culturais e econômicas, destacaram-se os movimentos de independência das antigas colônias europeias e a emergência de correntes críticas à educação tradicional.

Nesse contexto, surgiram livros, ensaios e teorizações que colocavam em xeque os paradigmas pedagógicos vigentes, impulsionando reflexões sobre a função social da educação e sua relação com as estruturas de poder. A década também foi fortemente caracterizada pelo florescimento de movimentos sociais e culturais que contestavam abertamente a ordem estabelecida e suas instituições.

Segundo Paraíso (2025a), essa época foi marcada por graves precariedades sociais, como desemprego, aumento da criminalidade, violência urbana, conflitos armados, regimes ditatoriais, racismo, machismo, desigualdade de gênero, homofobia e outras formas de opressão. Tais condições fomentaram críticas contundentes, revoltas e protestos em diversos setores da sociedade. Foi nesse contexto que aflorou um desejo de mudanças e surgiram, então, as teorias críticas do currículo.

[...] as teorias críticas do currículo efetuam uma completa inversão nos fundamentos das teorias tradicionais [...]. As teorias críticas sobre o currículo, em contraste, começam por colocar em questão precisamente os pressupostos dos presentes arranjos sociais e educacionais. As teorias críticas desconfiam do status quo, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais (Silva, 2024, p. 29-30).

A perspectiva crítica do currículo também escancara o caráter não neutro do currículo; ele nasce como instrumento de disputa entre diferentes projetos de sociedade. Como alerta Apple (2006), toda seleção curricular implica uma seleção cultural e, portanto, uma forma de poder. Ao refletir sobre esse momento histórico, percebe-se que as teorias tradicionais do

currículo, embora tenham respondido às necessidades de uma época, limitaram o horizonte da educação a uma função essencialmente instrumental.

Silva (2024) apresenta uma breve cronologia dos marcos fundamentais tanto da teoria educacional crítica mais geral quanto da teoria crítica sobre o currículo:

1970 – Paulo Freire, *A pedagogia do oprimido*, 1970 – Louis Althusser, *A ideologia e os aparelhos ideológicos de estado*, 1970 – Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *A reprodução*, 1971 – Baudelot e Establet, *L'école capitaliste en France*, 1971 – Basil Bernstein, *Class, codes and control*, v. 3, 1971 – Michael Young, *Knowledge and control; new directions for the sociology of education*, 1976 – Samuel Bowles e Herbert Gintis, *Schooling in capitalist America*, 1976 – William Pinar e Madeleine Grumet, *Toward a poor curriculum* e 1979 – Michael Apple, *Ideologia e currículo* (Silva, 2024, p. 30).

Assim, mostra o desenvolvimento das teorias críticas da educação e do currículo, como diferentes autores e obras, a partir da perspectiva marxista, contribuíram para a compreensão das relações entre educação, sociedade e poder. Essas teorias destacam que a escola e o currículo não são neutros, mas instrumentos que refletem e reproduzem desigualdades sociais, ideológicas e culturais.

Nessa perspectiva, dando ênfase aos pensadores que contribuíram com essa teoria, vale ressaltar, na linha crítica, Paulo Freire, que, apesar de não desenvolver uma teoria específica sobre currículo, contribuiu para a compreensão do que é um currículo crítico. Moreira (2024) considera que a crítica de Freire ao currículo tradicional está resumida no conceito de educação bancária:

A educação bancária expressa uma visão epistemológica que concebe o conhecimento como sendo constituído de informações e de fatos a serem simplesmente transferidos do professor para o aluno. O conhecimento se confunde com o ato de depósito – bancário [...], o conhecimento é algo que existe fora e independente das pessoas envolvidas no ato pedagógico (Moreira, 2024, p. 58).

A metáfora do “depósito bancário” reforça a ideia de que o processo educativo, quando conduzido por essa lógica, desconsidera a interação dialógica e a construção coletiva do conhecimento. O saber não é entendido como resultado da problematização da realidade, mas como um conjunto de fatos a serem armazenados, desvinculado da vivência e da historicidade dos estudantes.

Do ponto de vista crítico, tal concepção limita a formação integral do sujeito, uma vez que nega a dimensão transformadora da educação. Ela ignora que o conhecimento é também um produto de práticas sociais, culturais e históricas e que a aprendizagem se dá de modo significativo quando conecta teoria e prática, experiência e reflexão.

Portanto, a citação de Moreira (2024) serve como alerta para a necessidade de superar a lógica bancária e reafirmar uma educação que valorize a autonomia intelectual, o diálogo e a participação ativa dos educandos, promovendo-os como sujeitos do processo educativo, e não como recipientes vazios.

Paraíso (2025a) explica que, na perspectiva crítica do currículo, a educação e a política devem caminhar juntas na organização e no planejamento dos currículos. O currículo não é neutro, técnico ou meramente instrucional; ele reproduz relações de poder e reflete as lógicas sociais, econômicas e políticas dominantes.

### **1.2.3 Teorias pós-críticas do currículo**

Segundo Silva (2024), o início das teorias pós-críticas marca uma inflexão importante no campo dos estudos curriculares, especialmente a partir da década de 1990, no Brasil. Essas teorias emergem como uma crítica às limitações das teorias críticas tradicionais, propondo novas formas de pensar o currículo a partir da linguagem, da cultura, da identidade e da subjetividade. Segundo Lopes (2023), elas representam uma virada paradigmática, passando de uma visão universalizante para uma visão relacional e contextual; de uma preocupação com a emancipação racional para uma valorização das diferenças, das identidades e das práticas culturais; e de um currículo como instrumento técnico para um currículo como espaço de significação e disputa simbólica.

Da mesma forma, Paraíso (2025a) destaca que a teoria pós-crítica representa uma importante virada epistemológica e política no campo da educação e propõe um deslocamento do foco tradicional, centrado na função técnico-instrumental do currículo, para uma abordagem que compreende o currículo como produção cultural, discursiva e identitária, influenciada pelas teorias pós-estruturalistas. A autora explica a logística da teorização curricular pós-crítica:

As teorias pós-críticas de currículo questionam os pressupostos das teorias críticas de curriculares, marcadas, sobretudo pelas influências do neomarxismo e da fenomenologia [...], estabelecem as conexões entre currículo, poder, ideologia, reprodução, capitalismo, desigualdades de classes sociais por emancipação. As teorias pós-críticas de currículo estabelecem relações entre o currículo e outros conceitos e temas que, para além da categoria de classe social, são explicativos das lutas e disputas sociais, culturais e políticas dos tempos em que vivemos tais como: gênero, sexualidade, raça, etnia, colonialidade, decolonialidade, culturas, representação, relações de poder, discurso, linguagem, texto, significações, produção de sentidos, territorialidades, identidade, diferença, subjetividade, modo de subjetivação (Paraíso, 2025a, p. 76).

Observa-se a abrangência das teorias pós-críticas de currículo; elas ampliam e aprofundam as análises realizadas pelas teorias críticas tradicionais. Enquanto as abordagens críticas de currículo estavam fortemente ancoradas em categorias como classe social, capitalismo e ideologia, as teorias pós-críticas propõem um olhar mais interseccional e multifacetado sobre o currículo, reconhecendo que ele está imerso em múltiplas relações de poder e processos sociais.

O currículo não é neutro nem simplesmente técnico; é um espaço de disputa e produção de sentidos, refletindo e reproduzindo desigualdades sociais, mas também oferecendo potencial emancipatório. Ao incorporar categorias como gênero, sexualidade, raça, etnia, colonialidade e decolonialidade, essas teorias evidenciam que o currículo envolve não apenas o ensino de conteúdos, mas a constituição de identidades, subjetividades e territorialidades, além de estar ligado às práticas culturais, linguísticas e simbólicas de cada grupo social.

Em suma, as teorias pós-críticas de currículo superam uma análise centrada exclusivamente em classe social, promovendo uma compreensão mais ampla das relações de poder, desigualdades e lutas sociais contemporâneas, reconhecendo que a educação e o currículo são simultaneamente produtos e produtores de cultura, ideologia e estruturas sociais, exigindo uma leitura crítica, reflexiva e contextualizada dos processos educativos.

Silva (2024) chama atenção dentro das teorias pós-críticas para analisarmos as conexões entre currículo e o multiculturalismo:

O multiculturalismo transfere para o terreno político uma compreensão da diversidade cultural que esteve restrita, durante muito tempo, a campos especializados como o da antropologia, embora a própria antropologia não deixasse de criar suas próprias relações de poder-saber, ela contribuiu para tornar aceitável de que não pode estabelecer uma hierarquia entre as culturas humanas, de que todas as culturas são epistemológica e antropológicamente equivalentes (Silva, 2024, p. 86).

Nesse sentido, o multiculturalismo atua como instrumento de valorização e reconhecimento da diversidade, rompendo com a imposição de uma cultura dominante e promovendo a compreensão de que todas as culturas têm equivalência epistemológica e antropológica.

#### **1.2.4 Educação quilombola e currículo quilombola**

A Educação Quilombola se configura como uma política educacional específica, construída a partir das lutas históricas das comunidades remanescentes de quilombos pelo

reconhecimento de seus direitos territoriais, culturais, sociais e educacionais. Mais do que uma modalidade diferenciada de ensino, trata-se de um projeto político-pedagógico comprometido com a justiça social, a superação do racismo estrutural e a valorização dos saberes, das memórias e das identidades negras que, historicamente, foram silenciadas no espaço escolar.

Do ponto de vista histórico, os quilombos representam espaços de resistência à escravidão, à opressão e à negação da humanidade dos povos africanos e afrodescendentes no Brasil. Conforme analisa Clóvis Moura (1993), os quilombos não podem ser compreendidos apenas como refúgios de escravizados fugitivos, mas como organizações sociais, políticas e culturais complexas que construíram formas próprias de produção, educação, religiosidade e convivência comunitária. Nesse sentido, a Educação Quilombola herda essa tradição de resistência e afirmação coletiva, sendo profundamente marcada pela relação com o território e com a ancestralidade.

A dimensão identitária é central na Educação Quilombola. Stuart Hall (2003) contribui ao ver a identidade como um processo histórico, dinâmico e relacional, construído nas interações sociais e nas disputas simbólicas. Aplicada ao contexto quilombola, essa concepção evidencia que a escola deve atuar como espaço de fortalecimento identitário, possibilitando que crianças, jovens e adultos se reconheçam como sujeitos históricos, pertencentes a uma coletividade com saberes, valores e práticas legítimas. A educação, nesse contexto, assume um papel fundamental na reconstrução coletiva e na valorização da negritude.

No campo pedagógico, a Educação Quilombola dialoga diretamente com os pressupostos da educação popular e da pedagogia crítica. Paulo Freire (1996) defende que o ato educativo deve partir da realidade concreta dos educandos, promovendo o diálogo entre saberes populares e conhecimentos sistematizados. Para a Educação Quilombola, isso significa reconhecer as práticas agrícolas tradicionais, as festas, os rituais religiosos, as narrativas orais, a medicina popular e as formas comunitárias de organização como conteúdos legítimos do processo educativo. O conhecimento escolar, nesse sentido, não se sobrepõe ao saber comunitário, mas estabelece com ele uma relação de diálogo e complementaridade.

A perspectiva da interculturalidade crítica, conforme discutida por Candau (2010), também fundamenta a Educação Quilombola. A autora afirma que a interculturalidade não se limita ao reconhecimento da diversidade cultural, mas implica o enfrentamento das desigualdades e das relações de poder que hierarquizam culturas. Assim, a Educação Quilombola deve problematizar o racismo, o colonialismo e as desigualdades históricas, promovendo práticas pedagógicas que contribuam para a equidade e o respeito às diferenças.

Outro aporte teórico fundamental é oferecido por Nilma Lino Gomes (2012a), ao afirmar que a educação das relações étnico-raciais deve ser estruturante do currículo e das práticas escolares. Para a autora, a Educação Quilombola deve promover uma pedagogia da diversidade, comprometida com a desconstrução de estereótipos e com a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana, conforme preconiza a Lei nº 10.639/2003. Nesse contexto, a escola quilombola assume um papel estratégico na formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e de sua história.

A relação entre educação e território é outro eixo estruturante da Educação Quilombola. Conforme destaca Arroyo (2023), o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço de vida, de trabalho, de memória e de identidade. A escola quilombola, portanto, deve estar profundamente enraizada no território, respeitando os tempos da natureza, os calendários culturais e as formas comunitárias de organização social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 8/2012) consolidam essas bases teóricas ao afirmarem que a Educação Quilombola deve ser específica, diferenciada, intercultural e contextualizada. As diretrizes reforçam a necessidade da participação efetiva da comunidade na construção do projeto político-pedagógico, reconhecendo os quilombolas como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento.

Assim, a Educação Quilombola ultrapassa a função de transmissão de conteúdos escolares, assumindo um caráter político, cultural e emancipatório. Ela se constitui como um instrumento de resistência ao racismo, de afirmação da identidade negra e de valorização dos saberes ancestrais, contribuindo para a construção de uma educação democrática, plural e comprometida com a transformação social.

Kabengele Munanga (2019) contribui ao enfatizar que a escola historicamente silenciou as culturas negras e africanas, produzindo estigmas e desigualdades. Segundo o autor, um currículo comprometido com a Educação Quilombola precisa assumir uma perspectiva crítica e decolonial, capaz de desconstruir estereótipos e promover o reconhecimento da diversidade étnico-racial como elemento constitutivo da sociedade brasileira.

Silva (2007) destaca que essa modalidade educativa deve estar comprometida com a reparação histórica e com a promoção da equidade racial. A autora enfatiza que o currículo quilombola precisa articular conhecimentos escolares e saberes tradicionais, reconhecendo as comunidades quilombolas como produtoras de conhecimento, e não apenas como objetos de estudo.

Portanto, o Currículo Quilombola, à luz das contribuições teóricas de autores críticos da educação e das relações étnico-raciais, configura-se como um instrumento de valorização da identidade, de fortalecimento da memória coletiva e de promoção da justiça social. Ele ultrapassa a dimensão pedagógica, assumindo um papel político e cultural fundamental na luta contra o racismo, na afirmação dos direitos territoriais e na construção de uma educação verdadeiramente democrática e plural.

Do ponto de vista conceitual, as diretrizes afirmam que a Educação Escolar Quilombola deve estar fundamentada no reconhecimento da identidade étnico-racial, da ancestralidade africana, da memória coletiva e da relação indissociável entre educação, território e cultura. Nesse sentido, a escola quilombola não pode ser compreendida como mera reprodução do modelo escolar urbano e hegemônico, mas como um espaço educativo que dialoga com as formas próprias de organização social, econômica, política e cultural das comunidades quilombolas.

Um dos princípios centrais das diretrizes curriculares é o respeito ao território quilombola. O território é concebido não apenas como espaço geográfico, mas como lugar de vida, de produção, de espiritualidade, de memória e de resistência. As diretrizes orientam que o currículo, o calendário escolar e as práticas pedagógicas considerem os ciclos da natureza, as atividades produtivas tradicionais, as festas, os rituais e os eventos comunitários, garantindo que a escola esteja integrada à dinâmica da comunidade, e não em oposição a ela.

As diretrizes estabelecem que a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas quilombolas deve ocorrer de forma coletiva, com a participação efetiva de lideranças, anciãos, associações comunitárias e demais membros da comunidade. Essa participação assegura que os conhecimentos tradicionais, as narrativas orais, as práticas culturais e os valores comunitários sejam incorporados ao currículo escolar, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a identidade quilombola.

No campo curricular, as diretrizes defendem um currículo contextualizado, intercultural e interdisciplinar. Isso implica reconhecer os saberes tradicionais como conhecimentos legítimos, articulando-os aos conhecimentos científicos e escolares. As áreas do conhecimento devem dialogar com temas como história local, cultura afro-brasileira, relações étnico-raciais, práticas produtivas, sustentabilidade ambiental, oralidade, religiosidade e organização social quilombola.

As diretrizes também enfatizam a educação das relações étnico-raciais como eixo transversal e estruturante. Em consonância com a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2003; 2008), orientam que a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena

sejam trabalhadas de forma contínua e crítica, combatendo estereótipos, preconceitos e práticas racistas. A escola quilombola, nesse contexto, assume um papel estratégico na promoção da equidade racial e na formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos.

Outro aspecto fundamental abordado pelas diretrizes se refere à formação inicial e continuada de professores. Reconhece-se que a efetivação da Educação Escolar Quilombola exige profissionais preparados para atuar em contextos específicos, com sensibilidade cultural, compromisso político e domínio teórico-metodológico. As diretrizes orientam que os sistemas de ensino promovam políticas de formação que contemplem a história dos quilombos, a educação intercultural, as relações étnico-raciais e os saberes tradicionais, valorizando, sempre que possível, a contratação de professores oriundos das próprias comunidades quilombolas.

## CAPÍTULO II: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

“Nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Conceição Evaristo, 2021, p. 29).

### 2.1 O caminho da pesquisa

A presente pesquisa é fundamentada nas discussões étnico-raciais e nas reflexões de uma educação quilombola, entrelaçadas pelas vivências pessoais. Como já destaquei, ainda que eu não pertença a um grupo quilombola, minha trajetória escolar, desde a infância até a juventude, ocorreu integralmente em instituições rurais situadas em comunidades camponesas.

Desse modo, o estudo emerge de uma confluência entre experiências subjetivas e problemáticas sociais, frequentemente atravessadas pelo sentimento de subalternidade associado à condição de origem rural. É recorrente que estudantes oriundos de escolas do campo, muitas vezes rurais, multisseriadas e camponesas, tenham sido alvo de processos de desvalorização, tanto no que se refere a seus modos de vida quanto às formas de trabalho e de produção vinculadas a esse contexto.

Historicamente, tais práticas e saberes foram frequentemente desconsiderados e rotulados como obsoletos diante dos padrões estabelecidos pela modernidade civilizatória: “Os estudantes oriundos de escolas do campo, rurais, multisseriadas e camponesas são frequentemente alvo de desvalorização, tanto em relação aos seus modos de vida quanto às formas de trabalho e produção” (Arroyo, 2023, p. 27).

Como observa Arroyo (2023), esses estudantes enfrentam não apenas precariedades estruturais, mas também o desprestígio simbólico de seus modos de vida, das formas de produção e dos saberes ancestrais. A escola, muitas vezes organizada segundo padrões urbanos e homogêneos, desconsidera a diversidade sociocultural do campo, contribuindo para a negação da identidade camponesa.

No ano de 2023, ao assumir um compromisso profissional junto à comunidade quilombola Furnas do Dionísio, iniciei atividades voltadas à gestão de ações de alfabetização de crianças, por meio do Programa Compromisso pela Criança Alfabetizada, desenvolvido na Escola Municipal Dionísio Antônio Vieira, situada no centro da comunidade. Essa experiência possibilitou uma aproximação direta com a realidade educacional local, bem como uma

compreensão mais aprofundada das especificidades e das demandas que atravessam o cotidiano escolar no contexto quilombola.

Ao ingressar no curso de mestrado, defini como foco de investigação a análise do currículo escolar a partir da perspectiva da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. A escolha desse tema de pesquisa se justifica tanto pela relevância social quanto pela relevância científica. Do ponto de vista social, trata-se de contribuir para o reconhecimento e a legitimação de práticas educativas que dialoguem com a história, a memória e os modos de vida quilombolas, frequentemente invisibilizados pelas políticas curriculares hegemônicas.

Já sob a perspectiva científica, a investigação possibilita ampliar os debates sobre currículo, identidade e diversidade cultural, problematizando as tensões entre a universalização de conteúdos escolares e a necessidade de contemplar especificidades locais. Assim, o estudo busca não apenas compreender, mas também oferecer subsídios para a construção de propostas curriculares que se alinhem ao direito à diferença, ao fortalecimento das identidades coletivas e à promoção de uma educação quilombola.

Como destacado na introdução, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as características do currículo quilombola a partir da perspectiva da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) historicizar a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio com base na própria perspectiva de seus membros; (ii) investigar se, segundo a comunidade, as escolas existentes demonstram preocupação em contemplar um currículo quilombola; (iii) identificar as mudanças curriculares consideradas relevantes pela comunidade para que o currículo atenda de maneira mais efetiva às suas demandas; e (iv) destacar os saberes e práticas culturais valorizados pela comunidade e considerados fundamentais para a constituição de um currículo quilombola.

Essa definição de objetivos orienta os caminhos metodológicos, pautados na abordagem qualitativa, permitindo compreender o currículo não apenas como instrumento formal de ensino, mas como espaço de preservação cultural, valorização da identidade e protagonismo comunitário. A pesquisa busca, portanto, articular a análise teórica com a experiência vivida pelos membros da comunidade, garantindo que a investigação seja sensível às práticas, aos saberes e aos valores locais.

Cabe destacar que esta proposta está vinculada à linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB), e ao Grupo de Pesquisa Educação e Diferença Cultural, ao qual pertenço. Comprometo-me, junto a este grupo, a

fomentar uma discussão profícua acerca do currículo da educação quilombola, sob a perspectiva da comunidade de Furnas do Dionísio.

Para atender aos objetivos propostos, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa, considerando sua capacidade de apreender experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos participantes. A primeira etapa, como vimos, consistiu no levantamento e na análise de material bibliográfico acerca de referenciais teóricos relacionados às teorias dos currículos.

Minayo (2017) enfatiza que, em pesquisas qualitativas, a revisão bibliográfica deve dialogar com a realidade dos sujeitos estudados, permitindo que os conceitos e as teorias selecionados sejam articulados às práticas e às percepções observadas em campo. Dessa forma, a análise crítica da literatura permite identificar conceitos-chave, embasamentos teóricos e referenciais metodológicos que norteiam a investigação, promovendo coerência entre teoria e prática.

Na segunda etapa da pesquisa, procedeu-se à realização de entrevistas, permitindo o acesso às percepções, às experiências e aos significados atribuídos pelos sujeitos. De acordo com Minayo (2017), a entrevista possibilita compreender a realidade social a partir da perspectiva dos participantes, oferecendo informações que não podem ser obtidas por meio de observações superficiais ou dados estatísticos. Nesse sentido, a entrevista se configurou não apenas como um instrumento de coleta de dados, mas como um espaço de interação dialógica, em que construímos conjuntamente sentidos sobre a comunidade e o currículo quilombola.

Gil (2019) reforça que a entrevista permite explorar experiências individuais e coletivas, acessando conteúdos subjetivos, memórias e narrativas que contribuem para a compreensão de práticas sociais complexas. Ao enfatizar a importância da escuta atenta, o autor nos ajudou a reconhecer a entrevista como um recurso valioso para captar informações contextuais e culturais que dificilmente seriam registradas por outros métodos.

O lócus da investigação foi a Comunidade Remanescente Quilombola Furnas do Dionísio, localizada na zona rural do município de Jaraguari, a 45 quilômetros da capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. A escolha desse local se justifica pela relevância histórica, cultural e social da comunidade, bem como pelo acesso às práticas educativas, aos saberes tradicionais e às experiências coletivas que orientam a construção de sua identidade e a compreensão do currículo escolar local.

Antes do início das entrevistas, estabeleceu-se contato preliminar com a presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio (APPR), senhora Maria Aparecida Martins, conhecida como Cidinha, residente local e liderança reconhecida pela

comunidade. Esse diálogo inicial teve como objetivo respeitar o protagonismo local e compreender as formas de organização coletiva, promovendo uma aproximação ética e contextualizada com o campo de pesquisa.

A partir dessa interlocução, procedeu-se à realização de uma consulta prévia e de uma escuta atenta acerca dos potenciais participantes da pesquisa, o que possibilitou identificar sujeitos com capacidade de contribuir de forma significativa para o estudo. Com base nesse levantamento, foi elaborada uma lista de lideranças locais consideradas relevantes para o aporte investigativo. Ao final desse processo, foram selecionados 12 participantes, organizados em dois grupos etários e três categorias: **anciãos, lideranças e professores**. Entre os sujeitos entrevistados, seis possuíam idades entre 30 e 60 anos e seis tinham mais de 60 anos, o que garantiu a diversidade de experiências e perspectivas sobre o currículo quilombola na comunidade. Destaco que os anciãos têm de 72 a 92 anos.

A escolha dos sujeitos da pesquisa se fundamentou na perspectiva de que os participantes deviam ser selecionados com base em sua capacidade de fornecer informações significativas sobre o fenômeno investigado, privilegiando experiências e saberes relevantes para o estudo. Além disso, Gil (2019) enfatiza que a seleção criteriosa dos sujeitos possibilita compreender o fenômeno em sua complexidade, garantindo que diferentes perspectivas e contextos sejam contemplados. Patton (2015) complementa, destacando que a escolha intencional (amostragem intencional) é central para pesquisas qualitativas, pois permite identificar indivíduos que detenham conhecimento especializado ou experiência direta sobre o tema investigado, aumentando a riqueza e a relevância das informações coletadas.

O contato inicial com os participantes foi estabelecido por meio de ligações telefônicas. Para os sujeitos com idade superior a 60 anos, procedeu-se, inicialmente, ao diálogo com membros de suas famílias, a fim de obter consentimento prévio, seguido do contato direto com os próprios participantes.

As entrevistas foram agendadas previamente, com datas e horários definidos por eles, e realizadas nas residências dos entrevistados, assegurando um ambiente familiar e confortável. Em todas as ocasiões, foram explicitados os objetivos da pesquisa, garantida a voluntariedade da participação e informada sobre a gravação das entrevistas. Ademais, foi obtido consentimento formal para a transcrição integral das falas, bem como para a utilização dos nomes reais dos entrevistados em citações, preservando, assim, a ética e a transparência do processo investigativo.

As entrevistas foram realizadas nos meses de maio e junho de 2025. Os encontros com a equipe escolar ocorreram na Escola Municipal Dionísio Antônio Vieira e na Escola Estadual

Zumbi dos Palmares, especificamente na sala dos professores, durante o horário de atividades letivas. Já as entrevistas com os demais participantes ocorreram em suas residências, garantindo maior conforto e familiaridade.

Segue abaixo o quadro, no qual são apresentados os sujeitos selecionados para as entrevistas realizadas nesta pesquisa, organizados em três grupos: anciãos, lideranças comunitárias e professores. Essa classificação tem por objetivo evidenciar a diversidade de perspectivas contempladas, considerando a relevância de cada grupo na preservação da memória, na gestão comunitária e na prática educativa local:

**Quadro 1** – Os sujeitos entrevistados

<b>Grupo</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade / Função</b>	<b>Data da entrevista</b>
Anciãos	Rafael Antônio Theodoro	92 anos	29/05/2025
	Maria Abadia Martins	87 anos	18/06/2025
	Dorvalino Batista da Silva	89 anos	18/06/2025
	Leonídia Jerônima Martins	90 anos	29/05/2025
	Lurdete Santos da Silva	72 anos	30/05/2025
Lideranças da Comunidade	Maria Aparecida Silva Martins (Cidinha)	Presidente da APPR	10/06/2025
	Daniele do Carmo Martins	Vereadora municipal	17/06/2025
	Declair Santana da Silva	Mestra da dança do Engenho Novo	10/06/2025
Professores	Vanderlei José dos Santos	Professor externo comprometido com a comunidade	22/05/2025
	Renildo Ferreira dos Santos	Professor da comunidade	11/06/2025
	Clemilda Serafim Martins	Professora da comunidade	10/06/2025
	Luciene Prado dos Santos	Professora da comunidade	22/05/2025

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2025)

No quadro apresentado anteriormente, foram sistematizados os dados referentes aos sujeitos entrevistados, contemplando aspectos considerados essenciais para a compreensão do contexto educacional da comunidade pesquisada. Complementarmente a essas informações, a seguir, apresenta-se a descrição individual de cada um dos sujeitos entrevistados, com o objetivo de aprofundar a caracterização de seus perfis e de suas contribuições para o estudo.

**Figura 2** – Professora Luciene Prado dos Santos



Fonte: Facebook (2012)

**Professora Luciene Prado dos Santos**, natural da comunidade quilombola Furnas do Dionísio, construiu toda a sua trajetória pessoal e profissional profundamente vinculada à história e às lutas de sua comunidade de origem. Ao longo de sua vida, sempre atuou em prol do fortalecimento social, cultural e educacional da comunidade, demonstrando compromisso permanente com a valorização da identidade quilombola e com a garantia do direito à educação de qualidade.

Atualmente, com 48 anos, a professora Luciene reside em Campo Grande, porém, é servidora concursada do município de Jaraguari desde 2004, com carga horária de 40 horas/aula. Possui licenciatura em Letras e em Pedagogia pela UCDB, além de especialização *lato sensu* em Educação Infantil, formação que sustenta sua prática pedagógica e seu olhar sensível para a infância no contexto da educação quilombola.

Sua trajetória docente teve início na própria comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, onde vivenciou, desde os primeiros anos de atuação, os desafios e as potencialidades de uma educação contextualizada e comprometida com o território. Em determinado período de sua carreira, afastou-se da sala de aula por quatro anos para exercer a função de secretária municipal de Cultura, experiência que ampliou sua compreensão sobre as políticas públicas, a cultura local e a importância da articulação entre educação e identidade cultural. Após esse período, retornou à docência, reafirmando seu compromisso com a educação pública.

Luciene atua como professora da Educação Infantil, atendendo a turmas de Pré I e Pré II na Escola Municipal Dionizio Antônio Vieira. Durante a entrevista realizada para esta

pesquisa, a professora Luciene demonstrou ter muitas expectativas em relação à Educação Quilombola e à construção de um currículo específico, contextualizado e comprometido com a realidade das comunidades quilombolas. Suas reflexões, experiências e contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, uma vez que articulam prática pedagógica cotidiana com uma visão crítica e propositiva sobre a Educação Quilombola e o Currículo Quilombola.

**Figura 3** – Professor Vanderlei José dos Santos



Fonte: Arquivo pessoal (2025)

**Professor Vanderlei José dos Santos**, de 50 anos, embora não seja natural da comunidade quilombola Furnas do Dionísio, destaca-se como um importante ativista do movimento negro e pesquisador das temáticas relacionadas à educação antirracista, às relações étnico-raciais e aos estudos da diversidade cultural. Sua atuação acadêmica e profissional é marcada pelo compromisso com a valorização da cultura negra e pela luta contra o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Em sua compreensão, a Educação Quilombola representa um avanço significativo para as comunidades quilombolas, na medida em que contribui para o fortalecimento da identidade, da memória coletiva e do pertencimento cultural. Durante a entrevista, ao ser questionado sobre a importância de atividades que valorizem a cultura negra e quilombola para além das ações já existentes na escola, o professor ressaltou que tais práticas são fundamentais, sobretudo diante de um processo histórico e contínuo de apagamento, invisibilização, desconsideração, inferiorização e dominação do povo negro no Brasil.

Segundo ele, essas práticas discriminatórias são heranças do período colonial, quando os africanos trazidos ao país foram socialmente inferiorizados, apesar de não possuírem menor capacidade intelectual ou cultural. Para o professor, não se tratava de inferioridade, mas de um processo histórico de inferiorização imposto.

No que se refere à sua formação acadêmica, o professor Vanderlei é licenciado em Artes Cênicas e Dança pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), possui mestrado em Letras pela mesma instituição e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Além da docência, Vanderlei atua como produtor cultural, com ênfase na elaboração e na execução de projetos culturais e sociais, desenvolvidos em parceria com a APPR, ampliando o diálogo entre educação, cultura e território.

**Figura 4** – Professora Clemilda Serafim Martins



Fonte: Facebook (2023)

**Professora Clemilda Serafim Martins**, de 60 anos, nasceu e foi criada na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, pertencendo a uma família tradicional do território. Sua trajetória de vida está profundamente enraizada na história da comunidade, uma vez que sua mãe é neta de Dionísio; portanto, Clemilda é bisneta desse importante ancestral. Desde o seu nascimento, permaneceu na comunidade, construindo uma relação estreita com o território, as memórias coletivas e os saberes transmitidos entre gerações.

Durante a conversa realizada para esta pesquisa, a professora Clemilda destacou a importância de sua juventude e de sua formação identitária no interior da comunidade. Segundo seu relato, sempre demonstrou grande interesse em conhecer sua origem, buscando

dialogar com as pessoas mais velhas e compreender como viviam, de onde vinham e quais histórias carregavam. Ressaltou, de modo especial, a influência de sua avó, Gerônima, esposa do filho mais novo de Dionísio, reconhecida na comunidade por sua ampla vivência e pelos conhecimentos acumulados ao longo do tempo.

Além de sua atuação docente, a professora Clemilda desenvolve diversos projetos na comunidade, voltados à valorização cultural e ao resgate de práticas tradicionais. Dentre essas iniciativas, destaca-se o projeto de resgate da Dança da Catira, ação que reafirma a importância da cultura popular como elemento constitutivo da identidade quilombola e como prática educativa que dialoga com a escola e com a comunidade.

No que se refere à sua formação acadêmica, a professora Clemilda é licenciada em Letras pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tendo concluído sua graduação no ano de 2000. Desde então, atua na Escola Estadual Zumbi dos Palmares, situada na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, sempre por meio de convocações em processos seletivos.

**Figura 5** – Ancião Rafael Antônio Theodoro



**Fonte:** Arquivo pessoal (2025)

**Rafael Antônio Theodoro**, popularmente conhecido como Senhor Fael, natural de Furnas do Dionísio, é atualmente o ancião mais velho da comunidade, com 92 anos de idade. Apesar da idade avançada, mantém-se lúcido, atento e com memória preservada, recordando com riqueza de detalhes acontecimentos que atravessam desde a sua infância até os dias atuais, o que o torna uma referência viva da história, da cultura e da memória coletiva da comunidade.

Aposentado, viúvo, pai de sete filhos e avô de 23 netos, o senhor Fael reside em sua casa sob os cuidados das filhas Laura e Lurdete. Durante as conversas realizadas no âmbito desta pesquisa, demonstrou grande disposição para dialogar, compartilhar experiências e narrar fatos significativos de sua trajetória de vida, sempre com clareza, sensibilidade e senso crítico.

O senhor Fael relatou que não teve oportunidade de estudar por muito tempo, em razão das condições sociais e históricas de sua época. No entanto, destacou que aprendeu o suficiente para lidar com o dia a dia, evidenciando saberes construídos na prática, na oralidade e na vivência comunitária. Em um dos momentos da conversa, inclusive, lançou espontaneamente um pequeno problema matemático para que eu resolvesse, revelando sua agilidade intelectual, seu apreço pelo raciocínio lógico e sua curiosidade permanente.

Nesse sentido, o senhor Fael se configura como um colaborador fundamental para esta dissertação, não apenas pelas informações que compartilhou, mas, sobretudo, por representar a voz da ancestralidade, da resistência e dos saberes tradicionais da comunidade quilombola. Sua contribuição reafirma que o conhecimento não se limita à escolarização formal, mas se constrói também na experiência, na memória e na relação profunda com o território e com a história coletiva.

**Figura 6** – Professor Renildo Ferreira dos Santos



Fonte: Facebook (2021)

**Professor Renildo Ferreira dos Santos**, 50 anos, é diretor da Escola Municipal Dionísio Antônio Vieira, localizada na comunidade quilombola Furnas do Dionísio. Sua

trajetória pessoal e profissional está profundamente ligada à história da comunidade, marcada por vivências, memórias e um compromisso contínuo com a educação quilombola.

Quando criança, residiu na comunidade, mas, por questões de sobrevivência, mudou-se posteriormente para Campo Grande. Mesmo assim, mantinha vínculo constante com Furnas do Dionísio, retornando quase todos os finais de semana. Na juventude, ainda cursando o Ensino Médio, surgiu a oportunidade de trabalhar na escola da comunidade. A partir desse momento, passou a residir novamente em Furnas do Dionísio em função do trabalho e, desde então, manteve-se vinculado de forma permanente à escola e à comunidade. Após alguns anos, foi aprovado em concurso público, afastou-se por um período, mas retornou e permanece até hoje, juntamente com sua família.

O professor Renildo é servidor concursado do município de Jaraguari, com carga horária de 40 horas. Possui formação em Normal Superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e pós-graduação em Gestão Escolar. Em 2024, participou do processo seletivo para a função de diretor escolar, assumindo a direção da Escola Municipal Dionísio Antônio Vieira para um mandato de quatro anos. Demonstra ter clareza conceitual e prática acerca da Educação Quilombola e do Currículo Quilombola, compreendendo-os como fundamentais para o fortalecimento da identidade, da memória e do pertencimento comunitário.

Durante a entrevista, o professor Renildo compartilhou memórias marcantes de sua infância na comunidade, especialmente relacionadas à arquitetura tradicional. Relatou que uma das lembranças mais significativas se refere à última casa que ainda preservava aspectos da arquitetura antiga, hoje já inexistente, mas guardada em sua memória. Segundo ele, as construções apresentavam um alto nível de detalhamento, com estruturas de madeira encaixadas umas às outras, praticamente sem o uso de pregos, utilizando técnicas construtivas tradicionais. As paredes eram feitas de barro, em sistemas como pau-a-pique ou taipa, e os vãos preenchidos com materiais disponíveis no território. Para o professor, tratava-se de uma arquitetura rica, semelhante às casas do período colonial, que infelizmente não foi preservada como patrimônio histórico da comunidade.

Outro aspecto marcante destacado em sua narrativa diz respeito às festas tradicionais da comunidade. Embora simples, eram extremamente ricas do ponto de vista cultural e promoviam forte união entre as pessoas. Segundo ele, à época, não se tinha plena consciência da importância desses momentos, algo que só se tornou evidente com o passar do tempo. As festas, especialmente a de Santo Antônio, considerada a principal celebração da infância, reuniam moradores da comunidade e visitantes conhecidos, em um fluxo muito menos intenso

do que o turismo atual. Além disso, recorda com nostalgia os espaços de lazer e os rios da comunidade, que eram limpos, acessíveis e utilizados livremente por todos, fortalecendo os laços comunitários e o convívio coletivo.

Essas memórias e reflexões evidenciam a relevância da trajetória do professor Renildo como colaborador desta pesquisa, uma vez que sua experiência articula vivências pessoais, atuação profissional e uma compreensão sensível da Educação Quilombola enquanto instrumento de preservação da história, da cultura e da identidade da comunidade de Furnas do Dionísio.

**Figura 7** – Anciã Maria Abadia Martins



**Fonte:** Arquivo pessoal (2025)

**Dona Maria Abadia Martins**, de 85 anos, é professora aposentada e amplamente conhecida na comunidade quilombola Furnas do Dionísio como Tia Maria da Escola ou, mais recentemente, como Maria do Bulicho. Nascida na própria comunidade, no dia primeiro de junho de 1945, veio ao mundo por meio de parto realizado pela parteira Tia Sinhana. É filha de Abadio Dionísio Martins, filho de Dionísio Antônio Vieira, fundador da comunidade, e de Eva Lazara da Silva. Do casal nasceram 13 filhos, estando vivos atualmente apenas Dona Maria Abadia e seu irmão Joaquim Abadio Martins, três anos mais velho.

Na vida pessoal, casou-se aos 22 anos com Leovaldo Luduvino de Almeida Silva, com quem teve quatro filhos: Aldemiro Martins, Ramão Martins, Lorenço Martins e Ludivina Martins. Aos 30 anos, ficou viúva e optou por não se casar novamente, permanecendo, desde então, dedicada ao trabalho, à família e à comunidade.

Em suas memórias escolares, Dona Maria Abadia recorda com carinho o professor Benedito, figura central em sua formação. Ele era reconhecido na comunidade como uma

autoridade respeitada, responsável não apenas pelo ensino, mas também pela formação moral e pelos bons costumes. Sua caligrafia era admirada por Maria Abadia, despertando nela o gosto pela escrita. Com ele, estudou até o antigo quarto ano, limite de escolarização existente na comunidade à época. Após concluir essa etapa, permaneceu na escola, auxiliando o professor nas atividades pedagógicas, iniciando, assim, sua trajetória na educação.

Posteriormente, com a chegada da professora Sônia, continuou colaborando na escola, especialmente devido ao grande número de alunos. Nesse mesmo período, as irmãs salesianas passaram a atuar na comunidade, apoiando a educação escolar e a igreja. Dona Maria Abadia participou de cursos, retiros e encontros formativos promovidos pelas irmãs, aprofundando seus conhecimentos na fé e na pedagogia salesiana, o que a levou a atuar como catequista, acompanhando crianças e jovens da comunidade.

Com a saída da professora Sônia, seu nome foi indicado pelos líderes comunitários ao prefeito de Jaraguari, que a contratou como professora. A partir desse momento, desenvolveu um trabalho articulado entre escola, igreja e comunidade, sempre com o apoio das irmãs salesianas. Organizou um coral escolar que se apresentava em eventos religiosos e escolares e nos festejos da comunidade, fortalecendo a cultura local e a participação dos estudantes.

Dona Maria Abadia dedicou cerca de 10 anos à educação da comunidade, entre 1975 e 1984, com atuação intensa em reforço escolar, leitura, organização de eventos, projetos com jovens e adultos e participação nas liturgias da igreja. Por motivos de saúde, afastou-se das atividades educacionais e, posteriormente, abriu um pequeno comércio em sua residência, localizado em frente à escola municipal, passando a ser conhecida como Maria do Bulicho.

Ao longo de sua vida, sempre se reconheceu como uma mulher trabalhadora que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da comunidade, destacando o papel fundamental da Igreja Católica e das irmãs salesianas no processo de formação educacional e social da população local.

**Figura 8** – Daniela do Carmo Martins



**Fonte:** Facebook (2025)

**Vereadora Daniela do Carmo Martins**, de 35 anos, é uma liderança política vinculada à Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio e possui formação em Educação Física. Embora atualmente não atue na docência, sua trajetória pessoal, formativa e política está profundamente relacionada à educação, à identidade quilombola e às lutas históricas da comunidade.

Daniela relata que nasceu, estudou e passou grande parte de sua vida na comunidade, o que lhe permite afirmar a existência de uma história rica, marcada pela resistência e pela preservação cultural, especialmente entre os descendentes de Dionísio. Segundo sua narrativa, no século passado, a vida na comunidade era simples e fortemente conectada à natureza, com a manutenção de práticas tradicionais herdadas dos antepassados africanos. Muitas dessas práticas permanecem até os dias atuais, como o cultivo de mandioca, milho, feijão e arroz, a organização de pequenas hortas para consumo próprio, a criação de animais para subsistência e a coleta sustentável de frutos nativos e raízes medicinais do Cerrado, além da existência de pequenos comércios internos à comunidade.

Daniela também problematiza as desigualdades históricas relacionadas à questão fundiária, ressaltando que, enquanto povos brancos foram indenizados por terras desocupadas, os povos negros, descendentes de Dionísio, ainda não tiveram reparação adequada pelas terras que lhes foram retiradas, evidenciando a persistência de injustiças históricas.

No que se refere à educação, a vereadora manifesta preocupação com a realidade vivenciada pelos jovens da comunidade. Segundo sua percepção, muitos frequentam a escola por obrigação, sem entusiasmo ou perspectivas claras de futuro. Ela aponta a ausência de políticas e práticas escolares que despertem o interesse dos estudantes, bem como a falta de

ações voltadas à orientação vocacional e à preparação para o ingresso no ensino superior. Para Daniela, a escola precisa assumir um papel mais ativo na formação integral dos jovens, contribuindo para que saiam do espaço escolar com projetos de vida definidos e condições reais de acesso à educação superior.

A fala da vereadora evidencia uma visão crítica e comprometida com a defesa dos direitos da comunidade quilombola, articulando memória, território, educação e justiça social. Sua contribuição para esta pesquisa reforça a importância de lideranças políticas que compreendem a Educação Quilombola como instrumento fundamental para o fortalecimento identitário, a superação das desigualdades históricas e a construção de perspectivas de futuro para as novas gerações.

**Figura 9** – Lurdete Santos da Silva



**Fonte:** Arquivo pessoal (2025)

**Dona Lurdete Santos da Silva**, conhecida na comunidade como Dete, é uma importante liderança cultural e religiosa, reconhecida pela comunidade como Mestra da Dança do Ofertório. Aos 66 anos, Dona Lurdete é viúva, mãe de seis filhos, avó de 24 netos e bisavó de quatro bisnetos. Sua trajetória de vida está profundamente entrelaçada à história da comunidade, onde nasceu, cresceu, casou-se e criou seus filhos.

Dona Lurdete relata que toda a sua vida foi construída naquele território, marcado por relações de solidariedade, trabalho coletivo e fortes vínculos familiares. As casas, segundo suas lembranças, eram de pau-a-pique, e a sobrevivência exigia esforço constante. Filha de uma mãe que teve nove filhos, viveu uma infância simples, em um contexto no qual o parto era realizado por parteiras e as condições de vida eram bastante difíceis.

Um dos episódios mais marcantes de sua trajetória se refere a uma grave enfermidade que a acompanhou desde a infância. Segundo seu relato, desde os 10 anos sofria com desmaios e episódios inexplicáveis, que a família tentou tratar por diversos meios, recorrendo a médicos, líderes religiosos, benzedores e igrejas. Foi entre os 15 e os 16 anos de idade, já casada, que Dona Lurdete afirma ter recebido a cura, após fazer uma promessa a Nossa Senhora Aparecida.

Ela narra que, em um momento de confusão mental e fragilidade física, teve uma experiência espiritual na qual Nossa Senhora lhe apareceu e lhe orientou, inclusive em uma atividade cotidiana, como o tricô que tentava fazer. A partir dessa experiência, fortaleceu sua fé e fez um voto: todos os anos, no dia 12 de outubro, rezaria um terço, ofereceria almoço à comunidade e realizaria a partilha dos alimentos. O episódio ocorreu em 5 de outubro de 1975, uma semana antes da data dedicada à santa.

Com o cumprimento da promessa, Dona Lurdete afirma ter sido curada da enfermidade. A partir daquele ano, o terço e a celebração em honra a Nossa Senhora Aparecida passaram a se consolidar como uma tradição comunitária, dando origem à Festa de Nossa Senhora de Aparecida do Morro da Igrejinha, que hoje atrai devotos de diferentes regiões do estado.

Atualmente, a festividade acontece todos os anos, no dia 12 de outubro. Pela manhã, é realizado o terço, seguido de procissão até o morro da igreja. Em seguida, ocorre a celebração da missa, durante a qual acontece a encenação com canto e a Dança do Ofertório, momento em que são ofertados produtos da terra, como pão, rapadura, queijo e farinha, produzidos com a colaboração da comunidade. Ao meio-dia, é servido o almoço coletivo, seguido da distribuição de doces. Com o passar do tempo, o número de participantes aumentou significativamente, assim como as doações recebidas, o que fortaleceu ainda mais a festa.

Segundo ela, no início, durante os primeiros cinco anos, a família precisava economizar ao longo do ano para garantir a realização do evento. Hoje, a festividade conta com ampla colaboração da comunidade e dos visitantes, que contribuem com alimentos e recursos. A preparação começa cerca de um mês antes, com a organização dos alimentos, muitos deles preparados em tachos e em fogões improvisados, preservando modos tradicionais de fazer.

Por conta da idade e das limitações físicas, Dona Lurdete já não consegue mais subir até o morro. Atualmente, realiza a procissão em um percurso adaptado entre a pedra e a igreja construída por ela. Ainda assim, segue como referência espiritual e cultural, guardiã

da memória, da fé e das práticas que fortalecem a identidade comunitária e mantêm viva a tradição da Dança do Ofertório.

**Figura 10** – Anciã Leonídia Jerônima Martins



**Fonte:** Arquivo pessoal (2025)

**Dona Leonídia Jerônima Martins**, de 89 anos, é uma das anciãs da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio. Nascida em 22 de julho de 1935, é mãe de sete filhos, dos quais dois já faleceram, além de avó, bisavó e tataravó. Sua história de vida está profundamente vinculada à formação, à resistência e à memória coletiva da comunidade.

Leonídia nasceu nas proximidades de Furnas do Dionísio e, ainda criança, retornou definitivamente para a comunidade após o falecimento de seu pai biológico. Criada em um contexto de extrema pobreza, viveu desde cedo as dificuldades impostas pela ausência do pai e, posteriormente, pela perda da mãe, que faleceu em decorrência de complicações no parto. Ainda criança, assumiu responsabilidades domésticas e, a partir dos 10 anos, passou a trabalhar na roça, contribuindo para a subsistência da família.

Sua infância e juventude foram marcadas pelo trabalho agrícola, incluindo o cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar e café, além da produção artesanal de melado e rapadura. Essas atividades revelam modos tradicionais de produção e organização do trabalho característicos da comunidade naquele período.

Leonídia também relembra a chegada da primeira escola à comunidade, construída em regime de mutirão dentro das terras de sua família. No entanto, o acesso à educação formal foi negado às meninas, devido a concepções patriarcais que restringiam o estudo às crianças do sexo masculino. Mesmo impedida de frequentar a escola, Leonídia desenvolveu estratégias de

resistência, aprendendo a ler e escrever de forma clandestina com o apoio do professor Nativo, que lhe fornecia materiais e tarefas realizadas às escondidas.

Já adulta e casada, teve a oportunidade de participar das aulas de alfabetização de jovens e adultos por meio do Mobral, ampliando seus conhecimentos e consolidando sua alfabetização. Apesar das interrupções e das violências simbólicas vividas ao longo de sua trajetória educacional, Leonídia se tornou leitora assídua, mantendo até hoje o hábito da leitura e demonstrando interesse pelos acontecimentos do país e do mundo.

Sua narrativa evidencia as desigualdades de gênero, o racismo estrutural e as limitações históricas de acesso à educação enfrentadas pelas mulheres quilombolas, ao mesmo tempo em que revela estratégias de resistência, desejo de aprendizagem e valorização do saber como instrumento de emancipação e dignidade.

**Figura 11** – Declair Santana da Silva



Fonte: Facebook (2026)

**Declair Santana da Silva**, de 45 anos, conhecida como Dedê, é mestra da Dança do Engenho e atual presidente da Associação de Pais e Mestres (APM) da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. Declair nasceu na própria comunidade, onde viveu até os 12 anos, mudando-se, posteriormente, para a comunidade São Benedito, também de tradição negra. Sua história de vida é marcada por fortes vínculos com o território, a cultura e a memória coletiva quilombola.

Declair iniciou seus estudos em Furnas do Dionísio e guarda lembranças afetivas de uma infância simples e comunitária, vivida entre brincadeiras coletivas, banhos de córrego,

pescarias e longos trajetos a pé até a escola. As casas eram construídas em pau-a-pique, com chão batido e cobertura de folhas ou capim, e não havia água encanada, sendo os córregos utilizados para atividades domésticas, como a lavagem de roupas. Essas experiências revelam um modo de vida baseado na coletividade, no trabalho compartilhado e na relação direta com a natureza.

Enquanto mestra da Dança do Engenho, Declair destaca essa manifestação como uma das mais importantes expressões culturais da comunidade. A Dança do Engenho Novo, de matriz africana, surgiu em Furnas do Dionísio e representa simbolicamente o ato de moer a cana-de-açúcar, prática realizada pelos antepassados durante o período da escravização. A dança é realizada em roda, com pés descalços e firmemente marcados no chão, movimentos corporais flexíveis e entrelaçamento dos pares, remetendo à engrenagem do engenho em funcionamento.

O ritmo da dança se inicia de forma lenta e vai se intensificando progressivamente, acompanhando simbolicamente o aumento da força e da velocidade da moagem da cana. Resgatada no ano 2000, por iniciativa de uma professora, essa tradição voltou a ocupar lugar de destaque na comunidade. Hoje o grupo conta com 16 pares, vestimentas próprias e musicalidade específica, sendo apresentado tanto em eventos locais quanto em espaços externos, como apresentações realizadas em Brasília, reafirmando a Dança do Engenho Novo como patrimônio cultural e símbolo de resistência, identidade e ancestralidade de Furnas do Dionísio.

**Figura 12** – Maria Aparecida Silva Martins



Fonte: Facebook (2024)

**Maria Aparecida Silva Martins**, conhecida como Cidinha, é presidente da APPR. Sua trajetória de vida é marcada por desafios desde a infância, vivida em condições de extrema simplicidade após a perda precoce da mãe. Criada pelo pai, senhor Jorge Sebastião Abadio Martins, Cidinha cresceu em um contexto de pobreza, mas também de forte união familiar, cuidado mútuo e resistência.

Ao longo de sua vida, assumiu responsabilidades importantes dentro da família e da comunidade, destacando-se pelo compromisso coletivo e pela capacidade de liderança. Como presidente da associação, atua na articulação de projetos, no acesso a políticas públicas e no fortalecimento da produção local, contribuindo para a melhoria da renda, da organização comunitária e da valorização do trabalho dos produtores rurais.

Cidinha também é uma defensora da Educação Quilombola e da preservação cultural, acreditando que a escola deve dialogar com a realidade da comunidade, respeitar suas tradições, crenças e modos de vida, além de contribuir para a formação cidadã das crianças e dos jovens. Sua atuação reafirma o papel das mulheres na condução das organizações comunitárias e na luta pela valorização da identidade, da cultura e dos direitos da comunidade de Furnas do Dionísio.

**Figura 13** – Dorvalino Batista da Silva e sua esposa



Fonte: Arquivo pessoal (2025)

**Dorvalino Batista da Silva**, de 83 anos, é morador histórico da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio e reconhecido como mestre da Dança da Catira e da Dança do Vilão. Nascido e criado na comunidade, viveu a infância em um contexto marcado pela

simplicidade das moradias de pau-a-pique, pelo trabalho na roça e pela forte convivência comunitária. Descendente direto de Dionísio Antônio Vieira, fundador da comunidade, Dorvalino carrega em sua trajetória a memória viva da ancestralidade quilombola local.

Filho de Ana Maria Batista da Silva, conhecida como Tia Sinhana, importante liderança cultural, espiritual e social da comunidade, herdou dela os saberes tradicionais, o respeito aos mais velhos e o compromisso com a preservação das manifestações culturais. Sua mãe se destacou como parteira, benzedeira, raizeira e articuladora dos rituais comunitários, contribuindo de forma decisiva para a manutenção das tradições, das danças e da organização social do quilombo.

Ao longo de sua vida, Dorvalino se tornou guardião das danças tradicionais, especialmente da Catira e do Vilão, expressões culturais que unem música, dança, oralidade e espiritualidade, transmitidas de geração em geração. Sua vivência evidencia a relação entre cultura, trabalho, educação e território, reafirmando a dança como instrumento de resistência, identidade e educação ancestral na comunidade de Furnas do Dionísio.

Para dialogar com esses sujeitos, criamos um roteiro de entrevista, um instrumento orientador, destinado a coletar informações, aprofundar compreensões e captar os pontos de vista dos sujeitos inseridos em um mesmo contexto sociocultural, acerca da temática em análise. Inspirando-se em Silveira (2002, p. 17), entendeu-se que

[...] o roteiro de entrevista deve ser compreendido como um instrumento metodológico flexível, que organiza o encontro entre pesquisador e entrevistado, mas não determinam de forma absoluta os caminhos do diálogo. O que se busca é a produção compartilhada de sentidos, e não a simples coleta de dados.

Assim, o roteiro de entrevistas foi concebido como um instrumento metodológico orientador, não sendo interpretado como um questionário rígido, mas como um recurso flexível, aberto às singularidades da fala e à construção de sentidos no diálogo entre pesquisador e entrevistado.

O roteiro continha 16 questões semiestruturadas, cuidadosamente formuladas para investigar experiências, percepções e saberes dos participantes, considerando seu contexto sociocultural e histórico, bem como os objetivos centrais da pesquisa:

1. Fale um pouco sobre sua trajetória de vida na comunidade.
2. Como era a comunidade de Furnas do Dionísio na sua infância?
3. Dentre os aspectos mencionados, o que considera mais importante?
4. E na juventude? E na fase adulta?

5. Poderia narrar a trajetória de Dionísio, fundador da comunidade? Aproximadamente, em que período isso ocorreu?
6. Quando surgiu a primeira escola na comunidade? Lembra-se de como ela foi criada? Como era essa escola? Você estudou nela? Por quanto tempo?
7. Possui registros documentais, como fotos, cartas ou objetos da época? Autoriza que tais documentos sejam fotografados e incluídos na pesquisa?
8. Quais elementos de sua época escolar consideram relevantes para a escola atual?
9. Como foi o processo de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo? Quando e como ocorreu? Você participou desse processo?
10. Quais características da comunidade você destacaria? (Convivência, tradições, economia, vínculos de solidariedade...)
11. Qual a sua avaliação sobre a escola atual da comunidade? Ela atende aos interesses locais? As crianças gostam de estudar nela?
12. A escola promove atividades, disciplinas ou eventos relacionados à cultura quilombola? Essas ações são valorizadas? Há espaço para mais?
13. Existem práticas que recuperam elementos históricos e tradicionais da comunidade, valorizando a cultura negra e quilombola?
14. Quais mudanças poderiam ser implementadas para que a escola atenda melhor à comunidade? Poderia sugerir atividades voltadas à valorização da cultura e da identidade quilombola?
15. Há práticas e saberes da comunidade que poderiam ser incorporados ao currículo escolar? Quais seriam?
16. Em sua percepção, os professores demonstram interesse pelos valores e pela história da comunidade? Você acredita que seria importante haver mais docentes oriundos da própria comunidade? Por quê?

Os áudios das entrevistas foram transcritos na íntegra, pois, segundo Silveira e Córdova (2009), a transcrição integral constitui uma etapa fundamental do processo investigativo, pois assegura rigor metodológico e fidelidade aos dados empíricos, possibilitando uma análise coerente com os referenciais teóricos adotados. Como afirmam os autores, “a entrevista deve ser integralmente transcrita, de modo a garantir a fidedignidade e a consistência da análise dos dados obtidos” (Silveira; Córdova, 2009, p. 73).

Após a realização das entrevistas na comunidade, recebi um áudio de Anderson dos Santos de Moura, membro quilombola, no qual relatava desenvolver trabalhos artísticos com

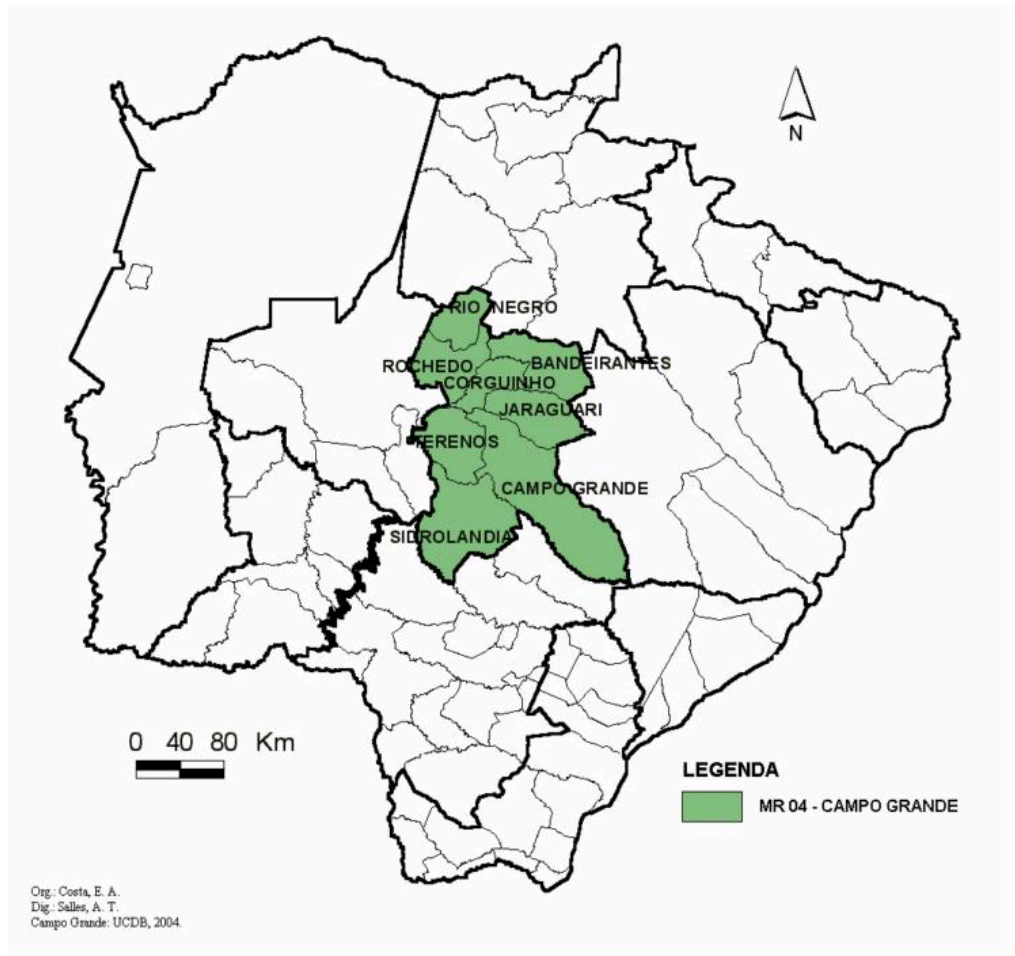
ênfase na cultura negra. Nesse contato, informou que havia produzido um retrato do senhor Dionísio, fundador da comunidade, e de sua esposa, Joana Luíza, a partir das memórias e narrativas compartilhadas pelos moradores mais antigos. Na ocasião, encaminhou-me a referida obra, possibilitando sua utilização como contribuição complementar a esta pesquisa.

Na terceira etapa da pesquisa, procedeu-se às análises, construídas em diálogo com diferentes autores que contribuíram para a compreensão. O processo analítico buscou articular os dados empíricos com perspectivas críticas e interpretativas de estudiosos que discutem currículo, educação quilombola, identidade, cultura e memória. Entre os autores mobilizados, destacam-se: Almeida (2018), Arroyo (2013), Candau (2010), Bessa-Oliveira (2016), Santos (2015), Freire (2021), Gomes (2005), Hall (2003), hooks (2023), Munanga (2019), Silva (2005) e Walsh (2010).

Essa abordagem possibilitou compreender os fenômenos observados não apenas a partir da experiência empírica, mas também em diálogo com teorias que enfatizam a historicidade, a dimensão cultural e social da educação, bem como a valorização de saberes comunitários e processos de resistência cultural. Assim, a análise se constituiu como um exercício interpretativo, atento às narrativas e memórias dos participantes e orientado pelo rigor teórico-metodológico.

Como já destacado, o lócus desta pesquisa é a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. Ela é composta por aproximadamente 96 domicílios e cerca de 460 habitantes, localizada na Serra de Maracaju, em Jaraguari, estado de Mato Grosso do Sul. O território da comunidade se delimita, ao norte, por Bandeirantes; a leste, por Ribas do Rio Pardo; a sul, por Rochedinho; e a oeste, por Rochedo. O acesso à comunidade se dá por duas vias principais: uma estrada vicinal de aproximadamente 30 km, que conecta Campo Grande a Rochedinho, e outra estrada vicinal que interliga a comunidade à BR-163, em direção a Jaraguari:

**Figura 14** – Mapa dos limites do município



**Fonte:** Baldo (2015)

## CAPÍTULO III: ASPECTOS HISTÓRICOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FURNAS DO DIONÍSIO

Lembrar de histórias é uma ferramenta essencial para pensadores e escritores. Em vez de supor “penso, logo existo”, gosto de pensar que sou porque a história é (hooks, 2023, p. 51).

### 3.1 A chegada de Dionísio

Lembro que a comunidade está localizada no município de Jaraguari, Mato Grosso do Sul, a aproximadamente 45 km da capital, Campo Grande, ocupando uma região de relevo serrano que favoreceu sua permanência e proteção ao longo das gerações.

**Figura 15** – Mapa do município de Jaraguari



**Fonte:** Cartografia da Diretoria de Tributos de Jaraguari (2024)

Conforme os relatos dos entrevistados, a chegada do senhor Dionísio Antônio Vieira à região onde atualmente se localiza a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio ocorreu por volta de 1890, após um longo percurso iniciado em Minas Gerais. Senhor Dionísio, homem negro que nasceu sob a condição de escravização, integrou o contingente de sujeitos que, no período pós-abolição, precisou construir estratégias próprias de sobrevivência, liberdade e pertencimento em um contexto marcado pela ausência de políticas públicas e pela permanência das desigualdades raciais. Nesse sentido, sua trajetória pode ser compreendida à

luz das reflexões de autores que destacam que a abolição formal não significou, para a população negra, acesso imediato à terra, ao trabalho digno ou à cidadania plena.

Ao se deslocar em busca de um território seguro, o senhor Dionísio buscava não apenas um espaço físico para moradia, mas um lugar onde fosse possível reconstruir a vida em liberdade e garantir condições mínimas de existência para sua família. Tal movimento dialoga com o que Munanga (2019) aponta ao afirmar que, na pós-abolição, muitos ex-escravizados foram compelidos a criar formas autônomas de organização social e territorial, como estratégia de resistência frente à exclusão estrutural. A constituição de territórios negros, nesse contexto, representou uma resposta coletiva às violências simbólicas e materiais impostas pela sociedade dominante.

A escolha de uma área de difícil acesso, marcada pelo relevo serrano, não foi aleatória. Conforme destacam Almeida e Silva (2018), os territórios quilombolas historicamente se constituíram em regiões que ofereciam proteção natural, funcionando como espaços de refúgio, autonomia e resistência. O isolamento geográfico atuava como elemento de defesa contra possíveis perseguições, disputas fundiárias e tentativas de expropriação, especialmente em um período em que homens e mulheres negras permaneciam vulneráveis às práticas de violência e discriminação racial.

Segundo as narrativas da comunidade, o senhor Dionísio inicialmente se estabeleceu sozinho no local, retornando posteriormente para buscar sua esposa, Dona Joana Luíza de Jesus, e os filhos. Esse movimento evidencia o caráter progressivo da ocupação do território, marcado pela prudência, pela observação do ambiente e pela construção gradual de condições para o acolhimento da família. Tal dinâmica confirma o que Gomes (2012a) aponta ao analisar a formação dos quilombos, destacando que muitos desses territórios se estruturaram a partir de iniciativas individuais que, com o tempo, transformaram-se em projetos coletivos, baseados em laços familiares, solidariedade e pertencimento.

Assim, a trajetória de Dionísio Antônio Vieira se insere em um processo mais amplo de reterritorialização negra no Brasil pós-abolição, no qual a terra assume centralidade como espaço de vida, memória e identidade. A formação da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, portanto, não pode ser compreendida apenas como ocupação territorial, mas como expressão histórica de resistência, autonomia e construção coletiva de um modo próprio de existir.

A partir dessa comunidade, construiu-se uma base territorial, familiar e cultural que deu origem à comunidade, consolidada ao longo das gerações por meio do trabalho, da

solidariedade e da resistência, elementos centrais da memória coletiva preservada pela oralidade, conforme fala dos entrevistados:

Nossa comunidade surgiu a partir do Dionísio Antônio Vieira, um negro, que foi refugiado da escravidão. Ele chegou aqui por volta do ano de 1890, escolheu esse lugar, certamente, na época, por ser um lugar de difícil acesso, para se proteger e garantir sua liberdade. No decorrer das gerações, lutaram para manter seu território frente à expansão de fazendas e ameaças ambientais. Dionísio nasceu escravizado e, mesmo após a abolição formal [em 1888], enfrentou o racismo estrutural e a exclusão social, pois a liberdade legal não significava inclusão real (Daniele, 17/06/2025).

Ao afirmar que o senhor Dionísio “nasceu escravizado e, mesmo após a abolição formal, enfrentou o racismo estrutural e a exclusão social”, a vereadora evidencia a distância entre a liberdade jurídica e a liberdade real. A crítica revela a permanência de estruturas de desigualdade e exclusão, apontando para a ideia de que a abolição não trouxe inclusão plena, apenas uma mudança formal. Essa leitura se conecta a autores como Clóvis Moura e Abdias Nascimento, que discutem a continuidade do racismo e da marginalização da população negra após 1888.

De acordo com Nascimento (1995), os quilombos devem ser compreendidos como territórios de liberdade, organizados por pessoas negras que resistiram à escravidão, buscando autonomia e reconstrução de seus modos de vida. A autora prefere o termo “ex-escravizados” em vez de “ex-escravistas”, reconhecendo a dignidade e a agência histórica desses indivíduos na constituição de comunidades resilientes.

Nesse sentido, os quilombos surgem como espaços de refúgio e resistência, fundados com base em saberes ancestrais e voltados à reconstrução de vínculos familiares, espirituais, culturais e laborais, representando não apenas locais de moradia, mas também de preservação de identidade e memória histórica.

O Dionísio realizou uma longa viagem desde Minas Gerais até a região onde hoje se localiza a comunidade, utilizando carro de boi como meio de transporte. Chegou acompanhado da esposa e dos filhos e estabeleceu-se de forma definitiva no território. À época, suas terras ultrapassavam mil hectares, uma área que era considerada uma fazenda. Hoje, no entanto, tal extensão tornou-se insuficiente para o número de descendentes que habitam a comunidade. A descendência direta de Dionísio é composta por nove filhos, conhecida como os nove troncos do Dionísio, embora não haja registros documentais oficiais da época, sendo o marco principal a divisão informal das terras entre os herdeiros (Clemilda, 10/06/2025).

A descrição da viagem do senhor Dionísio desde Minas Gerais até o atual território reforça o valor da memória oral como fonte de conhecimento histórico. A ausência de documentos oficiais, substituída por relatos e pela lembrança coletiva, insere a história da

comunidade no campo das narrativas de resistência, em que a memória desempenha papel central na preservação da identidade.

Moura (1993) analisa as estratégias de resistência negra, em que a formação de quilombos e comunidades pós-abolição se insere como movimento de autonomia. Bosi (2006) mostra como a recordação, transmitida entre gerações, sustenta identidades coletivas e preserva experiências de grupos marginalizados. Nora (2012) introduz a noção de “lugares de memória”, útil para compreender como símbolos, metáforas (como a da árvore genealógica) e práticas culturais mantêm viva a identidade de uma comunidade.

Dorvalino Batista, enquanto bisneto de Dionísio, traz elementos simbólicos e históricos de grande relevância:

Sou bisneto de Dionísio. O Dionísio construiu sua primeira moradia com capim, nas imediações de uma ponte próxima à atual residência da família. Nesse local, ainda hoje, há uma cruz e um tronco de madeira que simbolizam a presença originária do patriarca. Dionísio teria se estabelecido primeiro e, em seguida, retornado para buscar a família. Ele era casado com Joana Luíza de Jesus, com quem teve nove filhos: Antônio, Maria, José, João, Francisco, Jacinto, Abadio, Manoel e Valéria Valeriana (Dorvalino, 18/06/2025).

A narrativa de Dorvalino Batista, ao enfatizar a memória oral e os marcos simbólicos, como a primeira moradia de capim, a cruz e o tronco de madeira, conecta-se à concepção de Nora (2012), na qual os elementos materiais e simbólicos garantem a continuidade da memória coletiva.

Dorvalino, além de relatar a história da chegada de Dionísio à região, narra como ele foi estabelecendo relações com outras pessoas da comunidade, destacando, sobretudo, sua ligação com Eva Maria de Jesus, conhecida como Tia Eva.

Relato sobre o senhor Dionísio e sua relação com Tia Eva e sua família apresenta camadas importantes de análise que ajudam a compreender tanto as dinâmicas sociais e familiares da época quanto os mecanismos de solidariedade comunitária que marcaram a formação da comunidade:

O Dionísio era muito amigo de uma senhora chamada Tia Eva. Quando esta faleceu, deixando três filhos pequenos, sua filha, casada com Luiz Silva, foi auxiliada por Dionísio, que promoveu o casamento de sua própria filha, Maria, com Luiz, para que ele pudesse criar as crianças. Dessa união, Maria Luíza de Jesus tornou-se mãe de Ana Maria de Jesus, conhecida como Tia Sinhana. Os filhos do primeiro casamento de Luiz Silva, por sua vez, casaram-se com os filhos de Dionísio: Evinha casou-se com Abadio Dionísio, Jerominha com João Dionísio e Manuel Silva com Valéria Valeriana (Dorvalino, 18/06/2025).

O gesto do senhor Dionísio em auxiliar Luiz Silva, após a morte de Tia Eva, promovendo o casamento de sua filha Maria com ele, evidencia um princípio de solidariedade

comunitária típico das comunidades tradicionais. Mais do que um arranjo individual, a atitude revela a preocupação com a proteção e o cuidado das crianças órfãs, reafirmando a centralidade da coletividade e do apoio mútuo como valores fundadores da comunidade.

A narrativa mostra que os casamentos não foram apenas uniões afetivas, mas também estratégias de fortalecimento de laços sociais e econômicos. A união entre os filhos de Luiz Silva e os descendentes do senhor Dionísio criou uma rede familiar ampliada, consolidando vínculos que reforçavam a coesão da comunidade. Esse entrelaçamento de famílias é comum em comunidades quilombolas e rurais, funcionando como mecanismo de preservação da terra, da cultura e da solidariedade interna.

A professora Clemilda traz informações cruciais para compreender a formalização da posse da terra, a transmissão hereditária e a continuidade da identidade comunitária:

Em 1917 ou 1918, a família obteve os primeiros documentos de posse da terra depois da morte do Dionísio. O Dionísio faleceu na década de 1930 e, a partir de então, as terras foram divididas entre seus filhos, originando as futuras gerações que compõem a comunidade atual. Todos os moradores da Furnas do Dionísio hoje são descendentes diretos do patriarca (Clemilda, 10/05/2025).

A menção aos primeiros documentos de posse em 1917 ou 1918 revela um marco importante: mesmo que o senhor Dionísio tenha iniciado a ocupação décadas antes, somente após sua morte o processo de formalização ocorreu. Esse dado evidencia a distância entre a posse de fato e a posse legal, um fenômeno comum em comunidades negras, onde a ocupação e o uso da terra antecedem em muito sua regularização documental.

O falecimento do senhor Dionísio, na década de 1930, desencadeou a divisão das terras entre os filhos. Esse processo marca tanto a continuidade da ocupação quanto o início da fragmentação do território, uma dinâmica recorrente em áreas rurais e quilombolas: cada herdeiro recebe parte do patrimônio, gerando múltiplos núcleos familiares. Essa divisão, ainda que mantenha o vínculo ancestral, também pode gerar tensões futuras em razão da diminuição progressiva das áreas de cultivo e moradia.

A professora Clemilda, ao abordar a organização territorial e social da comunidade de Furnas do Dionísio, destaca que sua constituição está profundamente vinculada à descendência direta com o senhor Dionísio Antônio Vieira:

Os nove troncos, nove regiões, originou após a morte do patriarca, cada uma representando a linhagem de um dos filhos de Dionísio Antônio Vieira. A região dos Abadios [descendentes de Abadio Dionísio Martins], a dos Antônio [descendentes de Antônio Dionísio Martins], e a região das Silvas, que corresponde aos descendentes de Maria Luíza Dionísio, filha de Dionísio, que, ao casar-se com Luiz Silva, passou a assinar Maria Luíza da Silva (Clemilda, 10/06/2025).

A divisão da comunidade em nove regiões correspondentes a cada filho de Dionísio evidencia uma lógica de organização genealógica e territorial. Cada tronco funciona como uma unidade de descendência, garantindo que a memória familiar seja refletida no mapa físico da comunidade. Essa estrutura reforça a continuidade da linhagem e ajuda a manter a coesão social.

Como observa Moura (1993), a estrutura familiar em comunidades quilombolas funciona não apenas como núcleo de descendência, mas também como mecanismo de preservação da memória coletiva e de reforço da coesão social. Cada tronco representa uma unidade de descendência que projeta a linhagem no espaço físico, tornando o território simultaneamente casa, legado e marcador identitário.

A professora Clemilda revela aspectos fundamentais sobre identidade, memória e transformação social no interior da comunidade, especialmente no que se refere à nomenclatura e à construção genealógica. Ao tratar do sobrenome do senhor Dionísio, sua fala evidencia como os processos históricos, sociais e simbólicos influenciaram a constituição dos nomes familiares, refletindo tanto estratégias de sobrevivência quanto marcas deixadas pela escravidão e pela pós-abolição:

O nome Dionísio, que originalmente era o primeiro nome do fundador da comunidade, foi incorporado como segundo nome ou sobrenome de todos os seus filhos. Contudo, com o passar das gerações, observa-se um distanciamento dessa prática. Hoje, é raro encontrar na comunidade pessoas com o sobrenome Dionísio, evidenciando o processo dinâmico de transformação da identidade nominal e familiar (Clemilda, 10/06/2025).

O uso do nome Dionísio como segundo nome ou sobrenome dos filhos do fundador evidencia como a nomenclatura funciona como forma de preservação da memória e da genealogia. Essa prática consolidava a linhagem familiar e reforçava a continuidade simbólica do patriarca dentro da comunidade.

O depoimento de Cidinha da Associação também revela aspectos centrais sobre a transmissão de memória, os limites da historicidade e as relações intercomunitárias:

O Dionísio era meu tataravô e avô do meu avô, o Sr. Sebastião Abadio. A história do Dionísio sempre foi contada pelos mais velhos e apreciada pelos mais novos. Bom, pelo que eu sempre escutei que ele veio, mas a esposa, a sra. Joana Luíza de Jesus, lá da cidade de Salinas, Minas Gerais, dizem que ele veio sozinho, e logo depois voltou para buscar a família dele. Então, assim, mesmo tento ouvindo muitas histórias, mas acredito que o certo mesmo a gente não sabe como tudo aconteceu, nos mínimos detalhes. Assim, tem a comunidade Tia Eva e que eles vieram praticamente quase na mesma época, sabemos que vieram, acho que, basicamente, quase juntos, mas parece que não tinham nenhum grau de parentesco (Cidinha, 10/06/2025).

Cidinha reforça que a história de Dionísio é contada pelos mais velhos e apreciada pelos mais novos, mostrando a relevância da memória oral como veículo de preservação histórica e cultural. Para Thompson (1992), a história oral permite o acesso a experiências subalternizadas, transmitidas de geração em geração, e fortalece os vínculos comunitários, incorporando narrativas individuais à identidade coletiva.

Cidinha também acrescenta informações importantes sobre a organização territorial, a expansão familiar e a ocupação da terra na comunidade:

Os nove filhos também se instalaram, todos eles se instalaram aqui, vieram, desbravaram a comunidade. Cada um pegou uma parte de terra, que, na época, era uma grande fazenda, por nome de Lageadinho. Contando, no geral, não é pouco, era bastante, é que, na verdade, antigamente eles eram poucas pessoas, então, dividir dava um monte de terra (Cidinha, 10/06/2025).

Cidinha destaca que os nove filhos de Dionísio se instalaram na comunidade, cada um ocupando uma parte da antiga fazenda chamada Lageadinho. Essa divisão evidencia uma lógica de herança e ocupação territorial, em que a terra é distribuída entre os descendentes, assegurando a continuidade da presença familiar no território. Enfatiza que os filhos desbravaram a comunidade, indicando que a ocupação envolvia trabalho, esforço e organização, transformando uma grande fazenda em espaço de moradia, cultivo e vida comunitária. Esse processo de desbravamento mostra a capacidade de adaptação e a resiliência da família fundadora.

Tia Maria da Escola oferece um panorama detalhado sobre a trajetória familiar, a divisão territorial e a memória coletiva da Furna do Dionísio:

Dionísio Antônio Vieira foi casado com Joana Luiza de Jesus, ao qual teve seus filhos, Antônio, Abadio, José, Jacinto, João, Manoel, Maria Luiza, Valéria Valeriana. O Dionísio veio a falecer em 2 de março de 1930 e, posteriormente, com a morte de sua esposa, em 10 de outubro de 1933. Aqui ainda existem vestígios da antiga casa do Dionísio, ali no local ficaram as lembranças, os traços e os legados de uma trajetória sofrida e marcada pelo passado de um escravo que venceu muitos obstáculos da vida com bravura e trabalho, mas ensinou seus filhos a tirar o sustento da terra e a conservar a alegria e a nobreza na alma, e prova disso é a formação dessa comunidade remanescente quilombola e que não deixa de ser um legado do Dionísio. Aqui, Furna do Dionísio, foi dividida em nove regiões, cada região representa um filho do Dionísio: a região dos Abadios [Abadio Dionísio Martins], a região dos Antonios [Antonio Dionísio Martins/, região das Silvas [Maria Luiza da Silva]... Minha região é a região dos abadios, porque meu pai era o Abadio Dionísio Martins. A região Silva, é dos decentes de Maria Luiza Dionísio (filha do Dionísio), que depois de casada com Luiz Silva, passou assinar Maria Luiza da Silva. Interessante, Dionísio era o primeiro nome do fundador da comunidade, ele colocou como segundo nome ou sobrenome em todos os filhos, e hoje dificilmente você encontra um nome ou sobrenome Dionísio na comunidade (Tia Maria, 18/06/2025).

Tia Maria descreve Dionísio como um homem que venceu inúmeros obstáculos, superando as dificuldades impostas pela escravidão e transmitindo aos filhos valores de trabalho, bravura e resiliência.

A menção aos nove filhos (Antônio, Abadio, José, Jacinto, João, Manoel, Maria Luiza, Valéria Valeriana) reforça a importância da genealogia como estruturadora da comunidade. A trajetória da família, incluindo a morte de Dionísio, em 2 de março de 1930, e de Joana Luiza, em 10 de outubro de 1933, marca o início da transmissão patrimonial e cultural para as gerações seguintes. Para Halbwachs (2006), a memória coletiva é mediada pelo espaço e pelos vínculos sociais, e Bosi (2006) ressalta que a transmissão intergeracional da memória é um sustentáculo da identidade de grupos historicamente marginalizados.

Tia Maria também aponta as incertezas históricas e a importância da memória oral na reconstrução da genealogia comunitária:

Depois de alguns tempos, nós mais velhos tivemos algumas dúvidas em relação ao grau de parentesco entre a esposa do Dionísio e a Tia Eva, pois Joana Luiza de Jesus [esposa do Dionísio] e Eva Maria de Jesus [Tia Eva], há uma semelhança no sobrenome, há possibilidade das duas serem irmãs, mas não é possível determinar este fato com verdadeiro, por falta de informações concretas, mas de acordo com o sobrenome, é bem provável que as duas sejam irmãs ou parentes próximas (Tia Maria, 18/06/2025).

Tia Maria questiona o grau de parentesco entre Joana Luiza de Jesus, esposa de Dionísio, e Eva Maria de Jesus, a Tia Eva, observando semelhanças nos sobrenomes. Essa dúvida reflete como a memória oral pode gerar hipóteses plausíveis, mas não substitui registros documentais formais, evidenciando lacunas na documentação histórica da comunidade.

Clemilda destaca que ouviu histórias da avó sobre o cotidiano, a trajetória e os valores do Dionísio, revelando como a memória oral é um mecanismo central de preservação histórica. Mesmo sem registros escritos ou fotografias, a narrativa familiar mantém vivo o legado do fundador:

Eu sou neta do João Dionísio, o João Dionísio era filho do Dionísio. Minha avó contava como que viviam, o que faziam, como viviam. Na minha mocidade, eu passava horas e horas ouvindo as histórias de minha avó... O Dionísio veio junto com a esposa, que era a Dona Joana Luíza, veio com a Dona Joana Luíza e também veio com os filhos, 1890, uma data histórica, minha avó, a avó Luíza, é biza, minha avó contava que o Dionísio faleceu primeiro e a Joana Luiza um pouco além dele. Ele ficou enfermo, deu uma enfermidade nele e veio a falecer por volta de 1930, certamente por causa da vida que levava, muita dificuldade, e já a esposa dele viveu um pouco mais, parece que ela faleceu em 1933 ou 1935, não me recordo agora o certo. Ela faleceu há mais ou menos uns 100 anos atrás, se a gente avaliar a idade dos

filhos, meu avô faleceu eu tinha 8 anos de idade, meu avô era filho do Dionísio. Minha mãe nasceu em 1919, ela conheceu muito pouco eles, então, quer dizer, essa data é uma data dentro do contexto, acredito que eles faleceram mais ou menos entre essas datas. É que no passado nós tínhamos muita dificuldade de registro, fotografia então nem pensar, ninguém conseguiu guardar nem uma foto deles. Mas aprendi, desde cedo, sobre a trajetória do Dionísio, sua coragem, a chegada à região e a construção da comunidade. Essas histórias me ensinaram o valor da resistência, da união familiar e da preservação dos nossos modos de vida e saberes (Clemilda, 10/06/2025).

A professora observa que, devido à escassez de registros formais e fotografias, muitas datas são estimativas, destacando as limitações da documentação histórica em comunidades quilombolas. Apesar disso, a memória oral permite reconstruir a cronologia aproximada dos falecimentos: o senhor Dionísio por volta de 1930 e Dona Joana Luíza entre 1933 e 1935.

Desta forma, mostra que o aprendizado sobre o senhor Dionísio não se deu apenas como história familiar, mas também como ensino de valores, reforçando a centralidade da memória oral na formação cultural e ética das novas gerações. A história de Dionísio e sua família é preservada principalmente pela memória oral, devido à escassez de registros formais.

Francischini (2022) evidencia a importância histórica e social da população negra na formação do território e da identidade de Mato Grosso do Sul:

Os negros tiveram um papel relevante na construção da identidade do estado de Mato Grosso do Sul. Segundo os documentos oficiais da história brasileira, após a libertação, os escravos saíam em busca de novos locais para viver com suas famílias, escolhendo território de difícil acesso em regiões entre vales próximos às grandes fazendas (Francischini, 2022, p. 20).

A autora destaca que os negros tiveram um papel central na construção da identidade regional, mostrando que sua presença e atuação foram fundamentais para a organização social, econômica e cultural do estado. Essa perspectiva desafia narrativas que marginalizam a contribuição afro-brasileira na história regional.

No decorrer da pesquisa de campo, emergiram colaborações que ultrapassaram o âmbito das entrevistas formais, enriquecendo de maneira significativa o processo investigativo. Entre essas contribuições, destaca-se a participação de Anderson dos Santos de Moura, membro da comunidade quilombola, cujo trabalho artístico se mostrou relevante para a valorização da memória coletiva e para a presente dissertação:

Bom dia. Chamo Anderson, moro na comunidade de Furnas do Dionísio e trabalho com artes, só que o meu trabalho é mais focado na cultura afrodescendente, e esse trabalho que eu fiz, que é um retrato do seu Dionísio e Dona Joana, foi uma pesquisa de semanas que eu fiz pra chegar nesse resultado, porque, na comunidade, as pessoas mais antiga, mais velha, não

tem, no caso, fotos, referências, não tem nada. Então eu fui através de histórias e boatos que foram contando sobre ele, fui fazendo umas pesquisa, perguntando como é que era o filho, fui pegando foto de filho, que tem um dos filho dele que tem foto, no caso, até chegar essa conclusão. Esse trabalho foi feito no dia 3 de julho de 2025, no intuito de ter alguma imagem simbólica dele, né? Porque não tem foto, não tem outro tipo de referência do nosso do nosso ancestral (Anderson, 05/07/2025).

A fala de Anderson evidencia a centralidade da arte como instrumento de preservação e ressignificação da memória coletiva em comunidades quilombolas. Ao relatar o processo de criação do retrato do senhor Dionísio e de Dona Joana, o artista revela não apenas um exercício estético, mas, sobretudo, um ato de resistência cultural e histórica. Como aponta Hall (2003), a identidade cultural é constantemente (re)construída por meio de práticas simbólicas que reafirmam pertencimentos e resistem às tentativas de apagamento.

Sua narrativa demonstra que a ausência de registros fotográficos e documentais é suprida por meio da oralidade, elemento fundamental na transmissão de saberes entre as gerações. Para Pollak (1992), a memória oral constitui um espaço de disputas, no qual os grupos sociais selecionam, preservam e atualizam narrativas que lhes permitem resistir ao esquecimento. Nesse sentido, o trabalho artístico de Anderson, construído a partir de relatos, memórias e referências familiares, assume caráter simbólico, conferindo materialidade à ancestralidade que, de outro modo, permaneceria invisibilizada.

Trata-se, portanto, de uma prática que transcende o campo da arte para se situar na dimensão da identidade e da valorização cultural. Candau (2012) ressalta que a memória coletiva é sempre atravessada por dimensões afetivas e simbólicas, que encontram na arte uma forma de expressão privilegiada, ao transformar lembranças em imagem. Anderson reafirma a importância do reconhecimento e da preservação da história quilombola, fortalecendo laços comunitários e reafirmando a presença de seus ancestrais na memória social do grupo.

Dessa forma, apresenta-se, a seguir, o retrato produzido por Anderson, elaborado a partir de relatos, memórias e referências familiares. A obra assume um caráter simbólico, conferindo materialidade à ancestralidade do senhor Dionísio Antônio de sua esposa, senhora Joana Luíza, reconhecidos como fundadores da comunidade quilombola Furnas do Dionísio:

**Figura 16** – Retrato simbólico de Dionísio e sua esposa



**Fonte:** Anderson Santos de Moura (2025)

O retrato produzido por Anderson Moura, elaborado a partir de relatos orais, memórias coletivas e referências familiares, apresenta um caráter simbólico e afetivo. A obra materializa a ancestralidade do senhor Dionísio Antônio e de Dona Joana Luíza, reconhecidos como fundadores da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, e atua como um registro visual de pertencimento, resistência e valorização da memória histórica do grupo.

### **3.2 A vida antes do reconhecimento como comunidade quilombola**

Segundo os entrevistados, a vida na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio antes do reconhecimento oficial como quilombo foi marcada por profundas dificuldades materiais, ausência quase total do Estado e intensa dependência da organização comunitária para garantir a sobrevivência. Os relatos convergem ao descrever um cotidiano caracterizado pela precariedade das moradias, construídas com barro, pau-a-pique, madeira e palha, pelo uso exclusivo de ferramentas manuais e pela inexistência, durante décadas, de serviços básicos, como água encanada, energia elétrica, atendimento à saúde e escolas adequadas.

Apesar desse cenário de vulnerabilidade, os entrevistados destacam que a comunidade desenvolveu estratégias próprias de adaptação e resistência. As casas, as roças, os engenhos artesanais, os utensílios improvisados e as formas tradicionais de armazenamento de alimentos revelam saberes ancestrais transmitidos de geração em geração, baseados no uso sustentável dos recursos do território. O trabalho braçal intenso, exercido desde a infância, era

compreendido como parte fundamental da formação moral, da disciplina e da garantia da subsistência familiar.

A vida comunitária se organizava a partir de fortes laços de solidariedade, partilha e cooperação. A divisão do trabalho doméstico e agrícola, o compartilhamento de roupas e bens, a ajuda mútua na construção das casas e a organização coletiva das festas tradicionais reforçavam o sentimento de pertencimento e identidade coletiva. As memórias de infância, embora atravessadas pela pobreza e pelo esforço físico, são frequentemente associadas à convivência comunitária, às brincadeiras coletivas, ao contato direto com a natureza e à vivência de valores como união, respeito e reciprocidade.

Os entrevistados também ressaltam que as transformações significativas na qualidade de vida da comunidade não ocorreram de forma espontânea, mas foram resultado da mobilização política e da luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola. Esse reconhecimento representou um marco decisivo, possibilitando o acesso gradual a políticas públicas, melhorias habitacionais, infraestrutura básica e serviços essenciais. Assim, a vida antes do reconhecimento é lembrada como um período de sofrimento e resistência, mas também como um tempo de construção de saberes, memórias e identidades que sustentam a comunidade até hoje, como podemos ver por meio das entrevistas, a história coletiva de Furnas do Dionísio:

Na fala da vereadora Daniela, ela expressa as dificuldades históricas enfrentadas pela comunidade antes do reconhecimento oficial, bem como a importância da mobilização coletiva para conquistar direitos:

Antes do reconhecimento oficial, era muito complicado viver aqui. Faltava apoio do poder público, e a comunidade enfrentava desafios, como acesso à terra, infraestrutura precária e falta de serviços básicos. Era necessária muita resistência e união para manter a comunidade de pé. Nossas casas eram bem simples, construídas com barro, pau-a-pique, madeira e palha, aproveitando os materiais do próprio território. Os serviços básicos eram extremamente escassos durante muito tempo: não havia acesso à água encanada, energia elétrica, serviços de saúde, nem escola adequada. Tudo começou a mudar com a mobilização da comunidade para o reconhecimento como quilombola (Daniele, 17/06/2025).

A vereadora traça as condições de vulnerabilidade estrutural que marcaram a comunidade antes do reconhecimento oficial como quilombola. A ausência de políticas públicas, traduzida na falta de acesso à terra, à infraestrutura e aos serviços básicos, como saúde, educação, água e energia, revela um quadro de exclusão histórica que não é isolado, mas comum a muitas comunidades tradicionais no Brasil.

Dorvalino aponta um registro muito rico de memória social, pois traz à tona elementos do cotidiano que revelam tanto as condições materiais de vida quanto os valores comunitários que sustentavam a existência coletiva:

As casas aqui eram de pau-a-pique. Todo ano, quando chegava a Quaresma, a gente tinha que barrear a casa antes da Semana Santa. Desmanchávamos as paredes velhas e fazíamos outras novas. Era de pau-a-pique, mas bem barreadinha, bem arrumadinha, coberta de sapé. Ninguém era dono de roupas ou calçados; minha mãe arrumava nossas roupas em caixotes e todo mundo vestia roupa de todo mundo, inclusive as chinelas (Dorvalino, 18/06/2025).

Tais práticas, segundo Santos (2015), não se limitam ao aspecto funcional. Ato como barrear a casa e reconstruir suas paredes constituem rituais de pertencimento e de organização coletiva da vida, revelando o respeito tanto aos ciclos da natureza quanto às celebrações religiosas, como a Quaresma.

Cidinha sintetiza o contraste entre a precariedade inicial das condições de vida e o processo de mudança possibilitado pela organização comunitária e pelo reconhecimento quilombola:

As primeiras moradias eram extremamente simples, feitas com os materiais disponíveis no próprio território, barro, madeira, palha e estruturas de pau-a-pique. Os serviços básicos eram praticamente inexistentes por décadas: não havia acesso à água encanada, energia elétrica, atendimento à saúde ou escola formal. A transformação desse cenário começou a ocorrer apenas com a mobilização organizada da comunidade e, principalmente, com pelo reconhecimento oficial do território como comunidade quilombola (Cidinha, 10/06/2025).

Fernandes (2017), também ressalta que os abrigos dos primeiros quilombos foram constituídos por:

[...] casas de pau-a-pique, construídas com barros e pequenos troncos de árvores. Plantados em clareiras da mata, os casebres eram rodeados pelas criações de cabras, galinhas, e porcos animais de estimação, com o tempo os quilombolas fizeram pequenas roças de milho e mandioca, sem dúvida, sem dúvida, um traço da influência indígena (Fernandes, 2017, p. 40).

Segundo os entrevistados, a ocupação das terras em Furnas do Dionísio ocorreu de forma igualmente rudimentar, não apenas em razão da escassez de recursos materiais, mas também em função do contexto histórico marcado pela chegada de Dionísio e de sua família por volta de 1890:

As ferramentas eram limitadas ao machado, enxada, e o desenvolvimento do território se deram gradualmente, de acordo com as necessidades de subsistência. Ao contrário do modelo predatório do agronegócio, a comunidade desbravava a terra não para explorá-la indiscriminadamente, mas para cultivá-la e nela viver em harmonia (Renildo, 11/06/2025).

Esse depoimento tem um caráter crítico, ao contrastar os dois modelos de uso da terra. Ele não apenas descreve a prática comunitária, mas também denuncia o impacto destrutivo do agronegócio e reivindica a legitimidade das formas tradicionais de cultivo como alternativa sustentável. Como afirma Santos (2015, p. 65): “Os quilombolas criaram formas próprias de lidar com a terra, com as ferramentas disponíveis e com os saberes passados de geração em geração. Não desbravaram para destruir, mas para cultivar e viver em harmonia com o território”.

O depoimento do professor Renildo é extremamente rico porque traz uma dimensão arquitetônica, cultural e simbólica da memória comunitária:

Algo que me marcou muito foi a última casa com as características arquitetônicas antigas. Infelizmente, ela foi desmanchada, mas guardo a imagem viva na memória. Quando me entendi por gente, como se diz aqui, vi que a arquitetura era muito detalhada. Não se usava muitos pregos ou parafusos: as peças de madeira se encaixavam umas nas outras, diretamente no chão. As paredes eram de barro, mas a estrutura era rica, bem trabalhada. As casas eram simples, mas cada detalhe revelava engenhosidade e adaptação ao ambiente. A construção com madeira e barro não era apenas funcional, mas também refletia a forma como a comunidade preservava seus saberes e sua identidade cultural (Renildo, 11/06/2025).

A técnica descrita, os encaixes das madeiras sem pregos ou parafusos, as paredes de barro e a cobertura adaptada ao ambiente evidenciam um saber técnico transmitido entre gerações. O uso de recursos locais e a ausência de materiais industriais mostram não precariedade, mas criatividade e autonomia tecnológica, adaptada ao meio natural.

Santos (2015, p. 48) reforça a importância de se distinguir os saberes coloniais impostos dos saberes tradicionais quilombolas, os quais classifica como “tecnologias sociais próprias”. A construção das moradias, o uso de materiais do território e os modos de manutenção da casa revelam uma sabedoria ancestral invisibilizada pela lógica dominante, mas essencial para a valorização da cultura negra e quilombola.

O trabalho desenvolvido pelos descendentes de Dionísio Antônio Vieira era, em sua essência, marcado por práticas rudimentares, mas profundamente enraizadas em saberes tradicionais:

Nosso trabalho era bastante rudimentar. A cana era moída em uma engenhoca de madeira construída por nossos pais. A mandioca, por sua vez, era ralada em utensílios improvisados com latas reaproveitadas e, posteriormente, torcida em panos de saco branco reaproveitados das embalagens de açúcar. As peneiras, utilizadas para coar a farinha, eram confeccionadas com arame e taboca, esta última uma planta nativa da região, amplamente utilizada nas práticas artesanais da comunidade, especialmente na tecelagem. O café era torrado em panela e moído no moinho manual, o uso do pilão, exigindo esforço físico considerável. O arroz era armazenado

em tulhas de madeira, garantindo o abastecimento da família até a colheita seguinte, sendo também socado manualmente no pilão. O milho, por sua vez, era processado em uma banca, utilizando-se o cambão, instrumento rústico em que os grãos eram soltos por fricção contra uma superfície áspera. Após a debulha, o milho era armazenado no paiol e reservado para a alimentação dos animais ao longo do ano. A cana-de-açúcar era moída em engenhocas de madeira construídas artesanalmente pelos próprios familiares (Tia Maria, 18/06/2025).

O relato sobre armazenamento em tulhas e paiol mostra um planejamento cuidadoso, garantindo a subsistência ao longo do ano. Essa prática demonstra conhecimento técnico e estratégico, preservando alimentos e garantindo a segurança alimentar da família e dos animais. O armazenamento possui dimensão funcional e cultural, constituindo um patrimônio imaterial que sustenta a identidade quilombola e preserva saberes ancestrais (Santos, 2015).

Cada etapa do processamento dos alimentos, da moagem da cana, da ralação da mandioca, da torção em panos e do armazenamento não era apenas funcional, mas também cultural, incorporando técnicas transmitidas de pais para filhos. Trata-se de um patrimônio imaterial que sustenta a identidade quilombola.

Tais práticas exemplificam o que Francischini (2018) descreve ao tratar da formação histórica das comunidades quilombolas brasileiras. Segundo a autora, essas comunidades foram não apenas territorialmente delimitadas, mas também submetidas a fronteiras simbólicas resultantes dos percursos históricos, sociais, políticos e culturais que marcaram seus processos de constituição.

A professora Luciene apresenta uma memória afetiva e cultural da infância na comunidade, oferecendo um contraponto às narrativas de precariedade material, mostrando que o cotidiano também era permeado por alegria, socialização e aprendizado coletivo:

Minha mãe conta que eu nasci de parteira, foi a minha avó, que é minha avó de criação, no caso, a minha mãe foi criada pela cunhada dela. Eu nasci aqui de parteira, minha vivência na infância foi maravilhosa. Eu tenho lembranças, assim, da minha infância, a gente correndo pra lá e pra cá, nos rios, tomando banho nos rios e muita diversão, verdade, a gente não tinha maldade nenhuma. Então, a gente saía de uma casa e reunia todas as crianças da comunidade no campo ou no salão pra brincar. Um período ia para escola e o outro a gente reunia pra brincar, era sempre um período dedicado aos estudos e outro para as brincadeiras em comunidade, a nossa diversão era brincar, tomar banho nas cachoeiras, pescar. Só tenho lembranças de coisas bons saudáveis (Luciene, 22/05/2025).

O relato descreve a infância como marcada pela liberdade, por brincadeiras coletivas e pelo contato direto com o ambiente natural, como rios, cachoeiras e campos. A alternância entre períodos de estudo e momentos de brincadeira demonstra que a comunidade valorizava simultaneamente educação e socialização, integrando aprendizado formal e informal.

Dona Leonídia traz um relato contundente sobre trabalho, disciplina e sobrevivência na comunidade, oferecendo uma visão direta da vida cotidiana e das formas de aprendizado social e econômico transmitidas de geração em geração:

Nós todos ajudava no serviço de casa e também na lida da roça, eu, meus irmão, e [a] gente aprendeu de tudo aqui. Não tinha moleza e nem dia de descanso, uma vida de muita labuta e muito sofrida, e aí a gente não tinha nada, nada assim tocado a luz, nada que nem essas coisas por aqui não tinha, não existia luz, negócio elétrico assim, nada, nada elétrico, era tudo serviço bruto braçal, ralado no ralo, a moagem também tocava o engenho pesado com a força da gente, ninguém parava em casa, não tinha tempo pra ficar assim, sentado igual a gente está agora... Eu e meus irmãos aprendemos a trabalhar, antigamente, era obrigado a trabalhar para a sobrevivência, o trabalho braçal era importante para a produção do nosso alimento, para o sustento do dia, a vida foi sofrida e grosseira, mais a gente virou gente, vivemos muitas coisas, que passou de geração pra geração. Antigamente, ainda na época do meu padrasto e a gente ainda criança, a gente revezava na roça, dividida a roça e o serviço de casa, tudo era a base da vida, com cultivos como cana e outras plantações pra o nosso sustento. Quem controlava o trabalho de todo mundo em casa era o padrasto, que era muito bravo e severo, a gente foi pra o trabalho muito cedo (Leonídia, 29/05/2025).

A ausência de energia elétrica e de ferramentas modernas transformava cada tarefa em esforço físico intenso, moagem da cana, preparo de alimentos, cultivo da roça, revelando uma vida marcada pelo labor contínuo e pela exigência física. Esse contexto evidencia a autonomia e a autossuficiência da comunidade, construída exclusivamente com trabalho manual, criatividade e cooperação diante da escassez de recursos, conforme destacado por Santos (2015).

Dona Leonídia enfatiza que essas experiências passavam de geração em geração, configurando uma memória de resistência e de valorização do esforço coletivo. O trabalho braçal não apenas sustentava fisicamente a família, mas também consolidava a identidade comunitária e o senso de responsabilidade compartilhada.

O depoimento da professora Clemilda também oferece uma perspectiva valiosa sobre a vida social e os vínculos comunitários na infância e na juventude dentro da comunidade quilombola, destacando aspectos de sociabilidade, lazer e cultura afetiva:

Era tudo bem diferente de hoje, a gente não tinha muita coisa, mas a gente vivia assim, dentro de uma comunidade mesmo. As pessoas faziam visita umas nas casas das outras, a gente tinha mais, assim, um laço de amizade entre as famílias, um ia visitar o outro nas casas... Na minha mocidade, não tinha diversão tecnológica como hoje, não tinha grande diversão, a diversão era quando a gente ia à casa de uma colega, tomava banho de rio, batia na mão de uma moça e assim por diante (Clemilda, 10/06/2025).

Clemilda destaca que a vida de outrora era diferente da atual, sugerindo uma percepção crítica da transformação cultural e tecnológica. Apesar da simplicidade, ela

valoriza a riqueza das relações humanas e da socialização presencial, em contraste com formas modernas de entretenimento, mais individualizadas.

O senhor Rafael, popularmente conhecido como Fael, o ancião mais velho da comunidade, reflete uma percepção histórica e crítica das transformações vividas pela comunidade, articulando memória do passado e observações sobre o presente, com destaque para a modernização e o papel do Estado:

As coisas vão mudando, é tudo a vida de um jeito só, cada vez vai mudando. Eu vejo guri mexer isso aqui, eu não sei, as crianças sabem mexer e os adultos não sabem, hein? Que interessante! Eu não sei! Mas eu acho que ainda acaba atrapalhando, né? É. Mas hoje é assim, tem que seguir assim. Não pode mudar, né? É, tem muita coisa que só vai, cada dia que passa vai transformando, vai transformando a cada dia. Antigamente não tinha água encanada, não tinha luz, não tinha poço, é, água de poço, né? Não tinha banheiro dentro das escolas, banheiro era lá de fora, né? Era lá de fora, as vezes que ia até para o mato. É, e hoje em dia está tudo mudado, tudo moderno, né? Tudo moderno, é igual a mim, sempre falo para os meus netos, está tudo moderno, antigamente o governo não investia muito nas famílias, né? Hoje já investe mais, não aprende quem não quer ou a natureza impede também (Fael, 29/05/2025).

Essa percepção está em consonância com o que Hall (2003) aponta sobre a construção da identidade em contextos de mudança cultural: os jovens se apropriam rapidamente de novos saberes e práticas, alterando as dinâmicas familiares e comunitárias.

Fael também destaca uma transformação cultural e social na forma como as festas tradicionais da comunidade são vivenciadas, destacando o impacto da modernização e da perda da participação coletiva:

Antigamente, a escola ajudava muito a comunidade nas festas tradicionais da comunidade, e hoje as escolas não se envolve mais. Então, eu vejo que nossas tradições vão se acabando, porque estamos velhos, não aguentamos mais, e os jovens não se envolve muito, como antes. De primeiro, juntava todo mundo, os homens, as mulheres, os jovens, as crianças... Cada qual com seus afazeres. As mulheres iam fazer bolinho, fazer bolo. Os homens iam cortar lenha para comprar, os homens iam comprar uma vaca para assar, os jovens e as crianças faziam as decorações e as apresentações das danças. Era um trabalho em comunidade, todo mundo divertia e comia. Hoje, quem não tiver isso... Na festa não come, né? Quem não tiver dinheiro não come na festa. Não come. E antigamente era gratuito, tinha os festeiros aqui na comunidade? Hã? Os festeiros, tinham os festeiros que comandavam a festa, quando terminava a festa, aí fazia um sorteio pra saber quem que ia ser o festeiro do próximo ano (Fael, 29/05/2025).

Tal prática está em consonância com as reflexões de Bosi (2006), que enfatiza a importância da sociabilidade e do compartilhamento de saberes como elementos centrais na manutenção das tradições culturais. Cidinha também trouxe suas memórias do tempo da infância:

A gente passava uma vida de muita pobreza. Tínhamos uma infância bem sofrida, bem dolorosa mesmo, que não era fácil, eu sei que muita gente tinha essa condição de vida que não era muito boa, mas a nossa, eu falo que era um pouco mais sofrida, porque ele era uma pessoa doente, ele tinha um problema de epilepsia, e nós, criança pequena, que se via na obrigação de cuidar dele, ao contrário, ao invés dele cuidar da gente, a gente que cuidava dele. Mas éramos uma família unida, éramos felizes, a gente, graças a Deus, a gente não passava assim aquela, as desavenças que muitas famílias passam, mas nós sempre mantivemos juntos, sempre nos mantivemos de pé (Cidinha, 10/06/2025).

Cidinha descreve uma infância sofrida e dolorosa, evidenciando as limitações materiais e os desafios impostos por condições de saúde dentro do núcleo familiar, como o cuidado de um parente com epilepsia. Esse relato corrobora as reflexões de Candau (2010; 2012), que aponta que a vivência infantil em contextos socialmente vulneráveis envolve responsabilidades precoces e exposição a cargas emocionais significativas, ultrapassando as demandas típicas da infância em contextos mais favorecidos.

Cidinha também relata que, durante sua convivência na comunidade, ela e sua família viviam em moradias bastante simples, construídas com materiais tradicionais, como pau-a-pique, barro e palha. Apesar das condições humildes, essas casas eram espaços de afeto, convivência e transmissão de saberes, nos quais se fortaleciam os laços familiares e comunitários, preservando a identidade e os valores culturais de Furnas do Dionísio:

Toda família da comunidade havia construído suas casas de pau-a-pique, e nós nem condições de construir uma casinha de pau nós tínhamos, porque meu pai tinha um problema de saúde. Então, nossa primeira casa foi um barraco de lona. Depois conseguimos uma casa de madeira, nós morávamos em uma casinha bem simples até, até então, o que eu lembro foi uma casa construída por um projeto do Empaer [Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, que tinha aqui dentro da comunidade, onde os próprios moradores ajudaram a construir esta casa para o meu pai. E só no ano de 2013 que veio para comunidade do programa Agehab [Agência de Habitação Popular], então, depois de casada que consegui morar numa casa de alvenaria (Cidinha, 10/06/2025).

Cidinha relata que, ao contrário de outras famílias da comunidade, a sua não tinha condições de construir uma casa de pau-a-pique devido à vulnerabilidade econômica e aos problemas de saúde do pai. A primeira moradia foi um barraco de lona, demonstrando a fragilidade estrutural e material enfrentada por algumas famílias.

A passagem para uma casa de madeira, construída com ajuda de um projeto do Empaer, evidencia a participação comunitária e a solidariedade local, já que os próprios moradores colaboraram na construção. Esse episódio revela que a melhoria das condições de vida muitas vezes dependia tanto da ação coletiva quanto do suporte institucional.

A menção ao programa Agehab, em 2013, que proporcionou acesso à casa de alvenaria, demonstra a importância de políticas públicas para regularizar e melhorar a habitação em comunidades quilombolas, conectando avanços materiais a políticas de inclusão social. Essa trajetória também marca a consolidação da dignidade familiar e da estabilidade habitacional, permitindo maior segurança e conforto.

Para Milton Santos (1993), os tipos de moradia popular (de lona, madeira, alvenaria) não são apenas categorias construtivas, mas expressam a lógica da pobreza urbana, da autoconstrução e da desigualdade estrutural. Assim, vale ressaltar que, ao longo das entrevistas, observou-se que a comunidade teve mudanças em relação às moradias.

A trajetória histórica das condições de moradia na comunidade quilombola Furnas do Dionísio evidencia uma evolução clara em três etapas principais:

**Casas de pau-a-pique** – construídas com barro, madeira, sapé ou bacuri, eram moradias coletivas, simples e adaptadas aos recursos do território. Representam o patrimônio cultural e o saber construtivo tradicional, transmitidos de geração em geração.

**Casas de tábua ou madeira** – surgiram como alternativa mais resistente e segura, muitas vezes viabilizadas com apoio comunitário ou projetos institucionais, como os promovidos. Simbolizam a transição entre habitação tradicional e melhoria estrutural, incorporando mobilização coletiva e solidariedade.

**Casas de alvenaria** – construídas posteriormente, muitas vezes com apoio de programas públicos, como o Agehab, representando estabilidade, conforto e inclusão social. Indicam a integração da comunidade em políticas habitacionais modernas, garantindo dignidade e consolidação familiar. A fotografia abaixo (Figura 17) evidencia a transformação das moradias na comunidade, refletindo mudanças de ordem social, econômica e política:

**Figura 17** – Avanços das moradias da comunidade



Fonte: Lurdete Santos da Silva (2025)

As imagens evidenciam que a comunidade passou, ao longo do tempo, por pelo menos três tipos distintos de moradia: inicialmente, as casas de pau-a-pique, seguidas pelas construções de tábuas de madeira e, posteriormente, pelas residências de alvenaria. Em 2013, 80 famílias foram beneficiadas com novas casas de alvenaria, resultantes de um projeto desenvolvido pela Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab). Essa trajetória reflete o processo de superação das condições de precariedade iniciais por meio da mobilização coletiva, da solidariedade entre os moradores e do acesso gradual a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida na comunidade.

### **3.3 A busca pela educação escolar**

No contexto da luta do povo negro, observa-se que a educação sempre desempenhou um papel central. Segundo os entrevistados, a busca pela educação escolar na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio ocorreu de forma lenta, marcada por esforços coletivos, improvisações e muitas desigualdades, mas também por resistência, esperança e forte valorização do saber. Os relatos indicam que as primeiras experiências educativas surgiram por volta da década de 1940, de maneira informal, com professores itinerantes e escolas improvisadas, muitas vezes construídas em mutirões comunitários, sem vínculo oficial com o poder público.

A educação inicial era precária, realizada em espaços simples de pau-a-pique, sapé ou barracões, com bancos de troncos de madeira, iluminação por lamparinas e ausência de materiais escolares adequados. O ensino, em geral, era multisseriado, reunindo crianças de diferentes idades em uma única sala. Apesar das limitações, a escola representava um símbolo de esperança e possibilidade de mudança social para a comunidade.

Os depoimentos evidenciam também profundas desigualdades de gênero no acesso à educação, especialmente nas primeiras décadas. Muitas meninas foram impedidas de frequentar a escola, sob justificativas morais e culturais, sendo obrigadas a aprender de forma clandestina, com o apoio de irmãos, professores solidários e da própria comunidade. Essas narrativas revelam o quanto a educação era desejada e buscada mesmo diante de proibições, tornando-se um sonho alimentado pela persistência e pela resistência silenciosa.

Com o passar dos anos, a comunidade conquistou avanços significativos, como a construção da primeira escola municipal, em 1958, fruto da articulação entre lideranças locais e o poder público. A partir desse marco, a educação passou a se estruturar de forma mais contínua, ainda que com muitas dificuldades. Professores e professoras assumiram múltiplas

funções, atuando como educadores, merendeiros, zeladores e referências afetivas, enquanto a merenda escolar se tornou um elemento fundamental para garantir a permanência das crianças na escola, muitas vezes sendo a principal refeição do dia.

Os entrevistados ressaltam o papel central de educadores comprometidos, da igreja e das lideranças comunitárias na consolidação da educação local. A escola não era apenas um espaço de aprendizagem formal, mas também de transmissão da história, da cultura e da identidade quilombola. Assim, a trajetória da educação em Furnas do Dionísio é lembrada como uma construção coletiva, marcada por carências materiais, mas sustentada pela solidariedade, pelo respeito aos professores e pela compreensão de que o conhecimento era um caminho essencial para a dignidade, a cidadania e a preservação da memória ancestral da comunidade.

Dona Leonídia recorda da época em que houve a primeira escola, marcando o início da trajetória educativa escolar em Furnas do Dionísio e representando um passo importante na preservação do conhecimento e na valorização da identidade comunitária:

Lembro-me muito da primeira escola, porque ela foi construída dentro da nossa terra. Um dia chegou à casa um homem bem vestido e pediu pra falar com o dono da casa, então fui à roça e chamei o padrasto. Meu padrasto veio rapidinho atender o homem, eles conversaram e aquele homem veio pra fazer uma escola pras crianças da comunidade. Então meu padrasto aceitou, falou que ia fazer um mutirão pra fazer uma sala de aula, a sala foi feita em um dia de serviço. Mas assim, meu padrasto falou que lá de casa só ia estudar os meninos homens e que as meninas mulheres não iam estudar, porque se estudasse ia aprender a escrever e ia escrever cartas para namorados (Leonídia, 29/05/2025).

A desigualdade de gênero fica explícita: as meninas não podiam estudar. O argumento de que “se estudassem, escreveria cartas para namorados” mostra como havia um controle social sobre o comportamento feminino, limitando as mulheres ao espaço doméstico. O relato da Dona Leonídia é extremamente comovente e revelador, pois articula três dimensões: a desigualdade de gênero, a resistência individual e o valor simbólico da educação na comunidade.

Lembro que um dia o professor até falou com o meu padrasto e pediu pras meninas, eu e minhas irmãs, poder estudar. Nada! O velho não deixou como meus irmãos, que estavam estudando, poderiam ir para a escola, estudar junto com o professor, eles iam porque o velho deixava. As meninas, ele dizia: Não vou deixar, porque depois fica escrevendo cartinha para o namorado, para de trabalhar. A gente ia trabalhar. Mas eu, como era mais esperta, eu aproveitei com meus irmãos. O professor, ele dava o caderno com tarefa de manhã, aquela tarefa eu fazia na hora que todos estavam almoçando, aí ele passava tarefa a tarde, e quando era noite, meus irmãos estavam em casa, eles me ensinava aqui em casa, porque a tarefa da tarde era mais difícil. Tudo acontecia escondido do velho, o professor passava uma

tarifa, eu fazia, acabava aquela ali, passava outra, eu fazia, levava para o professor e passava visto, corrigia tudo, e como a escola era aqui mesmo, tudo tornou mais fácil. A gente era analfabético, não sabia de nada, né? Então, eu tenho sentimento até hoje disso. Aí, e me desculpe que eu quase não aguento nem falar, porque eu tinha muita vontade de estudar, porque eu achava muito bonito, aquele professor dando aula, as crianças aprendendo, lendo, escrevendo, era bonito de ver, queria muito ser uma professora (Leonidia, 29/05/2025).

Na fala de Dona Leonídia, é possível identificar a escola como horizonte de futuro, a emoção presente no depoimento, o “não aguento nem falar” e o desejo de ter sido professora traduzem o quanto a escola representava esperança, dignidade e reconhecimento social. Mesmo diante da exclusão, a figura do professor e o ato de ensinar aparecem como símbolos de transformação.

Testemunho profundamente simbólico e humano, que revela não apenas a realidade social da comunidade, mas também a força transformadora da educação e a solidariedade como instrumentos de resistência, citado por Dona Leonidia:

Foi Deus que mandou aquele professor lá em casa, ele apareceu do nada com a intenção de ensinar, ele era professor. Nativo, Nativo era o nome dele, e nessa época, eu já contava uns 11 ou 12 anos. Aí, eu cozinhava, ele comia na casa junto com a gente, e eu falava que eu tinha muita vontade de estudar, mas o padrasto não deixava. Aí, como eu tinha meus irmãos, que já eram meninos, homens, que eles estavam estudando, o que é que fez? O professor falou assim: Eu vou comprar pra você um caderno, um lápis, borracha, tudo, eu vou trazer pra vocês estudar. Nossa, fiquei toda feliz, mas ele falou: Longe do meu padrasto, porque se ele escutasse o professor falando, ele não ia deixar. E o professor Nativo trouxe o caderno, quando ele foi à cidade, ele comprou e trouxe, ele falou cidade, ele saiu e foi, andou por aí, trouxe. E aí, o que ele fazia? Passava as letras no caderno pra eu estudar, fazer as coisas naquele caderno. Eu levantava cedo, colocava feijão para cozinhar, e o arroz já estava limpo, só na hora de fazer o almoço, tudo organizado (Leonidia, 29/05/2025).

Ao se lembrar do caderno, do lápis e da borracha comprados especialmente para ela, Leonídia destaca o valor simbólico desses objetos como um passaporte para um futuro diferente. Esses instrumentos simples representavam a possibilidade de liberdade, de sonhar com o que lhe era negado.

Ao narrar essa experiência décadas depois, a emoção de Leonídia revela o impacto duradouro da educação em sua vida. Sua fala ecoa a história de muitas meninas quilombolas que, mesmo diante da exclusão, buscaram aprender por caminhos alternativos. Essa memória pessoal se torna parte da memória coletiva da comunidade, reafirmando a importância da escola como espaço de transformação social.

O professor Renildo afirma que a primeira escola da comunidade surgiu por volta de da década de 1940, embora não exista o registro escrito ou fotografia dessa construção:

Na verdade, a primeira escola física mesmo que nós tivemos de importância, registrada, a escola que está lá hoje, a escola de Dionísio. Passou por várias reformas, que era uma peça, que me lembra uma peça, que funcionava em multisseriado. Tenho lembrança dessa época, as crianças, tudo junto ali, tem até falado o nome da professora Creusa, que começou a desenvolver, aqui embaixo, que era a escola Lajeado, e lá em cima, próximo da casa dos meus pais, tinha a sala anexa, que era a 3 de maio (Renildo, 11/06/2025).

O relato do professor Renildo fornece um panorama histórico da escola formal na comunidade de Furnas do Dionísio, destacando sua transformação física, pedagógica e simbólica. A primeira escola física era multisseriada, isto é, a escola inicial funcionava em um único espaço, “uma peça”, reunindo crianças de diferentes idades e séries. Esse modelo multisseriado é característico das comunidades rurais e quilombolas, onde os recursos eram limitados e a organização escolar refletia essa realidade.

A Professora Clemilda reforça e complementa a narrativa sobre a primeira escola da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, acrescentando detalhes sobre a estrutura física, o caráter informal e a segregação de gênero:

A respeito da primeira escola, era de pau-a-pique, bancos de toco de madeira. Essa escola surgiu escondida entre as árvores, mas diz que antes, nas terras do Antônio Dionísio, chegou um moço aqui na comunidade pelo nome de Nativo, aí os filhos do Dioniso fizeram um mutirão e fizeram um barracão... que nem era uma escola. Esse Nativo deu aula, assim, ensinou por uns tempos, mas acredito não tinha vínculo com a prefeitura. Ele deu tipo uma aula assim, meio particular, né? É particular, e dizem que nessa época era uma escola para homens. Assim, não vivi nessa época (Clemilda, 10/06/2025).

A professora destaca que não viveu nesse período, o que reforça que grande parte do conhecimento sobre essa fase da educação vem da tradição oral, sustentando a importância dos relatos comunitários para reconstruir a história.

Tia Maria traz informações detalhadas sobre a primeira escola municipal na comunidade de Furnas do Dionísio, construída em 1958, destacando tanto aspectos físicos quanto sociais da época:

No ano de 1958, na gestão do segundo prefeito de Jaraguari, o senhor Francisco Antonio de Souza construiu juntamente com os líderes da comunidade a primeira escola municipal do município de Jaraguari. A construção foi na mesma mediação onde é a atual escola hoje. A escola foi construída de sapê, uma espécie de capim muito usado na época para cobertura de casas na comunidade, o chão era batido e os bancos eram de troncos de árvores. Não havia energia elétrica, tudo era iluminado com lamparina à base de querosene ou usavam candeias feitas com pavio de

algodão molhado com gordura animal e azeite de mamona. Tenho foto dessa escola (Tia Maria, 18/06/2025).

Tia Maria tem na memória o contexto histórico e político da época. A escola foi construída durante a gestão do segundo prefeito de Jaraguari, Francisco Antonio de Souza, em parceria com os líderes comunitários, evidenciando a colaboração entre poder público e comunidade para viabilizar o acesso à educação formal.

A escola era de sapê, com chão batido e bancos de troncos de árvores, sem energia elétrica. A iluminação era feita com lamparinas a base de querosene ou candeias artesanais com pavio de algodão e gordura animal, mostrando as dificuldades e improvisações do cotidiano escolar.

A narrativa de Tia Maria mostra que a primeira escola municipal foi um marco para a educação quilombola, representando uma transição do ensino improvisado e exclusivo para homens para uma escola oficial, com infraestrutura mínima, mas reconhecida pelo poder público, consolidando o acesso à educação formal e abrindo caminho para futuras reformas e melhorias na comunidade.

Abaixo, observa-se a fotografia da inauguração da primeira escola municipal na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. Este registro histórico foi gentilmente cedido por dois dos entrevistados que participaram da pesquisa, permitindo visualizar a estrutura da época, a participação da comunidade e o início da educação formal no território. A imagem reforça a importância da escola como marco na história educacional e social da comunidade, simbolizando a transição do ensino improvisado para o oficial.

**Figura 18** – Inauguração da primeira escola na comunidade, em 1958



Fonte: Santos (2025)

A fotografia (Figura 18) retrata o então prefeito municipal de Jaraguari, senhor Francisco Antônio de Souza, durante a inauguração da primeira escola da Comunidade

Quilombola Furnas do Dionísio, denominada Lageadinho, em referência à fazenda onde estava localizada, no ano de 1958. Na imagem, observa-se, à esquerda, o prefeito colocando o broche de professor na camisa do docente Benedito Zanor, gesto simbólico que representa o reconhecimento e a valorização do educador naquele contexto histórico de afirmação comunitária e de conquista do direito à educação.

Na segunda fotografia, o prefeito aparece proferindo um discurso à comunidade, em um cenário que evidencia as condições materiais da época, notadamente o teto da escola construído com capim, elemento que ilustra a simplicidade e os desafios enfrentados na consolidação da educação local.

Tia Maria da Escola traz um relato sobre a primeira experiência escolar formal na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, combinando aspectos pedagógicos, materiais e sociais:

Nessa escola eu estudei. Meu professor foi o Benedito Zanor, ele não era negro, era um senhor branco de meia-idade, e sua esposa chamava Nadir. Pensa num professor sério, que respeitava muito a comunidade e, ao mesmo tempo, era muito respeitado pela comunidade. O professor Benedito tinha uma caligrafia linda, uma letra perfeita, toda desenhada, cheias de voltas, e eu sempre sonhei em ter uma letra igual à do professor. Naquela época, a caneta de escrever era de tinteiro, diferentemente das de hoje, eram feitas com penas de aves e canas de bambu com a ponta cortada em ângulo para armazenar a tinta. De vez em quando o professor deixava eu escrever com aquela caneta, nós não tínhamos uma caneta igual aquela, só ele tinha, ele tinha uma variedade de canetas. As penas de ganso eram as mais comuns, enquanto as de cisne, mais caras, eram usadas em ocasiões especiais e as de corvo eram preferidas para linhas finas (Tia Maria, 18/06/2025).

O professor Benedito Zanor, descrito como branco e de meia-idade, aparece como referência de autoridade e respeito na comunidade, reforçando a valorização de docentes que se integravam e respeitavam os saberes locais. O fato de ser respeitado e, ao mesmo tempo, respeitar a comunidade evidencia uma relação pedagógica de confiança e proximidade.

Observa-se o destaque dado à caligrafia perfeita do professor, mostrando a valorização da disciplina, da estética da escrita e do aprendizado metódico, refletindo práticas escolares formais da época. Ainda há a lembrança do material escolar utilizado. O uso de penas de aves e canas de bambu como instrumentos de escrita ilustra não apenas a escassez de materiais modernos, mas também a riqueza cultural e histórica do ensino. As diferentes penas (ganso, cisne, corvo) indicam distinções de uso e valor simbólico dentro da prática pedagógica. O fato de que apenas o professor possuía essas canetas reforça a desigualdade de recursos, mas também o fascínio e a motivação que despertava nos alunos, incentivando o aprendizado e a curiosidade.

Esse relato revela que a primeira escola formal não apenas proporcionou acesso à escrita e à leitura, mas também introduziu disciplina, estética e valorização da aprendizagem. A figura do professor Benedito Zanor e os materiais utilizados contribuíram para fortalecer o respeito à educação e à comunidade, deixando memórias duradouras sobre o cotidiano escolar e as práticas pedagógicas nas Furnas do Dionísio.

Tia Maria evidencia a importância social e educativa do professor Benedito Zanor na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, indo além do ensino formal e se estendendo à formação moral e cultural:

O professor Benedito era visto como figura de grande autoridade e respeito, o professor era nossa principal fonte de conhecimento. Tanto para os alunos como para as famílias, o professor era visto como o responsável pelos caracteres e pelos nossos bons costumes, ele era como se fosse da comunidade, participava e ajudava em todos os nossos festejos. Com o professor Benedito eu estudei quatro anos, não estudei mais, porque não tinha mais escolaridade pra mim lá. Depois que terminei o antigo quarto ano, continuei na escola, eu ia ajudar o professor Benedito dar aula (Tia Maria, 18/06/2025).

O professor Benedito era considerado uma figura de grande autoridade, não apenas por transmitir conhecimento acadêmico, mas também por orientar os alunos e as famílias quanto a valores e costumes, reforçando o papel do professor como mediador social na comunidade. Ele participava ativamente das festividades e da vida cotidiana, tornando-se parte integrante da comunidade e fortalecendo os vínculos entre educação e cultura local.

Houve continuidade e ampliação da educação na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, mostrando a transição do ensino básico para a atuação docente e religiosa dentro da própria comunidade, dito por Tia Maria:

Depois do professor Benedito, veio a professora Sônia. Eu continuei ajudando ela como professora, porque era muito aluno. Nessa mesma época, vieram as irmãs salesianas, que ajudavam na educação das crianças na escola e na igreja, e foi nesta época que participei de cursos, retiros e encontros de formação oferecidos pela comunidade salesiana, para aprofundar meus conhecimentos sobre a fé e a pedagogia salesiana. Então, me tornei professora de catequese, catequizei todas as crianças e jovens da comunidade (Tia Maria, 18/06/2025).

Após estudar com o professor Benedito Zanor, Tia Maria passou a auxiliar a professora Sônia, demonstrando a continuidade do aprendizado e a formação de novos educadores locais, o que reforça a transmissão de conhecimento dentro da própria comunidade.

Teve a chegada das irmãs salesianas que trouxeram apoio pedagógico e religioso, combinando educação formal e formação na fé. Essa intervenção mostra como instituições

externas colaboraram com a educação e a cultura local, mas os saberes da comunidade mantiveram-se vivos.

Tia Maria participou de cursos, retiros e encontros de formação, o que permitiu aprofundar seus conhecimentos na fé e na pedagogia, tornando-se responsável pela catequese das crianças e jovens, integrando educação formal e educação religiosa comunitária. Sua atuação como professora e catequista evidencia a importância de líderes educativos locais na preservação de tradições culturais, religiosas e educacionais, promovendo o fortalecimento da comunidade.

Tia Maria retrata seu papel central como educadora catequista e articuladora comunitária na história da educação em Furnas do Dionísio, revelando a integração entre escola, igreja e comunidade quilombola:

Sou uma mulher que sempre trabalhei e, ao mesmo tempo, posso dizer que contribuí muito com a minha comunidade, fiz muita coisa. Com a ajuda das irmãs salesianas, conseguimos realizar vários benefícios para as famílias da comunidade. A Igreja Católica teve um papel fundamental na formação da nossa comunidade. No início, contribuí muito com o letramento da população através da catequização, doações e assistências em várias áreas sociais... Logo que a professora Sônia pediu para sair e os líderes da comunidade levou meu nome para o prefeito lá em Jaraguari, o prefeito nem pensou já me contratou a professora no mesmo dia. Foi então quando tive a oportunidade de realizar um trabalho com ajuda das irmãs, escola, igreja e comunidade, assim nós mantínhamos um diálogo aberto e constante com a comunidade quilombola, com as irmãs salesianas, sempre buscando apoio e orientação para minha atuação enquanto professora e catequista (Tia Maria, 18/06/2025).

Tia Maria não apenas lecionou, mas também atuou em múltiplas frentes, promovendo benefícios sociais e culturais para as famílias da comunidade, fortalecendo os laços comunitários e o desenvolvimento local. Ainda teve o apoio das irmãs salesianas e da Igreja Católica. A atuação da igreja foi decisiva para o letramento, assistência social e formação moral e religiosa, mostrando como instituições externas participaram da construção da comunidade quilombola.

Com a saída da professora Sônia, abriu-se o espaço para Tia Maria, que foi indicada pelos líderes locais e contratada rapidamente pelo prefeito, demonstrando a valorização da liderança comunitária e do conhecimento local.

Clemilda destaca a trajetória de Tia Maria como alfabetizadora e educadora comunitária, mostrando seu papel fundamental na construção da educação em Furnas do Dionísio:

A Tia Maria foi alfabetizadora, aprendeu com o professor Benedito. Aqui ela alfabetizava as pessoas da comunidade, começou a trabalhar do nada, foi

assim ela começou, através da igreja que ela alfabetizava, de uma catequese que ela alfabetizava, e mais tarde já passou a ter vínculo com a prefeitura. Ela sempre ensinou com muito amor. No início ela, ensinava, mas não ganhava remuneração como professora (Clemilda, 10/06/2025).

Tia Maria representa a educação quilombola por excelência, que construiu pontes entre educação formal e comunitária, contribuindo para o letramento, a preservação cultural e o fortalecimento da identidade da comunidade. Sua trajetória demonstra como a educação em Furnas do Dionísio se estruturou com a colaboração comunitária, transformando saberes locais em práticas pedagógicas duradouras.

A Tia Maria foi uma professora que dedicou grande parte de sua vida à educação, deixando um legado marcado pelo compromisso, pela paciência e pelo carinho com seus alunos e com a comunidade:

Dediquei uns 10 anos à educação da nossa comunidade. Pra mim, foi uma experiência muito valiosa poder contribuir, trabalhei desde 1975 a 1984. Nesse tempo, eu tinha dedicação exclusiva para ajudar em atividades como reforço escolar, leitura para crianças, organização de eventos, festejos na comunidade, projetos especiais de jovens e adultos e nas liturgias da igreja. Por problemas de saúde, pedi para me afastar de todas essas atividades. Quando eu me desliguei da escola, no meu lugar entrou a professora Creuza, que era professora formada com magistério para dar aula, a qual toda comunidade expressou admiração e reconhecimento pela qualidade do trabalho aos nossos alunos. A mesma deve ter trabalhado uns 10 anos na comunidade (Tia Maria, 18/06/2025).

Tia Maria atuou de 1975 a 1984, dedicando-se integralmente à educação e ao fortalecimento comunitário, o que demonstra compromisso pessoal e coletivo. Teve ainda uma atuação multifacetada: seu trabalho ia além da sala de aula, incluindo reforço escolar, leituras, organização de festas, projetos para jovens e adultos e participação nas liturgias da igreja, mostrando que a educação na comunidade tinha dimensão social, cultural e religiosa. Ao se afastar por problemas de saúde, foi substituída pela professora Creuza, cuja atuação também foi valorizada pela comunidade, demonstrando que a educação comunitária mantinha continuidade e qualidade mesmo diante de mudanças de profissionais.

O relato de Lurdete oferece um panorama rico sobre a educação comunitária e a integração entre escola e tradição em Furnas do Dionísio:

A gente só estudava. Aí, quando era sábado, a gente tinha que ir ali em cima, cada um levava um... uma latinha com cinza e palha de arroz. Levava uma latinha com palha de arroz e cinza, a professora pegava folha de lixa de árvore... a senhora conhece, né? A lixeira do mato é uma árvore, as gurizadas catavam bastante folha, aí chegava e a gente misturava aquilo pra passar nos bancos e nos jirau. Ficavam branquinhos os bancos... Os bancos, as tabas do jirau, tudo a gente lavava. Quando eu comecei estudar, a escola já era lá em cima, nessa aqui perto de casa eu nunca estudei, a minha professora era a

Dona Sônia. Lembro que a professora Sônia levava alguns líderes da comunidade pra contar a história do avô Dionísio, os que mais contavam histórias pra nós era o tio Bastião Abadio, a Tia Sinhana, o tio Davi e o tio João Abadio, esses sim eram os que gostavam de está na escola, contando história, e eu, toda vida, sempre gostei de ouvir a história do fundador de Furnas do Dionísio (Lurdete, 30/05/2025).

O relato evidencia uma educação baseada em experiências práticas e culturais, onde a escola não era apenas um espaço de instrução acadêmica, mas também um ponto de encontro para a preservação da história e cultura local. Esse relato demonstra que, em Furnas do Dionísio, a educação era formativa e comunitária, mesclando ensino formal, práticas de cuidado coletivo e valorização da história local, contribuindo para a construção da identidade cultural e social da comunidade.

Quase 30 anos depois da inauguração da primeira escola é que eu comecei a estudar. Na minha época, já me recordo de uma escola mais moderna, construída de tábuas, que existia aqui próximo. Também acredito que derrubaram a antiga de sapé e quase no mesmo lugar fizeram uma maior e de tábuas. Então, a gente sempre estava dentro da sala de aula, eu brincava muito, mas estudava também. E depois que foi construída uma sala de aula, e tinha uma cozinha, que a professora fez biblioteca e uma parte era cozinha no fundo, só uma salinha bem pequena e na frente uma sala de aula maior. A minha professora do primário foi a professora Creuza Moreira Xavier, e tenho muito orgulho da minha professora, e ela ainda é viva, hoje mora em Campo Grande (Luciene, 22/05/2025).

A escola passou de uma construção de sapé e chão batido para uma estrutura maior de tábuas, com salas de aula mais amplas, biblioteca e cozinha, refletindo um avanço nas condições de aprendizado e organização escolar. Luciene enfatiza que, apesar das mudanças, as crianças mantinham o equilíbrio entre estudo e brincadeira, evidenciando uma educação que integrava aprendizado formal e convivência comunitária.

A professora Creuza Moreira Xavier é destacada com orgulho, mostrando como a qualidade pedagógica e a dedicação do professor impactavam diretamente na formação das crianças, mantendo a continuidade da tradição de respeito e valorização dos educadores na comunidade.

Este relato reforça que, ao longo das décadas, a educação na comunidade quilombola Furnas do Dionísio avançou não apenas em infraestrutura, mas também em qualidade pedagógica, mantendo a interação entre aprendizado, cultura e vida comunitária, consolidando uma base sólida para o desenvolvimento intelectual e social das crianças quilombolas.

Minha primeira professora foi a professora Creuza. Foi a primeira professora que eu tive contato, e pra mim ela foi uma mãe. Eu e minhas irmãs, nós não tínhamos mãe, então, sempre que precisávamos de um ombro materno, lá estava a professora Creuza para nos acolher. Não sei explicar, mas a professora representava a figura da nossa mãe. A professora era professora,

merendeira e zeladora, ela nos colocava para dentro da sala de aula, passava uma atividade e ia para cozinha, para preparar a merenda, colocava as panelas no fogo e voltava para sala. Ela corrigia nossas atividades e já era hora da merenda. Ela servia a merenda, nós comia e ia brincar, nosso recreio era bem longo. Enquanto brincávamos, a professora lavava as vasilhas e arrumava a cozinha, e depois voltávamos pra sala de aula com mais atividades. Quando nós íamos embora para casa, a professora limpava a escola. A escola era de uma estrutura precária, lembro que, quando chovia, nós alunos tínhamos que sair correndo, colocando baldinhos debaixo das pingueiras, porque molhava tudinho, aquelas goteiras grossas, antigamente, que molhava tudo. Então, mas era o nosso lugar, era o nosso aconchego ali, era apenas uma pecinha com uma cozinha pequena pra fazer a merenda, mas era um lugar que a gente se sentia feliz, era gostoso você ir pra lá. Principalmente naquela época, que a gente já saia de casa pensando na merenda, porque não tínhamos condições de todo dia se alimentar dentro da nossa casa, então nós e minhas irmãs íamos para estudar e também por causa da merenda. E assim, pra nós, era tão bom ir para escola que dificilmente nós faltávamos aula. A professora Creuza, em sala de aula ou fora dela, era perfeita, porque eu lembro que era uma professora bem rígida em sala de aula, era bem exigente, se a gente chegasse na escola sem atividade pronta, você recebia um castigo, naquela época era normal, hoje em dia tudo é proibido, mas era uma ótima professora, não tenho nada para reclamar, só agradecer, porque tudo que eu aprendi no meu começo dentro da escola, de ensino e aprendizado, foi com ela. Na época de escola, o professor que tinha, dava aula de todas as disciplinas, era a única professora, não tinha merendeira, não tinha zeladora, não tinha uniformes doados pela prefeitura, não tinha doação de material escolar, não tinha doações de livros didáticos, não tinha transporte escolar, nós andávamos três quilômetros a pé de ida e três de volta (Cidinha, 10/06/2025).

A professora Creuza atuava simultaneamente como professora, merendeira e zeladora, assumindo funções múltiplas essenciais para a manutenção da escola e para o bem-estar dos alunos. Para as crianças sem mãe ou apoio familiar próximo, ela representava uma figura de cuidado, acolhimento e proteção, mostrando que a escola na comunidade não era apenas um espaço de ensino formal, mas também de apoio emocional e social. A escola era pequena, com apenas uma sala e uma cozinha improvisada, sujeita a problemas como goteiras e falta de espaço adequado.

As crianças enfrentavam longas distâncias a pé (três quilômetros de ida e volta), ausência de transporte escolar, uniformes e materiais didáticos, reforçando a ideia de resiliência e comprometimento com o aprendizado. A professora era rigorosa e exigente, garantindo que as atividades fossem realizadas e os alunos participassem ativamente. O cumprimento de tarefas e a disciplina escolar eram enfatizados, refletindo o valor dado à educação como caminho para transformação pessoal e social, mesmo diante das adversidades.

A escola também funcionava como um espaço de alimentação e convivência comunitária, suprimindo necessidades básicas que muitas famílias não conseguiam atender em

casa. O recreio e os momentos de interação ajudavam na socialização e no desenvolvimento emocional das crianças.

Comparada às escolas urbanas ou com melhor infraestrutura, a experiência em Furnas do Dionísio mostra que a educação em comunidades quilombolas dependia fortemente da dedicação humana e do engajamento comunitário. Apesar das condições precárias, havia uma forte valorização do ensino, da disciplina e da solidariedade, revelando como a escola funcionava como ponto central de coesão social e preservação da identidade cultural.

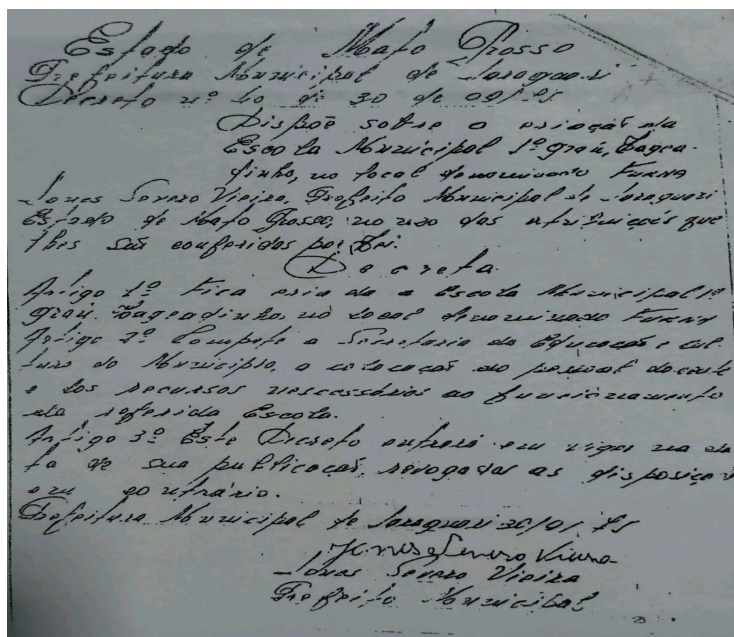
Professor Renildo menciona aspectos simbólicos e identitários da educação na comunidade quilombola Furnas do Dionísio:

Lageadinho era o nome da fazenda do Dionísio, área onde é nossa comunidade hoje, e quando houve a construção da nova escola, a comunidade cogitou a possibilidade de passar a ser o nome do fundador da comunidade, Dionísio Antônio Vieira. Porém, quando o Prefeito foi publicar o Decreto com o nome da escola, publicaram-se Dionizio com Z e sem acento circunflexo na letra i, e não com S, conforme é escrito o nome do fundador da comunidade. Já tem alguns pedidos para o atual prefeito publicar um novo decreto, de alteração da escrita do nome da escola, para a mesma forma que escreve Dionísio, nome do fundador da comunidade (Renildo, 11/06/2025).

A escola foi construída na área histórica da fazenda Lageadinho, território de origem da comunidade e de Dionísio, fundador da localidade. O nome da escola deveria refletir a memória e prestar homenagem ao fundador, fortalecendo a identidade histórica e cultural da comunidade. Ao publicar o decreto, a prefeitura utilizou a grafia Dionizio, com Z e sem acento agudo, diferente da forma correta: Dionísio. Essa diferença evidencia desconexão entre decisões administrativas e reconhecimento histórico, mostrando como erros formais podem impactar a memória e a identidade comunitária.

A comunidade já solicitou alterações na grafia do nome, buscando adequar o registro oficial à forma correta do nome do fundador, reafirmando o direito à memória e ao respeito à ancestralidade. A nomenclatura correta da escola não é apenas formal, mas carrega valor afetivo e histórico, representando a continuidade da memória coletiva e do legado do fundador. A grafia correta demonstra como símbolos, nomes e registros oficiais são elementos centrais na construção da identidade quilombola.

**Figura 19** – Decreto de criação e funcionamento da primeira escola na comunidade, em 1975.



**Fonte:** Secretaria de Educação de Jaraguari-MS (2025)

O decreto de criação da escola, redigido manualmente (Figura 19), foi assinado pelo então prefeito municipal, Jones Severo Vieira, em 1975, aproximadamente 17 anos após a inauguração da primeira escola da comunidade. Esse documento representa um marco formal na consolidação da instituição escolar em Furnas do Dionísio, conferindo-lhe reconhecimento administrativo e legitimidade perante o poder público municipal.

### 3.4 A vida após o reconhecimento como comunidade quilombola

Em 2009, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a comunidade Furnas do Dionísio foi oficialmente reconhecida como quilombola. Esse marco histórico representou não apenas a validação de uma identidade coletiva forjada ao longo de séculos de resistência, mas também o início de um processo de profundas transformações sociais, culturais e econômicas.

Segundo os entrevistados, a vida em Furnas do Dionísio após o reconhecimento como comunidade quilombola foi marcada por mudanças profundas, vividas de forma gradual, contraditória e, em muitos momentos, desafiadora. No início do processo, prevaleceram dúvidas, inseguranças e resistências internas, sobretudo pela falta de informações claras sobre as implicações jurídicas, territoriais e sociais do reconhecimento. Muitos moradores relataram medo em relação à posse da terra, às restrições de venda e às transformações no modo de vida cotidiano.

Os depoimentos indicam que a regularização fundiária provocou impactos diretos nas relações sociais da comunidade. A saída de moradores não quilombolas, ainda que indenizados pelo Estado, gerou rupturas afetivas, rompendo laços de amizade e cooperação construídos ao longo do tempo. Também surgiram tensões internas relacionadas à distribuição desigual de terras adquiridas antes da titulação, o que exigiu reorganização comunitária, fortalecimento da associação local e redefinição de regras coletivas.

Com o passar do tempo, entretanto, os entrevistados reconhecem que os benefícios do reconhecimento superaram as dificuldades iniciais. A titulação garantiu segurança jurídica sobre o território, protegeu a comunidade contra invasões, desmatamento e conflitos fundiários, além de impedir a venda individual das terras, assegurando seu caráter coletivo e inalienável. Esse aspecto é apontado como fundamental para a permanência das famílias e para a preservação das gerações futuras.

Os relatos destacam ainda que o reconhecimento ampliou o acesso a políticas públicas específicas, promovendo melhorias na infraestrutura, nos serviços de água, energia, saúde e educação. Houve também maior visibilidade institucional da comunidade, que passou a ser reconhecida como sujeito de direitos, fortalecendo a cidadania, os laços coletivos e o sentimento de pertencimento.

Do ponto de vista cultural e simbólico, os entrevistados ressaltam a valorização das tradições, da memória ancestral e da identidade quilombola. A escola passou a desempenhar um papel relevante nesse processo, contribuindo para que crianças e jovens crescessem conscientes de sua história, de seu território e de sua identidade coletiva.

Assim, segundo os entrevistados, a vida após o reconhecimento quilombola não se resume a conquistas imediatas, mas a um processo contínuo de adaptação, aprendizagem e fortalecimento comunitário. Trata-se de uma transformação que envolveu conflitos e negociações, mas que consolidou direitos históricos, reafirmou identidades e abriu novas possibilidades de desenvolvimento social, cultural e político para Furnas do Dionísio.

Isso vem ao encontro de Munanga (2005), quando enfatiza a importância do reconhecimento institucional das comunidades afro-brasileiras para a valorização da identidade e da cidadania negra, e de Carneiro (2003), quando destaca que o reconhecimento legal contribui para a superação de desigualdades históricas e para o fortalecimento das práticas culturais e sociais das comunidades afrodescendentes.

Conforme cita o senhor Dorvalino, no início, ele próprio teve dúvidas e certa insegurança para compreender plenamente o que significava o processo de reconhecimento de Furnas do Dionísio como comunidade quilombola:

A novidade gerava questionamentos e inseguranças, sobretudo em relação à posse da terra e às mudanças que poderiam ocorrer no cotidiano local. Quando a comunidade aqui foi reconhecida como quilombolas, olha, pra mim, aí virou um rolo danado, quem que estava dentro da sua área, que estava quietinho e ajudava a comunidade a crescer, tiraram, mandaram o pessoal ir embora pra modificar. Depois disso, ninguém é dono de nada, assim, não é dono porque não pode mais vender terra. Antes, teve gente daqui mesmo, descendente do Dionísio, que comprou um monte de terra dos parentes. Tem gente nossa que tem 10 hectares de terra, enquanto outros têm quase 100 hectares de terra, porque antes era permitido comprar e vender terras entre os nossos. Quem comprou a mais não teve que devolver, acha que tem que ser direito iguais para todos. Aqui, tinha uns vizinhos que ajudava muito a gente, eles foram indenizados e tiveram que sair, nós já tinha criado um laço de amizade (Dorvalino, 18/06/2025).

Esse depoimento evidencia o impacto direto do processo de regularização fundiária sobre a vida da comunidade. Embora o reconhecimento tenha assegurado direitos históricos e a posse do território ancestral, também provocou tensões e desafios, exigindo adaptação e reorganização interna.

Cidinha recorda que Furnas do Dionísio foi inicialmente titulada em 2000 pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>1</sup> como “comunidade remanescente de quilombo”. Esse reconhecimento decorreu de estudos antropológicos realizados pela Fundação, que identificou a presença histórica e cultural dos descendentes de quilombolas na região:

Lembro que Furnas do Dionísio foi titulada em 2000 pela Fundação Palmares como comunidade quilombola. No entanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [Incra] declarou a comunidade como território quilombola em 24 de abril de 2009, com publicação no Diário Oficial da União. Para ser mais específica, a Fundação Cultural Palmares realizou estudos antropológicos que levaram à denominação de remanescente de quilombo em 2000, declaração oficial como território quilombola pelo Incra aconteceu em 2009 (Cidinha, 10/06/2025).

Para Cidinha, esses dois momentos, a titulação pela FCP e a oficialização pelo Incra, foram fundamentais, pois consolidaram juridicamente a posse do território e asseguraram à comunidade o acesso a direitos e políticas públicas específicas para quilombolas. O relato evidencia que o reconhecimento antropológico não é imediato à regularização fundiária;

---

<sup>1</sup> A FCP exerce papel central no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil. Instituída em 1988 e vinculada ao Ministério da Cultura, a FCP tem como uma de suas atribuições legais a certificação das comunidades remanescentes de quilombos, conforme assegurado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. No âmbito do reconhecimento quilombola, compete à FCP emitir a certificação de autodefinição, documento que atesta oficialmente que determinada comunidade se reconhece e é reconhecida como remanescente de quilombo, com base no critério da autoidentificação e em fundamentos históricos, antropológicos e socioculturais. Esse reconhecimento não se restringe a um ato meramente administrativo; trata-se de um procedimento que legitima a identidade coletiva do grupo e constitui etapa indispensável para a garantia de direitos.

primeiro vem a validação cultural e histórica, seguida da titulação legal pelo Estado, mostrando a complexidade do processo de proteção territorial quilombola no Brasil.

Em outro momento da entrevista, Cidinha ressalta que, embora o reconhecimento da comunidade como quilombola tenha sido um passo importante, na época, ele gerou algumas divisões dentro do grupo:

Na época do reconhecimento da nossa comunidade como quilombola, gerou algumas divisões para o grupo da comunidade. Apesar de ter sido um passo importante, acabou pegando a comunidade sem esperar, não sei foi falta de experiência e comunicação dos líderes da época, foi um ato que não partiu de fora para dentro, não houve nenhuma conscientização em relação aos contributos para comunidade. Mas, pra nós, o reconhecimento formal da posse de terras quilombolas protegeu a nossa comunidade de desmatamento, invasões e outros conflitos, facilitou o acesso dos serviços essenciais, como água, energia, saúde e educação, também trouxeram valorização as nossas tradições, nossos costumes, nossos ancestrais e mais qualidade de vida a nós quilombola (Cidinha, 10/06/2025).

Apesar dessas dificuldades iniciais, o reconhecimento formal trouxe benefícios significativos. Para Cidinha, a titulação das terras quilombolas protegeu a comunidade contra desmatamento, invasões e outros conflitos, além de facilitar o acesso a serviços essenciais como água, energia, saúde e educação. Ela destaca ainda que o reconhecimento valorizou tradições, costumes e a memória ancestral, promovendo mais qualidade de vida para os moradores quilombolas.

Fernandes (2017) ressalta que o território não se reduz a uma dimensão física, mas se constitui como espaço objetivado pelas relações de poder e dominação. Nessa mesma direção, Saquet (2001) destaca que essas relações de poder conferem ao território um caráter dinâmico, resultado de processos históricos e sociais.

O professor Renildo explica que, quando a comunidade passou a ser reconhecida como quilombola, foram demarcadas as áreas pertencentes ao território coletivo, e aqueles que não eram descendentes das famílias fundadoras foram solicitados a deixar suas propriedades. Ele descreve esse processo como “devolutivo das terras”, termo utilizado pela comunidade para se referir à retomada das áreas pelos quilombolas.

Quando a comunidade passou a ser quilombola, foi demarcado as áreas, e quem não era quilombola foi pedido para sair. Esse processo de devolutivo das terras, que foi o termo que eles usaram, foi daquelas pessoas que não eram descendentes do início. Então, tipo assim, é igual, se eu morava, e não era descendente, então houve o processo de devolução das terras onde ele morava, e ficou essas terras por conta da associação (Renildo, 11/06/2025).

O depoimento revela que a titulação alterou as relações sociais internas e externas, pois estabeleceu regras claras de ocupação e reafirmou a importância da associação como

órgão de gestão e proteção. Esse mecanismo foi crucial para manter a coesão comunitária e garantir equidade entre os membros descendentes.

O professor Renildo afirma que participou diretamente desse processo, conforme destacou em entrevista. Segundo ele, o reconhecimento de Furnas do Dionísio como comunidade quilombola não foi apenas um ato jurídico, mas o resultado de uma longa trajetória de mobilização social, diálogo com órgãos públicos e reafirmação da identidade coletiva:

Particpei em termos políticos e institucionais. Foi um marco importante para a comunidade, dizer que foi plausível para ela, não foi, porque teve bastante reunião, bastante negociação, bastante conversa, porque não foi algo que a comunidade buscou. Digamos que foi uma oposição, coisas do governo que foi trazida para a comunidade. Na época, não sabem se foi falta de experiência do presidente atual, que assinou o termo de cooperação, vamos dizer que seja esse documento, afirmando que a comunidade era uma comunidade quilombola, porque a partir dessa confirmação, tinha todas as prerrogativas atrás disso (Renildo, 11/06/2025).

Na fala do professor, apesar de positivo, o processo não partiu da iniciativa da comunidade, mas de ações governamentais, sendo recebido inicialmente com resistência e necessidade de negociação. Isso evidencia que mudanças estruturais, mesmo quando benéficas, podem gerar incerteza, oposição e desafios de comunicação.

Silva (2005) evidencia que o território não deve ser compreendido apenas como um espaço físico delimitado, mas como um campo de disputas simbólicas, políticas e culturais:

O processo de territorializar-se ou re-territorializar-se impõe a construção de identidades políticas e culturais que entram em conflito com as territorialidades impostas e identidades estabelecidas e, em geral, dominantes no tempo e no espaço (Silva, 2005, p. 52).

A citação de Silva (2005) evidencia que os processos de territorialização e reterritorialização não se limitam à ocupação física de um espaço, mas envolvem disputas simbólicas, políticas e culturais profundamente marcadas por relações de poder. Ao construir ou reconstruir seus territórios, os grupos sociais afirmam identidades próprias que, muitas vezes, confrontam territorialidades impostas historicamente por agentes externos e hegemônicos.

A vereadora Daniele recorda que, antes de 2009, a comunidade já buscava meios de garantir a preservação de suas terras e tradições, mas encontrava barreiras institucionais e jurídicas:

O reconhecimento também teve um efeito simbólico profundo, foi o momento em que passamos a ser vistos e ouvidos como sujeitos de direitos, não apenas como moradores de um lugar afastado. Essa conquista reafirmou

a dignidade da comunidade, criando perspectivas para as gerações futuras e valorizando a memória de seus ancestrais (Daniele, 17/06/2025).

Daniele ressalta que, com a titulação, a comunidade passou a ser vista e ouvida como sujeito de direitos, deixando de ser percebida apenas como moradores de um território remoto. Isso evidencia que o processo não foi apenas jurídico ou territorial, mas também político e social, fortalecendo a cidadania e a participação comunitária.

Almeida (2018) aponta que as estruturas econômicas, políticas e jurídicas de uma sociedade são moldadas por sua história. Isso significa que práticas, normas e instituições não podem ser entendidas isoladamente, mas sim como produtos de trajetórias sociais concretas: “[...] cada sociedade possui uma trajetória singular que dará ao econômico, ao político e às jurídicas particularidades que só podem ser apreendidas quando observadas as respectivas experiências históricas (formações sociais)” (Almeida, 2018, p. 43).

O professor Renildo também explica como se deu o processo de desapropriação dos não quilombolas que possuíam terras dentro do território de Furnas do Dionísio. Ele recorda que havia, por exemplo, um senhor de origem japonesa, já idoso, além de um proprietário branco, que haviam adquirido parcelas de terra na região:

Tinha um japonês, um senhor bem de idade, um branco lá, que comprou um pedaço de terra lá, que é onde é a cachoeira hoje. Quem conhece pode ver que tem uma estrutura que é diferenciada das estruturas da comunidade. O governo o indenizou como os demais foram indenizadas (Renildo, 11/06/2025).

Renildo menciona que um morador japonês adquiriu parte da terra (atual área da cachoeira), destacando que sua propriedade possuía estruturas diferenciadas das construções tradicionais da comunidade. Isso mostra que, antes do reconhecimento, a ocupação do território incluía diversos perfis de moradores e formas de uso da terra. Segundo ele, o governo procedeu à indenização desses proprietários, garantindo que as terras fossem incorporadas ao território coletivo. Esse processo ocorreu de forma semelhante com outros não quilombolas que possuíam áreas dentro dos limites reconhecidos, sendo todos devidamente indenizados.

O projeto era esse. Quando saiu a titulação, veio a demarcação das terras e a identificação de que não tinha pessoas pertencentes à descendência do Dionísio nas residências, nos espaços. Foi feita uma vistoria completa na localidade, desde o poste, a criação, até melhorias na área ali, tudo foi quantificado em termos de dinheiro e ressarcido para a pessoa (Renildo, 11/06/2025).

Ao quantificar e indenizar, o Estado corrigiu uma distorção histórica da ocupação por não descendentes e, ao mesmo tempo, garantiu segurança jurídica para a comunidade

quilombola. Essa etapa fortaleceu o sentimento de pertencimento e a consolidação do território como bem coletivo e inalienável, evitando futuras disputas.

Cidinha relata que, atualmente, a comunidade reconhece os benefícios advindos do processo de titulação quilombola. Para ela, o reconhecimento oficial representou uma conquista significativa, pois abriu caminhos para o acesso a políticas públicas, possibilitou melhorias na infraestrutura e deu maior visibilidade às necessidades locais.

Agora, comunidade entende que a comunidade teve seus benefícios depois de ser reconhecido como comunidade quilombola, benefício econômico para a comunidade, onde consegue abrir portas, pelas políticas de hoje, de igualdade racial, a comunidade consegue abrir portas onde antes não existia e obter recursos também que estão fazendo com que a comunidade esteja sendo alavancada (Cidinha, 10/06/2025)

Dedê destaca que, atualmente, esse processo de reconhecimento também se reflete no ambiente escolar. Para ela, a escola passou a desempenhar um papel fundamental na valorização da identidade quilombola, ao incluir na prática pedagógica aspectos da história, da cultura e das tradições da comunidade.

Hoje, isso também passa pela escola, vendo a comunidade reconhecida como quilombola. E a escola não ter essa denominação propriamente dita, porque está aí exclusiva, vamos dizer assim, quilombola, afeta tanto o desenvolvimento da escola mesmo, em termos de recursos, e a questão do papel social da escola, os estudantes agora crescem sabendo que pertencem a um território reconhecido e respeitado, o que contribui para a construção de uma autoestima coletiva mais sólida (Dedê, 10/06/2025).

Dedê observa que, agora, os estudantes crescem com a consciência de pertencimento a um território respeitado e legitimado. Ao vincular a educação à valorização do território e à consciência de pertencimento, a escola passa a atuar como espaço de preservação da memória e de fortalecimento da cultura quilombola, alinhando-se às ideias de Freire (1996), que destaca a importância de uma educação contextualizada e dialógica, capaz de promover a valorização da realidade do educando.

O ancião Fael também compartilha sua percepção sobre o reconhecimento da comunidade como quilombola. Questionado sobre o processo de titulação e sua participação, ele afirmou:

Eu não participei do evento de reconhecimento, mas achei muito bom, porque, antes, várias pessoas venderam seu pedaço de terra, e agora sabemos que esse pedaço de terra é nosso e ninguém mais vende. Mas achei muito bom, foi bom pra gente, melhorou muito depois que aqui passou a ser quilombola (Fael, 29/05/2025).

Antes do reconhecimento, havia a possibilidade de venda de pedaços de terra, o que fragilizava a permanência das famílias na comunidade. Após a titulação quilombola,

estabeleceu-se a segurança territorial, impedindo a comercialização individual e garantindo que o território permanecesse coletivo e protegido.

Para o Senhor Fael, o reconhecimento foi “muito bom”, pois trouxe melhorias concretas e fortaleceu a permanência das famílias. Destaca-se o sentido de tranquilidade e segurança jurídica em relação à terra, compreendida como um bem inalienável e coletivo. Isso, como destaca Munanga (2019), contribui para a preservação das tradições religiosas e culturais, dando sentido de pertencimento para aqueles que ali vivem.

### **3.5 A revitalização da cultura quilombola**

Segundo os entrevistados, a revitalização da cultura quilombola em Furnas do Dionísio se intensificou após o reconhecimento oficial da comunidade, fortalecendo práticas culturais, religiosas, artísticas e produtivas que haviam sido enfraquecidas ao longo do tempo. Esse processo é compreendido como um movimento coletivo de resgate, valorização e reinvenção das tradições herdadas dos ancestrais, reafirmando a identidade quilombola e o sentimento de pertencimento ao território.

Os relatos destacam que festas religiosas, danças tradicionais, cantos, rituais e celebrações comunitárias passaram a ganhar maior visibilidade e reconhecimento, funcionando como espaços de memória, resistência simbólica e transmissão de saberes. As manifestações culturais, como a Catira, a Dança do Engenho Novo, o Vilão, o Perericão, a Cirandinha e o Canto do Ofertório, são apontadas como expressões centrais dessa revitalização, pois articulam corpo, música, espiritualidade e ancestralidade, conectando passado, presente e futuro.

Os entrevistados ressaltam ainda a importância dos mais velhos como guardiões da memória cultural, responsáveis pela transmissão oral de conhecimentos, práticas religiosas, saberes tradicionais de cura, produção artesanal e organização das festividades. Esses saberes, ligados ao uso de plantas medicinais, à parteira, à benzedura, ao artesanato e à culinária típica, são compreendidos como patrimônio imaterial vivo, fundamental para a continuidade cultural da comunidade.

A culinária tradicional e a produção artesanal, especialmente da rapadura, da farinha de mandioca, do melado e de utensílios feitos de taboca e bambu, aparecem como elementos de resistência cultural e econômica. Nesse contexto, o Festival da Rapadura é citado como um marco identitário, pois se consolidou como espaço de celebração cultural, geração de renda e

visibilidade externa, culminando no reconhecimento oficial como patrimônio histórico e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul.

Os entrevistados também apontam o papel da escola e da associação comunitária no fortalecimento cultural, seja por meio de projetos educativos, seja pelo apoio à produção local e à organização de eventos. A certificação da comunidade como Ponto de Cultura é percebida como um avanço significativo, pois legitima institucionalmente as práticas culturais e amplia as possibilidades de acesso a políticas públicas.

Os depoimentos revelam que a revitalização cultural ocorre em diálogo com desafios contemporâneos, especialmente diante da influência de culturas externas sobre crianças e jovens. Ainda assim, a comunidade reconhece que a cultura quilombola não é estática, mas dinâmica, capaz de se reinventar sem perder suas raízes. Assim, a revitalização cultural em Furnas do Dionísio é compreendida como um processo contínuo de resistência, afirmação identitária e fortalecimento da memória coletiva, sustentado pela participação comunitária e pelo reconhecimento de seus saberes ancestrais.

Dona Lurdete destaca os traços da tradição cultural de Furnas do Dionísio, que se manifestam principalmente em festas e celebrações, religião e espiritualidade. Segundo ela, a cultura local mescla elementos das religiões de matriz africana com o catolicismo popular, refletindo a historicidade e a diversidade do quilombo e o sentido de pertencimento quilombola:

Aqui é memória viva os traços da tradição cultural que era resumida em festas e celebrações, religião e espiritualidade, mesclando elementos de religiões de matriz africana com catolicismo popular, com práticas como rezas, benzimentos e festas religiosas. Aqui, a dança, o canto e os tambores eram parte fundamental das festas tradicionais, como a Catira/congado, Dança do Engenho Novo, Dança do Vilão e outras manifestações de resistência cultural (Lurdete, 30/05/2025).

Santos (2015) aborda o sincretismo religioso afrocatólico como um fenômeno de resistência e recriação cultural. Como a fala de Dona Lurdete demonstra, essas manifestações culturais são espaços de resistência simbólica e de transmissão da memória ancestral, preservando saberes e práticas que conectam a comunidade ao seu passado e fortalecem sua continuidade histórica.

O senhor Dorvalino destacou a importância das danças que fazem parte da cultura da comunidade de Furnas do Dionísio, práticas que remontam ao tempo do fundador:

**[Dançado vilão]** – bem tradicional na nossa comunidade quilombola, desde o meu tempo de criança, e era uma manifestação cultural simbólica que misturava dança, música, fala, recitação, batuque, alegria e diversão. Ela representa o conflito entre o bem e o mal, geralmente com personagens

como o rei, o vilão, assolado e figuras como capitão, embaixadores mensageiros. A encenação envolve desafios falados ou cantados, acompanhados por instrumentos como caixas de tambores. Ela representa o momento de reconciliação ou conversão do vilão, a vitória da paz ou da fé, é apresentada em festas religiosas e eventos da comunidade, como a Festa de Santo Antônio. Essa brincadeira fortalece a nossa identidade, transmite ensinamentos e mantém viva a memória ancestral africana. A dança vai passando, um vai levantar a mão aqui, o outro passa por baixo aqui, vira lá e volta pra trás. Na época, nós não tinha instrumentos musicais, então fazíamos uma violinha de taboca e punha as linhas, fazia arrumado tudo direitinho ali (Dorvalino, 18/06/2025).

Essas manifestações revelam como a memória coletiva se preserva por meio da oralidade, da música e da corporeidade, funcionando como um elo entre o passado e o presente.

A Catira, hoje resgatada pela professora Clemilda, representa uma das expressões culturais mais significativas da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio. Trata-se de uma prática tradicional, apresentada desde os tempos dos mais antigos, que ocupava lugar central nas festas e nas celebrações coletivas, reunindo a comunidade em torno da música, da dança e da convivência:

**[A Catira]** – estamos resgatando a Catira; que era expressão cultural apresentada pelos mais antigos, muito tradicional e apresentadas nas festas e celebrações que reuniam a comunidade. Ela foi ressignificada na Furna do Dionísio, incorporando elementos próprio da tradição quilombola local. A Catira aqui, antigamente, era dançada mais por homens do que por mulheres, se dava em fileiras de frente a frente, seguindo a organização tradicional dessa dança. O mais marcante da Catira na comunidade é as batidas ritmadas com os pés sapateado e o uso de palmas cadenciadas, que criavam um ritmo firme e envolvente, marcando o compasso da música. A dança era sempre acompanhada por modas de viola ou toadas cantadas por membros da própria comunidade, às vezes, com letras adaptadas à realidade local ou contendo referências à resistência quilombola, à terra e à espiritualidade (Clemilda, 10/06/2025).

Nascimento (2016) enfatiza que o corpo humano não é apenas físico, mas também histórico e simbólico; ele carrega memórias familiares e coletivas, transmitindo a história dos ancestrais:

Os corpos carregam a história que constituiu nossa família, carrega o tempo da memória, os acordos e alianças que fizeram com que nossa existência se desse. [...] Dessa forma, o corpo é um dos conectores fundamentais entre as duas (ou múltiplas) partes da mesma cabaça, entre as dimensões do mesmo mundo que, ao mesmo tempo em que materializa a ancestralidade (um corpo só existe porque antes há os ancestrais) como potencializa o futuro, que só existe em função do que se faz hoje, com os corpos, que são complexos, cheio de nuances, dimensões e detalhes. O corpo no cosmo visões africano é sempre plural e nada simples, por se conectar à ampla comunidade que é composta pelas pessoas, pelos mortos, [...] e por quem ainda nascerá (Nascimento, 2016, p. 160).

O trecho de Nascimento (2016) reforça que o corpo, na cosmovisão africana, é complexo, plural e histórico, funcionando como ponte entre ancestrais, comunidade presente e gerações futuras. Ele materializa a memória, potencializa o futuro e evidencia a inseparabilidade entre indivíduo, coletividade e tradição cultural.

Tendo como mestre Dedê, a Dança do Engenho constitui uma expressão cultural de grande relevância em Furnas do Dionísio, hoje apresentada pelos jovens da comunidade e ensinada pelos mais antigos. Muito tradicional, essa dança integra o repertório das festas e celebrações coletivas, fortalecendo os laços de pertencimento e a transmissão de saberes entre gerações:

**[Dança do Engenho Novo]** – aqui em Furnas do Dionísio, essa dança da comunidade, é praticada na nossa comunidade, é uma cultural afro-brasileira de raízes profundamente ligadas à ancestralidade, à memória e à resistência dos povos quilombolas. A Dança do Engenho Novo é uma forma de celebração coletiva que envolve cantos, instrumentos de percussão [como tambores] e movimentos circulares e rítmicos, geralmente praticados durante festas religiosas, datas comemorativas da comunidade ou encontros culturais, carrega elementos trazidos pelos africanos escravizados e preservados ao longo de gerações por meio da oralidade e da prática comunitária. A Dança do Engenho Novo simboliza os antigos engenhos de cana-de-açúcar, que eram locais de muito trabalho forçado, mas também espaços onde os africanos e seus descendentes mantinham vivas suas tradições culturais. A dança representa a resistência do povo negro e a força da coletividade. Já o movimento em roda é símbolo de igualdade, comunhão e continuidade da vida, e os cantos entoados durante a dança muitas vezes fazem menção a orixás, santos católicos sincretizados, histórias de sofrimento e superação (Dedê, 10/06/2025).

A Dança do Engenho Novo carrega um simbolismo profundo. Remetem aos antigos engenhos de cana-de-açúcar, espaços de exploração e trabalho forçado, mas que também se tornaram locais de resistência, nos quais africanos escravizados e seus descendentes mantinham vivas suas práticas culturais.

Em roda, os dançarinos permanecem em movimentos de entrelaçamentos, que remetem aos movimentos do engenho de cana-de-açúcar, outrora movido por seus ancestrais escravizados. No desenvolvimento do entrelaçar de corpos, os movimentos tornam-se frenéticos, adquirindo cada vez mais velocidade conforme o ritmo da música, que é executada preferencialmente ao vivo, no violão, na sanfona, pandeiro e palmas do público, que não consegue permanecer passivo e participa também (Santos, 2025, p. 171).

Carvalho (2000, p. 33) ressalta que as manifestações artísticas e culturais continuam a transmitir valores, crenças e formas de organização social típicas das culturas originárias:

Os valores de características das culturas tradicionais, ou ainda, que funcionam como um núcleo simbólico para expressar certo tipo de sentimento, de convívio social e de visão de mundo que, ainda quando

totalmente reinterpretado e revestido das modernas técnicas de difusão, continua sendo importante, porque remete a memória longa.

A Dança do Perericão, cantada e entoada pelo senhor Dorvalino, ancião da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, ultrapassa o caráter festivo, assumindo dimensões políticas, espirituais e pedagógicas:

**[Dança do Perericão]** – faz parte da nossa cultura, mas é mais emblemática, uma dança de forte ancestralidade afro-brasileira, marcada por ritmos intensos, cantos declamados e gestos que reafirmam a identidade coletiva e a herança dos antepassados, é um símbolo de espiritualidade da resistência cultural e valorização da memória negra. Os participantes dançam em roda ou em pares, com passos firmes, batidas de pés no chão e giros que remetem às danças de terreiro e aos rituais afros descendentes. Os ritmos são marcados por tambores, caixas, reco-recos e palmas, com destaque para o uso do corpo como instrumento sonoro. As músicas são cantadas em forma de ladainhas ou refrões repetitivos. As letras são entoadas declamadas, um canta os demais respondem, e trazem temas ligados à vida no quilombo, à ancestralidade africana, à terra, espiritualidade e resistência. Os trajes costumam usar roupas simples ou típicas: saias rodadas, camisas de linho, turbantes, colares e, por vezes, elementos ligados às religiões de matriz africana. Pra nós, quilombola, a Dança do Perericão é uma atividade festiva, mas um ato político e espiritual. Ao dançá-la na comunidade, reafirma seus laços com os ancestrais, transmite conhecimentos e histórias às novas gerações, reforça a resistência contra o apagamento cultural e celebra a vida coletiva, a luta por território e dignidade (Dorvalino, 18/06/2025).

Nesse sentido, o Perericão não é apenas uma expressão artística, mas um instrumento de educação cultural, social e histórica, conforme destacam Silva (2005) e Santos (2015), ao tratarem da função educativa e formadora das práticas culturais em comunidades afro-brasileiras.

Citada pela professora Clemilda como importante manifestação cultural, a Dança Cirandinha permanece viva na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, configurando-se como uma prática de caráter lúdico, comunitário e educativo:

**[Dança Cirandinha]** – ainda é presente na comunidade quilombola Furna do Dionísio, uma dança de roda, de caráter lúdico e comunitário, que une crianças, jovens e adultos, fortalecendo os laços afetivos e culturais da comunidade. Na comunidade, ela ganhou destaque por ser praticada com frequência, nas festas comunitárias e encontros escolares, durante atividades culturais com crianças; e como forma de preservar e transmitir saberes tradicionais. Os participantes formam uma roda, de mãos dadas, e giram num sentido e depois volta o sentido da roda, acompanhando o ritmo da cantiga. A música é cantada sem instrumentos, no estilo chamado de “puxada”: uma pessoa puxa a cantiga e os demais respondem. As letras costumam ser simples, com rimas fáceis, com temas do cotidiano ou da natureza. Os passos são curtos, com pequenos giros, batidas de pé no chão e gestos que acompanham o canto bem alegre e com certa leveza. A Cirandinha foi ensinada pela minha avó Maria Luiza e pela minha mãe e também pelas

lideranças culturais da comunidade, especialmente durante rodas de conversa, reuniões escolares e festas do quilombo (Clemilda, 10/06/2025).

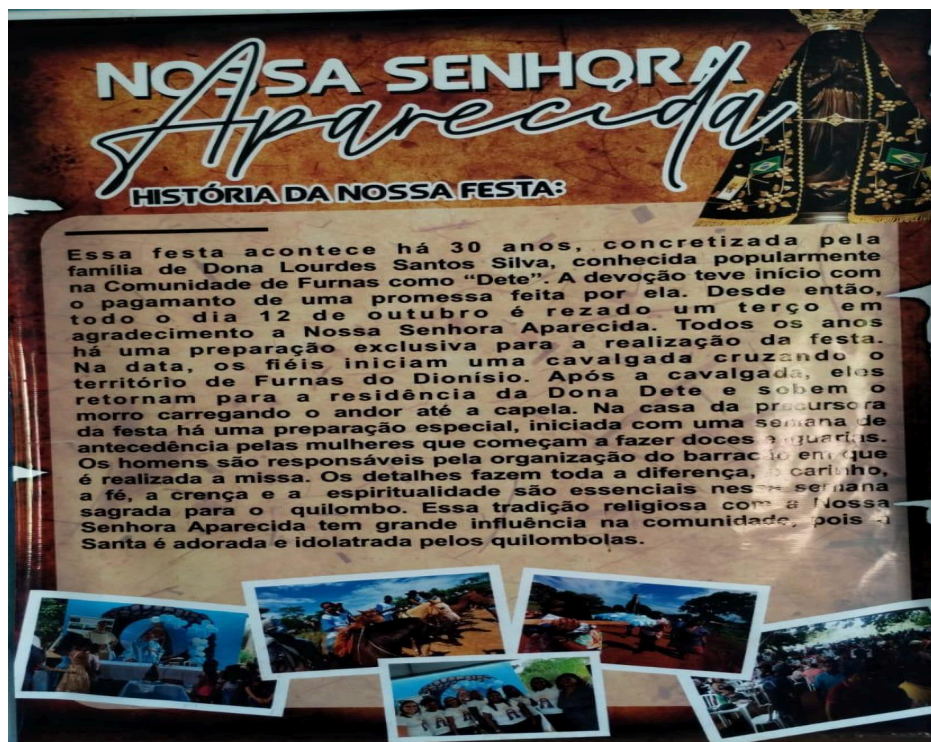
Na prática cotidiana, a Cirandinha ganhou destaque por sua presença frequente nas festas comunitárias, nos encontros escolares e nas atividades culturais com as crianças, tornando-se não apenas uma expressão de lazer, mas também um recurso de preservação e transmissão de saberes tradicionais. Dessa forma, a dança reafirma a vitalidade da cultura quilombola, consolidando-se em movimento, em que a memória, a ludicidade e a resistência cultural se entrelaçam.

A Festa de Nossa Senhora Aparecida na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio nasceu de uma promessa feita por Dona Lurdete, que, em um momento de fé e necessidade, dirigiu-se à santa, pedindo cura e proteção. Em suas palavras:

**[Festa de Nossa Senhora Aparecida]** – falei novamente com Nossa Senhora e falei pra ela que, se ela tava ali na minha casa, esperando a gente dar o coração pra ela, que eu tava abrindo. Pedi que ela me curasse, que eu ia fazer um voto de todo dia 12 de outubro rezar um terço, matar sete galinhas e dar almoço pra quem chegasse a casa. A Festa de Nossa Senhora de Aparecida do Morro da Igrejinha. E hoje atraí devotos do estado inteiro, sabe? As pessoas ficam sabendo e vem pagar promessas, isso graças a minha cura. Esse ano completa 45 anos que o terço e a grande festa de Nossa Senhora de Aparecida acontece na minha casa todos os dias 12 de outubro. Logo pela manhã, é feito o terço, seguimos em procissão até o morro da igreja, depois a gente volta, o padre celebra a missa e, dentro da missa, é feito a encenação com o canto e a Dança do Ofertório, onde ofertamos produtos da terra, pão, rapadura, queijo, farinha, feito aqui, com a colaboração de toda a comunidade. Ao meio-dia, servimos o almoço e, depois, os doces. Nossa festividade começa com o terço e termina com o almoço, que servimos comidas típicas nosso mesmo, arroz com palmito, guariroba ou com galinha caipira, frango caipira com guariroba ou com mandioca, arroz carreteiro, bolo de goma de mandioca, quibebe de mandioca, carne refogada com purê de mandioca. E já faz 10 anos que tem churrasco (Lurdete, 30/05/2025).

A Figura 20 ilustra a Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada na Comunidade Dona Dete, evento de relevante significado religioso e cultural para os moradores locais. A celebração evidencia a permanência das tradições católicas e o fortalecimento dos laços comunitários, constituindo-se como expressão de fé, identidade e memória coletiva.

**Figura 20** – Festa de Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Dona Dete



Fonte: Lurdete Santos da Silva (2025)

A promessa de Dona Lurdete se transformou em um patrimônio coletivo, demonstrando a capacidade da comunidade de transformar a fé em celebração, memória e resistência cultural, atraindo devotos de todo o estado de Mato Grosso do Sul (Figura 20).

Segundo o relato de Dona Lurdete, o padroeiro da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio é Santo Antônio, e a festa em sua homenagem é celebrada anualmente, em 13 de junho. A tradição tem origem em um voto feito por Tio Abadio Dionísio, filho do fundador da comunidade. Na época, ele temia as pragas que frequentemente assolavam a região e decidiu fazer um compromisso religioso para proteção da comunidade, pensando em um santo cujo nome tivesse alguma ligação com o fundador, **Dionísio Antônio Vieira**. Assim, escolheu Santo Antônio como padroeiro.

**[Festa de Santo Antônio]** – esse ano completa 85 anos que o tio Abadio fez o voto, porque ele ficou com medo de pragas. Antigamente tinha muitas pragas na região... Se nós pagar essa conta... Ficou pensando num Santo que fosse pelo menos um pedaço do nome do Dionísio Antônio Vieira, e veio na mente Santo Antônio. Esse será o nosso padroeiro protetor de Furna do Dionísio, e também fez parte do voto a construção da igreja de Santo Antônio para comunidade católica. Desde essa época, é uma tradição, a grande festa de Santo Antônio, iniciando com a novena no dia 31 de maio e encerrando com a procissão de Santo Antônio, no dia 13 de junho (Lurdete, 30/05/2025).

Souza (2014) evidencia que os espaços sociais e religiosos das comunidades negras são multifuncionais: centros de resistência, identidade, aprendizado, memória e cultura, capazes de integrar espiritualidade, política, educação e solidariedade. Eles são

[...] centros de resistência cultural, espaço de concentração de reivindicações raciais e formação de lideranças; como base de resistência e defesa dos negros contra a escravidão e como forma de reação contra aculturativa na medida em que sob o manto dos santos eram adorados os ídolos nativos; como espaço de aculturação dos negros; como organismos voltados para a cristianização dos africanos e a ajuda mútua, sendo também lugar para o extravasamento das tensões, a expressão cultural e a manutenção de parte da herança ancestral, além de contribuir para a melhoria da vida dos escravos; como tendo um importante papel na formação de uma “consciência negra”, mesmo que dividida pelas diferenças étnicas, e como um instrumento de resistência e de construção de identidades [...] (Souza, 2014, p. 192).

Segundo o relato de Dona Lurdete, a Dança do Ofertório surgiu como expressão cultural na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio a partir da atuação do padre Zelito, embora não quilombola, mas negro, durante a primeira Missa/Festa da Consciência Negra, realizada em 20 de novembro de 1990:

**[Dança do Ofertório]** – O padre Zelito, a irmã Terezinha foi fazer a primeira missa/festa da Consciência Negra, em 20 de novembro de 1990. Aquela missa foi maravilhosa, e aí, durante o Ofertório, o padre e a irmã Teresinha cantou um canto muito antigo, da época que a minha vó cantava. Posso cantar um pouquinho pra senhora ouvir... **“Ao Deus Pai Criador, oferecerei esta raça, esta cor, oferecerei! Cada negro que luta, oferecerei! Pelo fim do racismo, o meu sangue em batismo, oferecerei, oferecerei”**. Ele falou assim, agora vocês vão ofertar tudo que vocês produzem, a gente vai fazer um Ofertório. Aí nós fomos fazer. A gente fez uma panelinha de barro. A vovó e a mamãe falavam que as panelas não vieram com o Dionísio... Quando o Dionísio chegou aqui, tudo era natural, até as panelas eram feitas por as mãos deles. Aí têm essa tradição de ofertar o que a gente produz na comunidade, tudo vai para o Ofertório. Na época o padre ensinou... O que é um Ofertório? Aí ele ensinou a nós trabalhar o Ofertório. Aí, depois desse dia, fazer oferta do que produzimos na comunidade é uma tradição (Lurdete, 30/06/2025, grifo da autora).

Esse gesto ritual e simbólico transforma a dança em um ato de resistência cultural e espiritual, no qual a comunidade expressa sua luta histórica contra o racismo, celebra a vida coletiva e reafirma sua identidade quilombola. A Dança do Ofertório, portanto, não é apenas uma manifestação festiva, mas um instrumento de preservação da memória, transmissão de saberes ancestrais e afirmação de pertencimento (Gomes, 2012a; Santos, 2015).

Conforme relatam alguns entrevistados, a comunidade quilombola de Furnas do Dionísio passou por uma transformação significativa em relação à prática religiosa. Antigamente, todos os membros eram católicos, mas, atualmente, observa-se uma grande diversidade de crenças e expressões religiosas:

**[Religião na comunidade]** – antigamente, todos aqui eram católicos. Em 1980 foi quando chegou a igreja evangélica também, vi que a igreja evangélica teve uma, assim, causou uma divisão também, causou. Porque daí, a maioria das pessoas era católica, chegou a igreja evangélica, aí teve outras divisões, como a prática do espiritismo, da umbanda e do candomblé. Os mais antigos usam a expressão terreiro de macumba para se referirem aos espaços religiosos de matriz africana, que tem professora mesmo, moradora aqui da comunidade, suas práticas espirituais com seu pai, que era um benzedor e curador. Então, hoje, já tem muitas pessoas daqui [que] não participam mais da Festa de Santo Antônio e nem de Nossa Senhora Aparecida, por causa da religião, inclusive a minha, eu sou da Congregação Cristã no Brasil [CCB], mas, pra mim, tudo é normal (Clemilda, 10/06/2025).

Silva (2005) enfatiza que a coexistência de diferentes práticas espirituais contribui para a educação e a transmissão de saberes ancestrais, fortalecendo o pertencimento e a identidade cultural.

O senhor Dorvalino recorda que, na época de sua mãe, a comunidade quilombola de Furnas do Dionísio contava com valiosos saberes tradicionais que contribuíram significativamente para a preservação e evolução cultural da comunidade:

**[Saberes Tradicionais]** – minha mãe era uma mulher de muitos conhecimentos científicos e culturais, tinha uma sabedoria e enorme disponibilidade em ajudar o outro, contribuiu muito com a preservação e a evolução da comunidade. Minha mãe foi parteira, benzedeira, curandeira, conhecedora de medicamentos caseiros, artesã, confeccionava peneira, baixeiros, roupas, fazia tranças em cabelos, entre outras. Minha mãe era a coordenadora dos casamentos que acontecia na comunidade, ela coordenava os casamentos, costura os vestidos para as noivas, era muito prestativa e alegre, procura valorizar a cultura da comunidade, principalmente quando lembrava as danças antigas, como a Dança do Vilão, a Dança do Macaquinho, a Dança Cirandinha, a Dança da Catira e a Dança do Engenho Novo. A Sinhana, minha mãe, foi curandeira, benzedeira, raizeira, parteira e uma figura profundamente respeitada na comunidade. Ela não apenas curavam doenças físicas, mas também cuidava do espírito, da alma e da energia das pessoas, ela mistura rezas, benzeduras, defumações, infusões e banhos de ervas. O uso de plantas medicinais sempre fez parte da sabedoria ancestral, herdada pela minha mãe, lembro que ela utilizava nos tratamentos físicos, das pessoas como dores, febres e infecções, como também ligados à limpeza de energias negativas (Dorvalino, 18/06/2025).

Essas práticas representam uma revitalização contínua da cultura quilombola, pois mantêm vivos os conhecimentos ancestrais, fortalecem a identidade coletiva e reforçam os laços de solidariedade e cuidado comunitário.

Carvalho (2000) destaca que a preservação de saberes ancestrais, transmitidos e reinterpretados, constitui um núcleo simbólico de memória, garantindo a continuidade da identidade cultural. Nesse sentido, a atuação da mãe de Dorvalino se configura como um patrimônio imaterial vivo que não apenas preserva tradições, mas também fortalece a

resistência cultural e contribui para a revitalização constante da cultura quilombola, consolidando práticas que formam a base da educação comunitária e da memória coletiva.

Como parte integrante da cultura de Furnas do Dionísio, o senhor Dorvalino destaca a relevância da produção artesanal. Trata-se de um processo tradicional, transmitido de geração em geração e preservado há mais de um século, que constitui não apenas um meio de subsistência econômica, mas também uma forma de resistência cultural, reafirmando a identidade coletiva da comunidade:

**[Produção Artesanal]** – Aqui na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, a nossa produção artesanal de rapadura, melado e açúcar mascavos e dá a partir da cana-de-açúcar, a farinha da produção de mandioca, a peneira de taboca e os balaios de bambu em um processo tradicional que vem sendo mantida há mais de um século como forma de resistência e sustento cultural e econômico (Dorvalino, 18/06/2025).

A fala realça o valor cultural da produção artesanal, destacando que não se trata apenas de atividades econômicas, mas de práticas que preservam modos de vida, saberes e técnicas herdadas de gerações anteriores. O termo resistência indica que, diante das mudanças sociais e econômicas, a comunidade mantém viva sua identidade por meio da continuidade desses ofícios.

A Tia Maria enfatiza a importância da preservação da identidade cultural na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, afirmando que “nossa cultura é tudo”. Segundo ela, a riqueza da tradição quilombola se manifesta de forma concreta nas festividades comunitárias, que refletem a alegria, a animação e a valorização da culinária:

**[Culinária Local]** – Desde que me entendo por gente, aqui na comunidade, as festas eram símbolos de união e de comemoração, reuniam as famílias em casamentos, aniversários e outras datas importantes. Nossa tradição era assim, quando alguém ia casar, ou outra data festiva, cada morador leva um tipo de comida para confraternizar. Muitas das vezes as comemorações perduravam por mais de um dia. Além da comida, as pessoas também levam pertences para dormir. Os alimentos eram típicos, com produtos da comunidade, como bolo de goma, a rapadura, latas de doces, o queijo, a brovidade, gabirolva com frango caipira, carne cheia, almôndegas com macarrão, garapa, melado, farinha e puxa (Tia Maria, 18/06/2025).

A fala da Tia Maria evidencia que a preservação da identidade cultural na comunidade não se limita à manutenção de práticas isoladas, mas se materializa em ações coletivas, como as festividades comunitárias. Ela recorda com riqueza de detalhes a importância da preservação da identidade cultural na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, evidenciando o valor atribuído às tradições e à transmissão de costumes:

**[Tradições e Transmissão de Costumes]** – o colchão para o descanso, durante e depois das festas, era confeccionado em mutirão, usávamos palhas

de milho ou de arroz, armazenada em sacos. Os lençóis eram feitos de tecidos brancos, chamado morim. Quando não tinha o tecido morim, os lençóis eram feitos de bolsa branca, que vinham com açúcar, depois eram lavados e alvejados e, quando dava tempo era bordada a mão para a noite nupcial. As moças acostumavam guardar os lençóis da noite de núpcias para mostrar a honra delas aos pais. Nossas danças também é cultura, as danças típicas, como o Engenho Novo, a Catira, o Canto do Ofertório, a brincadeira do vilão. Os instrumentos utilizados da época era a viola, tocada pelos homens, eles também inventam instrumentos, como o pandeiro feito de couro de animais, a viola feita de tabocas e linha de náilon, tampinha de garrafa de vidro, latas, colheres e tampas de latas. Os bailes eram tocados ao som da sanfona, do pandeiro da viola e do violão, aqui na comunidade já tinha os músicos. Os pais acompanhavam suas filhas nas festas, ela só podia dançar com permissão deles. Quando uma moça tinha a permissão para dançar, ela deveria dançar com todos os rapazes que convidava para dançar, se ela negasse a dançar com alguém, imediatamente o pai tirava da festa e levava pra casa (Tia Maria, 18/06/2025).

Esses atos cotidianos representam práticas de resistência cultural, pois permitem que a tradição seja mantida e reinventada, garantindo a continuidade dos saberes ancestrais e fortalecendo a coesão social da comunidade. Os elementos simbólicos, mesmo quando reinterpretados ou adaptados às novas condições, continuam a fortalecer o sentimento de pertencimento e a conexão com a memória longa da comunidade (Carvalho, 2000).

Cidinha revela a trajetória de consolidação do Festival da Rapadura como símbolo cultural da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio. O evento, que teve origem em 2010, dentro da escola, durante uma festa folclórica no mês de agosto, destacou-se pela comercialização da rapadura, alimento tradicional e de forte valor simbólico. A partir desse momento, o festival se consolidou como espaço de celebração, integração comunitária e valorização do saber-fazer artesanal:

**[Festival da Rapadura]** – O evento que acontece já há 11 anos na comunidade esse ano vai para 12º Festival da Rapadura da comunidade de Furna do Dionísio, que surgiu dentro das escolas, num projeto do folclore realizado no mês de agosto. A partir de então, devido um grande número de pessoas que participaram, no segundo ano a mesma festa foi realizada pela associação, e hoje o Festival da rapadura tornou-se patrimônio histórico. Decreto de lei que declara o Festival da Rapadura da comunidade de Furnas do Dionísio como Patrimônio Histórico e Cultural é a Lei nº 4.936, de 16 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul. Essa lei visa valorizar, preservar a cultura, a produção artesanal da comunidade e também reconhece a rapadura artesanal de Furnas do Dionísio como Patrimônio Histórico e Cultural do estado de Mato Grosso do Sul. Tem por objetivo fomentar a renda da comunidade, dos moradores, divulgar a produção que a comunidade tem aqui dentro, que não é só a cana-de-açúcar que fabrica a rapadura, mas hortaliças, a gastronomia da comunidade, divulgar a história da comunidade também. Esse ano, o Festival da Rapadura, aqui na comunidade Furna do Dionísio, já tem data para acontecer será nos dias 16 e 17 de agosto, terceiro final de semana do mês de agosto, que antes ela acontecia no segundo final de semana de agosto e coincidia

com o Dia dos Pais. Ano passado, nós realizamos uma avaliação de satisfação durante o evento, e as pessoas falaram, questionaram. Para esse ano, resolvemos mudar a data. No Festival da Rapadura são expostos pra venda vários produtos, como já mencionado, e ainda apresentações culturais da nossa comunidade: a Dança do Engenho Novo, está previsto a Dança da Catira, o Canto do Ofertório e estamos tentando trazer a comunidade da Tia Eva, para fazer outras apresentações culturais nesses dias (Cidinha, 10/06/2025).

O Festival da Rapadura transcendeu a condição de simples comemoração escolar para se firmar como um marco identitário da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio. Nasceu no espaço escolar, como atividade do folclore, mas rapidamente extrapolou os limites da escola e foi apropriado pela comunidade, tornando-se prática coletiva de valorização cultural.

Em 2016, ocorreu o reconhecimento institucional por meio da Lei nº 4.936/2016, que garante legitimidade e visibilidade ao evento, elevando-o a patrimônio cultural do Mato Grosso do Sul, o que fortalece a memória e a tradição quilombola em diálogo com a sociedade mais ampla.

**Figura 21** – Lei nº 4.936/2016, que torna o Festival da Rapadura na comunidade patrimônio histórico e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul



**Fonte:** APPR de Furnas do Dionísio (2025)

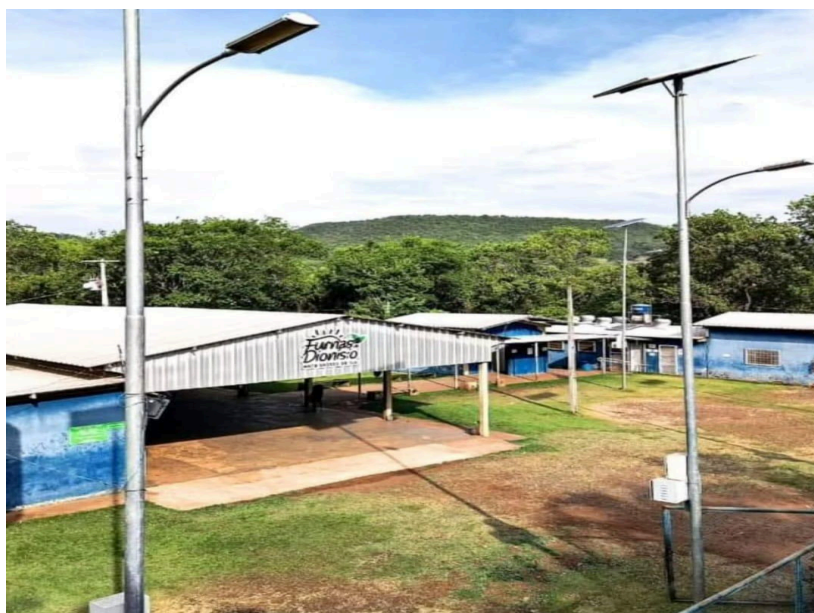
O reconhecimento institucional do Festival da Rapadura de Furnas do Dionísio, por meio da Lei nº 4.936/2016, confere legitimidade e visibilidade ao evento, consolidando-o como patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul. Tal reconhecimento representa um marco significativo para a valorização da memória e das tradições quilombolas, ao promover o diálogo entre a comunidade e a sociedade em geral.

Além disso, o decreto assinado pelo então governador, Reinaldo Azambuja, que declara a rapadura artesanal e o festival anual como patrimônio histórico e cultural, fortalece o sentido de pertencimento coletivo, preserva saberes tradicionais e assegura a transmissão das práticas culturais às gerações futuras, reafirmando a importância do reconhecimento legal para a manutenção da identidade e da história da comunidade.

Cidinha menciona que a associação de produtores possui grande influência na dimensão cultural da comunidade de Furnas do Dionísio, apoiando a produção agrícola e agroindustrial. Ela ressalta que a associação é um órgão da própria comunidade e que atende exclusivamente aos moradores de Furnas:

**[APPR]** – a Associação apoia a produção agrícola, a agroindústria [como a produção de rapadura e farinha de mandioca] e outras atividades econômicas, como o turismo de base comunitária, buscando melhorar a renda dos membros. Dessa forma, o trabalho da presidente como o trabalho do professor deve ser feito com eficiência. Associação, ele é um órgão da comunidade que atende apenas à comunidade de Furnas, a gente busca recursos, busca investimentos para estar trabalhando com os moradores, com os produtores. Na comunidade, em si, ainda existe uma grande resistência por algumas partes de querer contribuir ainda mais com a associação. A associação vem vinda, acho que é terceiro mandato, comandado por mulheres. Vejo, tem aquela resistência, assim, por parte dos homens. A gente corre atrás de recursos, correm atrás de projetos, recursos financeiros, projetos, tenta buscar o melhor, mesmo assim eu acho que não é o suficiente. A associação não se disponibiliza de uma ajuda financeira onde possa socorrer um produtor, principalmente um produtor rural, naquele momento que ele precisa. A gente tenta fazer o máximo possível, tenta fazer o suficiente. A gente busca os benefícios, a gente faz o atendimento, mas somente para associados, a gente trabalha com isso, fazemos parceria com alguma secretaria no município, sempre quando a gente busca algum recurso, algum projeto, até mesmo cursos, a gente sempre busca em parceria com o município ou com alguns outros órgãos, como o Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural], o Agraer [Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural], a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], eles sempre estão dentro da comunidade, dando assistência para a gente (Cidinha, 10/06/2025).

**Figura 22** – Sede da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio



**Fonte:** Instagram (2025)

A associação (Figura 22) não atua apenas na esfera econômica, mas também como espaço de fortalecimento cultural, ao apoiar atividades tradicionais, como a produção de rapadura e farinha, que são símbolos da identidade quilombola. O depoimento mostra que a associação é central para a economia local, funcionando como mediadora no acesso a recursos, projetos e parcerias.

O destaque dado ao comando feminino da associação revela tanto avanços quanto desafios. O fato de três mandatos consecutivos estarem sob liderança de mulheres representa um marco de protagonismo, mas também expõe resistências de gênero, ainda presentes entre parte da comunidade.

Professor Renildo traz uma reflexão importante acerca da dinâmica cultural vivida atualmente. Ele reconhece que, apesar de a comunidade preservar tradições próprias, ela também se mostra aberta ao contato com outras culturas, o que amplia horizontes e possibilita trocas enriquecedoras. Contudo, diante da forte influência de culturas externas, esse processo traz consigo um desafio no que se refere às crianças e aos jovens:

A comunidade, apesar de ser uma comunidade que possui sua cultura, mas é uma comunidade aberta, isso é importante também, é bom para a comunidade, para conhecer outras culturas. Hoje, as crianças têm mais acesso às culturas externas do que a sua própria cultura local, o que faz com que a preferência deles, como você mesmo já relatou, seja de outras culturas, que perpassam pelo funk, samba, axé, que não deixam de ser uma cultura africana. Sim, é uma cultura nata da cultura brasileira, mas não é uma cultura de resgate cultural da comunidade. Nossa comunidade é uma comunidade rural, então, os nossos ancestrais não tinham essa prática. Hoje, se pode dizer que o funk e o axé é um gênero musical de uma cultura mais contemporânea,

já samba é um gênero musical mais antigo, porém, pouco conhecido na nossa região para os mais antigos (Renildo, 11/06/2025).

A colocação de Renildo mostra como a comunidade vive e está aberta a outras culturas. De um lado, a necessidade de resgatar e revitalizar práticas culturais próprias, como forma de manter viva a memória e a identidade quilombola; de outro, a inevitável interação com a cultura contemporânea, marcada pela mídia, tecnologia e globalização. O samba, ainda que de matriz africana, é pouco conhecido na região pelos mais antigos, enquanto o funk e o axé são consumidos com intensidade pelas novas gerações, revelando uma mudança no repertório cultural e nas formas de pertencimento.

Hall (2003) fornece um quadro teórico para compreender essa tensão: a cultura opera em esferas simultâneas locais e globais. As práticas locais preservam identidade e pertencimento, enquanto a circulação global de produtos culturais e mídias cria espaços de interação e hibridismo. A vivência cultural em Furnas do Dionísio exemplifica essa coexistência: embora os elementos globais permeiem o cotidiano, a comunidade busca preservar e valorizar suas tradições.

Hooks (2023, p. 48) destaca que: “Cultura transforma a maneira como entendemos o mundo e a nós mesmos; é uma prática de resistência quando utilizada para afirmar identidade e desafiar opressões”. As tradições locais precisam se tornar atrativas e significativas para as novas gerações diante da força das culturas externas, mantendo a resistência cultural e a afirmação identitária da comunidade quilombola.

Bessa-Oliveira (2016) traz uma reflexão bastante rica sobre a construção cultural, especialmente quando pensamos na dinâmica da comunidade quilombola Furnas do Dionísio:

Nesse sentido, partilhamos da ideia de que nenhuma cultura se faz sozinha, e também que nenhuma produção cultural é originalmente e totalmente local/nacional. Sempre há uma referencialidade a um modelo. Mas é na diferença entre esta ou aquela que está o valor de dada produção (Bessa-Oliveira, 2016, p. 112).

O autor destaca que a produção cultural raramente é “pura” ou absolutamente “original”. Toda cultura dialoga com outras, seja por contato, trocas, imposições históricas ou resistências, nenhuma se constitui isoladamente, há sempre hibridismos, apropriações e reinvenções. Segue abaixo um certificado concedido à APPR, emitido pelo Ministério da Cultura, em 2025, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural:

**Figura 23** – Certificado Ponto de Cultura



**Fonte:** APPR de Furnas do Dionísio (2025)

Em 2025, a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, por meio da APPR, recebeu o certificado que a reconhece como Ponto de Cultura (Figura 23), em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Cultura Viva. Essa certificação representa um avanço significativo na valorização e visibilidade das práticas culturais locais, reforçando o protagonismo comunitário na preservação e promoção de saberes, tradições e expressões artísticas.

## CAPÍTULO IV: O CURRÍCULO DA ESCOLA DA COMUNIDADE FURNAS DO DIONÍSIO

### 4.1 O currículo da escola atual segundo os sujeitos entrevistados

Silva *et al.* (2025) apresentam uma reflexão importante sobre o currículo escolar e suas dimensões socioculturais, compreendendo-o como um espaço de produção de conhecimento cuja centralidade reside nos vínculos humanos:

A construção de um currículo com alma exige o deslocamento da centralidade da transmissão de conteúdos para a constituição de vínculos humanos e éticos no processo educativo. Tal perspectiva não se restringe à valorização afetiva das relações pedagógicas, mas compreende a educação como prática social, orientada pela formação integral dos sujeitos. Nesse sentido, o currículo deve ser concebido como espaço de diálogo entre os saberes científicos e os saberes da experiência, rompendo com estruturas escolares pautadas na fragmentação disciplinar e no tecnicismo reducionista (Silva *et al.*, 2025, p. 4583).

Os autores destacam que o currículo não se limita à transmissão de conteúdos, mas também envolve a articulação e a divulgação de conhecimentos diversos, a formação de atitudes, posturas e valores e, conseqüentemente, a superação da lógica mercadológica, com vistas a uma formação emancipadora cujos sujeitos sejam críticos e engajados socialmente (Silva *et al.*, 2025). Isso reforça que a escola é um espaço de socialização cultural, onde se aprendem práticas, normas e princípios que influenciam a vida coletiva.

Segundo os entrevistados, o currículo atualmente desenvolvido nas escolas da comunidade de Furnas do Dionísio apresenta avanços importantes, mas ainda não atende plenamente às especificidades de uma educação escolar quilombola. De modo geral, os sujeitos reconhecem esforços pontuais para inserir conteúdos relacionados à história, à cultura e às tradições locais, porém, destacam que essas iniciativas são fragmentadas e insuficientes para garantir uma formação verdadeiramente contextualizada.

Os entrevistados apontam que tanto a escola municipal quanto a estadual ainda operam com um currículo predominantemente geral, sem uma matriz curricular específica para a educação quilombola, o que dificulta a integração sistemática dos saberes comunitários às práticas pedagógicas. Embora existam disciplinas, eixos temáticos e projetos que abordam aspectos culturais, como danças, festas, manifestações artísticas e a história da comunidade, esses conteúdos não perpassam de forma transversal todas as áreas do conhecimento.

Há consenso entre os sujeitos de que o currículo deveria dialogar mais diretamente com o território e o modo de vida local, incorporando práticas ligadas à terra, ao plantio, à

colheita, à produção artesanal, à agroecologia e ao turismo de base comunitária. Para eles, a escola precisa partir da realidade da comunidade, valorizando a memória coletiva, os saberes dos mais velhos e a história dos ancestrais, de modo que os estudantes se reconheçam como sujeitos pertencentes a um território quilombola.

Outro aspecto recorrente nos depoimentos é a preocupação com a perda da tradição oral e da memória histórica, causada pelo falecimento de anciãos e pela ausência de registros sistemáticos. Nesse sentido, os entrevistados defendem que a escola assuma um papel mais ativo na documentação das histórias locais, trazendo mestres da comunidade para o espaço escolar, promovendo pesquisas, oficinas práticas e atividades que tornem o ensino mais significativo e atrativo para crianças e jovens.

Os sujeitos também ressaltam que o currículo atual ainda enfrenta dificuldades para despertar o interesse dos estudantes, especialmente dos jovens do ensino fundamental e médio, muitos dos quais frequentam a escola por obrigação, sem perspectivas claras de continuidade dos estudos ou inserção no ensino superior. A ausência de projetos de incentivo, orientação vocacional e preparação acadêmica é apontada como um dos fatores que contribuem para o desânimo escolar.

De forma geral, os entrevistados defendem a construção de um currículo específico, antirracista, interdisciplinar e enraizado na realidade quilombola, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Para eles, a efetivação desse currículo depende tanto da atuação da escola quanto do compromisso do poder público de regulamentar e implementar uma matriz curricular própria, capaz de articular conhecimento escolar, identidade, cultura, memória e território, garantindo uma educação que faça sentido para a comunidade de Furnas do Dionísio.

Candau (2012), ao tratar da interculturalidade, enfatiza a importância de que os currículos escolares incorporem os saberes e as práticas das comunidades, promovendo uma educação contextualizada. Nesse mesmo sentido, Arroyo (2013) discute a relevância do reconhecimento das experiências populares como parte constitutiva da formação escolar, defendendo que a escola não deve se distanciar da realidade social em que está inserida.

A fala de Cidinha sobre o currículo das escolas em Furnas do Dionísio mostra uma percepção crítica e reflexiva sobre o quanto a educação formal atende às necessidades da comunidade quilombola:

Eu acredito que atende em parte as expectativas que a comunidade, assim, ela tenta trazer para dentro da sala de aula, retratar a realidade da comunidade, o que é importante, porque as nossas crianças têm que crescer sabendo das nossas origens, eles têm que crescer sabendo a cultura que a

gente vive, então, tem que partir de dentro das escolas. Mas acredito que ainda tem muito que trabalhar, desenvolver muito mais projetos que falam mais sobre a cultura da comunidade, acredita que ainda falta muita coisa para melhorar, para trazer a realidade da comunidade para dentro das salas de aula, tanto a escola municipal quanto a estadual. Elas já atendem em tempo integral, mas elas não têm um currículo específico para escola quilombola, então acho que tem que atender com um currículo específico para quilombola (Cidinha, 10/06/2025).

Gomes (2012a) enfatiza que ainda há muito a ser feito no campo da educação, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de projetos que reflitam, de forma mais profunda e estruturada, a cultura quilombola.

Cidinha sugere que a escola deve partir da realidade da comunidade, incorporando suas tradições, festas, saberes culinários, manifestações artísticas e histórias locais. Essa perspectiva reforça a ideia de que o currículo precisa ser construído como espaço de valorização e transmissão da cultura quilombola, de modo a garantir que os estudantes reconheçam e se identifiquem com sua própria história.

Gomes (2012a) acrescenta que a educação quilombola deve se constituir como prática emancipatória e antirracista, comprometida com a superação das desigualdades históricas impostas pelo racismo estrutural. Assim, o fortalecimento de um currículo específico, atento às experiências e às práticas da comunidade, não apenas promove a valorização cultural, mas também contribui para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e o reconhecimento da diversidade.

Professor Vanderlei, ao falar do currículo atual das escolas da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, evidencia tanto avanços quanto desafios na educação local:

Nós temos duas escolas que atendem da educação infantil ao ensino médio. Então, temos essa estrutura educacional, que eu acho que ela é muito interessante do ponto de vista do que acontece em todos os lugares da educação básica. Em relação ao contexto da educação e comunidade local, tem algumas questões para serem colocadas, temos uma grande preocupação de trabalhar todas essas tradições artístico-culturais que eu mencionei anteriormente nas outras respostas, todas elas são objetos de estudo aqui, numa disciplina exclusiva, específica para essa questão. Isso muito pensando em relação à atender também a Lei nº 10.639. Acredito que ela deva atender melhor, por ter mais uma especificidade, e precisa ser repensado (Vanderlei, 22/05/2025).

O professor Vanderlei ressalta a preocupação em trabalhar as tradições culturais da comunidade, como danças, festas e manifestações artísticas, incorporando-as como objetos de estudo em uma disciplina específica. Tal abordagem demonstra um esforço no sentido de integrar o conhecimento local à prática educativa, promovendo a preservação da memória e

da identidade quilombola. Ele observa que o currículo precisa ser repensado e aperfeiçoado, sobretudo no que se refere à sua especificidade quilombola.

Ao destacar a necessidade de alinhar o currículo à Lei nº 10.639/2003, que prevê o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, o professor chama atenção para um ponto crítico também analisado por Gomes (2012a). Para a autora, a implementação da lei muitas vezes se restringe a conteúdos pontuais, carecendo de aprofundamento e de vínculo real com a vivência das comunidades quilombolas. Assim, o desafio não está apenas no cumprimento legal, mas em garantir que os conteúdos reflitam de maneira consistente a cultura e a memória locais.

A fala de Vanderlei evidencia que o currículo atual ainda enfrenta obstáculos para se tornar plenamente representativo da cultura quilombola. A disciplina dedicada às tradições locais pode ser considerada um avanço; entretanto, como aponta Munanga (2019), o combate ao racismo estrutural e a valorização da herança afro-brasileira demandam a integração transversal desses saberes em todo o currículo. Assim, torna-se possível construir uma educação mais significativa, inclusiva e conectada à realidade comunitária quilombola.

Para a professora Luciene, a escola da comunidade de Furnas do Dionísio apresentou avanços, mas ainda há muito a ser conquistado. Em suas palavras, “melhorou bastante, mas eu espero muito mais”. Ela recorda que sua própria aprendizagem ocorreu de forma oral, ouvindo os mais velhos e participando da troca de saberes transmitidos de geração em geração. Com o falecimento de muitos anciãos, a comunidade perdeu parte significativa desse patrimônio cultural, pois não houve registros sistemáticos das histórias e experiências:

As escolas de hoje já melhorou bastante, mas assim, esperamos muito mais. Nós aprendemos, eu, no caso, eu aprendi através do oral, eu ouvia o mais velho, a troca de saberes acontecia dessa maneira, foram morrendo as pessoas mais velhas, a gente perdeu muito com isso. Hoje, nós não temos pessoas que contem história da comunidade, que conta a história realmente do que aconteceu. A gente só ouviu e não registrou, interessante seria que a escola fizesse isso, tivesse esse papel fundamental na vida das crianças repassar e fazer registros o que realmente... A tradição, a cultura local vai se perder, sabemos que hoje em dia a internet chegou, está aí, é nossa grande aliada, mas quem alimenta as informações na internet são os nossos dados. Sinceramente, tenho medo do futuro, nossas crianças não têm noção do que é a comunidade. Se perguntarmos pra eles: quem foi seu avô? Quem foi o bisavô? O que aconteceu? Ninguém sabe. Então, eu tive o privilégio, não registrei nada na época, porque a gente não tinha esse conhecimento, mas eu convivi com alguns líderes, com mestres que gostava relatar as histórias da comunidade desde a primeira família. Acredito, se a escola tivesse um currículo que focasse exatamente na história, na cultura, até o modo de vida da comunidade, seria mais interessante a eles futuramente, do que simplesmente eles, hoje, estar à mercê da tecnologia. Não sou contra, mas eles não vão ter a oportunidade de vivenciar o que eu vivenciei. Existem

atividades, disciplinas, eventos ligados à comunidade e que você acha importante?... Analisando o currículo hoje, o eixo temático Terra-Vida, TVT, talvez de trazer alunos bem assim. Por exemplo, ativaria pra vir contar história, pra ensinar o artesanato dentro da escola, as aulas se tornarem mais práticas, mais interessantes para as crianças. Também muitas das vezes, trazer um mestre da comunidade para conta a história para nossas crianças, seriam muito interessante (Luciene, 22/06/2025).

A preocupação da professora dialoga com as reflexões de Halbwachs (2006), que destaca a importância da memória coletiva como fundamento da identidade social, sendo a escola um espaço privilegiado para sua preservação. Para Arroyo (2013), a valorização dos saberes locais no currículo escolar é indispensável para fortalecer os vínculos identitários e assegurar que as experiências comunitárias não sejam silenciadas pela homogeneização cultural.

A professora relata ter convivido com mestres e lideranças que narravam a trajetória da comunidade desde as primeiras famílias, mas lamenta não ter feito registros naquele momento. E apresenta sua defesa de que a escola incorpore no currículo o ensino da história, da cultura e do modo de vida da comunidade, transformando-se em um espaço de fortalecimento identitário. Essa perspectiva se aproxima das contribuições de Gomes (2012a), para quem a educação quilombola precisa se estruturar como um processo de resistência e afirmação cultural frente ao racismo estrutural.

Luciene reconhece que já existem atividades e disciplinas voltadas para a comunidade, como no eixo temático Terra-Vida-Trabalho (TVT), mas sugere que as práticas sejam mais intensas e concretas, como oficinas de artesanato, aulas práticas e presença de mestres locais na escola. Tais propostas estão em consonância com o que Brandão (2002) defende sobre a pedagogia da vida comunitária, em que os mestres populares se tornam educadores, legitimando e transmitindo saberes coletivos.

A fala de Luciene reforça a necessidade de que a escola quilombola seja espaço de continuidade da memória e da cultura, promovendo a integração entre tradição e formação escolar e assegurando às novas gerações o reconhecimento de sua própria identidade histórica.

Para Dona Lurdete, as escolas da comunidade de Furnas do Dionísio, embora tenham avançado, ainda apresentam muitos aspectos que podem ser melhorados. Ela destaca a importância de resgatar elementos da cultura local:

A escola de hoje está caminhando, mas, assim, muita coisa pode ser melhorada. Eu acho uma cultura bonita que era nossa, então, se ela for resgatada, um pouco da cultura, é uma coisa boa pra essas crianças, não é pra eles viverem aquela vida sofrida que nós vivemos no passado, pra eles darem valor à vida que eles vivem hoje (Lurdete, 30/05/2025)

Dona Lurdete enfatiza a necessidade da escola resgatar a cultura da comunidade. Para ela, esse resgate é um instrumento pedagógico que fortalece a identidade das crianças e transmite valores coletivos, sem romantizar as adversidades do passado. A fala de Dona Lurdete revela uma consciência histórica: o passado da comunidade foi marcado por sofrimento e dificuldades, mas também pela construção de uma cultura rica e significativa. O resgate cultural não deve ser compreendido como repetição do sofrimento, mas como memória e valorização da trajetória de resistência quilombola.

A opinião de Dona Lurdete sugere que a escola deve ser espaço de mediação entre passado e presente. Ao recuperar saberes e práticas culturais, a escola contribui para que as crianças compreendam que os direitos e as conquistas atuais resultam das lutas e superações de ontem. Como aponta Arroyo (2013), a educação deve se assumir como espaço de memória e de formação crítica, capaz de articular experiências históricas com os conhecimentos quilombolas.

A senhora Leonídia relata que sempre teve interesse por educação e escola. Recorda que, quando estudava no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), já havia discussões sobre a educação quilombola e que, ao longo de sua trajetória, participou de palestras e chegou a representar as escolas de Furnas do Dionísio:

Gosto de falar sobre educação e escola, e quando eu estudava na escola do Mobral, já se falava muito da educação quilombola. Eu sempre gostei de participar de palestras para representar as escolas daqui da nossa comunidade. Eu acho que escola hoje está caminhando no processo de construção, mas ainda tem muita coisa que precisa ser melhorado. Assim, vejo que tem a necessidade dos governantes produzirem cartilhas e livros voltados à educação quilombola, com atividades sobre a preservação agroecológica, com histórias e memória do povo negro. Assim, atividades com contribuições que possa valorizar a cultura do município, do estado, principalmente a respeito das comunidades quilombola. Também acho que a comunidade tem que reivindicar das autoridades do município uma política municipal de enfrentamento da desigualdade e do racismo, com metas e objetivo de valorização das culturas locais (Leonídia, 29/05/2025).

Dona Leonídia demonstra consciência histórica ao mencionar sua experiência no Mobral e sua participação em palestras e representações. Ela evidencia que a educação quilombola não é uma pauta recente, mas resultado de décadas de resistência e engajamento comunitário. Munanga (2019) aponta para a permanência das lutas negras como parte de um processo histórico contínuo, em que memória e resistência se entrelaçam na construção da identidade afro-brasileira.

Ao sugerir a produção de cartilhas e livros específicos, Leonídia destaca um ponto crucial: a ausência de materiais pedagógicos contextualizados. Essa crítica dialoga com

Gomes (2012a) e Cavalleiro (2001), que problematizam a centralidade eurocêntrica no currículo escolar, marcada pelo silenciamento ou minimização das histórias e saberes afro-brasileiros e quilombolas. Para essas autoras, a valorização de materiais produzidos a partir da experiência das comunidades é condição para uma prática educativa antirracista e representativa.

Sua ênfase na preservação agroecológica conecta educação e território, mostrando que a escola deve formar crianças e jovens conscientes da importância do cuidado com a terra e a natureza. Arroyo (2013), que defende que a educação em contextos populares deve se articular às práticas concretas de vida da comunidade, reconhece o território como espaço pedagógico.

Leonídia também enfatiza que a transformação da escola não depende apenas dos professores ou da comunidade, mas exige políticas públicas municipais capazes de enfrentar as desigualdades e o racismo. Sua fala, portanto, une memória pessoal, crítica educacional e proposição política, evidenciando o papel ativo da comunidade na luta pela consolidação de uma educação quilombola de qualidade. Mais do que reivindicação pedagógica, trata-se de uma agenda política e histórica que reafirma a centralidade da cultura, da memória e do território na formação escolar quilombola.

Para Dedê, as escolas da comunidade de Furnas do Dionísio precisam ser mais abertas e flexíveis, de modo a acolher as contribuições da própria comunidade. Ela afirma que a escola ainda tem muito a construir, sobretudo no que se refere à inserção das práticas e dos saberes quilombolas no currículo escolar:

Falando da escola de hoje, assim, nós comunidades podem contribuir com tudo isso, mas a escola tem que quer, tem que ser flexível. A escola, enquanto escola, tem muita coisa para construir, com práticas e saberes da comunidade que poderiam ser inseridas no currículo escolar da escola quilombola. Acredito que tem uma lista de práticas que podem [ser] inseridas a partir de qualquer disciplina, desde que trabalhe todos os aspectos constitutivos da cultura afro-brasileira. Processo de colonização, a luta do povo negro a partir do movimento negro unificado, conceito de cor, raça, etnia, identidade, isso para que o aluno consiga entender os princípios, estudar com os alunos o processo histórico da comunidade, o processo da criação (Dedê, 10/06/2025).

Segundo a visão de Dedê, há uma variedade de práticas culturais e educativas que poderiam ser integradas ao currículo escolar a partir de diferentes disciplinas, desde que contemplassem os aspectos constitutivos da cultura afro-brasileira. Entre eles, ela destaca o estudo do processo de colonização, a luta do povo negro por meio do Movimento Negro

Unificado e conceitos como cor, raça, etnia e identidade, elementos centrais para um currículo quilombola (Carneiro, 2003; Gomes, 2012b).

Dedê ressalta ainda a importância de que os alunos conheçam a história da própria comunidade, inclusive o processo de sua criação e organização, para que compreendam os princípios que fundamentam a identidade quilombola.

Sua fala também está em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012), que defendem um currículo construído em diálogo com os saberes tradicionais e aberto à contribuição comunitária. Ao propor que temas como colonização, Movimento Negro Unificado, raça, etnia e identidade sejam abordados de forma transversal, Dedê amplia as possibilidades pedagógicas, retirando a exclusividade da disciplina de História e afirmando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar.

Nesse sentido, sua proposta aponta para um currículo antirracista, interdisciplinar e enraizado na memória local, capaz de fortalecer a identidade quilombola e formar alunos conscientes de sua história e de sua inserção no processo histórico mais amplo da população negra no Brasil.

Professor Vanderlei, como dito anteriormente, apesar de não ser quilombola, compartilha suas percepções sobre as escolas da comunidade de Furnas do Dionísio. Para ele, o processo educacional local reflete tanto os avanços quanto os desafios enfrentados ao longo dos anos. Ele reconhece que a escola tem desempenhado um papel fundamental na formação das crianças e dos jovens da comunidade, mas observa que ainda há a necessidade de aprofundar a valorização da cultura quilombola dentro do currículo escolar:

De maneira geral, a gente tem avançado muito. Agora, uma questão que eu sempre tenho comigo, as duas escolas precisam avançar no sentido da educação quilombola, mas elas precisam avançar muito mais no sentido de reivindicar a matriz curricular da educação escolar quilombola. Isso é algo que eu vejo como necessário. A educação escolar quilombola depende, em primeiro lugar, que o próprio Estado de Mato Grosso do Sul cria a matriz curricular da educação escolar quilombola, regularmente. Ela já está em nível nacional, com as diretrizes devidamente orientadas, a gente já tem alguns estados onde ela já é uma realidade, já faz muito tempo, mas Mato Grosso do Sul ainda não tem essa diretriz estadual, está em processo de discussão. mas o próprio município de Jaraguari pode fazer, se ele quiser. Acredito que, por exemplo, a disciplina de cultura afro seria mais um passo nesse processo, e vejo que quem precisa da educação escolar quilombola são as pessoas que estudam nessas duas escolas. A comunidade precisa reivindicar, mas eu acho que a gente tem que caminhar para a educação escolar quilombola tal qual preconiza essa matriz curricular, porque aqui é uma escola quilombola, dentro de uma comunidade quilombola, com a grande maioria dos alunos quilombolas. A gente sabe, inclusive, que uma escola que não está dentro de uma comunidade quilombola, mas que mais de 80% dos alunos são quilombolas, ela já tem o direito de ter educação escolar

quilombola. Agente precisa ter consciência que, uma vez implementada a matriz curricular quilombola, nas duas escolas, por exemplo, toda essa questão das disciplinas que estão sendo trabalhada, ela vai mudar. A estrutura curricular das duas escolas, elas vão mudar, o perfil dos profissionais que devam atuar dentro dessas escolas, ele também vai mudar, porque vai requerer, no mínimo, uma íntima relação ou, enfim, conhecimentos mínimos com a questão da cultura quilombola. Não dão para ser, por exemplo, um professor que não tenha noção do que é uma cultura quilombola (Vanderlei, 22/05/2025).

Na visão do professor Vanderlei, a escola deve assumir o compromisso de fortalecer a identidade das novas gerações, criando espaços para que a história, a memória e as práticas culturais da comunidade estejam presentes no cotidiano pedagógico. Assim, entende que a escola não é apenas um espaço de ensino formal, mas também de preservação da tradição e de construção de consciência crítica.

Apesar de ocupar uma posição externa à comunidade, Vanderlei demonstra sensibilidade ao reconhecer a importância de a escola dialogar com a realidade quilombola, aproximando-se dos autores que defendem o currículo quilombola, com destaque para Gomes (2012b).

O professor evidencia que há conquistas na área da educação, mas também lacunas, especialmente no que se refere ao fortalecimento cultural. Vanderlei reforça que a escola deve ir além da instrução formal, atuando como espaço de identidade, memória e resistência cultural. Essa posição dialoga com Munanga (2019) e Gomes (2012b), que defendem a valorização das culturas quilombolas no currículo escolar como estratégia de enfrentamento do racismo estrutural.

Para Vanderlei, os avanços educacionais são visíveis, mas é preciso aprofundar práticas pedagógicas que consolidem a identidade quilombola e promovam uma educação que una conhecimento escolar e saberes comunitários. Sua fala reforça a ideia de que a escola deve ser um espaço vivo de intercâmbio cultural, memória e formação crítica, em diálogo constante com a história e a realidade das comunidades quilombolas.

Temos também uma fala rica do ancião Fael sobre educação, valores e respeito na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio. Ele enfatiza a importância da educação moral e do respeito tanto na escola quanto na família. Em sua fala, ele afirma que tanto a escola quanto a família devem ensinar valores às crianças, pois o respeito às outras pessoas e aos seus limites é fundamental:

A escola de hoje e a família de hoje tem que ensinar valores pra essas crianças. Eu mesmo vou falar pra senhora, não vou mentir, ó, eu fumo e eu tiver com mais gente, eu vou lá, vou fumar meu cigarro, pra lá, não fumo no meio das pessoas, vou lá. Não fumo no meio das pessoas, respeito. Porque

tem gente que não incomoda, mas tem gente que não acha bom, tem gente que não gosta do cheiro. É se incomoda, então a gente tem que aprender a respeitar. Meu pai, na época meu pai, ele tivesse aqui, a senhora tivesse ali, um guri passava aqui sem pedir licença, a hora que a visita saía, o rabo-tatu comia nas pernas. Não podia se intrometer nas conversas dos mais velhos, nós estamos conversando assim, o guri chega aqui e me deixa a conversa no meio, quando a pessoa sair, a minha mãe pegava duro. Se tivesse conversando, ela falava não mãe, não é assim, se não é assim não, ela poderia até estar mentindo, mas se eu intrometesse no meio, quando saísse, ó, não se intromete mais nas conversas de adulto. Era desse jeito que minha mãe fazia (Fael, 29/05/2025).

A fala do senhor Fael evidencia que a educação de valores na comunidade é fundamental. Ao mencionar que fuma apenas em locais apropriados, respeitando aqueles que não apreciam o cheiro do cigarro, Fael demonstra a internalização de normas sociais e a importância do respeito aos outros. Ele relembra práticas de sua infância, quando as crianças aprendiam a respeitar os adultos, citando seus pais como exemplos de disciplina e orientação, ensinando que não se deve interromper conversas ou se intrometer sem permissão.

A professora Clemilda destaca a necessidade de uma educação contextualizada e culturalmente significativa para os alunos da comunidade:

Em relação à escola de hoje, na comunidade, acredito que devem inserir mais algo na escola para trabalhar os valores da cultura. Sou professora, trabalhei aqui dentro, então, eu não poderia deixar de reivindicar algo de melhor para a educação real, com a cara da comunidade, uma educação com a nossa realidade. Os trabalhos feitos aqui dentro da escola, os professores devem trabalhar mais com a parte cultural, a parte científica, propor pesquisas dentro da comunidade, mostrar para os alunos da comunidade todos os aspectos, desde a parte econômica até a parte social. Assim, mostrar o contexto da comunidade para a escola, a parte histórica, o contexto histórico, contribuir com esse conhecimento (Clemilda, 10/06/2025).

Clemilda acredita que a escola deve incorporar mais elementos da cultura local em suas práticas pedagógicas, argumentando que uma educação que reflita a realidade da comunidade contribui para a construção da identidade e para a valorização dos saberes locais. Como professora que atuou na comunidade, ela reforça a importância de reivindicar uma educação que dialogue com a realidade vivida pelos alunos, tornando o aprendizado mais concreto e significativo. Sua proposta busca uma “educação com cara da comunidade”, alinhada às experiências cotidianas dos estudantes.

Segundo Clemilda, a escola deve apresentar aos alunos o contexto histórico da comunidade, mostrando como a realidade atual é resultado de processos históricos e sociais. Essa abordagem não apenas promove o conhecimento crítico, mas também fortalece a valorização do patrimônio local, permitindo que os estudantes reconheçam a continuidade entre passado e presente e compreendam sua própria identidade coletiva. Nesse sentido, a

proposta da professora reforça a importância de uma educação que articule memória, cultura e cidadania, promovendo formação integral e engajada com o território.

A vereadora Daniele apresenta uma visão crítica sobre o ensino-aprendizagem nas escolas da comunidade, destacando problemas estruturais, pedagógicos e de incentivo aos jovens:

A escola de hoje, a escola pode melhorar o seu currículo, estar trabalhando mais a identidade quilombola e suas características, começando pela escola municipal, que hoje tem uma boa estrutura, mas eu vejo que precisa melhorar no que tange à terra. Vejo que a gente poderia ter um olhar diferente, voltada mesmo para o campo, voltada para a identidade da nossa comunidade, montar uma horta, pode ser uma horta pequena. Temos que colocar nas cabeças das crianças, que a gente precisa viver da terra, nossos jovens estão indo para Campo Grande, porque acho que não teve essa base teórica com esse comprometimento... Hoje, o jovem não quer mais estudar, está indo por obrigação, a gente consegue carregar até certo ponto, mas a escola não faz sua parte. Os jovens não têm entusiasmo, não tem o que fazer nada pra chamar atenção dos nossos jovens, nem tem aquela preocupação de preparar o aluno para uma faculdade, de o aluno sair de lá sabendo o que quer, sair preparado para já ir para uma escola superior, eu me preocupo com isso. Conversando com a irmã Marina, lá da comunidade São Benedito, juntas estamos pensando em propor um projeto para os jovens da comunidade, para a gente dar um up nesses jovens que estão em fase final do ensino médio. Hoje, a gente vê que muitas viram domésticas, mãe de casa, e muitas das vezes fica no âmbito familiar, fazendo sua rapadura. Não que eu diga que a rapadura não seja o melhor serviço, mas hoje a gente vê que não tem mais opção para os jovens da nossa comunidade, são poucas meninas e os meninos que hoje saem do ensino médio e ingressam numa faculdade. Na grande maioria são assim, terminam o ensino médio e estacionam, só depois que casam, arrumam família, é que sentem falta do estudo e tentam voltar para faculdade. Hoje, aqui, a maioria das pessoas que fazem faculdade já tem uma idade mais avançada. Dos 11 alunos que concluíram o ensino médio o ano passado, apenas quatro ingressaram numa faculdade esse ano. São pessoas inteligentes, mas ainda, acho que falta um incentivo, e esse incentivo tem que começar acontecer lá do começo, no sexto ano do ensino fundamental e no ensino médio, esse incentivo precisa ser mais intenso (Daniele, 17/09/2025).

Daniela acredita que o currículo escolar precisa valorizar mais a identidade quilombola e as características locais. Ela sugere que a escola municipal poderia incluir práticas ligadas ao campo, como a criação de hortas, para ensinar às crianças a vivência com a terra e fortalecer a relação com a comunidade, vindo ao encontro das reflexões de Arroyo (2013).

A vereadora observa que muitos jovens estudam por obrigação, sem entusiasmo, e sentem falta de projetos que despertem interesse e promovam preparo para o futuro. Ela critica a ausência de incentivo educacional desde os primeiros anos do ensino fundamental até o ensino médio. Apenas uma parcela dos estudantes consegue ingressar na universidade,

muitos acabam seguindo ocupações familiares tradicionais, como os trabalhos com a produção de rapadura, sem alternativas de desenvolvimento pessoal ou profissional.

Diante disso, Daniele destaca a importância de projetos de incentivo educacional iniciados ainda no sexto ano, voltados à formação integral dos jovens e à valorização de suas raízes comunitárias. Essa proposta reforça a ideia de Munanga (2005) e Gomes (2012a) de que uma educação quilombola precisa estar articulada com as características da comunidade.

#### **4.2 A perspectiva de um currículo quilombola segundo os sujeitos entrevistados**

Walsh (2010, p. 25) sugere que os conhecimentos tradicionais ou ancestrais não devem ser vistos apenas como heranças históricas ou culturais do passado, mas como saberes ativos e significativos no presente:

[...] novos processos, práticas e estratégias de intervenção intelectual que poderiam incluir, entre outras, a revitalização, revalorização e aplicação dos saberes ancestrais, não como algo ligado a uma localidade e temporalidade do passado, mas como conhecimentos que têm contemporaneidade para criticamente ler o mundo, e para compreender, (re) aprender e atuar no presente.

Portanto, o currículo não deve tratar os saberes tradicionais como “coisas do passado”, mas como instrumentos contemporâneos de aprendizagem. Isso implica que o currículo deve incorporar estratégias pedagógicas que promovam a revalorização, a revitalização e a prática desses saberes.

Os depoimentos dos sujeitos entrevistados na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio convergem na defesa de um currículo escolar específico, contextualizado e oficialmente reconhecido como quilombola, entendido não apenas como reorganização de conteúdos, mas como instrumento político, cultural e pedagógico de fortalecimento da identidade, do pertencimento e da aprendizagem significativa. Para os entrevistados, o currículo quilombola deve integrar os saberes ancestrais, as práticas culturais, o trabalho comunitário, a memória coletiva e a territorialidade, compreendendo tais elementos como conhecimentos vivos, contemporâneos e fundamentais para a formação crítica dos estudantes.

De modo recorrente, os sujeitos destacam que a ausência de reconhecimento institucional das escolas como quilombolas limita o acesso a políticas públicas, recursos, financiamento e práticas pedagógicas adequadas à realidade da comunidade. Essa lacuna compromete o papel social da escola como espaço de valorização cultural, resistência e afirmação identitária. Nesse sentido, o currículo é concebido como ferramenta estratégica para

romper com a lógica hegemônica e universalista da educação, propondo uma pedagogia ancorada na experiência, na história e na cosmovisão quilombola.

Outro eixo central se refere à valorização dos professores da própria comunidade. Os entrevistados reconhecem que a presença de docentes quilombolas fortalece o sentimento de pertencimento, atua como referência positiva para crianças e jovens e contribui para a legitimação dos saberes locais no espaço escolar. Ao mesmo tempo, há consenso de que a qualidade do ensino e o compromisso pedagógico devem ser critérios fundamentais, defendendo-se uma articulação equilibrada entre professores da comunidade e docentes de fora, desde que estes demonstrem respeito, sensibilidade cultural e envolvimento com o território.

As falas também enfatizam a necessidade de práticas pedagógicas que articulem teoria e prática, como o estudo do relevo local, da agricultura familiar, do artesanato, das danças, da culinária, das festas tradicionais e da história da comunidade, bem como a participação de mestres e anciãos nos processos educativos. O tempo integral é visto como possibilidade para organização curricular que contemple, em um turno, a base comum e, em outro, atividades diversificadas voltadas à educação quilombola.

Além disso, os entrevistados ressaltam que o currículo deve promover o respeito à diversidade religiosa, cultural e social existente na comunidade, contribuindo para a formação cidadã, antirracista e emancipatória. A escola é concebida como espaço de diálogo, troca de saberes e enfrentamento ao racismo estrutural, responsável por valorizar a cultura negra de forma contínua e transversal, e não restrita a datas comemorativas.

Em síntese, a perspectiva dos sujeitos entrevistados aponta para um currículo quilombola que articule educação formal e saberes comunitários, fortaleça a identidade étnico-racial, reconheça o território como espaço de produção de conhecimento e consolide a escola como lugar de memória, resistência e transformação social, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Essa problemática encontra eco nas análises de Gomes (2012a) e Munanga (2019), que destacam a importância do reconhecimento institucional para a efetivação de políticas educacionais antirracistas e voltadas às comunidades negras tradicionais. O reconhecimento formal das escolas quilombolas não apenas legitima os saberes locais, mas também possibilita a implementação de currículos que promovam aprendizagem crítica, preservação da memória, valorização cultural e formação integral dos estudantes, alinhando práticas pedagógicas à história e à realidade da comunidade.

O Art. 1º, § 1º, inciso I das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) explicita os fundamentos sobre os quais deve se sustentar o ensino nas instituições que atendem comunidades quilombolas:

a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (Brasil, 2012, p. 8)

Ao determinar que a prática educativa se fundamente na memória coletiva, nas línguas remanescentes, nos marcos civilizatórios, nas práticas culturais, nas tecnologias e formas de produção do trabalho, nos acervos orais, nos festejos, nas tradições e na territorialidade, o documento reconhece a centralidade dos saberes e dos modos de vida quilombolas como elementos estruturantes do processo educativo.

Essa orientação rompe com a lógica hegemônica de um currículo universalista e homogêneo, propondo uma educação ancorada na experiência, na história e na cosmovisão dos sujeitos quilombolas. Ao valorizar a memória coletiva e as práticas culturais, o texto normativo aponta para a necessidade de uma pedagogia da ancestralidade, que reconheça o território não apenas como espaço geográfico, mas como lugar de pertencimento, resistência e produção de saberes.

Os depoimentos dos moradores de Furnas do Dionísio revelam que a escola deve assumir um papel ativo na valorização da cultura, do trabalho e das práticas comunitárias, de modo a articular educação formal e saberes locais. Ao mesmo tempo, inscreve-se em um processo mais amplo de resistência negra, que dialoga com a história da diáspora africana e enfrenta cotidianamente os efeitos do racismo estrutural na sociedade brasileira. Conforme destaca o professor, a falta de denominação oficial quilombola para a escola limita não apenas recursos e financiamento, mas também o papel social da escola na comunidade:

Hoje, isso também passa pela escola, vendo a comunidade reconhecida como quilombola. E a escola não ter essa denominação propriamente dita, porque está aí exclusiva, vamos dizer assim, quilombola, afeta tanto o desenvolvimento da escola mesmo, em termos de recursos, e também a questão do papel social da escola. Se tivéssemos uma escola quilombola, certamente conseguiríamos instrumentar a escola com todos os benefícios de uma escola quilombola, em termos de recursos, em termos de financiamento, em de currículo, em termos de ações didáticas, em termos de envolvimento comunitário. Nós conseguiríamos o fazer pedagógico com ações de pertença, como eu disse anteriormente, fique mais nítido para as crianças, fique mais fácil de ser trabalhado. Em relação ao currículo, acredito que propor conteúdos para atrelar realidade da comunidade, por exemplo, vai trabalhar relevo, você tem a possibilidade de trabalhar na prática o relevo com os

alunos, apresentando para eles as formas de relevo que existem, porque eles têm contato não só com a comunidade, como com o entorno, a partir do relevo que eles se encontram, que é uma fumaça, é você apresentar a eles as outras opções, identificar porquê o nome Fumaça, porquê existe essa característica física (Renildo, 11/06/2025).

O professor Renildo propõe que o reconhecimento formal da escola como quilombola permitiria implementar ações pedagógicas mais alinhadas à identidade da comunidade, fortalecendo o sentido de pertencimento de alunos e moradores. Ele defende que o currículo deve integrar conteúdos diretamente relacionados à realidade local, promovendo uma aprendizagem contextualizada e significativa, aproximando-se de Arroyo (2013) e Candau (2012).

Renildo exemplifica esse currículo ao sugerir o estudo do relevo local, explorando a geografia e as características físicas do território, como as Fumaças. Essa abordagem aproxima teoria e prática, permitindo que os alunos compreendam e valorizem seu entorno físico e cultural. Essa ideia encontra respaldo nas reflexões de Freire (2023), ao defender a necessidade de trabalhar a realidade dos educandos.

O professor também aponta que o currículo deve favorecer o envolvimento comunitário, transformando a escola em espaço de interação entre conhecimento escolar e saberes locais. Esse enfoque fortalece o vínculo entre escola e comunidade, tornando o aprendizado mais participativo e relevante.

Em síntese, Renildo defende que o currículo para Fumaças do Dionísio seja oficialmente quilombola, contextualizado, prático e integrado à comunidade, valorizando os saberes locais e reforçando a identidade cultural dos alunos, em consonância com os autores do campo étnico-racial, que enfatizam a centralidade da memória, do território e da cultura afro-brasileira na educação.

A fala do professor Renildo apresenta uma reflexão profunda sobre a importância da presença de professores da própria comunidade no espaço escolar de Fumaças do Dionísio. Para ele, ainda que não seja necessário ocupar todos os cargos de forma exclusiva, é fundamental que, pelo menos, metade dos docentes pertença ao território:

Aquela questão da pertença, que vai dar valor, trazer um valor a mais para as crianças, dizer não, os daqui também podem se desenvolver. Porque eles criam assim, as crianças, uma noção de que, para ser professor, para conseguir ensinar eles, só vai ser o de fora, as próprias crianças vêm com esse pensamento de berço. Os pais precisam ter em mente, esse tipo assim, é um reconhecimento de que eles são capazes também, tanto é que podemos dizer para eles, ó, vamos incentivar, vamos estudar, que você pode chegar nisso aqui. Os pais já têm como referência o professor de fora, eles fazem isso e preferem os professores de fora. Os professores de fora têm a preferência, na opinião da maioria dos pais, só que, para quebrar isso, precisa

dessa mobilização, que no nosso território temos pessoas capazes, está tendo hoje, hoje temos um grande número de pessoas dentro da faculdade, da Dionísio mesmo. Antes, a cada quatro anos, formava um na comunidade, teve época que ficou oito anos sem formar ninguém, agora, todo ano, forma um, dois, está tendo direto. Estão renovando o pessoal, já temos duas funcionárias no administrativo formadas na escola Dionísio, em nível de acadêmico, licenciatura (Renildo, 11/06/2025).

Para o professor Renildo, o argumento central está na ideia de pertencimento: quando as crianças vêem pessoas da própria comunidade atuando como professores, passam a reconhecer que também podem ocupar esses espaços, rompendo com a percepção de que apenas “os de fora” possuem a capacidade de ensinar. Ele observa que, historicamente, os pais tendem a valorizar mais professores externos, tomando-os como referência de qualidade. Renildo defende a mobilização comunitária para reverter esse quadro, mostrando que moradores locais igualmente capacitados vêm conquistando espaço nas universidades e no mercado de trabalho educacional. Essa perspectiva dialoga com Munanga (2005) e Gomes (2012a), que falam da representatividade negra na educação como forma de fortalecimento da identidade e incentivo à permanência dos jovens no processo educativo.

Outro aspecto relevante destacado por Renildo é a relação entre currículo e identidade cultural. Ele defende que conteúdos específicos da comunidade, como sua história, festas, práticas culturais e símbolos econômicos, como a produção de rapadura e farinha, devem ser incorporados ao ensino não como disciplinas isoladas, mas como temáticas transversais. Segundo o professor, apenas docentes da própria comunidade podem trabalhar esses conteúdos com autenticidade, trazendo vivências, memórias e práticas sociais para a sala de aula.

Assim, a visão de Renildo articula duas dimensões complementares: a formação e a valorização de professores locais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e servindo como inspiração para os jovens; e a construção de um currículo enraizado na cultura local, garantindo que a escola dialogue com a identidade quilombola e reafirme a memória coletiva da comunidade.

Cidinha tem consigo uma preocupação central com a necessidade de construção de um currículo escolar específico para as escolas quilombolas de Furnas do Dionísio. Para ela, embora já exista o atendimento em tempo integral, tanto na escola municipal quanto na estadual, ainda falta um direcionamento pedagógico que de fato contemple a realidade cultural e social da comunidade:

Ainda tem muito que trabalhar, desenvolver muito mais projetos que falam mais sobre a cultura da comunidade, que ainda falta muita coisa para melhorar, para trazer a realidade da comunidade para dentro das salas de

aula, tanto a escola municipal quanto a estadual. Elas já atendem em tempo integral, mas elas não têm um currículo específico para escola quilombola, então, acho que tem que atender com um currículo específico para quilombola. Tendo um currículo escolar quilombola, vai melhorar, vai ser a chave que falta, a gente está tentando trazer para as duas escolas da comunidade, assim podemos fomentar a valorização da nossa cultura, valorizar ainda mais a grade curricular das escolas, da comunidade, incentivar nossas crianças e nossos jovens a viverem a realidade que a gente tem hoje, e respeitar a cultura, respeitar as religiões das outras pessoas, que Furnas é uma comunidade hoje que tem várias religiões, mas nós somos todas famílias, somos todos parentes. Então, ensinar as nossas crianças a respeitar as crenças dos coleguinhas, a respeitar as escolhas que o outro, as escolhas que os pais, que os outros têm dentro do seu cotidiano, da sua vida hoje em dia (Cidinha, 10/06/2025).

Cidinha aponta que a ausência de um currículo quilombola dificulta o fortalecimento da identidade local dentro da sala de aula. Ela acredita que a implementação de um currículo próprio seria a “chave que falta” para valorizar a cultura, fomentar projetos e trazer a vivência da comunidade para o espaço escolar.

A professora ressalta ainda a importância da valorização do respeito às diferenças, sobretudo religiosas. Segundo Cidinha, Furnas do Dionísio é uma comunidade formada por famílias extensas, ligadas por laços de parentesco, mas que abriga diversidade de crenças. Nesse sentido, a escola tem papel essencial em ensinar crianças e jovens a respeitarem as escolhas e crenças dos colegas, fortalecendo princípios de convivência e reconhecimento da pluralidade cultural.

Dessa forma, Cidinha sugere a criação de um currículo específico quilombola que incorpore a história, os saberes e as práticas culturais da comunidade, assim como a formação cidadã pautada no respeito e na valorização da diversidade. Tal proposta se alinha às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), que defendem a construção de currículos contextualizados, participativos e culturalmente representativos, entendendo a diversidade como parte constitutiva da identidade coletiva de Furnas do Dionísio.

Cidinha expressa sua visão sobre a presença de professores da comunidade e de fora na escola. De um lado, ela reconhece a importância simbólica e social de ver pessoas da comunidade ocupando espaços de docência, pois isso fortalece o sentimento de pertencimento e mostra às crianças que “os nossos” também podem estar nesses lugares. De outro, ela coloca em primeiro plano a qualidade do ensino mais do que a origem do professor, o que realmente importa é o compromisso com a aprendizagem, com o esforço em oferecer um ensino de excelência e com a valorização dos saberes da comunidade:

Em minha opinião, eu acho que cada um deve ocupar o lugar que merece, não adianta a gente querer lutar e falar só quer professor da comunidade! Porém, se os próprios professores vão fazer por merecer, né? Porque eu sou mãe, eu quero que meu filho aprenda o melhor, se é da comunidade ou de fora, pra mim não faz diferença, o que faz diferença é o ensinamento. É claro que a gente quer ver os nossos ocupando os nossos espaços, mas tem a outra parte. Pra mim, como mãe e como representante da comunidade, o que eu almejo dos professores que eles ofereçam as para as nossas crianças um ensino aprendizagem de qualidade, porque não adianta a gente querer lutar pra trazer ou deixar somente professores da comunidade na sala de aula e eles também não quiserem fazer o melhor deles. Mas sim, a gente luta pra que os nossos ocupem os espaços que merecem (Cidinha, 10/06/2025).

Sua posição revela um olhar crítico e exigente: não basta que o professor esteja na escola apenas por pertencer ao território, é necessário que seja da comunidade ou que, sendo externo, comprometa-se a oferecer o melhor ensino possível. Assim, reflete tanto sua experiência como mãe quanto sua atuação como representante comunitária, expressando o desejo de garantir às crianças uma educação de qualidade, alinhada ao respeito pela cultura local.

Ela apresenta três propostas centrais: primeiro, que mérito e compromisso sejam critérios fundamentais para o exercício da docência; segundo, o reconhecimento da importância de ter professores da própria comunidade, desde que capacitados e empenhados em valorizar os espaços já conquistados; e terceiro, que a qualidade da educação deve prevalecer, estando acima de qualquer distinção entre professores “de dentro” ou “de fora” da comunidade.

A vereadora Daniele evidencia uma defesa firme da implementação da educação quilombola como caminho para fortalecer a identidade e promover avanços no campo educacional da comunidade de Furnas do Dionísio:

É grande relevância para nossa comunidade avançar no quesito educacional é a implementação da educação quilombola. Precisamos avançar, trazer essa identidade para nossas escolas, precisamos mudar a estratégia da educação dentro da comunidade, assim como em aldeias, eles estudam e lutam pela cultura deles em todos os aspectos, como assim poderíamos fazer dentro da nossa comunidade. Já tivemos o pertencimento quilombola na comunidade e por que não fazermos da nossa escola uma escola quilombola? Nossa educação precisa o mais breve tornar-se quilombola. Tem várias práticas que trazem elementos históricos, tradicionais da comunidade que deve ser trabalhado nas escolas para fomentar a valorização da cultura negra e quilombola, vêm muito que os professores se preocupam somente com o dia da Consciência Negra, mas a valorização deve acontecer sempre, e não só em dia da Consciência Negra. Vejo muita coisa que poderia ser trabalhado e ser resumido e focando em apenas um dia ou uma semana, no projeto da Consciência Negra. Até dia 20 de novembro é muito tempo, até que chegue essa data a escola não vai propor nada? Poderia ser diferente, atender os anseios da comunidade, no que tange a valorização, a cultura negra e a

identidade quilombola... As duas escolas são integrais, trabalham em tempos integrais, poderia ser um tempo as disciplinas de base curricular comum e outro turno as bases diversificadas voltadas à educação quilombola, acho que daria muito bom dessa forma (Daniele, 17/06/2025).

Daniele critica a prática recorrente de concentrar a valorização da cultura negra apenas no Dia da Consciência Negra. Para ela, esse reconhecimento não pode se restringir a um dia ou a uma semana de atividades, mas deve ser um processo contínuo, incorporado ao cotidiano escolar e refletido em todas as áreas do ensino. Essa visão dialoga com Munanga (2005) e Gomes (2012a), que defendem que a educação antirracista deve ser permanente e transversal, fortalecendo a identidade negra e a valorização cultural em todos os níveis de escolarização.

A educadora sugere a implementação de projetos práticos e culturais que conectem a escola à realidade da comunidade, incentivando desde cedo a educação continuada e o desenvolvimento do pensamento crítico. Ela também propõe a observação de modelos de escolas técnicas bem estruturadas para espelhar boas práticas pedagógicas, adaptando-as à realidade quilombola.

Daniele propõe ainda uma organização curricular que contemple dois turnos: um dedicado às disciplinas da base curricular comum (português, matemática, ciências, geografia e história) e outro voltado para conteúdos e práticas da educação quilombola, incluindo história, tradições, cultura e identidade da comunidade. Essa abordagem reforça a necessidade de uma educação contextualizada e comprometida com a valorização da memória, cultura e práticas sociais da comunidade, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012).

A opinião da vereadora Daniele sobre a presença de professores da comunidade na escola apresenta uma perspectiva que equilibra pertencimento e qualidade educacional. Para ela, não basta apenas reivindicar que os docentes sejam da própria comunidade, é necessário garantir que esses profissionais estejam devidamente preparados, com formação adequada, para oferecer um ensino de qualidade às crianças e aos jovens:

Sobre os professores da nossa escola pertencer ou não a comunidade, estava conversando esses dias com um professor. A gente fala muito em pertencimento, mas também vejo que temos que pensar em qualidade, a gente tem que pensar nisso, aí vem uma ponte importante para o incentivo aos nossos jovens. Temos que incentivar nossos jovens a estudar, a fazer cursos superiores e depois batalhar para alcançarmos os 100% de pertencimento, pois vejo que falta estímulo, que dificultam nossos jovens a cursar a faculdade, e isso irá dificultar deles ocuparem cargos na nossa educação. Falo que deve haver mais políticas públicas que pudessem contribuir com o conhecimento de pertencimento, já que a comunidade fica dentro do município. O município deverá propor políticas públicas, aquelas que reconhecem, protegem e valorizam a identidade, os territórios, a cultura

e os direitos das populações afro-descendentes que vivem em comunidades remanescentes de quilombos (Daniele, 17/06/2025).

Daniele enfatiza que o caminho para alcançar o ideal de 100% de pertencimento é investir no estímulo à formação acadêmica da juventude local. Segundo ela, muitos jovens da comunidade ainda enfrentam barreiras que dificultam o acesso e a permanência no ensino superior, comprometendo a possibilidade de que, futuramente, assumam cargos de docência e gestão escolar.

A vereadora defende a criação e ampliação de políticas públicas específicas voltadas às comunidades quilombolas. Tais políticas devem reconhecer e valorizar a identidade quilombola; proteger os territórios e a cultura local; garantir os direitos das populações afros descendentes, especialmente na área da educação; e incentivar a formação e capacitação da juventude quilombola, como base para que, no futuro, os próprios membros da comunidade possam ocupar os espaços escolares com preparo e legitimidade.

A proposta de Daniele evidencia que o fortalecimento do pertencimento comunitário não se limita à implementação de currículos contextualizados, mas requer articulação entre educação formal, políticas públicas e práticas de incentivo à formação acadêmica, visando ao encontro das reflexões do campo dos estudos étnico-raciais.

O ponto de vista da professora Clemilda sobre o currículo das escolas em Furnas do Dionísio ressalta a necessidade de uma abordagem que una a educação do campo com a valorização da identidade quilombola. Para ela, não basta pensar apenas na escola estadual, mas também incluir a escola municipal, de modo que ambas desenvolvam atividades e disciplinas que contemplem as especificidades da comunidade:

Outro aspecto importante, trabalhar a escola do campo, pensar num todo, não só na escola do estado, mas também nós temos a escola municipal, deve ter atividade, alguma disciplina deve ser incrementada na grade curricular da escola para estar trabalhando mais a valorização quilombolas, uma parte diversificada, que é a parte do estudo das etnias ou cultura afro. Pode ser colocar dentro da grade curricular, no PPP da escola, tem que trabalhar com aspecto da escola do campo. Seria muito importante trabalhar com pesquisa, fazer os alunos conhecerem como que o povo vivem o que fazem o que planta, trabalhar com o contexto geral da comunidade, trabalhar com a questão de comida típica, para os alunos conhecerem todo o contexto, a horta escolar, trabalhar com a parte da agricultura, agricultura familiar, que o nosso forte, o forte da comunidade, a base econômica, e trabalhar o incentivo da própria secretaria de educação em adquirir os produtos da agricultura familiar na merenda escolar (Clemilda, 10/06/2025).

A professora Clemilda defende que o currículo escolar e, especialmente, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) devem incorporar uma dimensão diversificada, voltada ao estudo das etnias, da cultura afro-brasileira e da realidade quilombola. Essa abordagem possibilitaria

trabalhar de forma mais sistemática a valorização da história, das práticas culturais e do modo de vida da comunidade, articulando teoria e prática no processo educativo. Entre as práticas pedagógicas sugeridas por Clemilda, destacam-se a pesquisa e a investigação comunitária, promovendo atividades que permitam aos alunos compreender como a comunidade vive, o que produz e como organiza sua vida cotidiana, incentivando o aprendizado a partir da realidade local. Essa perspectiva se alinha à pedagogia crítica de Paulo Freire (1996; 2023), que enfatiza o conhecimento do contexto e a construção coletiva do saber.

Dessa forma, a proposta de Clemilda reforça que o currículo e o PPP devem articular conhecimento escolar e saberes comunitários, promovendo aprendizagem significativa, cidadania crítica e fortalecimento da identidade quilombola, em consonância com autores que defendem educação intercultural e contextualizada.

A reflexão da professora Clemilda em relação aos professores serem de dentro ou de fora da comunidade reflete uma análise cuidadosa entre pertencimento, valorização e qualidade da educação:

Em relação aos professores, no geral, município e estado, eu acho interessante ter professor da comunidade sim. Nossa comunidade está se preparando, muitos estão se formando, estão se qualificando, hoje nós temos várias meninas que estão fazendo faculdade para atuar dentro da comunidade. Eu sou uma pessoa da comunidade, antes de mim tivemos outros professores da comunidade, a Tia Maria, o Osney, que foram professores que começaram a luta, aí depois de mim tem a professora Leila, é da comunidade, tem a professora Luciene, tem a professora Marcilene, o professor Renildo, que hoje é diretor. Todos nós somos professores já daqui da comunidade. E isso é bom para os nossos alunos, nossos familiares, ver a importância da educação, de estudar e de querer ocupar esses lugares. É interessante, né? Você ter as pessoas do local trabalhando aqui mesmo, que não precisam ir buscar trabalho fora, eles têm como estudar, se qualificar e continuar aqui na terra, é uma forma de valorização também, do local e a pessoa formarem e permanecer aqui, na própria comunidade. O fato de vir professores de fora, muitos abraça a causa, como eu te falei, e tem outros que tentam, vamos dizer assim, passar por cima de tudo isso e não se importar, ou até mesmo mudar aquela ênfase de valorização cultural que deveria. Você entendeu? Eu, como pessoa, eu vejo isso. Em minha opinião, a nossa comunidade, eles têm que buscar mais, assim, essa questão dessa valorização, para as crianças trazerem isso de casa para a escola, falar, ó, o seu professor está lá porque ele estudou, ele formou, então ele é capaz. Vejo muito esse conceito que as próprias famílias querer ou preferir professores de fora (Clemilda, 10/06/2025).

Clemilda considera fundamental ter professores da própria comunidade, ressaltando que muitos jovens estão se formando e se qualificando para atuar dentro do território. Ela recorda sua trajetória e a de outros docentes locais, como Tia Maria, Osney, Leila, Luciene, Marcilene e Renildo, todos os exemplos de luta e conquista, mostrando às novas gerações que

é possível estudar, ocupar espaços e permanecer na comunidade. Para a professora, essa presença fortalece o sentimento de valorização local e demonstra a relevância da educação como caminho de transformação para alunos e familiares.

Ao mesmo tempo, Clemilda reconhece que professores de fora também podem contribuir positivamente, desde que abracem a causa da comunidade. No entanto, ela observa que alguns não demonstram respeito pela identidade quilombola, chegando a minimizar ou ignorar aspectos fundamentais da cultura local no processo de ensino. Essa crítica encontra respaldo em Gomes (2012a), que ressalta a importância de professores comprometidos com a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola para a efetividade do currículo quilombola.

A professora aponta ainda a necessidade de mobilização comunitária. As famílias devem incentivar os filhos a estudar e valorizar a presença de professores locais, evitando a tendência de sempre privilegiar docentes externos. Em sua visão, o pertencimento deve ser motivo de orgulho e inspiração, mostrando às crianças que seus professores alcançaram sua posição pela formação.

A professora Luciene apresenta uma visão bastante clara sobre a necessidade de se construir um currículo próprio para as escolas de Furnas do Dionísio, com identidade quilombola e enraizado nos saberes da comunidade:

Assim, analisando o currículo hoje, o eixo temático Terra-Vida-TVT, talvez de trazer alunos bem assim, por exemplo, ativaria pra vir contar história, pra ensinar o artesanato dentro da escola, as aulas se tornarem mais práticas, mais interessantes para as crianças, também, muitas das vezes trazer um mestre da comunidade para conta a história para nossas crianças, seriam muito interessante.

A gente precisa de um currículo próprio, né? Destinado aqui para a escola. E assim, eu acho, como essa aula de tempo integral, deveria ser de manhã as disciplinas básicas, as fundamentais ali, portuguesas, matemáticas, e à tarde, a gente trabalhar com oficinas. Esse é o pedido que eu tenho feito. Juntou o secretário ali, né? Que tenha oficina. Que a escola possa ser interessante para as crianças. Com certeza seria muito importante que a escola tivesse um currículo com a característica da escola quilombolas, acredito de esse seria um sonho a se concretizar, não só meu, mas sim de toda a comunidade.

Práticas e saberes da comunidade que poderiam ser inseridas na escola? Quais? Então, a própria história da comunidade é muito importante, o modo de vida, a produção em si. Eu torço para que, futuramente, a gente consiga fazer uma horta bem bacana, pois o modo de vida também depende muito de recursos financeiros, mas a gente trabalhar o mais prático aqui, algo da agricultura familiar. Arquitetura familiar, artesanato [peneira de bambu], regate Dança da Catira, Dança do Engenho Novo, Dança da Cobrinha, dança do perirão, a culinária, o Festival da Rapadura, as festas religiosas, o turismo local, as atividades da associação de produtores, entre outras (Luciene, 22/05/2025).

Em seu ponto, o currículo atual, organizado em torno do eixo temático TVT, ainda poderia ser mais bem aproveitado se houvesse maior integração entre a escola e os mestres locais. Ela sugere práticas como trazer pessoas da comunidade para contar histórias, ensinar o artesanato e partilhar experiências de vida e memória, tornando as aulas mais práticas e atraentes para as crianças.

Luciene propõe também uma organização diferenciada para uso do tempo integral: no período da manhã, focar nas disciplinas básicas (português, matemática, ciências, geografia e história); no período da tarde, realizar oficinas voltadas para saberes e práticas da comunidade, tornando a escola mais dinâmica e interessante para os alunos.

Também evidencia outras práticas que poderiam ser incorporadas ao currículo: história e modo de vida da comunidade; agricultura familiar e horta escolar; artesanato (como a confecção de peneiras de bambu); dança e expressões culturais (Catira, Engenho Novo, Dança da Cobrinha, Perericão); culinária tradicional e Festival da Rapadura; festas religiosas; turismo local e atividades da associação de produtores.

Essa proposta dialoga com a pedagogia de Paulo Freire (1996), que defende a aprendizagem a partir da realidade do educando, e com as reflexões de Munanga (2005) e Gomes (2012a), que ressaltam a importância de incluir saberes locais, memória e cultura afro-brasileira no currículo, promovendo uma educação antirracista.

A visão da professora Luciene em relação à proposta de currículo das escolas de Furnas do Dionísio reflete uma perspectiva marcada pela valorização da história da comunidade, do pertencimento e do compromisso dos educadores:

Admiro muito o trabalho da professora, minha primeira professora, a Creuza, e do professor de artes que ele sempre focou, acha que ele tem um pedacinho lá na senzala também. E os demais professores, a relação, eles estão abertos para comunicar com a gente, uma coisa importante que eu vejo agora é as meninas estudando. Tem bastantes meninas na faculdade, e isso é interessante, é louvável, porque eu mais sonhava com elas, porque falavam, vamos estudar, vamos estudar, estou vendo isso acontecer. Nós sabemos que nem todo o professor é concursado com exclusividade para essa escola, mas você acha que os professores que chegam aqui, eles têm interesse em conhecer a história da comunidade? É, alguns tem, alguns se dedicam bastante. Não estou dizendo dessa nova turma, mas pessoas que não foram assim, que estavam preocupados. Fazer uma coisa superficial, não que estava focado em ensinar a história e a cultura da comunidade. Eu sempre, até falei, da professora Creuza, quando ela saiu, eu fiquei no lugar dela, como eu trabalhei bastante tempo na associação, trabalhei dentro da comunidade, sou daqui, eu tenho, assim, eu quero melhor pra minha comunidade. Eu não sei se as novas educadoras, as futuras novas educadoras vão ter esse mesmo amor, essa mesma paixão pela educação como eu vou ter. Então, é bom mesclar um pouquinho, porque conhecimento nunca é demais (Luciene, 22/05/2025).

Ela demonstra grande admiração por professores que não são da comunidade e que, ao longo do tempo, buscaram integrar a cultura quilombola ao ensino, como a professora Creuza, sua primeira educadora, e o professor de artes, reconhecido por manter viva a memória da senzala e valorizar a ancestralidade. Para Luciene, essas referências são importantes porque mostram que é possível unir a prática pedagógica à história e aos valores locais.

Um aspecto que a emociona é ver antigas alunas hoje cursando a universidade. Para Luciene, esse avanço educacional das mulheres da comunidade é “louvável” e representa a concretização de um sonho coletivo: estimular os jovens a estudar e conquistar novos espaços dentro e fora da comunidade. Esse reconhecimento do protagonismo feminino se conecta às análises de Gomes (2012a) e Carneiro (2003), que destacam a centralidade da educação na emancipação e no fortalecimento da identidade negra, especialmente das mulheres afro-brasileiras.

Luciene percebe diferenças entre os professores que chegam à escola: alguns se dedicam a conhecer a história local e valorizam a cultura quilombola, enquanto outros tratam o tema de forma superficial, sem aprofundar o ensino da identidade da comunidade. Sobre o currículo, ela destaca a importância de mesclar experiências de professores da comunidade, que carregam pertencimento e compromisso, com professores de fora, que podem contribuir com novos conhecimentos.

A perspectiva de Dona Lurdete sobre o currículo das escolas de Furnas do Dionísio enfatiza a importância de resgatar e valorizar a cultura local no ambiente escolar. Para ela, o currículo poderia ser mais atuante na promoção da identidade quilombola, permitindo que as crianças conheçam e se conectem com as tradições, saberes e práticas da comunidade:

Temos que lutar na comunidade pela nossa cultura, ela poderia ser mais bem resgatado. Assim, nossa cultura, ela pode ser resgatada pra quem gosta dela. Existe muita gente do braço encruzado. Então, essa parte tem que ser trabalhada nas nossas crianças. Essa uma parte da nossa vida que é muito bonita que eles não se conhecem. Eu falo assim, aproveitar a tradição da gente nas escolas, nossas danças, nossas músicas, nossos produtos, nosso cultivo, nossa terra, nossas belezas naturais, nossa raça, nossa cor e nossa história (Lurdete, 30/05/2025).

Ela destaca elementos específicos que considera essenciais para serem trabalhados na escola: tradições e festas locais, como danças e músicas; produção e cultivo da terra, refletindo a relação histórica da comunidade com a agricultura familiar; recursos naturais e belezas locais, fortalecendo o vínculo com o território; raça, cor e história, promovendo consciência da identidade afrodescendente e quilombola. Dona Lurdete acredita que a educação deve servir como veículo de valorização cultural, garantindo que as crianças

reconheçam e se orgulhem da própria história e herança cultural, em vez de permanecerem distantes desse conhecimento.

Para Lurdete, a educação deve atuar como veículo de valorização cultural, garantindo que as crianças reconheçam e se orgulhem de sua história e herança cultural, em vez de permanecerem distantes desse conhecimento. Freire (1996) fala sobre a educação como prática de liberdade e valorização da cultura local, bem como da necessidade de questionar a história contada pelos opressores.

O entendimento de Dona Lurdete sobre a presença de professores da comunidade ou de fora enfatiza a importância de uma mescla entre conhecimento local e externo. Para ela, não é adequado que apenas professores da comunidade atuem na escola, pois as crianças também se beneficiam de saberes e experiências vindos de fora, que ampliam seus horizontes e introduzem novidades pedagógicas:

A meu ver, tem que ser uma mistura, a senhora concorda comigo, nossas crianças precisam também de outros saber, precisa de conhecimentos de outros lugares, de pessoas com conhecimento diferente, de troca de conhecimento. Porque um professor da comunidade, ele sabe muito sobre a nossa comunidade, mas esconde que sabe algo novo. Quando vem alguém de fora com algo novo, é muito bom, e nossas crianças também gosta de novidades. O que eu acho que tá faltando é uma mesa-redonda, até um dia eu falei assim, eu podia conversar com o diretor, tem existir uma mistura, tem que fazer isso. O pessoal tem que fazer uma mistura entre nós da comunidade com os professores de fora da comunidade (Lurdete, 30/05/2025).

Dona Lurdete reconhece que os professores locais dominam profundamente a história e a cultura da comunidade, mas alerta que a troca de conhecimento com pessoas de fora é enriquecedora, oferecendo perspectivas diferentes e despertando o interesse das crianças por novas aprendizagens. Nesse sentido, Lurdete sugere a criação de espaços de diálogo, como mesas-redondas, para promover a interação entre docentes da comunidade e professores de fora. Essa prática reforça o diálogo, alinhando-se às concepções de Freire (1996) sobre educação dialógica e participativa.

Os professores é uma curiosidade, primeiro, de querer saber que comunidade é essa, é uma comunidade quilombola. Aí está o papel do professor há mais tempo, que já está aqui há bastante tempo, tem certa experiência, de ir oferecendo para esse professor as informações, as orientações, enfim, compartilhando aquilo que já conhece da comunidade. Mas, o que eu tenho notado é que os professores que têm passado por aqui, que estão aqui nesse momento, que eles têm essa preocupação de se aproximar da comunidade, das coisas que são da comunidade, e trabalhar com isso no dia a dia. Aqueles professores que têm um pouco mais de resistência, normalmente, eles não conseguem se fixar aqui como professor, porque a escola requer que tenha essa aproximação. Quem dá aula em Furna do Dionísio precisa perceber que

ele chega dentro de uma comunidade quilombola, que tem uma dinâmica diferente, a escola também vai ser diferente (Leonídia, 29/05/2025).

A visão de Dona Leonídia sobre a presença de professores da comunidade ou de fora enfatiza a importância da aproximação e do interesse pelo território quilombola. Segundo ela, os docentes que vêm de fora inicialmente demonstram curiosidade em conhecer a comunidade, o que é um passo essencial para compreender a dinâmica local e atuar de forma efetiva na escola.

Ela observa que professores mais experientes, que já estão a algum tempo na comunidade, conseguem oferecer informações e orientar os novos docentes, compartilhando o conhecimento que possuem sobre a história, cultura e práticas locais. Esse compartilhamento é fundamental para que os professores externos integrem os saberes comunitários em suas aulas. Dona Leonídia também destaca que aqueles professores que apresentam resistência em se aproximar da comunidade geralmente não conseguem permanecer, pois a escola quilombola exige sensibilidade cultural e envolvimento cotidiano com a realidade local.

Segundo Dona Leonídia, ensinar em Furnas do Dionísio requer mais do que domínio das disciplinas: é necessário entender e respeitar a dinâmica da comunidade, incorporando essa perspectiva na prática pedagógica diária. Essa abordagem se aproxima das ideias de Freire (1996) sobre educação dialógica e contextualizada e de Munanga (2005), que reforça a importância de docentes sensíveis à cultura e à identidade afro-brasileira para uma educação efetivamente inclusiva e representativa.

O artigo 35 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) estabelece que o currículo desta modalidade deve, em consonância com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, assegurar ao educando o direito de conhecer o conceito e a história dos quilombos no Brasil, bem como o protagonismo do movimento quilombola:

- I – Garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;
- II – Implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004;
- III – reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana;
- IV – Promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas;

V – Garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo;

VI – Considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político atuando de forma a: a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas.

VII – respeitar a diversidade sexual, superando práticas homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, machistas e sexistas nas escolas (Brasil, 2012, p. 13-14).

Ao promover o fortalecimento da identidade étnico-racial e ao considerar as discussões sobre identidade, cultura e linguagem como eixos centrais do currículo, as Diretrizes indicam que a escola deve ser um espaço de resistência, onde o conhecimento seja articulado à memória e ao território. Tal proposta amplia o sentido de formação, indo além da dimensão cognitiva para abarcar também a dimensão política, cultural e humana do sujeito quilombola.

O reconhecimento da liberdade religiosa e do respeito à diversidade sexual como princípios pedagógicos e jurídicos reforça o compromisso da educação quilombola com a superação de práticas discriminatórias, sejam elas racistas, machistas, homofóbicas ou sexistas. Dessa forma, o currículo se torna instrumento de emancipação e justiça social, orientando a escola para a formação de cidadãos críticos, conscientes de sua história e comprometidos com a transformação da realidade.

O artigo 35 das Diretrizes consolida uma visão de educação integral, plural e emancipatória, que busca romper com o silenciamento histórico das populações negras e quilombolas. Ao reconhecer e legitimar os saberes e as práticas dessas comunidades, elas reafirmam o papel da escola como território de resistência, memória e produção de conhecimento, promovendo uma educação pautada no respeito, na igualdade e na dignidade humana.

A perspectiva do professor Vanderlei em relação ao currículo das escolas em Furnas do Dionísio é profundamente enraizada na valorização da cultura afro-brasileira, da identidade quilombola e da igualdade de saberes. Ele destaca que, historicamente, os descendentes de escravizados sofreram processos de apagamento cultural, o que gerou sentimentos de inferioridade:

Diversos conhecimentos, conhecimentos em todas as áreas, algumas áreas, inclusive, mais avançadas que o próprio colonizador. Por conta disso, como a gente teve todo esse processo de apagamento, essas pessoas que são descendentes desses escravizados, hoje, no caso, os moradores aqui da comunidade fazem parte desse processo, eles precisam que a escola possa contribuir para que eles possam conhecer a grandeza dos próprios

antepassados, para que eles não se sintam como inferior, como o que não consegue aprender, como o que não é inteligente, como o que, digamos assim, o cabelo não é o cabelo ideal, a cor não é isso, a escola precisa contribuir nesse sentido. Então, quanto mais a escola conseguir trabalhar isso com as crianças desde pequenas, quanto mais a escola conseguir fazer esse trabalho, mais a gente vai caminhar nessa direção de que tudo isso que foi um dia e que ainda é até hoje considerado como inferior, como abaixo, como se tivesse uma hierarquia, para que tenha o mesmo direito de igualdade. A questão não é considerar o conhecimento do povo negro ou conhecimento de quem não é negro, ou seja, no caso dos brancos, europeus, um maior que o outro, é a questão é considerar também o conhecimento negro, toda essa gama de produção. A escola tem que contribuir com isso, porque se a gente, quando caminhar, pensando que existe um saber de um determinado povo que é maior que o saber do outro povo, nós estamos trabalhando um processo de hierarquia, e isso não é igualdade. A igualdade é considerar também os saberes, na verdade, o que o branco, o europeu, nunca conseguiu entender é que não é que a gente tem um saber melhor que o outro, a gente tem saberes diferentes. Então, por isso que hoje ainda é muito comum as pessoas considerarem, por exemplo, o serviço, a dança do povo negro como uma dança inferior. Falo da dança porque sou dessa área, considerar o balé, a dança moderna, a dança contemporânea como sendo dança, mas uma dança popular tradicional de matriz africana como sendo uma manifestação folclórica. Vou citar só esse exemplo: quando você coloca, por exemplo, a Dança do Engenho Novo, de Furnas do Dionísio, numa caixinha de uma dança folclórica, e você usam exatamente isso aqui, folclórica, isso aqui é folclórica, você está querendo dizer nada mais do que o seguinte, essa dança é menor do que a dança que não está nessa caixa do folclórico, ela é menor que o balé clássico. Quando isso surge, todas as manifestações dos negros e dos indígenas foram colocadas nessa caixa do folclórico, que é um termo que eu combato, por mais que quando aparece no referencial a palavra folclórica, precisa ser usada, eu vou lá e substituto para a cultura popular, por exemplo. Isso é um posicionamento meu. Temos uma lista de práticas que pode ser inseridas nas Escolas da Comunidade: a disciplina de cultura afro, a escrita de um currículo para disciplina, onde os professores pudessem primeiro trabalhar todos os aspectos constitutivos da cultura afro-brasileira, processo de colonização, a luta do povo negro a partir do movimento negro unificado, conceito de cor, raça, etnia, identidade, isso para que o aluno consiga entender os princípios e trabalhar com o que é específico da comunidade. Estudar as três festas da comunidade, Santo Antônio, Nossa Senhora de Aparecida, Festival da Rapadura, estudar artesanato, que aí eu destaco a produção de peneira, de bambu, culinária, estudar também as danças da comunidade. Quando eu falo estudar, eu estou dizendo do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático, porque não faria sentido o aluno copiar um texto sobre o surgimento de Forna do Dionísio ou copiar um texto sobre a peneira de bambu se ele não experimentar na prática, não faz sentido ele copiar um texto ou escrever texto sobre as danças se ele não praticar essa dança, porque a dança só faz sentido no corpo. Inclusive, seria importante a articulação da presença de alguns dos mestres desses saberes, Anciões da comunidade no interior das aulas, todos esses conhecimentos podem estar presentes dentro da escola, ainda incluir os saberes, da questão da produção da agricultura familiar da comunidade, a dinâmica do turismo que começa a crescer e várias outras coisas da comunidade que podem integrar. Acredito muito, de verdade, que nós estamos indo num caminho muito bom (Vanderlei, 22/05/2025).

Para Vanderlei, a escola deve atuar como instrumento de resgate e valorização da história e dos conhecimentos do povo negro, ajudando os alunos a reconhecerem a grandeza de seus antepassados e a entenderem que saberes diferentes não significam saberes inferiores. Ele critica a categorização tradicional de manifestações culturais negras como “folclóricas”, argumentando que isso desvaloriza a cultura popular de matriz africana, como é o caso da Dança do Engenho Novo. Para ele, tais práticas devem ser tratadas como cultura popular, com reconhecimento de sua complexidade e importância, equiparando-as em valor às manifestações culturais europeias.

Vanderlei propõe que o currículo escolar inclua de forma sistemática disciplinas, práticas e conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira e à comunidade local, como: história do povo negro e processo de colonização; movimentos de luta do povo negro, identidade, cor e etnia; festas da comunidade (Santo Antônio, Nossa Senhora de Aparecida, Festival da Rapadura); artesanato, como a produção de peneira de bambu; culinária tradicional; danças da comunidade, com ensino teórico e prático; agricultura familiar e dinâmica do turismo local; participação de mestres e anciões da comunidade nas aulas, trazendo saberes orais e experiências vivenciais.

A visão do professor Vanderlei sobre ter professores da comunidade ou de fora na escola de Furnas do Dionísio valoriza fortemente o protagonismo dos docentes locais, mas reconhece também a importância do comprometimento de qualquer professor que chegue à escola:

A minha percepção e da percepção do outro, vou falar primeiro da percepção, de mim mesmo. Tenho uma preocupação desde sempre em, primeiro, conhecer a história do lugar onde eu estava chegando para trabalhar. Sempre que possível, nas disciplinas de arte, projetos de vida, enfim, todas elas, antes de ter essa disciplina específica, de incorporar no cotidiano dos processos de ensino e aprendizagem os conhecimentos locais. E tanto é que, nesse processo, eu acabo criando uma relação íntima que, assim, ela está além dos muros da escola agora. Porque, por exemplo, como eu tenho certa bagagem na área da produção cultural, hoje eu faço uma facilitação em relação à escrita dos projetos culturais da comunidade. Só para citar um dado, que já foi feito além dos muros da escola, mas hoje a comunidade já está com tudo certo e encaminhado para a gente inaugurar o ponto de cultura, a comunidade hoje vai ser um ponto de cultura reconhecido pelo governo federal, isso é um trabalho que a gente realiza além da escola, posso dizer com toda certeza que eu tenho, assim, primeiro uma gratidão imensa e um privilégio de ser trabalhador da educação aqui nessa escola, isso é uma primeira coisa. Uma segunda questão que eu tenho, assim, um carinho, um amor muito grande. É uma identificação, a palavra, é identificação com a comunidade, então, eu tenho um comprometimento de fato com a comunidade, os outros professores, a gente tem aqui uma dinâmica na escola. Dinâmica, não, aqui na escola, a gente tem uma questão que passa, o professores que trabalham aqui, a grande maioria vem de

processo seletivo, então, não é um professor que vai ficar efetivo aqui por vários anos, a rotatividade, geralmente, são de dois anos, três, quatro anos no máximo, o mesmo professor na escola, mas, às vezes, temos no ano um professor, no outro ano outro professor. E conforme esses professores vão chegando aqui, uma coisa é fato, nenhum professor chega aqui e vai dar aula como se estivesse em uma escola qualquer. De cara, ele já percebe que ele está dentro de uma comunidade que é longa. É de grande relevância termos cada vez mais a presença dos professores da comunidade como protagonista do processo educacional dentro das escolas, pois acredito que o professor da comunidade vai ter muito mais condição de desenvolver os processos educacionais com os seus alunos, ou seja, com seus parentes. Na verdade, vejo isso por quê? Porque quando um mestre, por exemplo, dos saberes da peneira vem na escola e trabalham os modos de fazer da peneira de bambu, os alunos aprendem muito mais do que quando a gente que não é tenta trabalhar isso com os alunos. Defendo, sim, cada vez mais o protagonismo seja da comunidade, e isso não só no setor educacional, ela tem condições e deve falar ela por ela mesma, e a gente tem que apoiar e contribuir para isso (Vanderlei, 22/05/2025).

Ele explica que, independentemente da origem, todo professor que chega à escola percebe rapidamente que está atuando em uma comunidade com história e dinâmicas próprias, o que exige aproximação, respeito e integração aos saberes locais. Vanderlei relata que, pessoalmente, sempre busca conhecer a história do território e incorporar os conhecimentos locais nas disciplinas e projetos, como nas aulas de arte e em projetos de vida. Esse envolvimento ultrapassa os muros da escola, como no caso da criação de um ponto de cultura reconhecido pelo Governo Federal, mostrando o impacto da integração entre educação e comunidade.

Para o professor, a presença de professores da própria comunidade é essencial, pois eles têm condições únicas de desenvolver os processos educativos de forma mais significativa. Quando um mestre local ensina, por exemplo, os modos de fazer da peneira de bambu, os alunos aprendem de forma mais profunda e vivencial do que com um professor externo, por conta do pertencimento, do conhecimento da prática e da relação afetiva com os estudantes.

Vanderlei defende que o protagonismo educacional deve cada vez mais estar com a comunidade, não apenas dentro da escola, mas em todas as dimensões culturais e sociais. Para ele, o papel do professor da comunidade vai além do ensino: ele representa a identidade local, fortalece os saberes da comunidade e inspira os alunos a reconhecerem o valor da própria história. Essa visão dialoga com Freire (1996), que enfatiza a educação como prática que transforma os contextos e a realidade dos educandos.

As imagens, a seguir, apresentam a paisagem e a entrada da Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira, situada na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, no

município de Jaraguari, Mato Grosso do Sul. As fotografias (Figuras 24 e 25) permitem observar não apenas o ambiente físico, mas também os elementos que compõem o cenário sociocultural local, evidenciando a integração entre o espaço escolar e o território quilombola.

**Figura 24** – Estrada que dá acesso à Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira



**Fonte:** Autora (2025)

**Figura 25** – Frente da Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira



**Fonte:** Autora (2025)

Na comunidade de Furnas do Dionísio, estão em funcionamento duas instituições de ensino que exercem papel central na formação educacional e sociocultural da população local. A Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira oferece atendimento na Educação Infantil – Pré-escola I e II – e no Ensino Fundamental I, abrangendo do 1º ao 5º ano, com um total de 105 estudantes matriculados.

A imagem, a seguir, apresenta uma vista panorâmica da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, localizada na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio (Figura 26). Observa-se, ao lado, o prédio da associação da Comunidade, tendo a escola como destaque, com sua estrutura pintada nas cores verde e branca. O registro visual permite compreender a disposição espacial das construções comunitárias, bem como a integração entre os espaços educacionais e socioculturais que compõem o território quilombola.

**Figura 26** – Estrada que dá acesso à Escola Municipal Dionízio Antônio Vieira



**Fonte:** Autora (2025)

A Escola Estadual Zumbi dos Palmares, inaugurada em 1996, atende aos níveis de Ensino Fundamental II e de Ensino Médio, atualmente contando com 85 estudantes.

A Figura 27 apresenta a entrada da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, situada na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. O registro evidencia o acesso principal à instituição, destacando-se elementos arquitetônicos e simbólicos que compõem o espaço escolar, o qual se configura como um importante centro de formação educacional e cultural para a comunidade:

**Figura 27** – Entrada da Escola Estadual Zumbi dos Palmares



**Fonte:** Autora (2025)

Dessa forma, a comunidade quilombola almeja que essas instituições desempenhem um papel fundamental na preservação e valorização da identidade quilombola, constituindo-se como espaços de resistência cultural e de promoção da educação intercultural. Pela pesquisa efetuada, pode-se afirmar que a comunidade deseja que as escolas construam currículos quilombolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito analisar as características de um currículo quilombola a partir da perspectiva da própria comunidade, tomando como referência a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio e suas narrativas, memórias, práticas culturais e experiências educacionais. Ao longo do percurso investigativo, buscou-se compreender de que maneira o currículo escolar dialoga, ou deixa de dialogar, com a realidade quilombola, bem como identificar os limites, os desafios e as possibilidades para a construção de uma educação comprometida com a identidade, o território e os saberes historicamente produzidos pela comunidade.

A historicização da comunidade, fundamentada nas memórias orais de seus moradores, revelou que Furnas do Dionísio se constituiu como território de resistência, autonomia e pertencimento desde a chegada de Dionísio Antônio Vieira e sua família, no final do século XIX. A terra, compreendida não apenas como espaço físico, mas como lugar de vida, trabalho, fé e memória, sempre esteve no centro da organização social da comunidade. Essa relação profunda com o território evidencia que os saberes quilombolas foram construídos na experiência cotidiana, nas práticas agrícolas, nas relações de solidariedade, nas manifestações culturais e religiosas e nas formas próprias de educar as novas gerações.

No campo educacional, a pesquisa evidenciou que, embora a escola esteja presente na comunidade há décadas, ainda persistem desafios significativos para que ela se reconheça e seja reconhecida institucionalmente como escola quilombola. Os relatos dos sujeitos apontam que a luta contra o currículo que reproduz modelos hegemônicos e universalizantes, que pouco dialoga com a história, a cultura e os modos de vida da comunidade, continua necessária e tem sido cotidiana, pois reconhecem que o distanciamento compromete a aprendizagem significativa e enfraquece o sentimento de pertencimento dos estudantes, especialmente das crianças e dos jovens.

Além disso, as entrevistas revelam uma compreensão coletiva de que o currículo quilombola deve ser concebido como um instrumento político, pedagógico e cultural. Para a comunidade, não se trata apenas de inserir conteúdos pontuais sobre cultura negra e/ou quilombola, mas de reorganizar a prática educativa a partir do território, da memória e dos saberes ancestrais. Elementos como a história da comunidade, as práticas agrícolas, a produção da rapadura, as festas tradicionais, a oralidade, as danças, a religiosidade e os conhecimentos dos mais velhos são reconhecidos como conhecimentos legítimos e indispensáveis ao processo educativo.

Destaca-se, ainda, a importância atribuída à presença de professores da própria comunidade, compreendidos como referências identitárias e mediadores fundamentais entre os saberes escolares e comunitários. Ao mesmo tempo, os sujeitos enfatizam que a construção de um currículo quilombola exige formação específica, compromisso ético e sensibilidade cultural por parte de todos os profissionais da educação, sejam quilombolas ou não. A escola, nesse sentido, é concebida como espaço de diálogo intercultural, de enfrentamento ao racismo estrutural e de fortalecimento da identidade étnico-racial.

A pesquisa evidencia que a consolidação de um currículo quilombola em Furnas do Dionísio depende do reconhecimento institucional das escolas como quilombolas, da implementação de políticas públicas específicas, da participação ativa da comunidade nas decisões educacionais e da valorização dos saberes locais como parte constitutiva do conhecimento escolar. Assim, a educação quilombola se afirma como caminho para a emancipação, para a justiça social e para a continuidade da história e da cultura da comunidade.

Como forma de síntese sensível e fiel às vozes que atravessaram esta pesquisa, optou-se por encerrar este trabalho com uma composição poética. O poema que segue expressa, de maneira simbólica e narrativa, a compreensão construída ao longo do processo investigativo, traduzindo em versos as memórias, as lutas, os afetos, os saberes e as esperanças da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio:

No ventre das serras, onde a terra é vermelha,  
 chegou Dionísio, de alma livre,  
 dos grilhões da escravidão trouxe o sonho aceso,  
 e nos vales de Jaraguari fincou o seu recomeço.  
 Carro de boi rangendo sob o céu de Minas,  
 trazia a família, Joana Luiza e os filhos,  
 no caminho, a esperança era mapa e destino,  
 cada passo, cada gesto, resistência em trilhos.  
 Terra de difícil acesso, refúgio e proteção,  
 ali se erguia a vida, ali pulsava o coração,  
 Dionísio, ex-escravizado, mas soberano,  
 plantou raízes profundas, mãos firmes no chão.  
 Mil hectares eram mares de liberdade conquistada,  
 nove troncos, nove filhos, linhagem abençoada:  
 Antônio, Abadio, José, Jacinto e João,  
 Manoel, Maria Luíza, Valéria Valeriana, união.  
 Capim para a casa, cruz e tronco para o sinal,  
 simbologias do patriarca, memória imortal,  
 Tia Eva, alianças, laços tecidos pelo afeto,  
 solidariedade erguendo abrigo, chão e teto.  
 Os filhos desbravaram a Lageadinho antiga,  
 dividiram a terra, herança viva que instiga,

cada tronco um mapa, cada nome um marco,  
 o território é poema, e o passado é arco.  
 Memória oral que canta histórias sem retrato,  
 mas pulsa em vozes, risos, no tempo exato,  
 Dionísio ensinou labuta e alegria,  
 força que atravessa gerações, dia após dia.  
 Mesmo a liberdade formal era sombra a vencer,  
 racismo estrutural tentava o espírito deter,  
 mas nos vales, entre morros, a autonomia floresceu,  
 e a comunidade, forte, à própria história se refez.

Antes do selo, antes da lei,  
 a terra era barro, sapé e poeira também,  
 casas de pau-a-pique se erguiam no chão,  
 mãos calejadas, braços em comunhão.  
 Cada parede, um gesto de resistência,  
 cada telhado, fé, cuidado e persistência,  
 não havia água encanada nem luz a brilhar,  
 só o chão batido a ensinar a caminhar.  
 Córregos lavavam panos de alvura antiga,  
 panelas fumegavam na fogueira que abriga,  
 cada gesto era luta, cada gesto era vida,  
 transformar o pouco em dignidade erguida.

Roupas guardadas em caixas simples,  
 chinelas divididas, gestos sublimes,  
 nada era de um só, tudo era de todos,  
 o corpo da comunidade em laços sólidos.  
 Cada criança, mulher e homem aprendia,  
 que a força mora onde o coletivo existia,  
 Quaresma vinha com barro e reconstrução,  
 ritual de cuidado, pertença e união.

Terra, fé e barro moldavam o viver,  
 memória viva em cada gesto do fazer,  
 cana moída na engenhoca de madeira,  
 mandioca ralada na labuta verdadeira.

Milho, arroz, café nas mãos do saber,  
 pilões, peneiras, improvisos de sobreviver,  
 saberes antigos de pai para filho,  
 raízes que resistem ao tempo e ao trilho.

De 1890 a 1930, raízes fincadas,  
 primeiras casas, primeiras roçadas,  
 o território não era mercadoria,  
 era vida, sustento e memória que ardia.  
 Crianças corriam nos rios e campos abertos,  
 aprendiam a labuta, os cuidados certos,  
 parteiras traziam vidas ao chão,  
 avós guardavam o saber na canção.

Na rabeca, no vento, pulsava a cadência,  
 mesmo na pobreza, florescia a alegria intensa,  
 cada mão ajudava, cada voz contava,  
 cada gesto a identidade moldava.

No chão batido, nas cozinhas improvisadas,  
 nos quintais, nos matos, memórias guardadas,  
 nas brincadeiras, nos festejos coletivos,  
 no cuidado com velhos, doentes e vivos.  
 O amor não se dobra, não se quebra no tempo,  
 resiste no gesto, no barro e no vento.  
 No coração da Furna do Dionísio,  
 ergueu-se a casa do saber, início:  
 madeira crua, chão batido, mutirão,  
 a escola nasceu da própria mão.  
 O homem bem vestido chegou a falar,  
 ao dono da terra quis anunciar:  
 “Faremos escola para as crianças”, então,  
 a comunidade aceitou com atenção.  
 Mas só os meninos podiam estudar,  
 às meninas, o lar a esperar,  
 “cartas de namoro não vão escrever”,  
 disseram, tentando o futuro conter.  
 Leonídia, valente, silenciosa,  
 roubou o saber de forma engenhosa,  
 entre manhãs e tardes de afazeres,  
 aprendeu escondida a ler os dizeres.  
 Professor Nativo trouxe lápis e papel,  
 borracha também, gesto fiel,  
 entre feijão e arroz escreveu o amanhã,  
 com silêncio, coragem e afã.  
 A escola nasceu do mutirão unido,  
 pau-a-pique, banco simples erguido,  
 cada aula vitória, cada letra consciência,  
 educação como ato de resistência.  
 Décadas passaram, o tempo avançou,  
 de sapé a tábua a escola mudou,  
 Benedito, Sônia, Creuza e Tia Maria,  
 professores que ficaram, raiz que guia.  
 Ela, aluna e depois mestra do chão,  
 catequista, ponte viva da educação,  
 ensinou fé, saber e amor profundo,  
 construiu cultura com mãos e mundo.  
 Hoje cantam Dionísio em lembrança,  
 homem negro, sonho e esperança,  
 primeira escola, primeira luz,  
 saber que embala e conduz.  
 Que cada lápis seja tambor a soar,  
 cada caderno, voz a ecoar,  
 e a luta silenciosa das meninas,  
 seja canto firme em todas as esquinas.  
 Em dois mil e nove, o sol brilhou diferente,  
 o anúncio correu livre entre a gente:  
 Furnas do Dionísio é quilombo reconhecido,  
 sangue, terra e memória em nome assumido.

Não é só papel, nem lei distante,  
é história erguida por mão caminhante,  
é saber que pés e mãos moldaram o chão,  
onde a vida floresce em afirmação.  
Assim, a terra canta, ensina e chama,  
resistência viva que nunca se apaga nem se engana.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O racismo estrutural no Brasil**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo Território em Disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Vidas re-existentes: reafirmando sua outra humanidade na história**. Petrópolis: Vozes, 2023.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BACKES, José Licínio. A presença de sujeitos negros no contexto do ensino superior e a afirmação de suas identidades. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 15, n. 15, p. 137-146, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34915599010.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BALDO, Ana Cláudia Sacchi. Territorialidade quilombola e estratégias de resistência camponesa na agricultura familiar da Comunidade de Furnas do Dionísio/Jaraguari-MS. 2015. 117 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis-MT, 2015. Disponível em: <https://ufr.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/2021/11/Dissertacao-de-Ana-Claudia-Sacchi-Baldo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Ensino de artes X estudos culturais: para além dos muros da escola**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias). Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 6/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC, 2004. 16 p.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 mar. 2026.

CANDAU, Vera Maria. **Interculturalidade e educação: entre a diferença e a igualdade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Reinventar a escola**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres negras: problemas e perspectivas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2003.

CARVALHO, José Jorge de. O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. *In: Seminário folclore e cultura popular: as várias faces de um debate*. 2 ed. Rio de Janeiro, Funarte, CNFCP, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CERTEAU, Michel. **A arte de fazer: intervenção do cotidiano**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

EVARISTO, Conceição. A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. *In: EVARISTO, Conceição (org). Escrevivência: a escrita de nós*. São Paulo: Itáu Cultural, 2021.

FERNANDES, Lúcia. **Abrigos e organização social nos quilombos históricos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

FRANCISCHINI, Ariane Wust de Freitas. **Os guardiões das memórias**. Campo Grande: Sed/MS, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 74 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 52 ed. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, 2012a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em: 20 mar. 2026.

GOMES, Nilma Lino. **Políticas de educação intercultural**: conceitos e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOOKS, bell. **Cultura fora da lei**: representações de resistência. São Paulo: Elefante, 2023.

LOPES, Ana Cristina; MACEDO, Eliana. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 4.936/2016. Declara como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul a Rapadura Artesanal e o Festival Anual da Rapadura de Furnas do Dionísio. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-4936-2016-mato-grosso-do-sul-declara-como-patrimonio-historico-e-cultural-do-estado-de-mato-grosso-do-sul-a-rapadura-artesanal-e-o-festival-anual-da-rapadura-de-furnas-do-dionisio?q=Lei+ordinarias>. Acesso em: 20 mar. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo**: questões atuais. Campinas: Papyrus, 2024.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 56-64, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. São Paulo: Unesp, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro experimental do negro**: trajetória e reflexões. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento**: textos, entrevistas e poemas. São Paulo: UFMG, 1995.

Loa de Abertura. Intérprete: Antônio Nóbrega. Compositor: Antônio Nóbrega. *In*: **Na pancada do ganzá**. Intérprete: Antônio Nóbrega. São Paulo: Biscoito Fino, 1993.

NORA, Pierre. **Leslieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículo e teorias pós-críticas**: debates contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos**: teorias e políticas. São Paulo: Contexto, 2025.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research & evaluation methods**: integrating theory and practice. 4. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 20 mar. 2026.

RODRIGUES, Isabel. Existe uma menina em mim, que ri, que sonha, que chora, que tem fé e esperança... Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTk3ODkyNg/>. Acesso em: 06 out. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonialismo, quilombos**: modos e significados. São Paulo: Editora Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: Hucitec, 1993.

SANTOS, Vanderlei José dos. O ensino das danças populares brasileiras de matrizes africanas na disciplina de arte das escolas públicas estaduais de Mato Grosso do Sul: contribuição para a educação das relações étnico-raciais. 2025. 233f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2025.

SAQUET, Marcos Aurelio. Os tempos e os territórios da colonização italiana. 2001. 304 f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2001.

SILVA, Dinaléia Araújo da *et al.* Currículo com alma: integrando saberes e fazeres. *Interference Journal*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 4578-4596, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/348>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (org.). **Educação e relações étnico-raciais**: referenciais para a formação de professores. Brasília: Secad/MEC, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação para as relações étnico-raciais**: subsídios para a implementação da Lei 10.639/03. Brasília: MEC/Secad, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Caminhos investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**: interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Mediação, 2004.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da Festa de Coroação de rei Congo. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y colonialidad del poder**: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. Quito: Abya-Yala, 2010.

## APÊNDICE

**Entrevista 1** – Luciene Prado dos Santos, professora da Escola Municipal Dionízio Antonio Vieira

**Fale um pouco da sua trajetória de vida e sua convivência na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio.**

Sou nata e pertencente à Comunidade Quilombolas Furnas do Dionísio. Professora Pedagoga e Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Especialização em Educação do Campo, concursada, na rede Municipal de Ensino Município de Jaraguari-MS, lotada na Escola Municipal Dionízio Antonio Vieira.

Eu nasci aqui em Furnas. Minha mãe conta que eu nasci de parteira, foi a minha avó, que é minha avó de criação, no caso, a minha mãe foi criada pela cunhada dela. Eu nasci aqui de parteira, minha vivência na infância foi maravilhosa.

Eu tenho lembranças, assim, da minha infância, a gente correndo pra lá e pra cá, nos rios, tomando banho nos rios e muita diversão, verdade a gente não tinha maldade nenhuma, então a gente saía de uma casa e reunia todas as crianças da comunidade, no campo ou no salão pra brincar. Um período ia para escola e o outro a gente reunia pra brincar, era sempre um período dedicado aos estudos e outro para as brincadeiras em comunidade. A nossa diversão era brincar, tomar banho nas cachoeiras, pescar, só tenho lembranças de coisas bens saudáveis.

**Como era a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio quando você era criança?**

Então, nossas casas não eram como essas casas de hoje, eram totalmente diferentes. As casas eram feitas de cola pique, cobertas por folhas e algumas de capim, piso feito não tinha, somente o chão batido, paredes também barreadas com estrume e barro, assim essa nossas moradias de antigamente.

Também não tinha água encanada, lembro muito da gente indo para o córrego com a minha mãe e com a minha irmã mais velha pra lavar roupa e aquelas peças de roupas brancas minha mãe usava colocar dentro de uns latões na beira do rio e ali mesmo fazia uma trempe de fogão a lenha e colocava para ferver, todas as roupas eram lavadas ali no rio e depois colocavam numa bacia e levava para secar em casa. Outro fato que me lembro é que ninguém tinha banheiros em suas casas, geralmente usávamos o quintal ou o matinho para fazer as necessidades fisiológicas, posso afirmar que a situação sócia econômica da comunidade em geral era bem precária a situação.

**Dentro disso que você colocou, o que você considera mais importante?**

Então, na minha época de criança tinham tantas coisas, muito interessante, vou destacar duas: a Dança da Catira, que foi uma tradição antiga da nossa comunidade deve ser pelo fato de ser uma manifestação de origem do povo negro, uma dança muito costumeira na nossa comunidade, mas do povo mais antigo. Eu cheguei assistir as Catiras daqui, só que hoje nossas crianças não presenciam mais a Catira da comunidade, pois deixaram a tradição morrer.

Também recorro e destaco considerando de grande importância a convivência que tínhamos antigamente com nossos tios mais velhos, nossos tios/avós, nossos avôs e tataravós, não deixaram de nos contar a história do avô Dionísio, agora, as crianças de hoje, possivelmente daqui uns 50 anos, não conseguem contar a história. A gente tinha essa, digamos assim, um respeito, uma consideração pela pessoa mais velha da comunidade. Ele que ditava as regras, digamos assim. Tudo era comunicar da pessoa mais velha e tinha muito essa troca de saberes também. Os mais velhos ensinavam para os mais novos, tanto que eu sei um pouco da história de Furnas hoje. Não gravei, não filmei nada, mas graças ao tio Bastião Abadio, a Tia Sinhana, que eu gostava de os ouvi-los contarem as histórias.

**Você pode contar um pouco da trajetória do Dionísio, o fundador da comunidade quilombola? Aproximadamente, quando isso?**

Então, não existe um relato preciso. Pelo que eu ouvia o tio Bastião Abadio contando que ele veio por volta de 1890, de Minas Gerais, num comboio com a Tia Eva, chegaram ali, em Campo Grande com a Tia Eva e demais líderes da comunidade São João Batista e Boa Sorte. Chegando ali, a Tia Eva ficou em Campo Grande e o avô Dionísio veio à procura de terra, encontrou essas terras aqui no município de Jaraguari e gostou.

Eu acredito que ele aqui sentiu seguro com certeza, quando ele viu esse local, que era de difícil acesso, cercado por morros, ele pensou, é aqui que eu vou ficar mesmo, chegou, requereu essas terras. Alguns relatos dizem que ele adquiriu terras devolutas, mas tem alguns documentos que falam que ele comprou essas terras mais tarde. E fez a primeira casinha dele, que é ali perto da casa da professora Clemilda, de pau-a-pique.

Aí voltaram para buscar a família, alguns contam que ele deixou a esposa e os novos filhos em algum lugar, mas não falam exatamente onde, acredito que seja ali na Tia Eva mesmo. De volta, busca a família e começa a vida aqui, ele tinha família, veio com a esposa e seus nove filhos, sua esposa se chamava Joana Luiza. Dos nove filhos, um, segundo os relatos, era adotivo, mas eram nove filhos.

**Você se lembra do nome dos filhos?**

Tenho registrado em casa, mas o meu avô, Antônio Dionísio, o Dionísio, João Dionísio, Valeriana e... Tem outro aí, Dionísio. São nove, mas agora no momento eu não consigo recordar todos, mas tenho escrito em casa, vou te mandar.

**Quando surgiu a primeira escola na comunidade? Lembra como ela surgiu? Como era essa escola? Você estudou na escola da comunidade? Quantos anos?**

Da primeira escola eu só ouvi dizer, mas não estudei nela, pois a primeira escola da comunidade, segundo a história, que sei foi mais ou menos em 1954, a data da inauguração dessa escola, primeira escola, foi muito contada pela minha Tia Maria, Tia Leonida, Bastião Abadio. Eles sempre comentava que a primeira escola foi construída através do mutirão, feitos de pau-a-pique, fizeram uma reunião, fizeram mutirão, que tinha isso antigamente, bastante. Eles trabalhavam através do mutirão e construíram a primeira escola aqui na comunidade, que era mais ou menos nessa região exatamente onde é atual construção.

Quase 20 anos depois da inauguração da primeira escola é que eu comecei a estudar. Na minha época, já me recordo de uma escola mais moderna, construída de tábua, que existia aqui próximo, também, acredito que derrubaram a antiga de sapé e quase no mesmo lugar fizeram uma maior e de tábua. Então, a gente sempre estava dentro da sala de aula, eu brincava muito, mas estudava tamjinhabém.

E depois que foi construída uma sala de aula e tinha uma cozinha, que a professora fez biblioteca e uma parte era cozinha no fundo, só uma salinha bem pequena e na frente uma sala de aula maior. A minha professora do primário foi a professora Creuza Moreira Xavier, e tenho muito orgulho da minha professora, e ela ainda é viva, hoje mora em Campo Grande.

**Você tem alguma foto, algum registro, carta, documento, ofício? Você mencionou na primeira e na segunda pergunta que você tem registrado o nome dos filhos do Dionísio. Você tem mais alguma coisa, documentado, que você pode contribuir com essa pesquisa?**

Eu tenho um livro, não sei agora, aliás, em casa, mas não de minha autoria. A única coisa que eu fiz na época foi uma monografia de conclusão do magistério, também tenho o decreto de criação da primeira escola documentada e reconhecida de fato, foi no ano de 1975. Então, tenho uma cópia desse decreto escrito a letra de mão pelo então prefeito da época,

senhor Jonas Severo. E se não me falha a memória, o nome da escola era Lageadinho Polo. Tenho essas informações, se for útil, posso passar.

**O que tinha no seu tempo de criança, na escola, que você considerava importante?**

Além de a professora ser bastante brava, a minha professora ficou bem na história, mas ali era a interação na hora do recreio, que eu recordo bastante. E quando a gente não dava conta de dar a lição ou souber ler ou tabuada, a professora deixava a gente ir de castigo. E era um recreio bem prolongado, que ela dava queimada, que as crianças hoje até gostam e admiram.

**E sua professora era da comunidade? Você se lembra?**

Então, foi assim, nessa época não tinha professora formada na comunidade. O tio Abadio falou que na fazenda próxima, lá do outro lado da serra, morava uma moça bem estudada, que talvez pudesse ser formada em professora. Então tio Abadio falou que ia lá conversar com o pai da moça pra saber se ela poderia dar aula na comunidade.

E lá se foi o tio Abadio atrás da tal moça. Chegando à fazenda o tio Abadio descobriu que a moça tinha feito magistério, era professora capital, mas tinha recém-casado com o pião da fazenda e estava disposta a dar aula escola na comunidade. Então, foi marcada uma reunião com os pais, líderes da comunidade e a professora.

No dia marcado, a professora Creuza Moreira Xavier, juntamente com seu esposo, esteve presente na reunião e assumiu um compromisso com a comunidade. Com ela, nós, alunos da época, aprendia não apenas conteúdos, mas também valores morais e éticos. Tanto os pais e quanto os alunos tinham grande respeito pela professora Creuza, se curvando e mostrando obediência e respeito.

Quando nós chegávamos ou saíamos da Escola, sempre dava bênção com as duas mãos juntas e ela sempre foi vista como uma figura parental. E até hoje, se alguém da comunidade encontrar ela, se curva, pois temos um respeito profundo pela pessoa dela, ela permaneceu, por aproximadamente 20 anos como professora multisseriada da primeira à quarta série na nossa comunidade.

Então, a nossa brincadeira naquela época também era a bendita queimada. Então, a professora passava uma hora, meia hora, só fazendo o jogo da queimada, e isso deixava a gente motivada a vir na escola. As turmas de antigamente não eram separadas, éramos todos juntos, e as disciplinas eram não as mesmas que hoje tem na escola, as disciplinas eram básico português, matemática, geografia, estudos sociais.

**A comunidade foi reconhecida como quilombola? Quando e como foi esse processo de reconhecimento? Você participou desse processo?**

Sim, participei, até mesmo porque, na época, eu era o secretário da associação. Teve um evento, foi divulgada a participação da comunidade, e no dia teve a participação de algumas pessoas da comunidade. Teve uma conversa antes, e no começo, acho que as pessoas até não entenderam como que se dava o processo e não estavam de acordo.

Então, Furna do Dionísio foi oficialmente reconhecida como território quilombola em 20 de novembro de 2009, quando o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou quatro decretos de homologação para comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, incluindo Furnas do Dionísio. Esse reconhecimento foi um marco importante na luta pela garantia dos direitos territoriais e culturais da nossa comunidade.

**Que característica da comunidade você destaca?**

A convivência, as tradições, a economia, os laços de amizade. Para mim, a característica marcante da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio é a forte

convivência e os laços de amizade entre seus membros, combinados com a preservação de tradições e cultura que refletem a história e o desenvolvimento local. A receptividade e o calor humano são características notáveis da comunidade que, além de valorizar a cultura e a história, destaca-se a forte convivência e os laços sociais, combinados com a preservação da cultura e tradições, como um elemento central e característico da comunidade de Furnas do Dionísio. E destaca pela sua capacidade de manter seus costumes e hábitos de vida, apesar das dificuldades impostas pela modernidade, criando um ambiente acolhedor e rico em história e cultura. Outro ponto é a aproximação que a gente tem, é muito bacana, contribui bastante. Pelo menos, eu me vejo, não me vejo saindo daqui, quero aposentar aqui.

**Em relação à escola de hoje, o que existe na comunidade? Como você avalia? Ela atende aos interesses da comunidade, das crianças, dos adolescentes? As crianças gostam de estudar nela?**

Então, melhorou bastante, mas assim, com... Eu vou dizer de uma maneira bem simples e objetiva. Eu espero muito mais. Porque é o seguinte, nós aprendemos, eu no caso, eu aprendi através do oral. Então, eu ouvia o mais velho, a troca de saberes acontecia dessa maneira, foram morrendo as pessoas mais velhas, a gente perdeu muito com isso.

Então, hoje, nós não temos pessoas que contem história da comunidade, que conta a história realmente do que aconteceu. A gente só ouviu e não registrou, interessante seria que a escola fizesse isso, tivesse esse papel fundamental na vida das crianças, repassarem e fazer registros o que realmente... Porque, se não, a tradição, a cultura local vai se perder pra eles, pra eles. Sabemos que hoje em dia a internet chegou, está aí, é nossa grande aliada, mas quem alimenta as informações na internet são os nossos dados.

Sinceramente, tenho medo do futuro, nossas crianças não têm noção do que é a comunidade. Se perguntarmos para eles quem foi seu avô? Quem foi o bisavô? O que aconteceu? Ninguém sabe. Então, eu tive o privilégio, não registrei nada na época, porque a gente não tinha esse conhecimento, mas eu convivi com alguns líderes, com mestres que gostava relatar as histórias da comunidade desde a primeira família.

Assim, acredito, se a escola tivesse um currículo que focasse exatamente na história, na cultura, até o modo de vida da comunidade, seria mais interessante a eles futuramente, do que simplesmente eles, hoje, estar à mercê da tecnologia. Eu não sou contra, mas eles não vão ter a oportunidade de vivenciar o que eu vivenciei.

**Existem atividades, disciplinas e eventos ligados à comunidade que você acha importante?**

Assim, analisando o currículo hoje, o eixo temático Terra-Vida-TVT, talvez de trazer alunos bem assim, por exemplo, ativaria pra vir contar história, pra ensinar o artesanato dentro da escola, as aulas se tornarem mais práticas, mais interessantes para as crianças. Também, muitas das vezes, trazer um mestre da comunidade para conta a história para nossas crianças, seriam muito interessante.

Ainda lembrando que nós tínhamos a Catira, por exemplo, que acabou, pois a pessoas mais velhas que dominava a Catira morreram, e os mais novos não herdaram esses ensinamentos. Também temos a Dança do Engenho Novo, que é uma tradição que pode ser ensinados pela escola, a própria música, a letra da música, o que o engenho representa na nossa história. Em minha opinião, não precisa trazer uma disciplina a mais, mas sim aproveitar essas disciplinas que já existem, trazer um mestre da comunidade que ele passa.

Então, acho que não precisa inserir mais disciplina, mas sim aproveitar a disciplina já existente e trabalhar de uma forma diferenciada, usando a própria comunidade trabalhar de uma maneira diferenciada e o prático, né? Assim, muitas vezes, o professor que vem lá de fora não conhece a realidade da comunidade. Ele vai ensinar com todo o profissionalismo

dele, mas ele não conhece a realidade da comunidade. Sim, além dessas atividades, existem atividades que trazem elementos históricos, tradicionais da comunidade, que valorizam a cultura negra e quilombola

**Você acha importante que seja valorizada a cultura negra e a cultura quilombola aqui para os alunos?**

Com certeza. É a nossa história, né? Assim, sou igual eu disse, eu vivenciei a minha infância todinha, eu tive o respaldo dos meus tios, dos avós, que eu considerava bastante. Então, eu aprendi bastante, eu pude aprender bastante, mas essas crianças de hoje, às vezes, nem os pais, né? Sabem a própria história da comunidade.

**O que a escola poderia estar fazendo de diferente para atender mais à comunidade?**

A gente precisa de um currículo próprio, né? Destinado aqui para a escola. E assim, eu acho, como essa aula de tempo integral, deveria ser de manhã as disciplinas básicas, as fundamentais ali, portuguesas, matemáticas, e à tarde, a gente trabalhar com oficinas. Esse é o pedido que eu tenho feito. Juntou o secretário ali, né? Que tenha oficina. Que a escola possa ser interessante para as crianças. Com certeza seria muito importante que a escola tivesse um currículo com a característica da escola quilombolas, acredito de esse seria um sonho a se concretizar, não só meu, mas sim de toda a comunidade.

**Há práticas e saberes da comunidade que poderiam ser inseridas na escola? Quais?**

Práticas e saberes da comunidade que poderiam ser inseridas na escola? Quais? Então, a própria história da comunidade é muito importante, o modo de vida, a produção em si. Eu torço para que, futuramente, a gente consiga fazer uma horta bem bacana, pois o modo de vida também depende muito de recursos financeiros, mas a gente trabalhar o mais prático aqui, algo da agricultura familiar, arquitetura familiar, artesanato, peneira de bambu, resgate a Dança da Catira, Dança do Engenho Novo, Dança da Cobrinha, dança do periricão, a culinária, o Festival da Rapadura, as festas religiosas, o turismo local, as atividades da associação de produtores entre outras.

**Segundo a sua percepção, os professores da escola estão preocupados com os valores da comunidade?**

Sim. Não digo os novos, agora, porque eles vão tentando inserir no contexto, né? Admiro muito o trabalho do professor, do professor de artes, que ele sempre focou. Acho que ele tem um pedacinho lá na senzala também. E os demais professores, a relação, eles estão abertos para comunicar com a gente.

Os pessoais da comunidade sempre estão interagindo para a gente fazer o possível melhor para as nossas crianças. E uma coisa importante que eu vejo agora é as meninas estudando. As meninas, eu digo assim, eu falo meninas, porque já foram minhas alunas, que são as mães dos alunos, hoje, estão fazendo graduações. Tem bastantes meninas na faculdade, e isso é interessante, é louvável, porque eu mais sonhava com elas, porque falavam, vamos estudar, vamos estudar, estou vendo isso acontecer.

**Nós sabemos que nem todo professor é concursado com exclusividade para essa escola, mas você acha que os professores que chegam aqui, eles têm interesse em conhecer a história da comunidade?**

É, alguns têm, alguns se dedicam bastante. Não estou dizendo dessa nova turma, mas pessoas que não foram assim, que estavam preocupados. Fazer uma coisa superficial, não que estava focado em ensinar a história e cultura da comunidade. Não estou dizendo a referência a esses professores que chegaram agora. É mais pelo menos conhecer.

**Você considera importante ter mais professores na comunidade, da comunidade?**

Então, eu acho que eu poderia mesclar. Porque tudo conhecimento é conhecimento, então, depende do ponto de vista com que eu tenho amor pela educação, que eu tive no início. Eu sempre, até falei, da professora Creuza, quando ela saiu, eu fiquei no lugar dela. Então, já tem um tempinho que eu estou aqui no início. E, assim, como eu trabalhei bastante tempo na associação, trabalhei dentro da comunidade, sou daqui eu tenho, assim, eu quero melhor pra minha comunidade.

Eu não sei se as novas educadoras, as futuras novas educadoras, vão ter esse mesmo amor, essa mesma paixão pela educação como eu vou ter. Então, é bom mesclar um pouquinho, porque conhecimento nunca é demais.

## **Entrevista 2 – Dona Lurdete Santos da Silva, mestra da Dança do Ofertório**

### **Fale um pouco sobre sua trajetória de vida, sua vivência na comunidade.**

Meu nome é Lurdete Santos da Silva, popular Dete. Sou viúva, mãe de seis filhos, tenho 24 netos e quatro bisnetos. Aqui, na comunidade, sou mestra da Dança do Ofertório. Nasci, cresci, vivi, casei aqui na comunidade, tive meus filhos e criei todos aqui, e as casas de antigamente eram construídas de pau-a-pique. Lembro que minha mãe teve nove filhos, e tanto eu como minha mãe tivemos nossos filhos de parto normal, aqui tinha parteiras, e aqui a vida e a sobrevivência não foi nada fácil.

A gente trabalhava na roça, capinava, plantava, colhia e depois vendia. E no tempo antigo, nossos produtos não valia quase nada, e quando a gente ia pra venda, os compradores não queria pagar o preço justo pelas mercadorias, e aí, fazer o que? A senhora sabe, né? A gente precisa vender. Tanto meu pai e meu esposo colocavam as mercadorias em uma carroça e lá ia pra cidade de Campo Grande, e sempre ia uma pessoa só, aí trazia o que precisava, o que podia comprar, o que o dinheiro dava pra comprar, que recebia pelos produtos.

Era pouca casa na cidade e aqui também, não tinha muitas casas. Nós fomos criados aqui, no meio do mato, a gente comia de tudo, frutos do mato, carne de bicho, tudo que a gente comia, era tudo do mato, o arroz plantado aqui, feijão plantado aqui, o milho, mandioca, fazia farinha, polvilho, canjica, sabão caseiro, criava galinha e porco. Lembro que a primeira vez que fui conhecer um pacote de arroz embalado do mercado, acho que eu tinha mais de 12 anos, que um dia apareceu aqui um pacote de arroz que um padrinho trouxe da cidade. O arroz consumido por nossa família era socado num pilão. Aí, quando acabava o arroz mesmo, que minha mãe, não tinha mais arroz com casca em casa, a gente ia lá na roça, pegava uns cachos de arroz... Aqueles cachos mais maduros, né? A gente puxava no cacho dele, aí torrava na panela e socava no pilão. A senhora sabe, o que não podia faltar era o arroz.

### **E como era a moradia de Furnas do Dionísio, quando a senhora era criança?**

Era pau-a-pique aqui. Todo ano, quando chegava a quaresma, a gente tinha que barrear a casa antes da Semana Santa, minha irmã mais velha desmanchava uma parede e fazia outra. Era de pau-a-pique, mas bem barreadinha, bem arrumadinha, e por cima era coberta de sapé. Ninguém era dono de roupas ou calçados, minha mãe arrumava nossas roupas dentro de caixas e todo mundo vestia roupa de todo mundo, chinelas também, da mesma forma.

### **Dentro disso, o que a senhora considera mais importante?**

Vou contar pra senhora, eu considero muito importante uma promessa que fiz para nossa Senhora Aparecida, quando eu ainda era jovem, de 15 para 16 anos. Eu sofria de uma enfermidade muito grave... Aí a senhora pensa, meu pai levou, em tudo for tipo de médico, pastor, benzedor, padre, e igreja meu pai me levava, eu nem era casada, quando a enfermidade começou era criança ainda, tinha 10 anos e recebi o milagre de 15 para 16 anos de idade, já era casada nessa época.

A enfermidade era assim, vou explicar... Eu estava aqui conversando com a senhora, quando eu acordava, já tava em outro lugar, eles me levando, me carregando. Eu perguntava o que era, eles falavam que não era nada, que não tinha acontecido nada, mas por que eu tava aqui e, ao mesmo tempo, tava lá em outro lugar? Aí, um dia, eu... Eu não tinha religião nenhuma, eu não era de igreja nenhuma, só que eu gostava muito de ir numa Igreja Católica de Campo Grande, mas ia por ir, eu não era, assim, muito ligada em igreja.

Um dia, confundi minha mente quando eu tava fazendo um tricô, eu queria fazer essa gola alta, aqui no tricô, eu fazia o tricô, só com a minha mão. Fui, fui, fui até tarde da noite, lutando para fazer aquela gola. Aí não consegui, eu dormi, quando eu dormi, aí Nossa Senhora sentou na beira da minha cama e falou comigo. Ela falou assim: você, você deixa

tanto desse lado, tanto do outro lado, e faz o seu tricô que vai dá certinho. Aí eu acordei, eu falei para o Juvenil, meu esposo, Nossa Senhora teve aqui em casa essa noite. Aí meu esposo assustou e foi conversa com a minha mãe, e falou pra ela: a Dete, agora enlouqueceu de vez, ela está vendo até Nossa Senhora. Só que eu escutei ele falando, eu estava perto, escutei tudo, ele contou no maior assombro, ela viu até Nossa Senhora ali na cama dela essa noite.

Enquanto ele falava com minha mãe, fui fazer o meu tricô, igualzinho Nossa Senhora tinha falado. O tricô deu certo, aí eu saí do quarto e falei pra ele: olha. Aí eu pedi, chorando pra ela, fui lá, fiz o meu tricô e deu certinho igual ela falou. Aí eu voltei no quarto e falei novamente com Nossa Senhora, e falei pra ela, que se ela tava ali na minha casa, esperando a gente dar o coração pra ela, que eu tava abrindo. Pedi que ela me curasse, que eu ia fazer um voto de todo dia 12 de outubro rezar um terço, matar sete galinhas e dar almoço pra quem chegasse a casa. E nesse dia, faltava apenas uma semana para chegar dia 12 de outubro, lembro como se fosse hoje, era 5 de outubro de 1975.

Como tava todo mundo cansado da minha enfermidade, quando eu falei pro meus irmãos, foi todo mundo correndo e fazendo as coisas, e já fez desse doce de laranja que a gente faz. Minha sogra era evangélica, mas também levou uma lata de doce de laranja, lembro que ela fez com cana, aquele doce pretinho, bem escuro. Ela cascou aquela laranja, fez uma lata de doce e levou pro terço. Aí ela chegou e nós rezemos o terço, servimos almoço e os doces. Aquele ano foi “Graças a Deus” nas nossas vidas e me libertei daquela enfermidade. E falo pra senhora que, a partir daquele ano, esta festa passou a ser uma tradição da comunidade “A Festa de Nossa Senhora de Aparecida do Morro da Igrejinha”. E hoje atrai devotos do estado inteiro, sabe? As pessoas fica sabendo e vem pagar promessas, isso graças a minha cura.

Esse ano completa 50 anos que o terço e a grande festa de Nossa Senhora de Aparecida acontece na minha casa, todos os dias 12 de outubro. Logo pela manhã, é feito o terço, seguimos em procissão até o morro da igreja, depois a gente volta, o Padre celebra a missa e, dentro missa é feito a encenação com o canto e a Dança do Ofertório, onde ofertamos produtos da terra, pão, rapadura, queijo, farinha, feito aqui com a colaboração de toda comunidade. Ao meio-dia servimos o almoço e depois, os doces.

Então, falo pra senhora, eu e toda minha família já recebemos muita benção e cura, graças a nossa devoção, Nossa Senhora que nunca abandonou a gente. A Liriane, minha filha, ficou ruim por dois anos. Também, graças a Deus, Nossa Senhora, minha fé e a fé da minha família. E a cada ano vai aumentando mais as pessoas que vem participar com a gente, também recebemos muitas e muitas doações. No terço do ano passado, teve um jornal do Campo Grande, o Midiamax, e eles falaram que tinha mil pessoas. No início da promessa, eu falo pra senhora, ficamos cinco anos assim, a gente comprava as coisas, já no mês junho, o dinheirinho que ia entrando a gente juntava, era só para fazer aquele almoço do dia 12.

Nossa festividade começa com o terço e termina com o almoço, que servimos comidas típicas nosso mesmo, arroz com palmito, guariroba ou com galinha caipira, frango caipira com guariroba ou com mandioca, arroz carreteiro, bolo de goma de mandioca, quibebe de mandioca carne refogada com purê de mandioca, e já faz 10 anos que tem churrasco. Quanto refeições, são oferecidas doces e bolos pras crianças. Agora, a gente ganha muito doação. Todo mundo que vem traz arroz, traz açúcar de fardo, trás caixa de óleo, traz doces. A senhora sabe, né? É uma festa muito grande de Nossa Senhora, todo mundo ajuda, a comida é feita no tacho e a carne tem que ser assada no buraco, e toda preparação começa um mês antes.

Eu falo pra senhora, agora não subo mais no morro, por causa da minha idade e das minhas pernas que não aguenta mais. aí a gente reza o terço, daquela pedra até a igrejinha que eu construí aqui, a gente faz a procissão aqui mesmo, porque daí, dentro daquele primeiro contexto do terço, foi vindo mais promessa e mais promessas. Vou contar tudo para senhora.

Esse guri meu mais velho começou a desmaiar, desmaiar, desmaiar, e eu sempre rezando o terço, com muita fé em Deus, lembrando que Maria foi lá e falou pra aqueles meninos, faça tudo o que eles pedirem na transformação do vinho no casamento, transformando água em vinho. Eu sempre falava assim, Maria me ajudou, eu te vi a Jesus, ajudo, eu... Aí, meu guri desmaiava, desmaiou duas vezes.

Eu levei meu guri no médico, e ele falou: é um problema na cabeça, ele vai ficar desmaiando, dona. Tem que ficar cuidando dele, que ele vai ficar desmaiando. Aí, eu cheguei à casa e falei: meu Deus do céu! E a minha cunhada falava: ele não inteira 18 anos. Ele vai inteirar muito mais de 18 anos, pensei com fé em Deus e Nossa Senhora. Aí eu fiz um voto, se ele sarasse, eu ia fazer uma tenda de Nossa Senhora na minha casa. Pra senhora ver, lá está a tenda [Igrejinha] de Nossa Senhora.

### **E quando a senhora era jovem? E adulta?**

A nossa vida na comunidade, quando era criança, jovem e adulta, foi uma vida de muita pobreza. Não tinha casa boa, não tinha banheiro, não tinha energia elétrica, tudo era muito difícil, mas era uma vida maravilhosa, tudo era encanto. As pessoas saíam pra casa uns dos outros para conversar, a gente visitava os vizinhos, as parentelas aqui na comunidade, a minha mãe saía daqui e ia lá em cima do outro lado do córrego, com nós a pé, e passava por uma pinguela de pau.

Às vezes chegavam a dormir lá, as pessoas vinha na casa da gente, aí eu penso: hoje, naquela época, as famílias não tinha camas suficientes, e hoje em dia a gente quase não dorme na casa do outro, né? E a gente dormia lá na maior dificuldade. Também, o povo ficava até de madrugada conversando, contando histórias, era uma coisa muito boa, eu achava boa. No caso de hoje, você não vê as pessoas contando mais histórias. A gente sai, a conversa hoje é política, negócios, é sobre associação, sobre dinheiro e outros nem conversa, só fica no celular. Ninguém tem mais as prosas de antigamente.

O senhor Martim mesmo, tinha um senhor aqui, chamado Martim, ele gostava muito de contar histórias, aí, quando ele saía, que a gente tentava recontar aquelas histórias que a gente escutava do senhor Martim, mas nunca dava conta de contar de contar igual ele. Eu achava boa aquela vida, a gente corria, subia em árvores, quebrava coco, tomava banho de córrego, andava a pé, escrevia carta, rezava terço, andava a cavalo...

### **A senhora pode contar a trajetória do Dionísio, fundador da comunidade quilombola? Aproximadamente, quando foi isso?**

A Tia Sinhana, o tio Bastião e o tio João Abadio, já falecido, que contavam as histórias do avô Dionísio. Ele foi escravo liberto e que, depois de solto, ele veio em cambio para cá, em busca de terras fértil, e chegou aqui a cavalo, por volta dos anos de 1890. Com ele veio com outros escravos libertos. Ele deixou a família lá, em Minas, e depois voltou pra buscar. O Dioniso não tinha parentesco com a Tia Eva, mas vieram juntos.

Aqui, o avô Dionísio fez sua moradia de capim, bem ali, só cruzar a ponte ali, até hoje tem um pau e uma cruz lá ainda, que era onde o Dioniso tinha a casa dele. Foi assim, ele veio, achou essas terras aqui e depois ele buscou a família, e daqui nunca saíram. Eu sou bisneta do Dioniso e tive o prazer conhece um dos filhos do Dioniso, o João Dioniso. João Dioniso que também foi muito importante para nossa história. Eu sempre procurei saber da história do Dionísio, ele foi casado com a avó Joana Luiza de Jesus e juntos tiveram nove filhos, que foram: Maria, José, Antônio, João, Francisco, Antônia, Pedro, Inácia e Benedita.

O Dioniso, ele era muito amigo da Tia Eva. Aí, quando morreu, a filha da Tia Eva, era casada com o velho Silvo. O Dioniso, aí, o Dioniso e a Tia Eva lá, conversando, aí a Tia Eva falaram: ó Dioniso, você podia arrumar uma filha sua para casar com o Silvo para acabar de criar essas crianças, a filha da Tia Eva faleceu e deixou três crianças, aí, você vê alguma lá

para casar com o Silvo, para cuidar desses guris então. Veio o velho Dioniso, chegou e falou para as filhas dele: ó, tal dia vai vir o fulano aqui para escolher uma de vocês para casar. Aí, as filhas ficaram: ah, meu Deus, meu Deus do céu! Um homem com três filhos! Mas, só que naquela época, quem escolhia o casamento eram os pais, e não os filhos.

Aí, diz que o Dioniso trouxe o velho Silvo, chegou aí, diz que ia sentar lá, dando uma olhada. Ah, quero casar com a Maria, com a Maria! Aí, casou com a avó Maria. Aí, diz que a avó Maria, mas, as mocinhas, né? Casaram com... Ah, não, não tem nada que ver, então, vai fazer o casamento. E aí, vieram aí, arrumaram, casou com a avó Maria, que é filha do Dioniso. A avó Maria é mãe da Tia Sinhana, aí, casou com o velho Silvo e criou os três filhos do velho Silvo, que não tem parentesco nenhum com o Dioniso. Aí, os três filhos dele, casou com o irmão de Maria. Que aí, o povo fala assim, aí, casou dois. A Evinha, filha do Silvo casou com o tio Abadio, e a Jerominha, também filha do Silvo, casou com o tio João Dioniso, que eram filhos do Dioniso, que ficou tudo em família, entendeu? Ficou tudo em família. E aí, Tia Eva e o Dioniso, eles tinham mais ou menos a mesma idade.

O Dioniso, o velho caçador veio de lá, lá de Minas, juntos, viraram em um comboio. Aí, quando chegou aqui, dividiram a Furna, dividiram e... Em córrego, essa grotinha aqui de casa, aí o córrego sobe lá em cima, lá tem outra grotinha que sobe, aí, dividiram a Furna, tudo em córrego, aí, passou um tempo, o velho caçador queria mais um pedaço. Ah, Dioniso, vamos dividir, você fica lá com aquele córrego do lado de lá. Essa parte daqui eu fico com ela e você fica do lado de lá.

Vou falar pra senhora, nem tudo foram mil maravilhas. Teve rivalidade entre eles, o Dioniso não aceitou, o Dioniso falou: não, já está medido, já está certo, você vai ficar com aquela parte e eu vou ficar com essa daqui, ele falou assim e voltou pra terra dele. Aí, o velho caçador pegou, mandou um jagunço lá pra matar o Dioniso. Aqui nesse... Bem aqui nesse córrego, só que o Dioniso era de muita fé, disse que era muito rezador, né? Disse que o cara ficou dia a dia lá, não conseguiu fazer nada. Aí, foi lá e falou pro Dioniso: ó eu vim pra cá pra me fazer isso com o senhor, mas eu vou embora, porque toda hora eu nunca consigo matar o senhor, nunca consigo, a minha espingarda não sair de nada, então, eu vou embora. Aí, ele foi embora, e Dioniso foi lá, pregou uma cruz, no quintal da casa dele, e essa cruz existe no mesmo local até hoje... Assim, o velho caçador falou, então fica com toda terra, mas depois me paga pelo meu pedaço.

Antes de o Dioniso morrer, ele tentou pagar a conta que tinha com o velho caçador, mas morreu e ainda ficou devendo duzentos mil réis pra pagar, e o velho caçador voltou querendo mais um pedaço de terra ou receber... Não era pra nós tá morando aqui hoje, o velho caçador falou: se não pagar, vai ter que sair... O povo que tinha aqui tudo tinha que sair.

Aí, o tio Abadio pegou e tomou conta de tudo. Aí, chamou os irmãos todos, falamos pra eles, nós vamos fazer uma roça e nós vamos colher um arroz pra pagar essa conta. Aí, eles fizeram a roça, todos juntos, os irmãos, fizeram a roça. Aí, não pagasse essa conta. Se essa roça... Roça... Se não tivesse dado nada? O tio Abadio fez o voto, porque ele ficou com medo de pragas, antigamente tinha muitas pragas na região... Se nós pagar essa conta... Ficou pensado num Santo que fosse pelo menos um pedaço do nome do Dionisio Antônio Vieira. E veio na mente Santo Antônio... Esse será o nosso padroeiro protetor de Furna do Dionisio, e também fez parte do voto a construção da igreja de Santo Antônio para comunidade católica.

Aí, como conseguiram pagar a conta, tinha que cumprir com a promessa. Aí, arrumaram as taboas, tudo já tava no jeito, e o tio Abadio, coitado, ruim pra morrer e não tinha construído. Aí, disse que ele chamou os filhos dele e falou: ó, vocês constroem a igreja. E assim, a igreja foi construída... Lá do lado da nossa escola, ah! Hoje é uma igreja de material, antigamente era de taboas. Desde essa época, é uma tradição, a grande festa de Santo Antônio, iniciando com a novena no dia 31 de maio e encerrando com a procissão de Santo Antônio, no dia 13 de junho.

A festa da igreja era igual a Folia de Santo Reis. O Joaquim saía nesse mundo tudo aí com uma bandeira e recolhia prendas. A senhora ia lá, ou dava uma galinha ou dava um porco, todinho, só pegava o papelzinho. O Joaquim e o pai do meu esposo juvenil era os líderes dessa grande folia. Desde quando eu entendo por gente, é que essa festa é tradição... E o povo aqui, dois dias antes, saía recolhendo aquelas prendas todinho, aí cada ano era um festeiro. Aí quase acabou a igreja, porque aí começaram a montar a tal festa social, trazer equipamentos da associação, aquele rolo, mas agora, já faz três anos que começou a firmar de novo a igreja.

**Quando surgiu a primeira escola na comunidade? Lembra como ela surgiu? Como era essa escola? A senhora estudou na escola da comunidade? Quantos anos?**

Vou ser bem sincera com a senhora, minha mãe contava que a primeira escola foi improvisada, no ano de 1951, quando Jaraguari, ainda não era cidade como município, é que já tinha muita criança e jovem na comunidade sem estudar. O tio Antônio Abadio, que era líder na época, fez uma reunião na comunidade, e a gurizada começou a ter escola.

A gente tinha aula com a professora Maria, depois a professora Sônia, era debaixo de um galpão com cobertura de sapé. Na época, nossos pais fizeram uns bancos de madeira fincados no chão e um jirau também fincado no chão, não tinha merenda, só os alunos e a professora mesma. O quadro que a professora escrevia era de madeira, e no começo ela escrevia com carvão, logo depois conseguiram uma caixa de giz.

Só depois de dois anos que o município virou cidade, em 1955, que teve um mutirão e fez uma pequena peça de pau-a-pique e cobertura de sapé foi feita, quase no mesmo lugar da escola de hoje, também não tinha merenda, não tinha nada. A gente só estudava, aí quando era sábado, a gente tinha que ir ali em cima, cada um levava um... Uma latinha com cinza e palha de arroz. Levava uma latinha com palha de arroz e cinza, a professora pegava folha de lixa de árvore... A senhora conhece, né? A lixeira do mato é uma árvore, as gurizadas catavam bastante folha, aí chegava e a gente misturava aquilo pra passar nos bancos e nos jirau. Ficavam branquinhos os bancos.... Os bancos, as tabas do jirau, tudo a gente lavava.

Quando eu comecei a estudar, a escola já era lá em cima, nessa aqui, perto de casa. Eu nunca estudei, a minha professora era a Dona Sônia. Lembro que a professora Sônia levava alguns líderes da comunidade pra contar a história do avô Dionísio, os que mais contavam histórias pra nós, era o tio Bastião Abadio, tia a Sinhana, o tio Davi e o tio João Abadio. Esses sim eram os que gostavam de está na escola, contando história, e eu toda vida sempre gostei de ouvir a história do fundador de Furnas do Dionísio.

A professora Sônia era uma senhora que veio de Rochedinho. Ela era séria, muito brava, mas muito boa para ensinar. Os alunos começavam as aulas na escola no começo do ano e meio do ano todo mundo já sabia ler, escrever e fazer contas. Naquela época, ensinava mesmo, todo dia a gente dava leitura e a tabuada na ponta da língua.

Antigamente, tudo era muito difícil. A gente ia pra escola a pé, não tinha transporte, o nosso material era bem pobre, mas, assim, não me lembro muito bem, mas acho que eu estudei uns três anos na escola primária, e também, aqui, de primeiro só tinha escola primária... Assim que me lembro da escola, 13 de Maio e a escola Lageadinho Polo, era tudo escola primária do município.

E assim, a senhora sabe, a gente era muito pobre, e muitos filhos, aí a gente estudava até uns três anos e depois já tinha que sair para ajudar os pai na roça ou a mãe na lida da casa. Ah! No nosso tempo de escola... A gente era muito puxada sobre o... Como é que chama? Conta, como é que faz o... A gente tinha que ler muita tabuada, né? Que hoje quase não lê. Na escola, era muito falado sobre as coisas que a gente vivia no dia a dia, no dia a dia.

**A senhora tem alguma foto, registro documental ou objetos daquele tempo? A senhora autoriza que tire uma foto e possa incluir na pesquisa?**

Sim, tenho muitas fotos, depois a senhora pode olhar e tirar outras fotos, se quiser. E assim, as fotos que eu tenho não é muito antigas não. Antigamente, a gente não tinha costume de tirar foto, a senhora sabe, né? Até pra tirar foto era difícil, hoje é diferente, a gente tira foto de tudo.

Vou falar pra senhora, esses dias, eu conversando com um senhor que veio aqui visitar a comunidade, porque o avô dele veio com o Dionísio de Minas pra cá, ele tava tentando saber quando é que eles vieram pra cá. Aí, descobri que pai dele é filho do velho caçador, ele é neto do velho caçador. Aí o senhor contou que o velho caçador entrou no quartel em 1908. Aí, esse senhor disse que vai tentar arrumar uma foto pra gente do velho caçador com o Dionísio. Assim, Tia Sinhana e o tio Bastião e o tio João Abadio contava história do velho caçador também.

**O que tinha no seu tempo de escola que a senhora considera importante para a escola de hoje?**

A professora passava aquilo que a gente vivia no dia a dia. O ensino antigamente, ele era diferente do que o ensino de hoje, dá pra comparar isso pelos ensinamentos, pelos valores, e pra ser sincera com a senhora, era muito mais puxado. Assim, eu não estou falando mal da escola de hoje, pra as minhas crianças, não. Eu gosto da professora do meu neto, mas acho que os professores têm que ensinar mais as coisas.... Porque o mundo ainda não mudou. E muitos ensinamentos de hoje, este muito mudado, nem Jesus veio para transformar nós. Então, hoje o ensinamento está transformando, aquilo que era verdade virou mentira.

Tem outra história que eu vou contar pra senhora, na minha época de escola, aqui na comunidade, ninguém discriminava ninguém, ninguém tinha preconceito de ninguém, porque era todo mundo aqui da mesma raça. Mas assim, o que eu vou falar foi que eu sofri muito por causa dos meus guris.

Aqui na comunidade demorou muito pra ter aquela escola estadual do ginásio e do segundo grau. Aí, quando os guris terminavam os estudos aqui, eles tinham que estudar lá no Jaraguari, ia de ônibus, o ônibus era muito velho, vivia estragada, a estrada ruim demais, os guris saía daqui umas nove da manhã e chegava de volta lá pelas oito ou nove horas da noite e era aquela labuta. Aí, um dia, meu guri falou pra mim e pro pai dele que não ia mais à aula lá no Jaraguari, porque ele sujava todinho na estrada e aí os meninos da escola lá do Jaraguari ficava fazendo troça dele, com ele, aí ficou muito triste por causa do meu guri. Aquele dia era dia de missa na comunidade, e a gente ia pra missa, missa de 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra.

Lá, antes da missa começa, a irmã Terezinha apresentou pra comunidade o novo padre, aí era o padre Zelito, um padre negro, bem novinho e muito bonito. Ele começou a missa, aquela missa foi trazendo paz pro meu coração, assim... Aquela missa foi maravilhosa, e aí, durante o Ofertório, o padre e a irmã Teresinha cantou um canto muito antigo, da época que a minha avó cantava, posso cantar um pouquinho pra senhora ouvir... “Ao Deus Pai Criador, oferecerei esta raça, esta cor, oferecerei! Cada negro que luta, oferecerei! Pelo fim do racismo, o meu sangue em batismo, oferecerei, oferecerei”...

Vou contar pra senhora... Foi assim que surgiu a Dança do Ofertório. Eu conto pras pessoas que a Dança do Ofertório surgiu no dia que o padre Zelito, a irmã Terezinha foi fazer a primeira missa/festa da Consciência Negra, em 20 de novembro de 1990.

Aí o Zelito ficou como padre aqui em Furnas, celebrava sempre no primeiro domingo do mês. Ele falou assim: agora vocês vão ofertar tudo que vocês produzem, a gente vai fazer um Ofertório. Aí nós fomos fazer. A gente fez uma panelinha de barro. A vovó e a mamãe

falavam que as panelas não vieram com o Dionísio. Quando o Dionísio chegou aqui, tudo era natural, até as panelas eram feitas por as mãos deles.

Vou contar pra senhora, eu cheguei conhecer um caldeirão feito de barro, feito por as mãos do Dionísio e seus filhos, o caldeirão ficou muito tempo guardado na escola e tinha outras coisas também. Aí, foi perdendo tudo, perdendo tudo, a única coisa que restou foi o engenho antigo. Aí, têm essa tradição de ofertar o que a gente produz na comunidade, tudo vai para o Ofertório. Na época, o padre ensinou. O que é um Ofertório? Aí, ele ensinou a nós trabalhar o Ofertório. Aí, toda a festa a gente fazia oferta. Minha guria fazia pão, fazia farinha, rapadura, o que tem, né? Até banana, legumes e verduras de folha.

Mas a gente põe uns pães no meio para simbolizar o corpo de Cristo, em todas as festas, principalmente no Festival da Rapadura, que é um patrimônio histórico da comunidade. Aí, a Dança do Ofertório acontece como uma apresentação cultural da comunidade, também a gente é muito convidado pra fazer apresentação em outras festividades na capital. Assim, essa apresentação é feita pela minha família... Eu, meus filhos, meus, netos, meus bisnetos... Quem da família tiver disponível e quiser participar.

A gente usa nossas vestimentas da cultura africana, são diversas e ricamente colorida e variadas, mostrando a nossa riqueza e a diversidade do nosso povo africano... Túnicas, turbantes, tecidos coloridos e pinturas corporais, assim, bem na moda africana. É uma demonstração da nossa cultura, bem gostosa de fazer, ela apresentada em roda, com ritmo de marchinha e um grande molejo no corpo, a gente vai circulando, fazendo a expressão corporal, partilhando e ofertando os produtos pra pessoas. Assim, agora está tendo alguns confrontos, a respeito do Canto do Ofertório... O pessoal da comunidade está muito dividido nas religiões. Antigamente, aqui, todo mundo era católico, agora tem outras religiões espalhadas por aqui, que aí fica fazendo crítica do “Ofertar é a nossa vida e queremos”.

**A Comunidade foi reconhecida como quilombola. Quando e como foi o processo de reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombo? A senhora participou desse processo?**

Muito bem, isso mesmo. Essa comunidade aqui ela foi reconhecida como quilombola, não faz muito tempo, não foi muito aceito pela maioria, a maioria não queria, como posso explicar, principalmente, os mais velhos. Ah! Não queria porque a gente é humilde, tem pouco estudo, não entende muito de lei, aí a gente fica com medo de ser passado pra trais. O dia que veio o negócio do quilombola pra nós, a presidente da associação, não sei senhora conhece, que é a Cida? Ela não aceitava o quilombola, aí a gente também ficou com pé atrais.

O homem que chegou aqui, chamando num carro de som a gente pra ir lá, mas nem todo mundo da comunidade foi. Nós aqui de casa não fomo, fiquei sabendo que foi um pouquinho de gente, a presidente da associação, que na época era a Dona Cida, o evento aconteceu ali, na associação, a presidente Dona Cida nem queria que fosse lá. Ah, tá, mas foi.

Vou falar pra senhora, isso foi uma coisa muito delicada. Sabe o que é de quê? Porque, assim, quando veio o quilombola, ele veio de uma maneira muito imposta. Assim, nós trabalhamos muito, nós já sofremos muito, porque a nossa terra foi vendida. Muitos falam, assim, que foi vendida, porque a gente era pobre, um ficou doente, outra pessoa para viver, né? Teve que vender os pedaços de terra. Outros compraram e quitaram. E a gente não entendia de nada, né? Então a coisa tudo foi assim, mas ela foi reconhecida como quilombola pelo Incra.

É o Incra que manda nessa questão, a senhora sabe, né? E agora ele deixou para nós da comunidade, a gente trabalha em parceria com a associação de produtores da comunidade. A nossa área total da comunidade quilombola Furnas do Dionísio é de 1.018,28 hectares, aí essa área é ocupada por aproximadamente 200 famílias, que foi dividida essa terra aqui pra gente, o governo veio e estabeleceu quem era quilombolas, dividiu as terras, tirou as áreas das duas

escolas, da associação de produtores e do centro de saúde, o restante que sobrou foi dividida entre as famílias, também foi feita a realização dos serviços de demarcação e destituição de moradores não quilombolas daqui, e eles foi indenizados.

Essas casas é mais ou menos padrão, elas foram construídas do governo estadual. Essa aqui é da minha, aquela lá, filha Liriane, aquela outra é da minha filha Adriana e a outra lá é do outro filho. Chegaram as casas pra comunidade negras da nossa cidade, e as famílias da comunidade foram beneficiadas com 200 casas, mas só em 2008 as casa foram entregue às famílias.

**Que características da comunidade a senhora destaca? Convivência, tradições, economia, laços de amizade...**

Pra ser sincera com a senhora, tão perdendo, tudo acabando. Estão perdendo porque os mais velhos tão morrendo, e aí, essa gurizada de hoje não herdou quase nada de antigamente, é agora que tá na hora de voltar, porque nosso tempo tinha uma convivência saudável, muito costumes, uma coisa bonita de ver, né? Até os terços cantados, tudo, tudo era diferente, até os laços de amizade. Hoje, essa gurizada só sabe ficar no celular, em televisão ou computador.

Aqui, na nossa comunidade, temos a nossa associação de produtores, que acaba sendo um centro de convivência e, ao mesmo tempo, é uma ajuda muito grande pra nossa renda familiar. Sei falar pra senhora pouca coisa da associação. Sabe a Cidinha? A senhora conhece, né? Ela sabe melhor, mas associação aqui de Furnas foi a melhor coisa que aconteceu, assim, através da associação, os produtos nossa passou a ter maior valor, temos bastante ajuda.

Como posso dizer, associação pra gente, trabalhadores negros, é tudo, tudo mesmo. A senhora sabe, né? A senhora pode perguntar pra Cidinha. Participa produtores da comunidade, negros e brancos, já foi realizado curso de alfabetização de adultos, ganhamos um trator para preparar a terra para plantio de hortas, tem curso de preparação da terra e muitas outras coisas pra ajudar a gente.

**Em relação à escola de hoje que existe na comunidade, como a senhora avalia ela? Essas são importantes? Poderia ter mais?**

Como já conversei com a senhora, eu não vou falar mal da escola de hoje, mas, assim, muita coisa pode ser melhorada. Eu acho uma cultura bonita que era nossa, então, se ela for resgatada, um pouco da cultura, é uma coisa boa pra essas crianças, não é pra eles viverem aquela vida sofrida que nós vivemos no passado, pra eles darem valor à vida que eles vivem hoje.

Eu sou consciente que a gente antigamente dava o duro pra sobreviver e nem tinha muita ajuda de governo, tudo era por nossa conta. Não tinha bolsa família, nem bolsa, nem nada, e uma mãe e um pai de família dava conta de tratar de dez, nove, oito filhos. Agora, o governo dá ajuda disso e daquilo, uniforme, livro, material escolar, bolsa de estudo, curso disso curso daquilo.

Não tô falando que ajuda é ruim, só acho que o povo de hoje tem que valorizar mais. A gente que é mais antigo dá mais valor, porque eu sei o que eu passei pra dar comida e estudo pro meus filhos, essas crianças hoje não dão valor à vida, eles têm tudo. Uma coisa boa pros nossos filhos e netos... Assim, pra escola trabalhar como foi a vida de antigamente... Assim, da chegada do Dionísio aqui, dos seus filhos, dos seus netos, dos seus bisnetos... Até os dias de hoje, que daí todo mundo vai ver como que foi.

É igual a minha mãe falava, assim, o Dionísio não preocupava com ele, ele falava só nos netos e nos bisnetos dele. E hoje tem gente que já parou nele, porque eu converso com muitas mães que falam: Ah! Eu estou bem, não estou ligando pro vídeo de ninguém, não é assim... Você vai ver seus netos seus bisnetos, tataranetos, sabem lá.

Então, nosso descendente a gente que ama, descendente a gente quer que fique bem também, né? Seria interessante um mestre da comunidade pra está indo na escola pelo menos uma vez por mês e contar pras crianças as histórias de antigamente, porque assim, hoje, se pegar uma criança daqui da comunidade e perguntar, ela não sabe nada disso que to contando pra senhora. A geração que ouviu muitas histórias tá indo... Não vai muito tempo não, daqui 15, 20 anos acaba.

Só pra senhora ver porque essas crianças minhas aqui, eu tenho 13 guris nesse pedaço, entre netos e bisnetos. Esse dia eu tava falando pra eles que o Dionísio nunca teve um banheiro digno, o Dioniso nunca teve arame pra fazer cerca, a cerca era feita de pau, todinho de pau... Assim, né? Aqui, eu sempre converso com meus netos, tenho uma neta, quer ser professora de história. Aí as crianças ficaram assim de boca aberta, eu falo: hoje vocês têm tudo que o Dionísio deixou pra vocês, o Dionísio deixou terra boa, só não tem quem não quer trabalhar, porque antigamente a gente plantava na enxada aqui na Furna e tudo dava... Tudo que planta dá, né? Porque a terra é muito boa, né? E vende, que todo mundo não tem.

Vou falar pra senhora, se a escola me chamar, eu vou lá uma vez por mês, passar um pouco da nossa história, dos nossos antecedentes, porque, no meu tempo de escola, os professores levavam os mais velhos pra contar tudo como foi. Depois que a avó Sinhana faleceu, nunca mais fiquei sabendo que alguém tenha ido à escola falar sobre nossas origens. A avó Sinhana era matriarca da comunidade quilombola Furnas do Dionísio, o nome dela era Ana Batista da Silva, conhecida como avó Sinhana, que era neta do Dionísio, tinha 101 anos e faleceu em 2010.

**Existem atividades, disciplinas, eventos que estão ligados à comunidade? Essas são importantes? Poderia ter mais?**

Sim senhora, a gente aqui, da comunidade, temos apenas dois professores é que é da comunidade, e hoje um diretor Renildo, que também não mora aqui, mas é da comunidade, é quilombola. Temos que lutar na comunidade pela nossa cultura, ela poderia ser mais bem resgatado.

Assim, nossa cultura, ela pode se resgatada pra quem gosta dela. Existe muita gente do braço encruzado. Então, essa parte tem que ser trabalhada nas nossas crianças. Essa uma parte da nossa vida que é muito bonita que eles não se conhecem. Eu falo assim, aproveitar a tradição da gente nas escolas, nossas danças, nossas músicas, nossos produtos, nosso cultivo, nossa terra, nossas belezas naturais, nossa raça, nossa cor e nossa história.

**Segundo sua percepção, os professores da escola estão preocupados com valores da comunidade? Interessam-se em conhecer a história da comunidade? Você considera que seria importante ter mais professores da comunidade na escola? Por quê?**

Sou contra serem só professores da nossa comunidade. A meu ver, tem que ser uma mistura, a senhora concorda comigo? Assim, nossas crianças precisam também de outros saber, precisa de conhecimentos de outros lugares, de pessoas com conhecimento diferente, de troca de conhecimento. Porque um professor da comunidade, ele sabe muito sobre a nossa comunidade, mas esconde que sabe algo novo. Quando vem alguém de fora com algo novo, é muito bom, e nossas crianças também gosta de novidades.

O que eu acho que ta faltando é uma mesa-redonda, até um dia eu falei assim; eu podia conversar com o diretor, tem existir uma mistura, tem que fazer isso. O pessoal tem que fazer uma mistura entre nós da comunidade com os professores que não é da comunidade, e aqui essa mistura não existe aqui, a senhora entende? Tem que, tem pelo menos umas duas vezes no ano uma grande conversa/reunião, dos professores, coordenadores, diretor, secretário e até prefeito, entende? Pra acertar essa parte que a escola tem que trabalhar com nossas crianças. Às vezes, eu sei alguma coisa, aí coloca aquilo que sei, outro também pode colocar aquilo que

sabe, e assim por diante. A gente, assim, não pode encruzar os braços, eu sempre achei que tem que ter uma mistura com o professores daqui, mas com outros saberes também.

Não importa que é daqui ou de onde que é. Eu vejo que todos juntos somo mais capaz de ensinar, tem que juntar os vários saberes, acham que tem que ter um diálogo, uma mesa-redonda pra estar discutindo, pra estar discutindo. Que é o que as mulheres antigamente faziam? Antiguidade, tinha mesa-redonda até pra discutir as relações do nosso casamento, aqui no meu casamento, aí chegava o padre da comunidade ou a irmã, aqui em casa, o pessoal ficava conversando, quando ela, ou ela, entrava no meu casamento... É, Dete! Mas a vida é assim... É aquilo... Aqueles conselhos... Aqueles conselhos davam certo. A escola é do mesmo jeito. Às vezes, precisa de conversa, de conselho, de tentativas, de erro, de acerto. Ah, meu filho está passando por uma vida difícil, então, a senhora chegava ali e começava a conversar com ele e acabava contornando a situação. Eu vou falar pra senhora uma história do Adriano.

O Adriano, ele sempre, é um guri assim... Ele é um guri bom, mas ele é um guri explosivo. Aí, quando ele completou 15 anos, 16 anos, ele já não queria obedecer a gente como era para obedecer. Um dia ele falou: mãe... Ele gostava de namoro, muito, Adriano, e eu brigava muito sobre os namoros dele. Aí ele falou assim: mãe, a senhora tem que cuidar das suas filhas mulheres, porque eu sou homem, a senhora... Ó, eu tenho 16 anos, eu vou embora. Aí, quando é final de semana, o Adriano pega uma roupa, enfia num saco e foi embora. Aí, ele chegou bem naquele ponto ali, nessa rua, que mesmo lá em frente, o ponto que não é vira para a casa da minha mãe, ele sentou e ficou chorando, com a sacola do lado. A senhora vê, apareceu um homem que eu não sei quem é, sentou lá perto dele e falou para ele assim: ó, João, por que você está chorando? Aí, a senhora desculpa, mas toda vez que conto essa história, eu emociono, não tem como não chorar um pouquinho...

Continuando, aí ele falou: ah, minha mãe brigou comigo, eu saí de casa, eu quero ir embora. E eu vou embora para a casa da minha avó, porque eu não aguento a minha mãe. Ele falou assim: feliz do filho que tem uma mãe que ainda preocupa com ele, a sua mãe brigou com você por quê? Porque ela te ama, ela gosta de você, e ela vai ver que sua mãe está chorando lá também por causa de você. O que o Adriano fez? A primeira carona que ele viu, ele pegou e veio embora para casa. Aí, passou um dia, ele não teve coragem de contar para mim. Aí, passou um dia, eu estava ali, aí ele, contando para os garotos. Nossa, teve um velho lá no ponto que falou, falou comigo, eu tive que vir embora. Então, a senhora vê gente que nem conhecia, nem cuidava dos filhos da gente.

Isso que aconteceu com o meu guri, Adriano, pode acontecer com os alunos da nossa escola. A senhora já ouviu aquele ditado que santo de casa não faz milagre? As crianças da comunidade também precisam de gente de fora pra puxar eles na hora certa. Assim, não dá pra ser só professor da comunidade, como também não dá pra ser só professor de fora, pra engrenar, precisa dessa mistura. Assim, os professores que vem de fora precisa gostar de quilombo, se não gostar da comunidade, ele é passageiro aqui, porque aqui precisa gostar de verdade.

Vou falar pra senhora, muito boa a entrevista com a senhora, vai contribuir bastante com a nossa comunidade, e eu acredito que vai dar certo, foi muito bom, essa conversa com a senhora, foi uma conversa muito boa. Quando a senhora terminar sua escrita, manda uma cópia pra gente aqui na comunidade, vou colocar essas gurizadas pra ler.

### Entrevista 3 – Dona Leonídia Jerônima Martins, anciã da comunidade

#### **Fale um pouco sobre a trajetória de vida da senhora, sua vivência na comunidade. Como era a comunidade de Furnas do Dionísio, quando a senhora era criança?**

Meu nome é Leonídia Jerônima Martins. Ah, tá, sou de 22 de julho do ano de 1935, acho que a gente vai contar 89, quase 90, já pode falar 90. Graças a Deus, muitas benção, né? Fui mãe de sete filhos, dois dos meus filhos Deus levou, tenho netos, tenho bisnetos e tataranetos.

Eu nasci aqui mesmo, mas não foi aqui nesse local, mas foi, mas quando eu era recém-nascida mesmo minha família mudou para fazenda Barreiro, aqui perto. E pra aqui, em Furnas do Dionísio, voltamos morar, seis anos depois, já faz um... Faz um tempo que a gente ta aqui pra cá. É que a minha mãe... O meu pai, legítimo, faleceu, né? Nós éramos seis irmãos, de pai e mãe, meu pai faleceu, eu ainda era bem criança, aí ficamos na companhia da minha mãe, ficamos junto com a mãe.

Quando minha mãe ficou viúva, a mãe pegou e veio embora pra cá, pra Furna, um cunhado da minha mãe trouxe ela pra cá de volta, quando já gente era tudo pequena. Quer dizer, que eu não vou falar que era pequena, porque até hoje sou pequena, mas era muita criança ainda, era tudo criança, sim, eu e meus irmãos... Mas, assim, meu pai era descendente do Dionísio, o meu pai chamava Gerânio... Gerânio Matheus Martins, nossa vivência sempre foi de muita pobreza e carência.

Minha mãe, com seis filhos, veio morar com meu tio, mas logo arrumou casamento de novo, casou com senhor Antônio Martins Viera, filho do Dionísio. Minha mãe que já tinha seis filhos, teve mais quatro filhos com meu padrasto. E a convivência aqui de criança, aqui, até a gente ficar, assim, grande, a gente foi crescendo, até ficar adulto, né? Foi muito difícil, assim, com a base de uns sete, oito anos acima, a gente já a estava trabalhando. Minha mãe veio a falecer, eu, a filha mais nova do primeiro casamento, tinha só nove anos, e os meus outros quatro irmãos do segundo casamento, era bem crianças ainda, e ficamos sem nossa mãe, que morreu de parto do meu irmão mais novo.

Quando a mãe da gente faleceu, o sofrimento da gente aumentou mais ainda, dá até um arrepio só de lembra, que aí a gente acompanhava meu padrasto em tudo pra trabalhar, a gente, quando era menina, já cuidava do serviço da casa, né? E aí, depois, quando foi pegando uma idade, mais de uns 10, 11 anos, já fomo trabalhando na roça, ajudando ele, trabalhando junto com ele, né? Com o padrasto, plantavam na lavoura, nesse tempo, plantava arroz, milho, feijão, plantava de tudo, de planta de lavoura, né? De tudo. Era arroz, milho, feijão, a gente plantava batata-doce, colhia também, e tinha canavial e até cafezal a gente ajudou, fazia rapadura. Quando era época de magem, a gente fazia muita rapadura, quando era só o melado, fazia só melado, a gente fazia de tudo, tudo mesmo. E a gente vendia aqui, vendia fora também, meu padrasto saía pra vender pra fora, lá de Baeta, Rochedo e Campo Grande

Cavalo... Cavalo era o que tinha, cavalo eram os animais de carga da nossa época, o padrasto arriava aqueles animais e ali ele arrumava aquelas cargas. Tinha um negócio bem assim, como é que chama? Eles falavam que era cangaia, colocava em cima, feito um arreio, coloca no cavalo? Arriava o cavalo pra poder pôr a carga? Pôr a carga... Ali, tinha aquelas caixas que em vez de... O pessoal usa com verdura, né? Assim, colocava essas coisas, mas as caixas eram de madeira, e ali ele amarrava uma corda, fazia aquele... Aí a gente pendurava uma caixa de um lado e outra no outro, fazia uma cargueira, era uma espécie de uma cangaia, assim, da reboqueia, aí colocava numa caixa de um lado para o outro. E conforme fosse o peso que ele visse que dava, colocava às vezes até três caixas de cada lado. Era num cavalo só pra carga, outro ele ia montado e ele mesmo ia puxando o outro da carga.

Então, ele ia num cavalo e o outro carregava a carga. Sei que ele saía montado em um e o outro carregando a carga, e quando ele vendia os produtos, ele comprava as coisas,

mantimento da casa, ou trazia o dinheiro, comprava as coisas que precisavam, que a gente não colhia por aqui, comprava e trazia também, na mesma forma de carga.

Aí, assim que levamos a vida, nós todos, ajudava em, no serviço de casa e também na lida da roça, eu, meus irmão, e gente aprendeu de tudo aqui. Não tinha moleza e nem dia de descanso, uma vida de muita labuta e muito sofrida, e aí, a gente não tinha nada, nada assim tocado a luz, nada que nem essas coisas por aqui não tinha, não existia luz, negócio elétrico assim, nada, nada elétrico, era tudo serviço bruto, braçal, ralado no ralo, a moagem também tocava o engenho pesado com a força da gente, ninguém parava em casa, não tinha tempo pra ficar assim sentado igual a gente está agora.

### **Dentro disso que a senhora colocou, o que considera mais importante?**

Assim, o que eu considero importante é que eu e meus irmãos aprendemos a trabalhar. Antigamente, era obrigado a trabalhar para a sobrevivência, o trabalho braçal era importante para a produção do nosso alimento, para o sustento do dia, a vida foi sofrida e grosseira, mas a gente virou gente, vivemos muitas coisas, que passou de geração pra geração.

Antigamente, ainda na época do meu padrasto e a gente ainda criança, a gente revezava na roça, dividida a roça e o serviço de casa, tudo era a base da vida, com cultivos como cana e outras plantações pra o nosso sustento, quem controlava o trabalho de todo mundo em casa era o padrasto, que era muito bravo e severo, a gente foi pra o trabalho muito cedo. Não que trabalhar no pesado era bom, mas uma coisa boa é que eu e meus irmãos fomos criados na união, só separamos um do outro quando saia para casar.

### **A senhora pode contar a trajetória do Dionísio, fundador da comunidade quilombolas?**

O filho do Dionísio que criou a gente, ele era o nosso padrasto, mas ele não parava muito pra falar a história de família, o pouco sei, fiquei sabendo depois que casei, meu esposo e minha sogra falava muito. O Antônio, padrasto da gente, era muito sério, muito bravo, muito carrasco, um homem de pouca conversa, a gente nem tinha tempo de conversar, a gente trabalhava o tempo todo. Juntou os filhos da minha mãe com meu pai e quatro da minha mãe com o padrasto, era muito filho e muita pobreza.

Assim, o que eu sei do Dionísio que ele saiu lá por aqui, ele é de Minas, e que estava um pouco difícil para cuidar da família, lá em Minas. Aí, diz que ele conversou com a esposa dele que via fazer uma viagem a cavalo e que a viagem ia demorar mais de ano, ele e falou que ele ia sair, ia sair procurando um lugar, para ver se achavam uma área para comprar, para ele ver que dá pra cuidar, de trabalhar, né? Ele não veio só, junto com ele veio mais um monte de ex-escravo... Diz que ele saiu, montado o animal, que ele saiu montado num jumento, não sei se eles levaram algum animal puxado, com as coisas aqui, de comida, essas coisas, ele saiu pra viajar e foi... Pra ele trabalhar, para ter uma vida melhor, porque, para lá, diz que estava muito ruim pra sobreviver, porque diz que ele era ex-escravo e não tinha terra, saiu e achou esse lugar pra cá.

Depois que encontrou esse lugar aqui, ele deixou um amigo, o velho caçador, aqui, cuidando e fazendo uma moradia, aí que ele voltou lá, onde ele morava, que era em Minas, da onde que ele tinha vindo, ele voltou lá, foi buscar a família dele. Aí, diz já ele tinha oito filhos, o povo dizia assim, né? Aí, na vinda com a família, sua esposa estava grávida, então teve mais um filho na estrada, não tenho muita certeza, parece que ouvi dizer que foi a Benedita que nasceu na estrada de Minas pra cá.

Aí, o Dionísio chegou aqui de volta com a sua esposa e filhos. Daí, diz que começou a desbravar a terra, aqui acomodou a família, acabou de criar os filhos, os filhos cresceram, e tudo já foi ajudado, foi trabalhar também e, com o tempo, tudo pegado mais idade, ele repartiu a terra pros filhos, cada um pegou seu canto e ficou num canto, um ficou para lá, outro ficou para aqui, não sei aonde, outro foi morar pra cá, pra esse lado, outro pro lado de

lá. E assim foi. Aí, depois, com o tempo, diz que ele faleceu, faleceu, mas os filhos já estavam todos, todos já acomodados, cada um já tinha seu lugar.

**Quando surgiu a primeira escola na Comunidade? Lembra como ela surgiu? Como era essa escola? Você estudou na escola da comunidade? Quantos anos?**

Lembro-me muito da primeira escola, porque ela foi construída dentro da nossa terra. Um dia chegou à casa um homem bem vestido e pediu pra falar com o dono da casa, então fui à roça, o chamei o padraço. Meu padraço veio rapidinho atender o homem, eles conversaram, e aquele homem veio pra fazer uma escola pras crianças da comunidade. Então, meu padraço aceitou, falou que ia fazer um mutirão pra fazer uma sala de aula, a sala foi feita em um dia de serviço. Mas assim, meu padraço falou que lá de casa só ia estudar os meninos homens e que as meninas mulheres não iam estudar, porque, se estudasse ia aprender a escrever e ia escrever cartas para namorados.

A gente era analfabeta, não sabia de nada, né? Então, eu tenho sentimento até hoje disso. Aí, e me desculpe, que eu quase não aguento nem falar, porque eu tinha muita vontade de estudar, porque eu achava muito bonito, aquele professor dando aula, as crianças aprendendo, lendo, escrevendo, era bonito de ver, queria muito ser uma professora.

Eu falo assim, Deus que mandou aquele professor lá em casa, ele apareceu do nada com a intenção de ensinar, ele era professor. Nativo, Nativo era o nome dele, e nessa época, eu já contava uns 11 ou 12 anos. Aí, eu cozinhava, ele comia na casa junto com a gente, e eu falava que eu tinha muita vontade de estudar, mas o padraço não deixava. Aí, como eu tinha meus irmãos, que já eram meninos, homens, que eles estavam estudando, o que fez? O professor falou assim: eu vou comprar pra você um caderno, um lápis, borracha, tudo, eu vou trazer pra vocês estudar. Nossa, fiquei toda feliz. Mas ele falou: longe do meu padraço, porque se ele escutasse o professor falando, ele não ia deixar.

E o professor Nativo trouxe o caderno. Quando ele foi à cidade, ele comprou e trouxe, ele falou cidade, ele saiu e foi, andou por aí, trouxe. E aí, o que ele fazia? Passava as letras no caderno pra eu estudar, fazer as coisas naquele caderno. Eu levantava cedo, colocava feijão para cozinhar, e o arroz já estava limpo, só na hora de fazer o almoço, tudo organizado. O velho, meu padraço, saía, para eu ir pra roça, eu ia um pouquinho na escola, que ficava aqui no quintal de casa. E assim que fazia, todo dia era a mesma coisa, colocava o feijão para cozinhar, deixava lá cozinhando, e corria lá ligeirinho, com o caderno, levava lá, para o professor, ele só passar tarefa, e ali ele passava tarefa para mim, todinho. Eu ficava na janela, assistia às aulas por mais ou menos uma hora e voltava, vinha pra casa, pra dentro de casa cuidar, já de mexer com o almoço, que as outras irmãs, já tinha ido de manhã, pro serviço, pra lavoura, trabalhar.

Eram dois períodos de aula. Tinha aula de manhã, aí o professor ia lá a casa almoçava, e daí voltava pra dá aula pra outra turma de alunos maior. Ah, era de manhã e de tarde, porque de manhã tinha umas crianças menores que ia, e a tarde eram outros maiores. Eu ia de manhã e a tarde assistia aula pela janela de manhã e a tarde, mas escondido do velho. Lembro que um dia o professor até falou com o meu padraço e pediu pras meninas, eu e minhas irmãs, poder estudar. Nada! O velho não deixou como meus irmãos, que estavam estudando, poderiam ir para a escola, estudar junto com o professor, eles iam, porque o velho deixava. As meninas, ele dizia, não vou deixar, porque depois fica escrevendo cartinha para o namorado, para de trabalhar. A gente ia trabalhar, mas eu, como era mais esperta, eu aproveitei com meus irmãos.

O professor, ele dava o caderno com tarefa de manhã. Aquela tarefa eu fazia na hora que todos estavam almoçando, aí ele passava tarefa à tarde, e quando era noite, meus irmãos estavam em casa, eles me ensinava aqui em casa, porque a tarefa da tarde era mais difícil. Tudo acontecia escondido do velho, o professor passava uma tarefa, eu fazia, acabava aquela

ali, passava outra, eu fazia, levava para o professor e passava o visto, corrigia tudo. E como a escola era aqui mesmo, tudo tornou mais fácil.

Um dia o professor falou que ele tinha uma irmã professora muito estudada, ela era fulana dos anzóis na educação lá na cidade dela, que morava no estado de São Paulo, e que ele ia viajar pra lá nas férias e ia trazer livros pra mim. Assim, logo, logo chegou às férias, e o professor viajou, ele falou que ia ficar 40 dias fora. Meu Deus, foram os 40 dias mais longos da minha vida. Fiquei aqui em casa contando os dias, eu pegava um carvão e riscava numa árvore no quintal de casa, a cada dia era um risquinho, o grande dia chegou, o professor voltou e trouxe em sua cabeça uma caixa enorme, e para o velho não desconfiar, ele foi direto pra escola guardar aquela caixa.

No dia seguinte, o professor me entregou um livro de capa amarelada, Cartilha Nacional, uma cartilha de alfabetização, na capa tinha um menino e uma menina lendo, era de um tipo de papel reciclado. O professor passava uma lição pra cada dia e todo dia eu treinava em casa e ia na escola, e dava a lição pro professor. O professor me mostrou que na caixa ele tinha trazido mais de cinquenta livros e, quando eu soubesse ler, eu ia ler todos aqueles livros.

E eu aprendi, fui aprendendo. Primeiro aprendi assinar meu nome, o meu sobrenome, as letras do alfabeto, as sílabas, as palavras e os textos, tudo no ensino que professor ensinava para meus irmãos eu sabia mais do que eles, o professor nem acreditava que eu lia de tudo. O professor me deu de presente a Cartilha Nacional e mais monte de livros, então, eu guardei todos debaixo do colchão e li um por dia. Quando acabava de ler todos, comecei a ler novamente, até hoje tenho o hábito de muita leitura, leio muito, sou velha, mais sou inteirada do que acontece no Brasil e no mundo. Um dia o velho viu uns livros, daqueles que ganhei do professor Nativo, e ficou muito bravo. A irmandade era sete meninos e quatro meninas, das meninas só eu aprendi a ler e escrever, as outras ficaram sem aprender assinar o nome.

**Tem em alguma foto, registro documental ou objeto daquele tempo? Você autoriza que tire uma foto e possa incluir na pesquisa?**

Não tenho nenhuma foto guardada de antigamente. Guardei uns livros e a Cartilha Nacional por algum tempo, depois passei para minhas netas. Hoje não tenho nada para contar história, até fiz questão de passar pra frente, desapegar um pouco desses objetos, mais porque eles me causavam lembranças de sofrimento.

**O que tinha no seu tempo de escola que você considera importante para a escola de hoje?**

Eu considero muito importante as leis que obriga os pais colocar seus filhos na escola, e agora, eu acho muito importante, eu agradeço muito a Deus, eu não agradeço por eu não ter estudado, eu agradeço por esses que estão estudando. Pelos meus filhos, meus netos, meus bisnetos, meus sobrinhos, meus tataranetos, que já está estudando também faz tempo. Então, isso é muito bom, né? Essa lei aí que veio, eu gostei muito. E que, assim, é obrigado, pai, é obrigado, porque se naquela época tivesse uma lei dessas, nós não tinha ficado sem estudar, né?

Uai, se tivesse, eu não tinha, isso que eu penso, né? No meu tempo, se eu tiver, sabe que chega e me dá uma dúvida, Deus me livre, me arrepia tudo, assim, de pensar o jeito que era antigamente. Não é porque, não é pra escrever recado pra namorada, é pra saber, pra mais tarde saber o futuro da minha vida, o que eu passei, como que foi o que aconteceu, pra eu aprender, pra eu saber alguma coisa. É muita ignorância da pessoa achar, né? Que... Eu acho que foi muita ignorância mesmo, né? Assim, como ele, que estava em lugar de pai, tinha que pensar.

Eu lembro, naquela época, não era uma escola igual à de hoje, era uma salinha e um quartinho onde o professor dormia, era muito pequena, não dava o tamanho daqui dessa

varanda, era muito pequena aquela salinha, e era feita taboca assim, em pé, na parede. Hoje tem merenda, uniforme, livro, material, professores de várias disciplinas, quadra de esporte, brinquedos... Isso é muito bom.

Já casada, uns 20 anos depois, apareceu aqui na comunidade umas aulas à noite, aqui na escola do estado, e a minha filha caçula fez a minha matrícula. Eu ia pra aula, eu participei, dessa vez, sem ser escondido, foi a aula de Mobral, alfabetização para adultos, foi nessa época que conheci mais três letras do alfabeto, o K, Y, W, descobri que o alfabeto não tinha só 23 letras, e sim 26 letras. E vi que era muita coisa... Quando eu era criança, nunca estudei em escola, nem eu, nem minhas irmãs, a gente era mulher. Os imaginários ficaram na minha mente, tudo o que tinha perdido e que com o tempo na minha vida. Fiz muita força pra estudar depois de casada, a aula era à noite, ia a pé, mas fui, estudei mais de três anos pra pegar documentação de estudo, porque, quando eu era menina, eu e minhas irmãs fomos proibida de estudar, só porque era do sexo feminino.

**A Comunidade foi reconhecida como quilombola. Quando e como foi o processo de reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombo? Você participou desse processo?**

Foi assim, uma coisa meio escondida. Foi feito assim, mas não foi bem decrescido. Tudo assim, a comunidade, o lugar assim, né?

**Então, não teve nem festa, não teve nada na época?**

Nesse tempo não teve nada, não. Eu me lembro que nessa época o caso não foi muito aceito pela nossa comunidade. Depois eles aceitaram e perceberam que foi resultado da nossa luta por nosso território, depois fomos mais valorizados, assim, trouxe autonomia ao povo original. Também foi garantida pelo poder público uma melhor articulação com a nossa comunidade em relação aos movimentos sociais.

Depois, os quilombos foram mais valorizados, fortalecendo nossa riqueza cultural da nossa comunidade quilombola. Eu entendo que esse foi um processo de transformação social da nossa população rural negra, no sentido de liberdade, bem como nosso direito a posse de nossas terras nas comunidades negras, no movimento de emancipação do nosso espaço de existência para desenvolver a nossa sobrevivência e no processo de construção de nossas identidades local e territorial.

**Que características da comunidade você destaca? Convivência, tradições, economia, laços de amizade....**

Em minha opinião, a nossa associação é o ponto central que deve ser destacado com um centro de convivência de fortalecimento das nossas tradições, economia e amizade. A associação é importante para preservação da nossa cultura, da nossa identidade, da nossa comunidade e da nossa luta contra discriminação. Através da nossa associação, podemos conseguir muitas parcerias e benefícios para o nosso povo aqui da comunidade quilombolas. Assim, a associação acaba sendo um lugar onde de desenvolvimento, onde podemos expandir a nossa cultura e a nossa história.

**Em relação à escola de hoje, que existe na comunidade, como você a avalia? Ela atende aos interesses da comunidade, das crianças e dos adolescentes? As crianças gostam de estudar nela? Existem atividades, disciplinas, eventos ligados à comunidade? Essas são importantes? Poderia ter mais?**

Gosto de falar sobre educação e escola. E quando eu estudava na escola do Mobral, já se falava muito da educação quilombola, eu sempre gostei de participar. Eu acho que escola hoje está caminhando no processo de construção, mas ainda tem muita coisa que precisa ser

melhorado. Assim, vejo que tem a necessidade dos governantes produzirem cartilhas e livros voltados à educação quilombola, com atividades sobre a preservação agroecológica, com histórias e memória do povo negro. Assim atividades com contribuições que possa valorizar a cultura do município, do estado, principalmente a respeito das comunidades quilombola. Também acho que a comunidade tem que reivindicar das autoridades do município uma política municipal de enfrentamento da desigualdade e do racismo, com metas e objetivo de valorização das culturas locais

**O que a escola poderia fazer de diferente para ela atender mais à comunidade? Poderia ter mais atividades que valorizam a cultura negra e a identidade quilombola? Teria como falar sobre como seriam essas atividades? Tem práticas e saberes da comunidade que poderiam ser inseridas na escola? Quais?**

O que eu vejo dos professores é uma curiosidade, primeiro, de querer saber que comunidade é essa, é uma comunidade quilombola, aí está o papel do professor há mais tempo, que já está aqui há bastante tempo, tem certa experiência, de ir oferecendo para esse professor as informações, as orientações, enfim, compartilhando aquilo que já conhece da comunidade. Mas, o que eu tenho notado é que os professores que têm passado por aqui, que estão aqui nesse momento, que eles têm essa preocupação de se aproximar da comunidade, das coisas que são da comunidade, e trabalhar com isso no dia a dia. Aqueles professores que têm um pouco mais de resistência, normalmente, eles não conseguem se fixar aqui como professor, porque a escola requer que tenha essa aproximação. Quem dá aula em Furna do Dionísio precisa perceber que ele chega dentro de uma comunidade quilombola, que tem uma dinâmica diferente, a escola também vai ser diferente.

**Segundo sua percepção, os professores da escola estão preocupados com os valores da comunidade? Interessam-se em conhecer a história da comunidade? Você considera que seria importante ter mais professores da comunidade na escola? Por quê?**

Quando eu estudei no Mobral, na escola de adulta, já se falava muito de valorização da cultura negra e da identidade quilombolas. Como vou explicar, as pessoas aqui são diferentes. E aí, eu acho que é importante, sim, que se o professor não seja somente da comunidade, mas que ele chegue aqui e, antes de qualquer coisa, peça licença. Eu penso nisso, porque é assim que diz a tradição oral dos mais velhos, não é? Então, primeiro, você tem que pedir licença, acho importante esse compartilhamento entre professores da comunidade e professores que não são da comunidade. Gosto muito de falar quando o assunto é escola. Em minha opinião, a escola está se preocupando sim com os valores da comunidade. E digo, pra ser professor quilombola, tem que se interessar sim pela comunidade, não necessariamente ser só professores da comunidade, os professores pode ser de fora e de dentro da comunidade.

#### **Entrevista 4 – Declair Santana da Silva, Mestre da Dança do Engenho e Presidente da APM**

##### **Fale um pouco sobre sua trajetória de vida, sua vivência na comunidade. Como era a comunidade de Furnas do Dionísio, quando você era criança?**

Chamo-me Declair Santana da Silva, tenho 55 anos, pode me chamar de Dedê, nasci aqui em Furnas, até os meus 12 anos, depois fui morar na comunidade São Benedito, também uma comunidade de negros.

Na minha época de escola, comecei estudar aqui na comunidade, tenho sim algumas lembranças da minha infância, nós correndo pra lá e pra cá, nos córregos, tomando banho nos córregos e muita diversão. Verdade, a gente não tinha maldade nenhuma, então, a gente saía de uma casa e reunia todas as crianças da comunidade, no campo ou no salão pra brincar. Ia para escola a pé e éramos todos dedicados aos estudos e também aproveitávamos para fazer brincadeiras no trajeto de casa para escola, da escola para casa. Assim, na era muito, tudo aqui na comunidade, a nossa diversão era brincar, tomar banho nas cachoeiras, pescar. Só tenho lembranças de coisas bens saudáveis.

As nossas casas eram bem simples, as casas eram feitas de pau-a-pique, cobertas por folhas e algumas de capim, piso feito não tinha, somente o chão batido, paredes também barreadas com estrume e barro, assim essas nossas moradias de antigamente. Também não tinha água encanada, lembro muito da gente indo para o córrego com a minha irmã mais velha para lavar roupa e aquelas peças de roupas brancas, nós fazíamos um fogo ali mesmo e colocava para ferver, todas as roupas eram lavadas ali no rio e depois colocavam numa cariola e levava para secar em casa.

Ninguém tinha banheiros em suas casas, geralmente usávamos o quintal ou o matinho para fazer as necessidades fisiológicas. Posso afirmar que a situação da comunidade, em geral, era bem precária a situação. Aí, depois eu fui pra Campo Grande, com 12 anos eu fui pra Campo Grande. Fiquei lá até meus 20 anos, em Campo Grande. Aí, com 20 anos, eu retornei pra cá, pra comunidade. E quando eu mudei pra cá, eu vim morar numa casinha de sapê de novo, que são essas casas de palha de bacuri, aí morei mais cinco anos nessas casinhas de palha de bacuri, não tinha luz, era lamparina. Depois, veio as casas da AGEHAB, que eles começaram a construir, na gestão do governo Zéca, aí eu ganhei uma casa, aí me mudei para uma casa melhorzinha.

Assim, como posso explicar, eu retornei pra me casar, casei e tenho três filhos e quatro netos. Então, é assim, morei quando pequena com meus pais, depois fui morar na São Benedito com minha avó e retornei pra cá com 20 anos, aqui sempre morando nessa mesma casa. No mesmo lugar que eu nasci, eu moro hoje. A casa de hoje, tem diferença de 30 metros do lugar que antes que era a casa velha. Nós somos quatro irmãos, e assim, durante a infância, as brincadeiras que nós brincávamos, de ciranda-cirandinha, pega-pega, esconde-esconde, pular elástico, brincava de casinha também.

##### **Dentro disso que você colocou, o que você considera mais importante? E quando você era jovem? E adulto?**

Na minha época de jovem são tantas coisas muito interessantes que podemos destacar uma delas. É nossa Catira, que foi uma grande tradição da comunidade, assistir as Catiras daqui, que na época era coordenada pelo tio Joaquim Baixinho, só que hoje nossas jovens não apreciam mais a Catira, deixou a tradição de lado, agora estamos tentando resgatar, estamos querendo fazer uma apresentação de Catira com os jovens no Festival da Rapadura deste ano.

Também vejo de suma importância a convivência que tínhamos antigamente com nossos tios mais velhos, nossos tios/avós, nossos avôs e tataravós, não deixou de nos contar a história do avô Dionísio, agora, os jovens de hoje dificilmente vão conseguir contar a história. Nós não gravávamos, não filmava, mas antigamente, tio Bastião Abadil, a Tia Sinhana, que

reunia com os filhos, sobrinhos, netos, genros, noras, cunhados e cunhadas para contar histórias do Dionísio e seus principais descendentes.

**Você pode contar a trajetória do Dionísio, fundador da Comunidade Quilombola? Aproximadamente, quando foi isso? Quando surgiu a primeira escola na Comunidade? Lembra como ela surgiu? Como era essa escola? Você estudou na escola da comunidade? Quantos anos?**

Tudo que nós mais novos sabemos foi contado pelo tio Bastião Abadio e Tia Sinhana. sempre ouvi dizer que o Dionísio veio por volta de 1890, de Minas Gerais, num comboio com da Tia Eva, chegaram ali, em Campo Grande com a Tia Eva e demais líderes da comunidade São João Batista e Boa Sorte. Chegando ali, a Tia Eva ficou em Campo Grande e o avô Dionísio veio à procura de terra, encontrou essas terras aqui no município de Jaraguari e gostou. Eu acredito que ele aqui sentiu seguro com certeza, quando ele viu esse local, que era de difícil acesso, cercado por morros, ele pensou, é aqui que eu vou ficar mesmo, chegou, requereu essas terras.

Alguns relatos dizem que ele adquiriu terras devolutas, mas tem alguns documentos que falam que ele comprou essas terras mais tarde. E fez a primeira casinha dele de pau-a-pique. Aí voltaram, para buscar a família, alguns contam que ele deixou a esposa e os novos filhos em algum lugar, mas não falam exatamente onde, acredito que seja ali na Tia Eva mesmo. De volta, busca a família e começa a vida aqui, ele tinha família, veio com a esposa e seus nove filhos, sua esposa se chamava Joana Luiza. Dos nove filhos, um, segundo os relatos, era adotivo, mas eram nove filhos.

Da primeira escola eu não tenho lembrança, não estudei nela, pois a primeira escola da Comunidade, ouvindo o tio Bastião Abadio e a Tia Sinhana, sempre comentava que a primeira escola foi construída através do mutirão. Era uma sala só feita de pau-a-pique, fizeram um, fizeram mutirão, a comunidade sempre trabalhou de mutirão, e construíram a primeira escola aqui na comunidade, que era mais mesmo local onde é atual escola municipal. Na época, a escola levou o mesmo nome da fazenda, ainda do tempo que o Dionísio comprou essa área aqui, Lageadinho.

Depois de muitos anos, houve a construção da primeira escola, que é a que comecei a estudar. Na minha época, já me recordo de uma escola mais moderna, construída metade de tijolos e a outra parte de tábuas, que existia aqui no mesmo local da escola de hoje, mas o nome dela passou a se chamar Lageadinho Polo. E depois que foi construída uma sala de aula e tinha uma cozinha, que a professora fez biblioteca e uma parte era cozinha no fundo, só uma salinha bem pequena e na frente uma sala de aula maior. A minha professora do primário foi a professora Creuza Moreira Xavier, que hoje é aposentada, sempre encontro com ela em Campo Grande.

A professora Creuza era muito rígida, mais ficou na história, quando a gente não dava conta de dar a lição ou saber ler ou tabuada, a professora deixava a gente ir de castigo, o recreio era bem prolongado, que ela dava queimada, que as crianças hoje até gostam e admiram. A Professora Creuza não da comunidade Dionísio, nessa época, não tinha professora formada na comunidade. O tio Abadio falou que na fazenda próxima, lá do outro lado da serra, morava uma moça bem estudada, que talvez pudesse ser formada em professora. Então tio Abadio falou que ia lá conversar com o pai da moça pra saber se ela poderia dar aula na comunidade.

E lá se foi o tio Abadio atrás da tal moça. Chegando à fazenda, o tio Abadio descobriu que a moça tinha feito magistério era professora capital, mas tinha recém-casado com o pião da fazenda e estava disposta a dar aula escola na comunidade. Então, foi marcada uma reunião com os pais, líderes da comunidade e a professora. No dia marcado a professora Creuza Moreira Xavier, juntamente com seu esposo, esteve presente na reunião e assumiu um

compromisso com a comunidade. Com ela, nós, alunos da época, aprendia não apenas conteúdos, mas também valores morais e éticos. Tanto os pais e quanto os alunos tinham grande respeito pela professora Creuza, se curvando e mostrando obediência e respeito. Quando nós chegávamos ou saíamos da escola, sempre dava bênção com as duas mãos juntas e ela sempre foi vista como uma figura parental, e até hoje, se alguém da comunidade encontrar ela, se curva, pois temos um respeito profundo pela pessoa dela. Ela permaneceu por aproximadamente 20 anos como professora multisseriada da primeira à quarta série na nossa comunidade.

Sim, participei, não teve aquele evento, nem foi divulgado, assim, pra comunidade, e no dia teve a participação de algumas da comunidade. Teve uma conversa antes, e no começo, acho que as pessoas até não entenderam como que se dava o processo, e não estavam de acordo. Mas a nossa comunidade Furnas do Dionísio foi oficialmente reconhecida como território quilombola em 20 de novembro de 2009, quando o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou quatro decretos de homologação para comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, incluindo Furnas do Dionísio. Apesar das pessoas daqui não aceitarem no começo, acredita que reconhecimento foi um marco importante na luta pela garantia dos direitos locais territoriais e culturais de pertencimento da nossa comunidade.

**Em relação à escola de hoje que existe na comunidade, como você avalia ela? Ela atende aos interesses da comunidade, das crianças e dos adolescentes? As crianças gostam de estudar nela? Existem atividades, disciplinas, eventos estão ligados à comunidade? Essas são importantes? Poderia ter mais?**

A comunidade precisa reivindicar, mas eu acho que a gente tem que caminhar para a educação escolar quilombola tal qual preconiza essa matriz curricular, porque aqui é uma escola quilombola, dentro de uma comunidade quilombola, com a grande maioria dos alunos quilombolas. A gente sabe, inclusive, que uma escola que não está dentro de uma comunidade quilombola, mas que mais de 60% dos alunos são quilombolas, ela já tem o direito de ter educação escolar quilombola, imagina o nosso caso que são quilombola e as escolas atendem 90% de alunos quilombolas. Quem dirá uma que está aqui. E aí, é claro, a gente precisa ter consciência que, uma vez implementada a matriz curricular quilombola, nas duas escolas, por exemplo, toda essa questão das disciplinas que estão sendo trabalhada, ela vai mudar.

A gente ainda usa a palavra grade curricular, eu não gosto muito da palavra grade, porque parece uma coisa fechada. Mas a estrutura curricular das duas escolas, elas vão mudar. E, claro, a gente já sabe que a matriz preconiza que as prioridades são para professores da própria comunidade que tem a formação para tal, quando não tem, quem tem o conhecimento mais próximo. Tudo isso demanda uma mudança, uma mudança, que ela pode acontecer, de repente, de forma pacífica, mas eu desconfio que a gente deva acontecer, às vezes, até com alguma tensão. Mas isso é natural de tudo que muda, né? Nenhuma mudança vai acontecer de forma pacífica, né? É muito difícil você ver acontecer uma mudança numa revolução, também, acho que isso é quase uma utopia.

Aqui cito um exemplo as nossas danças, porque sou mestre de danças na comunidade. O balé é uma dança clássica, moderna e contemporânea, é dança que exige estética, beleza, mas assim, não quero balé, quero falar de uma dança tradicional de matriz africana, como sendo uma manifestação da nossa história, a Dança do Engenho Novo, de Furnas do Dionísio, que surgiu aqui na comunidade de Furna do Dionísio. Com Engenho Novo, é possível.

Contextualizo a questão teórica e prática, primeiro fazer a contextualização teórica. O engenho, segundo as informações dos mais velhos da comunidade, e aí, essas informações já foram parar em diversos artigos, que ela é a representação do ato de moer a cana para poder fazer a produção do açúcar, ainda na época em que os antepassados eram escravizados. Então,

ele tem todas as características das danças populares brasileiras de matriz africana, que é primeiro, os pés descalços.

A Dança do Engenho Novo é a movimentação circular, ou seja, uma dança de roda, com os pés com marcados, com passos muito fortemente marcados no chão, que a gente chama de os pés enraizados no chão. A bacía, a cintura escapular, a cintura pélvica é totalmente flexível. A gente tem essas características, que seria a representação, porque nessa dança, ao dançar em roda, as duplas ou casais vão se entrelaçando, e isso parece a engrenagem do engenho, e assim remete à moagem da cana-de-açúcar. É que quando a dança começa, com passos bem lentos, ou seja, seria o momento da representação inicial, quando começa a moer a cana, e depois, quando ficam açoitados para poder render mais, e aí o engenho roda mais rápido, a dança vai ficando cada vez mais frenética, cada vez mais rápida, e termina com movimentos o mais rápido possível.

Então, o Engenho Novo, ele começou em 2000, em 2000, que a professora Clemilda resgatou esse projeto do Engenho Novo. Porque antigamente, eles, Dionísio, mais a família, eles dançavam o Engenho Novo quando eles terminavam a colheita, fazia só de cana, fazia rapadura, essas coisas, aí eles pegavam e dançavam pra celebrar o serviço deles, que eles faziam o trabalho deles, e também a roda, como se dança ele, é o mesmo girado do engenho, como se você estivesse moendo o engenho. Hoje, nós estamos com 16 pares. Na entrada, a gente entra com o par, mas aí depois se separamos nós temos o vestuário, nós temos nossas vestimentas, a gente dança na comunidade, a gente sai pra apresentar, a gente já foi até em Brasília pra apresentar o Engenho Novo. E assim, tem uma música própria dessa coreografia, só com ritmo.

Voltando para escola, assim, nós comunidade podemos contribuir com tudo isso, mas a escola tem que quer, tem que ser flexível. A escola, enquanto escola, tem muita coisa para construir, com práticas e saberes da comunidade que poderiam ser inseridas no currículo escolar da escola quilombola. Acredito que tem uma lista de práticas que podem inseridas a partir de qualquer disciplina, desde que trabalhe todos os aspectos constitutivos da cultura afro-brasileira, processo de colonização, a luta do povo negro a partir do movimento negro unificado, conceito de cor, raça, etnia, identidade, isso para que o aluno consiga entender os princípios.

Estudar com os alunos o processo histórico da comunidade, o processo da criação histórica, como que Dionísio chegou, de onde ele veio, essa questão do processo histórico, estudar as três festas da comunidade, Santo Antônio, Nossa de Aparecida e Festival da Rapadura, estudar artesanato, que aí eu destaco a produção de peneira de bambu, culinária, estudar também as danças da comunidade, estudar o ponto de vista teórico e do ponto de vista prático. Porque não faria sentido o aluno copiar um texto sobre o surgimento de Forna do Dionísio ou copiar um texto sobre a peneira de bambu se ele não experimentar na prática, estudar a produção da agricultura familiar da comunidade.

Os professores precisam propor atividades com objetivos para trabalhar nas escolas a valorização, o respeito e a cultura local, a escola precisa ser pensada, repensada e preparada para comunidade. A secretaria de educação precisa ter em mente que as comunidades quilombolas têm uma identidade própria, e que elas são formadas pelos modos de vida dos povos tradicionais, possui conhecimento adquirido com a terra e com ancestralidade negra. Mas assim, gostaria muito que as escolas da nossa comunidade fossem somente para atender somente os estudantes remanescente quilombolas, e não das fazendas próximas, como está sendo hoje.

Também acho que a agricultura familiar daqui se poderia ser inserido dentro da escola, como preparar a terra, margem de lucro na colheita, e depois as vendas dos produtos para o consumo das escolas, para valorizar nossa produção local. Toda tradição local ser lembrada

lá de dentro, já vim ensinando eles de lá, eles não vão esquecer nunca essa tradição, que são da comunidade, né? Que isso aí é uma coisa antiga da comunidade, que está se perdendo.

Nós sempre tivemos essa preocupação, e assim, ouvindo outras pessoas, aí as pessoas até pra dizer, pra contar as histórias de antigamente. Assim, já sou da quinta geração do Dionísio e, às vezes, fico lembrando pras crianças, porque daqui mais alguns anos, esses mais antigos não vão estar mais na comunidade, já vão estar caducos, idosos demais pra contar histórias. Nossas crianças precisam saber como que originou, como que veio, porque do engenho, acredito assim, por bem, nossas escolas passar essas informações para as nossas crianças de hoje, tanto na cultura quanto na tradição, e tentar inserir aí em alguma disciplina.

**Segundo sua percepção, os professores da escola estão preocupados com os valores da comunidade? Interessam-se em conhecer a história da comunidade? Você considera que seria importante ter mais professores da comunidade na escola? Por quê?**

Pra ser sincera sempre é bom ver os nossos se destacando. Acho sim que tinha que inserir mais professores da comunidade, mas não tirar os de fora, porque só agir dentro da comunidade não é, tipo, eu penso assim, porque tudo vai ficar muito restritos nos saberes, né? Que as pessoas de fora podem trazer inovação, assim, ao trabalhar nossa cultura, levar o próprio mestre da comunidade, porque um professor de fora, ele não vai saber ensinar com a mesma tradição nossa, do nosso povo, ter o mestre da comunidade para estar ensinando esses saberes que são próprio, uma pessoa daquela área específica, nem que ele dê uma aula, uma vez por semana só, mas ele vai lá e dá essa aula, os ensinamentos de antigamente, como que eram as coisas de antigamente. Tipo assim, os remédios que a gente usava antes, remédios caseiros, plantas medicinais, temas dos acontecimentos de antigamente, comida de antigamente.

Então, a gente precisa... Possa ser que tenha resistência dos professores que não tenha perfil, possa ser que não, possa ser que tenha, por exemplo, resistência da própria comunidade em aceitar os professores que são da comunidade como professores, que não são, já que tem uma ideia de que o professor de fora tem mais conhecimento. Vejo que as ideias são variáveis, e a gente não sabe o que vai, de fato, acontecer. Mas a mudança, com tensão ou sem tensão, ela precisa acontecer. Isso é fundamental.

**Entrevista 5** – Vanderlei José dos Santos, Professor concursado na Escola Dionizio Antônio Viera (disciplinas de Arte Cênica e Projeto de Vida)

**Descreva um pouco da sua história, da sua trajetória e a sua vivência, como que você chegou à comunidade, aqui em Furnas do Dionísio.**

Bom, eu cheguei aqui a partir de um processo seletivo do ano de 2009, mas antes mesmo do processo seletivo, eu já tinha estado lá no município de Jaraguari, numa ação de extensão da UEMS, quando eu ainda era acadêmico. Lembro de, naquele momento, não ter visto falar da comunidade não, mas me veio aquela sensação de querer trabalhar numa escola de um município pequeno, perto de Campo Grande. Falei para minha professora, na época: Flávia... eu falei pra ela... acho que eu vou trabalhar em alguma escola assim, numa cidadezinha pequena. E ela falou: a melhor coisa. E aquilo passou, quando eu terminei a graduação, em 2008, em 2009, fiz o processo seletivo e eu cheguei lá pra assumir, ainda no município de Jaraguari, mas achando que eu ia assumir aula de arte no município.

Até fiz uma confusão danada, comprei maior brinca com os técnicos da secretaria, porque eu tinha sido chamado depois e eu tinha passado em primeiro lugar, mas eu achava que a minha vaga era pra arte, lá na cidade não era, era pra artes cênicas e música. Aqui na comunidade, aí que eu descobri que, na verdade, eu tinha feito o processo seletivo na Furna. Assim, assumi as aulas aqui, em 2009. Aí depois, quando veio o concurso, 2011, eu passei e assumi o concurso aqui. Então, aqui eu já fiz a disciplina de arte, que é a minha área de concurso.

**Como o senhor já tem algum tempo aqui na comunidade, gostaria de saber se você pode contar um pouco da história da comunidade de Dionísio, o fundador da comunidade Quilombolas e, aproximadamente, quando que deu esse processo?**

Assim, desde que eu cheguei aqui em 2009, eu me coloquei a pesquisar e ler tudo que foi produzido por outras pesquisas, ou seja, uma espécie de revisão de literatura do processo histórico da comunidade. Teve a afirmação de alguns dos mais velhos que seria no ano de 1890, por conta de que a maioria dos estudos diz em relação a esse ano, então seria o ano que o Sr. Dionísio Antônio Vieira teria chegado aqui junto com a esposa dele, a senhora Joana Luiza. Seria aproximadamente nessa data, o processo histórico deles chegarem aqui, os estudos indicam isso também, que eles vieram, sim, da região de Salinas, em Minas Gerais, num contexto já de pós-escravização, ou seja, já após a abolição da escravatura, e teria chegado aqui no Campo Grande à procura de terra para comprar, um lugar para se fixar.

Na época, as terras de Campo Grande eram consideradas as melhores terras, aquelas lá próximas à cidade, de Campo Grande, e também em áreas mais planas. Então era dificilmente que ele conseguiria comprar uma terra lá, porque aquela terra seria destinada para as pessoas mais importantes. E as pessoas que tinham a menor condição, no caso dele, negro, ex-escravizado, então as terras mais indicadas para compra seriam aqui, as furmas, ou seja, um lugar que ninguém queria, e que hoje é o lugar que todo mundo gostaria de estar, na verdade.

Mas antes mesmo de chegar aqui na comunidade, eles ficaram por um tempo lá na comunidade quilombola da Tia Eva. Na época, não era a comunidade quilombola ainda, mas era a comunidade negra, por um tempo, até que conseguisse abrir aqui, para poder trazer a família, que veio num carro de boi, isso é o que os mais velhos daqui contam. Então foi nesse processo que eles vieram com nove filhos, nesse caminho houve a união das famílias de Tia Eva com Dionísio também, isso porque um dos filhos do Dionísio casou com uma das filhas da Tia Eva, então tem esse grau de parentesco, isso também os estudos apontam. Então são todas as informações, são a partir de textos que eu li e conversas que eu tive com os mais velhos aqui na comunidade.

E aí, nesse processo, a comunidade se estabelece aqui, e vai ser somente a partir do ano 2000 que inicia se o processo para a comunidade for como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, e só depois, em 2009, a comunidade recebe a titulação oficial do Incra. Então, hoje, é uma comunidade quilombola, remanescente de quilombo, e que aí tem uma gama de produção na área de arte e cultura, no caso, a arte e cultura tradicional, cultura popular, cultura quilombola, cultura de matriz africana, cultura negra, produção artística e cultural em uma diáspora africana, além de toda uma produção agrícola também. Então, resumidamente, esse é o contexto.

**Como o senhor já está aqui há algum tempo, gostaria de saber se o senhor sabe ou ouviu quando que surgiu a primeira escola na comunidade? E como era a escola?**

O fenômeno, vou chamar de fenômeno educacional aqui na comunidade, eu o vejo ele acontecendo em duas esferas. Primeiro que a gente tem aqui uma educação que a gente chama como educação não formal e informal. O que seria essas duas primeiras? A educação informal seria aquela educação que as crianças aprendem no seio da própria família, isso porque a gente está dentro de uma comunidade remanescente de quilombola, e nesse sentido, os saberes e os fazeres desses povos, eles são transmitidos de maneira oral, de geração em geração, então, a gente entende que isso acontece, ali já no seio da família.

Então, seria educação informal, a gente tem a educação não formal, que são aqueles momentos em que a comunidade se reúne ou que ela mesma organiza momentos de aprendizado das tradições, dos costumes, por exemplo, quando eles estão reunidos na sede da associação para ensinar os mais novos a fazer a peneira de bambu, aquilo ali é um processo de educação não formal, então tem esse processo acontecendo desde sempre.

Agora, a educação formal, que é a escola, essa sim, a gente tem na comunidade duas escolas, uma municipal e uma estadual. A mais antiga é a escola municipal, que a gente tem registro de que ela foi a primeira escola que teve, que ela foi de 1950, e tem até fotografia histórica nesse sentido. Seriam uma escolinha ainda feita de pau-a-pique, com os banquinhos todos de madeira, tocos de madeira, literalmente, e ela se chamaria Lajeadozinho, o nome da primeira escola aqui.

Depois disso, quando foi em 1975, aí a gente teve a mudança de Lajeadozinho para Dionísio Antônio Vieira, que aí já é publicado num documento do município de Jaraguari, um decreto. E aí, também é nessa década que a escola vai ser construída de alvenaria. Nesse período também, a escola se torna uma escola polo, porque tinha uma escola em sala anexa, chamada 13 de Maio, então teriam já duas escolas municipais aqui na comunidade, e aí, depois, essa sala anexa deixa de existir e passa essencialmente aqui a escola Dionísio.

Quando foi agora, acho que na década de 90, teve uma melhoria nas salas de aulas, e agora, em 2020, 2021, a gente tem o último processo de reforma, que é esse espaço que a gente tem hoje enquanto escola municipal. E além da municipal, a gente tem a escola estadual, que surge um pouco depois, ela é de 96, a Escola Estadual Zumbi dos Palmares. Ela surge a partir de uma demanda da comunidade, porque a nossa escola municipal atende até o quinto ano do ensino fundamental, ou seja, nós atendemos Fundamental I, Educação Infantil, Fundamental 1.

A partir do Fundamental II, Ensino Médio, a gente não tinha até 1996 uma aula aqui na comunidade. Então, os alunos da comunidade precisavam sair ou para a sede do município de Jaraguari, ou quem pudesse ser mudado da comunidade, enfim, era problemático estudar. Relatam os que conseguiam estudar na sede do município, que eles sofreriam discriminação, ações de preconceito, racismo, e aí a comunidade começa a lutar para a construção de uma escola estadual. Teve apoio muito forte do movimento negro unificado numa época, e aí, com o auxílio do movimento negro, a partir da sensibilidade do secretário de Estado de Educação na época, o professor Aleixo Paraguaçu, é que foi possível fazer a construção da escola

estadual Zumbi dos Palmares, e aí em homenagem ao herói do povo negro, por conta disso a escola tem esse nome.

Então, o contexto educacional ele ocorre mais ou menos dessa maneira. Então, hoje nós temos educação infantil e fundamental, um na Escola Municipal de Dionísio Antônio Vieira, num espaço muito mais ampliado, carecendo aqui, em nossa opinião, de uma quadra, acho que é só o que falta para a gente ter toda a infraestrutura das demais escolas, e nós temos a Escola Estadual Zumbi dos Palmares, que atende o Fundamental II e o Ensino Médio.

**O senhor tem na sua trajetória algum registro de fotos, cartões postais, objetos, cartas, ofícios ou outros documentos?**

Eu tenho. Além de novos trabalhos, textos que eu li, mas eu acho que eu tenho dois documentos que eu acho que são importantes nessa questão, que são as imagens, as duas fotografias ainda em preto e branco, do dia da inauguração da primeira escola aqui dentro da comunidade. Acredito que sejam fotos as originais, mas quem me passou tinha as fotos originais, que foi até a Dona Maria Batista, onde ela me chamou pouco tempo antes dela falecer.

Eu estava indo embora para casa, para Campo Grande, e ela pediu para eu passar lá na sede da associação, que ela precisava falar comigo. Eu nem poderia passar, porque eu estava atrasado naquele dia, mas era a Dona Maria Batista. Eu fui, e aí, quando eu cheguei lá, ela me entregou as duas fotografias em preto e branco e falou: isso aqui são duas fotos do dia da inauguração da primeira escola, eu vou deixar com o senhor, que aí o senhor vê como que pode ser feito para a gente fazer um quadro maior delas e ampliar. E aí passou, isso foi no final do ano, daí, no ano seguinte, no começo do ano seguinte, ela faleceu. Então, eu tenho essas duas fotografias comigo, que também elas podem ser encontradas em outros materiais de pesquisa, mas as duas fotografias originais estão comigo.

**Que característica da comunidade o senhor destaca na convivência, tradição, economia e laços de amizade?**

Eu vejo aqui a comunidade, em primeiro lugar, como um grande espaço cultural a céu aberto, nesse processo de convivência, as manifestações artísticas e culturais, elas são muito importantes, as festividades, elas são muito importantes, e a grande maioria delas aconteceram desde sempre de maneira espontânea, ou seja, por exemplo, nós temos aqui a Dança do Engenho Novo, a dança da Cobrinha, que são danças próprias da comunidade, a Dança do Ofertório, que também é uma dança própria, a Dança do Vilão, a dança do Periricão, que são todas danças próprias da comunidade. Nós temos a dança do Catira, que era praticada pela comunidade desde sempre, todas essas manifestações de dança, por exemplo, elas são manifestações que acontecem de forma espontânea, não são pensadas como danças para serem apresentadas como espetáculo para alguém assistir, elas simplesmente acontecem.

As festividades também, né? Festa de Santo Antônio, Festa de Nossa Senhora Aparecida. Aliás, a Festa de Santo Antônio já tem mais de 95 anos, a de Nossa Senhora Aparecida tem mais de 45 anos, o Festival da Rapadura. E ali onde entra dois produtos da culinária local, que é a rapadura e a farinha, que são feitas de maneira artesanalmente, e esse modo de fazer artesanal hoje já é reconhecido pelo Estado como patrimônio histórico e cultural do estado de Mato Grosso do Sul.

Além disso, a própria dinâmica da comunidade em relação a plantar, colher, vender esses produtos, por exemplo, para o mercado local, principalmente aqui, o Ceasa de Campo Grande, a dinâmica do turismo, que agora começa a acontecer de forma mais consistente. Então, todos esses processos são indicação de como que é a dinâmica da vida social dentro da comunidade, então, ela é uma comunidade rural, com tradições artísticas e culturais ancoradas na cultura negra, no universo da cultura popular, ou seja, são todas de matrizes africanas.

Não tem como a gente não falar que também é um processo todo construído a partir da diáspora africana, ou afro-brasileira, afrodescendentes, todos esses termos se encaixam, esses termos, esses conceitos. Não posso deixar de dizer que, nesse processo, a luta por direitos do povo negro, em resistência à questão do que a gente sofre hoje na sociedade brasileira como um todo, a partir do que a gente conhece como o racismo estrutural.

Então, têm todas essas questões envolvidas na dinâmica da comunidade, mas ainda que nem todas as pessoas da comunidade tenham talvez o entendimento, a consciência de que tudo isso faz parte, até mesmo porque, para o sujeito adquirir essa consciência, ele precisa ter ali o conhecimento, conhecimento esse que nem todos tiveram oportunidade, justamente por conta desse processo, muitas vezes, de discriminação ou falta de oportunidade, mas esse é um cenário que está mudando. Agora, tem várias pessoas da comunidade concluindo cursos de graduação e várias pessoas da comunidade ingressando nos cursos de graduação. Penso o seguinte, a comunidade está passando agora por um momento de descolonização do pensamento.

**Em relação à escola que existe hoje na comunidade, o senhor diz que existem duas escolas na comunidade. Como o senhor vê e como o senhor avalia essas escolas? E também, se elas já atendem totalmente os interesses da comunidade, das crianças e dos adolescentes? Se as crianças gostam de estudar e se tem alguma coisa que ainda pode ser acrescentada nos conteúdos para essas crianças?**

Acho que, do ponto de vista da educação formal, nós temos duas escolas que atendem da educação infantil ao ensino médio. Então, temos essa estrutura educacional, que eu acho que ela é muito interessante do ponto de vista do que acontece em todos os lugares da educação básica. Em relação ao contexto da educação e da comunidade local, tem algumas questões para serem colocadas, temos uma grande preocupação de trabalhar todas essas tradições artístico-culturais que eu mencionei anteriormente nas outras respostas, todas elas são objetos de estudo aqui, numa disciplina exclusiva, específica para essa questão.

Isso muito pensando em relação a atender também a Lei nº 10.639, acredito que ela deva atender melhor, por ter mais uma especificidade, e precisa ser repensado a questão da relação com a terra, principalmente na disciplina, Terra, Vida e Trabalho, TVT, ofertada pelas duas escolas, com conteúdos que seria para discutir essas questões da relação dos alunos com a terra. Entretanto, essa disciplina não dá conta, acho que é preciso ser estudado o contexto da educação do campo.

Para poder, de fato, o aluno que passa pela educação básica dentro da comunidade, tenha toda uma gama de conhecimento do que é a relação das pessoas da comunidade com a terra e também isso para que faça sentido, porque, na verdade, na prática, esses alunos já têm a relação com a terra lá quando trabalham com as famílias, mas ele precisa ver isso na escola. Acho que essa é uma questão que fica, assim, que eu penso que poderia ter. As duas escolas são de tempo integral, eu acho que isso é bacana.

Ainda temos algumas limitações na questão da oferta das disciplinas eletivas, já que a gente não tem uma possibilidade de colocar à disposição dos alunos para escolherem entre essa ou aquela atividade eletiva. Elas são eletivas, mas, na verdade, a escola que acaba direcionando quais atividades vai ser feitas, mas a gente entende que essa é uma especificidade da escola.

Acredito que, de maneira geral, a gente tem avançado muito. Agora, uma questão que eu sempre tenho comigo, as duas escolas precisam avançar no sentido da educação quilombola, mas elas precisam avançar muito mais no sentido de reivindicar a matriz curricular da educação escolar quilombola. Isso é algo que eu vejo como necessário, a educação escolar quilombola depende, em primeiro lugar, que o próprio estado de Mato Grosso do Sul cria a matriz curricular da educação escolar quilombola, regulamente. Ela já

está em nível nacional, com as diretrizes devidamente orientadas, a gente já tem alguns estados onde ela já é uma realidade, já faz muito tempo, mas Mato Grosso do Sul ainda não tem essa diretriz estadual, está em processo de discussão.

Mas o próprio município de Jaraguari pode fazer, se ele quiser. Acredito que, por exemplo, a disciplina de cultura afro seria mais um passo nesse processo, e vejo que quem precisa da educação escolar quilombola são as pessoas que estudam nessas duas escolas. A comunidade precisa reivindicar, mas eu acho que a gente tem que caminhar para a educação escolar quilombola tal qual preconiza essa matriz curricular, porque aqui é uma escola quilombola, dentro de uma comunidade quilombola, com a grande maioria dos alunos quilombolas. A gente sabe, inclusive, que uma escola que não está dentro de uma comunidade quilombola, mas que mais de 60% dos alunos são quilombolas, ela já tem o direito de ter educação escolar quilombola.

Quem dirá a nossa escola, que atendem 90% de alunos quilombola. Aí, é claro, a gente precisa ter consciência que, uma vez implementada a matriz curricular quilombola, nas duas escolas, por exemplo, toda essa questão das disciplinas que estão sendo trabalhada, ela vai mudar. A estrutura curricular das duas escolas, elas vão mudar, o perfil dos profissionais que devam atuar dentro dessas escolas, ele também vai mudar, porque vai requerer, no mínimo, uma íntima relação, ou, enfim, conhecimentos mínimos com a questão da cultura quilombola. Não dão para ser, por exemplo, um professor que não tenha noção do que é uma cultura quilombola.

**Além das atividades que já existem na escola e trazem elementos históricos e culturais da comunidade, o senhor acha importante, eu vi que o senhor já mencionou aí na pergunta anterior, mas outros que valorizam a cultura negra e quilombola?**

É de fundamental importância, porque tem uma questão que a gente precisa estar muito atento, que é o seguinte, nós vivemos isso em nível nacional, nós vivemos um processo de apagamento, um processo de invisibilização, um processo de proibição, um processo de desconsideração, inferiorização, dominação, tudo isso relacionado ao povo negro. Sabemos que isso aconteceu justamente por conta de que, naquele momento do processo colonial brasileiro, o povo negro que foi trazido, entre aspas, da África para cá, para o Brasil, era considerado como inferiores e sabemos também que, por outro lado, esse povo não era esse sujeito com menor capacidade de conhecimento, ou seja, de fato, eles não eram inferiores, eles foram inferiorizados.

Eles tinham diversos saberes, diversos conhecimentos, conhecimentos em todas as áreas, algumas áreas, inclusive, mais avançadas que o próprio colonizador. Por conta disso, como a gente teve todo esse processo de apagamento, essas pessoas que são descendentes desses escravizados, hoje, no caso, os moradores aqui da comunidade fazem parte desse processo. Eles precisam que a escola possa contribuir para que eles possam conhecer a grandeza dos próprios antepassados, para que eles não se sintam como inferiores, como os que não consegue aprender, como o que não é inteligente, como o que, digamos assim, o cabelo não é o cabelo ideal, a cor não é isso. A escola precisa contribuir nesse sentido.

Então, quanto mais a escola conseguir trabalhar isso com as crianças desde pequenas, quanto mais a escola conseguir fazer esse trabalho, mais a gente vai caminhar nessa direção de que tudo isso que foi um dia e que ainda é até hoje considerado como inferior, como abaixo, como se tivesse uma hierarquia, para que tenha o mesmo direito de igualdade. A questão não é considerar o conhecimento do povo negro ou conhecimento de quem não é negro, ou seja, no caso dos brancos, europeus, um maior que o outro, é a questão é considerar também o conhecimento negro, toda essa gama de produção.

A escola tem que contribuir com isso, porque, se a gente, quando caminhar, pensando que existe um saber de um determinado povo que é maior que o saber do outro povo, nós

estarmos trabalhando um processo de hierarquia, e isso não é igualdade. A igualdade é considerar também os saberes, na verdade, o que o branco, o europeu, nunca conseguiu entender é que não é que a gente tem um saber melhor que o outro, a gente tem saberes diferentes. É isso que acho que não está sendo entendido, é essa especificidade que não está sendo entendida. Então, por isso que hoje ainda é muito comum as pessoas considerarem, por exemplo, o serviço, a dança do povo negro como uma dança inferior.

E a tendência é considerar. Eu falo da dança porque sou dessa área, considerar o balé, a dança moderna, a dança contemporânea como sendo dança, mas uma dança popular, tradicional de matriz africana como sendo uma manifestação folclórica, vou citar só esse exemplo. Quando você coloca, por exemplo, a Dança do Engenho Novo, de Furnas do Dionísio, numa caixinha de uma dança folclórica, e você usam exatamente isso aqui, folclórica, isso aqui é folclórica, você está querendo dizer nada mais do que o seguinte: essa dança é menor do que a dança que não está nessa caixa do folclórico, ela é menor que o balé clássico.

E aí, quando isso surge, todas as manifestações dos negros e dos indígenas foram colocadas nessa caixa do folclórico, que é um termo que eu combato, por mais que, quando aparece no referencial a palavra folclórica, precisa ser usada, eu vou lá e substituo para a cultura popular, por exemplo. Isso é um posicionamento meu.

**Em sua opinião, tem práticas e saberes da comunidade que poderiam ser inseridas nas escolas? Quais seriam essas práticas?**

Sim, temos uma lista de práticas que pode ser inseridas nas Escolas da Comunidade: A disciplina de cultura afro, a escrita de um currículo para disciplina, onde os professores pudessem primeiro trabalhar todos os aspectos constitutivos da cultura afro-brasileira, processo de colonização, a luta do povo negro a partir do movimento negro unificado, conceito de cor, raça, etnia, identidade, isso para que o aluno consiga entender os princípios e trabalhar com o que é específico da comunidade, estudar as três festas da comunidade, Santo Antônio, Nossa Senhora de Aparecida, Festival da Rapadura, estudar artesanato, que aí eu destaco a produção de peneira, de bambu, culinária estudar também as danças da comunidade.

E, quando eu falo estudar, eu estou dizendo do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático, porque não faria sentido o aluno copiar um texto sobre o surgimento de Furna do Dionísio ou copiar um texto sobre a peneira de bambu se ele não experimentar na prática, não faz sentido ele copiar um texto ou escrever texto sobre as danças se ele não praticar essa dança, porque a dança só faz sentido no corpo.

Inclusive, seria importante a articulação da presença de alguns dos mestres desses saberes, Anciões da comunidade no interior das aulas, todos esses conhecimentos podem estar presentes dentro da escola, ainda incluir os saberes, da questão da produção da agricultura familiar da comunidade, a dinâmica do turismo que começa a crescer e várias outras coisas da comunidade que podem integrar. Acredito muito, de verdade, que nós estamos indo num caminho muito bom.

**Segundo a sua percepção, os professores da escola, hoje, eles estão preocupados com os valores da comunidade? Interessam-se em conhecer a história da comunidade? O senhor considera que seria importante ter mais professores da comunidade na escola? Por quê?**

Essa é uma pergunta, não é que ela seja difícil de responder, mas é uma pergunta que eu tenho que falar da minha percepção e da percepção do outro. Eu vou falar primeiro da percepção de mim mesmo. Eu tenho uma preocupação, desde sempre em primeiro conhecer a história do lugar onde eu estava chegando para trabalhar. E, segundo, sempre que possível, nas disciplinas de arte, projetos de vida, enfim, todas elas, antes de ter essa disciplina

específica, de incorporar no cotidiano dos processos de ensino e aprendizagem os conhecimentos locais.

E tanto é que, nesse processo, eu acabo criando uma relação íntima que, assim, ela está além dos muros da escola agora. Porque, por exemplo, como eu tenho certa bagagem na área da produção cultural, hoje eu faço uma facilitação em relação à escrita dos projetos culturais da comunidade. Só para citar um dado que já foi feito além dos muros da escola. Mas hoje, a comunidade já está com tudo certo e encaminhado para a gente inaugurar o ponto de cultura, a comunidade hoje vai ser um ponto de cultura reconhecido pelo governo federal, isso é um trabalho que a gente realiza além da escola.

Então, eu posso dizer, com toda certeza, que eu tenho, assim, primeiro, uma gratidão imensa e um privilégio de ser trabalhador da educação aqui nessa escola, isso é uma primeira coisa. Uma segunda questão que eu tenho, assim, um carinho, um amor muito grande. É uma identificação, a palavra, é identificação com a comunidade, então, eu tenho um comprometimento de fato com a comunidade. Agora, os outros professores, a gente tem aqui uma dinâmica na escola. Dinâmica, não, aqui na escola, a gente tem uma questão que passa os professores que trabalham aqui.

A grande maioria vem de processo seletivo, então, não é um professor que vai ficar efetivo aqui por vários anos, as rotatividades, geralmente, são de dois anos, três, quatro anos no máximo, o mesmo professor na escola, mas, às vezes, temos no ano um professor, no outro ano outro professor. E conforme esses professores vão chegando aqui, uma coisa é fato, nenhum professor chega aqui e vai dar aula como se estivesse em uma escola qualquer. De cara, ele já percebe que ele está dentro de uma comunidade que é longa.

O que eu vejo dos professores é uma curiosidade, primeiro, de querer saber que comunidade é essa, e aí está o nosso papel de professor há mais tempo aqui, juntamente. Por exemplo, com a professora Luciene, professor Rafael, que já está aqui há bastante tempo, de ir oferecendo para esse professor as informações, as orientações, enfim, compartilhando aquilo que já conhecemos da comunidade.

O que tenho notado é que os professores que têm passado por aqui, que estão aqui nesse momento, que eles têm essa preocupação de se aproximar da comunidade, das coisas que são da comunidade, e trabalhar com isso no dia a dia. Aqueles professores que têm um pouco mais de resistência, normalmente, eles não conseguem se fixar aqui como professor, porque a escola requer que tenha essa aproximação. Então, quem dá aula em Furna do Dionísio precisa perceber que ele chega dentro de uma comunidade quilombola.

É de grande relevância termos cada vez mais a presença dos professores da comunidade como protagonista do processo educacional dentro das escolas, pois acredito que o professor da comunidade vai ter muito mais condição de desenvolver os processos educacionais com os seus alunos, ou seja, com seus parentes. Na verdade, vejo isso por quê? Porque quando um mestre, por exemplo, dos saberes da peneira vem na escola e trabalham os modos de fazer da peneira de bambu, os alunos aprendem muito mais do que quando a gente que não é tenta trabalhar isso com os alunos. Defendo, sim, cada vez mais o protagonismo seja da comunidade, e isso não só no setor educacional, ela tem condições e deve falar ela por ela mesma, e a gente tem que apoiar e contribuir para isso.

Vou citar um exemplo que deve ser trabalhado pelo professor da comunidade, vamos pegar aí a questão da produção da agricultura familiar. Todo pequeno produtor que planta e que vai vender, ele precisa ter um domínio mínimo da matemática, para saber quanto colheu quanto vendeu quanto gastou o que vai ter de lucro, tudo isso é matemática. Na disciplina de matemática, essa questão da agricultura familiar, ela entraria. Realizar cálculo de quanto seria... Na época, a gente fez um cálculo de quanto seria, quanto gastaria e quanto daria de lucro plantar, por exemplo, acho que na época, 10 pés de limão, que é um desses produtos que tem aqui.

Em geografia pode entrar na questão do solo, como que é o terreno aqui, qual que é a relação do uso da terra de maneira sustentável, para que a gente preserve, por exemplo, os córregos, os ribeirões e as mais de 17 nascentes que tem dentro da comunidade. E ciência da natureza pode trabalhar isso do ponto de vista da fauna, da flora local. Então, não é só uma tarefa da arte, do projeto de vida, da terra, vida e trabalho e da cultura. Eu acho que é uma tarefa de todos.

E as festas, elas podem entrar em estudos relacionados à questão da dinâmica social, da sociabilidade. Eu ia falar agora que ela podia entrar em estudos sociais, porque na minha época eram estudos sociais, hoje já não é mais estudos sociais. Ela entra na questão das relações sociais, disciplinas de ciência, se eu não me engano, e misturou um pouquinho de história, ciência, geografia. Pode trabalhar, a gente vê que todas as questões da comunidade podem permear todas as disciplinas, absolutamente todas. Então, eu acho que é por aí. Agora, vai depender muito da visão do professor, em primeiro lugar, porque é ele que faz o trabalho na sala de aula, você pode ter uma gestão, uma coordenação que basicamente exige que o professor faça esse trabalho.

O Engenho Novo, eu sempre contextualizo a questão teórica e prática, gosto de primeiro fazer a contextualização teórica. O que é o engenho, por que surgiu, o que significa? O engenho, segundo as informações dos mais velhos da comunidade... e aí, essas informações já foram parar em diversos artigos, que ela é a representação do ato de moer a cana para poder fazer a produção do açúcar, ainda na época em que os antepassados eram escravizados, ele tem todas as características das danças populares brasileiras de matriz africana, que é, primeiro, os pés descalços.

Essas questões todas devem postas para eles, do ponto de vista teórico, do ponto de vista prático. A Dança do Ofertório também, que nasce no contexto da religião católica, também é colocada, sempre que trabalhar e colocar essa questão teórica para alguém saber também o porquê que ele está dançando. Mas isso a partir do que os mais velhos contaram a partir do que diz a literatura, claro. Não tem como a gente também não falar da nossa percepção enquanto professor de dança não, sabe? Assim, dizer se todos os alunos têm essa ideia claramente, mas uma coisa eu já posso garantir.

Quando eu cheguei aqui, em 2009, fiquei seis meses. Perguntava em sala de aula que dançam eles conheciam. E, a Dança do Engenho Novo nunca aparecia na fala dos alunos. Hoje, se você entrar nas salas e perguntar quais danças eles poderiam dizer da comunidade, você já vai ouvir eles dizerem Engenho Novo. Se for perguntar: por que Dança do Engenho Novo? Você já vai ouvir alguma explicação, principalmente dos alunos do quinto ano, percebe-se uma mudança, acha que é assim que tem que ser trabalhado, não tem como a gente trabalhar só a prática sem contextualizar.

Quando eu trabalho com as danças locais, não sou eu, o professor do balé, que vai ensinar para eles. Olha, você, tenho que mexer o pé assim, eu não faço isso. Por que eu não faço isso? Porque é uma dança que não é... Eu não sou da comunidade, eu sou de fora da comunidade, quem sabe dançar Engenho, ensinar melhor do que nós, somos eles mesmos, porque eles vivem isso no dia a dia. Então, como aqui a gente não tem o privilégio de ter todo dia um mestre de Engenho Novo da comunidade ensinando para os alunos, o que eu faço? Os alunos que são mais velhos e que eu vejo nas festas da comunidade, já dançando com os grupos dos mais velhos, eu entendo que ele tem um pouco mais de experiência de engenho.

Então, é esse aluno que vai explicar para os alunos mais novos, e quando a gente tem a oportunidade de ter um mestre de engenho, eles também vêm e ajudam. Espero que minha contribuição sirva para a sua pesquisa de mestrado, que, com certeza será uma grande fonte para a comunidade. E lembra-se de nós, quando terminar, nos traga a dissertação para lermos.

**Entrevista 6 – Renildo Ferreira dos Santos, professor da Escola Municipal Dionizio Antônio Vieira e atual diretor**

Na comunidade, quando criança, eu morei pouco lá, eu morei em Campo Grande, por questões de sobrevivência, mas ia pra lá quase todos os finais de semana. Aí, na juventude, ainda no ensino médio, surgiu a oportunidade de trabalhar na escola, aí fui chamado para trabalhar na escola e comecei a morar lá, por conta do trabalho, e desde então, não saí mais da escola lá. Depois de alguns anos passei por concurso, vim para cá um período e graças a Deus estou até hoje com a minha família.

Quando a comunidade passou a ser quilombola, foram demarcadas as áreas, e quem não era quilombola foi pedido para sair. Esse processo de devolutivo das terras, que foi o termo que eles usaram, foi daquelas pessoas que não eram descendentes do início. Então, tipo assim, é igual, se eu morava e não era descendente, então houve o processo de devolução das terras onde ele morava e ficou essas terras por conta da associação. Onde as pessoas moravam, o espaço que as pessoas moravam, ficou por conta da associação, no caso dos meus pais, já era da minha avó mesmo, então não houve esse processo de devolução. Minha avó morava lá, minha tia morava lá, então, só aumentou um pedaço para eles.

**O que você sabe sobre a vinda dele para cá, para Mato Grosso do Sul?**

Pelos mestres dos saberes, os mais velhos, nossos anciões, ele sempre nos ensinou que Dionísio veio de Minas Gerais, veio após ser alforriado, liberto. Ele veio para cá, para essas terras onde se encontra Furnas hoje. Trabalhou no entorno, para o proprietário que pertencia àquelas terras. Ficou um tempo trabalhando com eles, e depois, quando adquiriu dinheiro com o seu salário de trabalhador, ele comprou aquele pedaço de terra que, para o proprietário, antes não era de valia, porque era uma geografia de Furnas, buraco. Então, para eles, não servia, e o Dionísio conseguiu comprar essa terra, voltou para Minas, buscou a família e se instalou lá.

Pelo que os mais antigos contam, até falam um pouco que veio com a Tia Eva, mas não foi aprofundado muito bem isso aí, mas não tivemos nenhuma prova, histórico, um documento ou foto que comprove isso, mas veio com os nove filhos e a esposa, para se instalar ali onde é Furnas do Dionísio hoje.

Ele veio com filhos adultos, adultos, assim, não tinha ninguém, criancinha, bebezinho, que possa ter problemas de transporte, porque, segundo as informações, a viagem de Minas até aqui foi muito longa, muito demorada, e vieram de carro de boi. Ele veio com a família, desenvolveu o espaço ali. Hoje, até então, temos os nove troncos lá do Dionísio, tipo assim, familiar, que são os nove filhos do Dionísio, tem marcos registrados, não só as terras mesmo, divisão das terras. Quando ele se instalou, sua a área de terra, no total passava de mil hectares, na época era considerada uma fazenda, praticamente uma fazenda, e hoje é pouco para o número de pessoas que habitam neste território.

As terras foram desbravadas, tudo de forma bem rudimentar, até mesmo pela época em que ele chegou aqui, que era por volta de 1890. As ferramentas foram machado, enxadão, foi desenvolvendo as terras para subsistência, conforme fosse a necessidade. O que mudou bastante o dia de hoje, hoje em dia, já está bem mais desmatado, bem mais utilizada a terra, e a moradia também era bem diferente de hoje, era de pau-a-pique.

O que tenho como algo marcante e que me soltou os olhos, infelizmente desmanchou, mas guardo na memória: a última casa que tinha um aspecto da arquitetura que tinha antigamente. Quando eu me entendi, como diz a ditado de Furna, me entendi por gente, quando já entendi da coisa, a arquitetura muito detalhada, não tinha muito prego, furação, era tudo no encaixe, as estruturas de madeira, encaixava no chão, uma madeira na outra, a arquitetura muito, e as paredes de barro, mas a arquitetura muito rica.

As casas de madeira de antigamente pareciam às casas do período colonial, apresentavam características arquitetônicas marcantes que refletiam a cultura e a disponibilidade de materiais da época, sendo a madeira era o principal material de construção, utilizada para estruturas das paredes e vãos, telhados, usam técnicas construtivas de pau-a-pique ou taipas e depois os vãos eram preenchidos com barro, pena que não deixaram nada para contar a história.

Outro fato marcante na minha história são as festas, que eram muito simples e muito ricas, em termos de cultura, que a gente nem prestava atenção nisso. Hoje em dia que a gente vê o quanto era importante a união das pessoas, os espaços de lazer, que hoje estão muito assoreados, os rios da comunidade, eram bem gostoso de banhar nele, todos usufruíam, não pagava nada, tinha gente de fora, não era tão intenso como hoje, eram mais aqueles que as pessoas tinham conhecido da comunidade. Não é tão aberto como hoje esse fluxo turístico que tem, vinham às pessoas visitar a comunidade, principalmente na época da festa de Santo Antônio, que era a principal festa que tinha na época de criança.

Em relação à primeira escola da comunidade, aconteceu nos meados do ano de 1940, parece ter alguns traços de escola na comunidade, uma foto até hoje do espaço dessa escola. Essa escola era de cobertura de sapé, de parede de barro. Na verdade, a primeira escola física mesmo que nós tivemos de importância registrada, a escola que está lá hoje, a escola de Dionísio, passou por várias reformas, que era uma peça, que me lembra uma peça, que funcionava em multisseriado. Tenho lembrança dessa época, as crianças, tudo junto ali, tem até falado o nome da professora Creuza, que começou a desenvolver, aqui embaixo, que era a escola Lajeadinho, e lá em cima, próximo da casa dos meus pais, tinha a sala anexa, que era a três de Maio.

Lajeadinho era o nome da fazenda do Dionísio, área onde é nossa comunidade hoje, e quando houve a construção da nova escola, a comunidade cogitou a possibilidade de passar a ser o nome do fundador da comunidade Dionísio Antônio Vieira. Porém, quando o prefeito foi publicar o decreto com o nome da escola publicaram se Dionísio com Z e sem acento circunflexo na letra i, e não com S, conforme é escrito o nome do fundador da comunidade Já tem alguns pedidos para o atual prefeito publicar um novo decreto de alteração da escrita do nome da escola, para a mesma forma que escreve Dionísio, nome do fundador da comunidade.

### **O que tinha no seu tempo de escola que você considera importante para a escola de hoje?**

Hoje em dia nas escolas as crianças, não brincam mais como as crianças de antigamente, já não tem tantas brincadeiras como pega-pega, jogo de beto, próprio futebol, vejo que não é muito difundido com as brincadeiras na escola e pode ser até mesmo por conta de nós, da gestão mesmo que não reproduz essas práticas na escola e muita das vezes as crianças não buscam querer essas atividades.

### **A Comunidade foi reconhecida como quilombola. Quando e como foi o processo de reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombo? Você participou desse processo?**

Sim, participei, em termos políticos e institucionais, foi um marco importante para a comunidade, dizer que foi plausível para ela, não foi, porque teve bastante reunião, bastante negociação, bastante conversa, porque não foi algo que a comunidade buscou. Digamos que foi uma oposição, coisas do governo que foi trazida para a comunidade, na época, não sabem se foi falta de experiência do presidente atual, que assinou o termo de cooperação, vamos dizer que seja esse documento, afirmando que a comunidade era uma comunidade quilombola, por que a partir dessa confirmação, tinha todas as prerrogativas atrás disso.

Os fatos que geraram contrariedades para as pessoas da comunidade na época foram: as desapropriações e saídas das pessoas que não eram quilombolas... Pertencentes à comunidade, a proibição de comercialização das terras, o apego das pessoas da comunidade com os vizinhos não quilombola, antes as terras podiam ser vendidas, quem vendeu, vendeu porque quis e quem comprou ia ser desapropriado. Porque tinha aqueles que aceitavam e aqueles que não aceitavam, na época a maioria disse que não estava de acordo, tudo isso causou uma revolução dentro da comunidade, as pessoas que estavam saindo daqui, já tinham laços de amizade com a comunidade. Tinha um japonês, um senhor bem de idade, um branco lá, que comprou um pedaço de terra lá, que é onde é a cachoeira hoje, quem conhece pode ver que tem uma estrutura que é diferenciada das estruturas da comunidade, o governo o indenizou como os demais foram indenizadas.

O projeto era esse, quando saiu à titulação, veio à demarcação das terras e a identificação de que não tinha pessoas pertencentes à descendência do Dionísio nas residências, nos espaços, foi feita uma vistoria completa na localidade, desde o poste, a criação, até melhorias na área ali, tudo foi quantificado em termos de dinheiro e ressarcido para a pessoa.

Agora, comunidade entende que a comunidade teve seus benefícios depois de ser reconhecido como comunidade quilombola, benefício econômico para a comunidade, onde consegue abrir portas, pelas políticas de hoje de igualdade racial, a comunidade consegue abrir portas onde antes não existia e obter recursos também que estão fazendo com que a comunidade esteja sendo alavancada.

Hoje, isso também passa pela escola, vendo a comunidade reconhecida como quilombola. E a escola não ter essa denominação propriamente dita, porque está aí exclusiva, vamos dizer assim, quilombola, afeta tanto o desenvolvimento da escola mesmo, em termos de recursos, e também a questão do papel social da escola.

Se tivéssemos uma escola quilombola, certamente conseguiríamos instrumentar a escola com todos os benéficos de uma escola quilombola, em termos de recursos, em termos de financiamento, em de currículo, em termos de ações didáticas, em termos de envolvimento comunitário, nós conseguiríamos o fazer pedagógico com ações de pertença, como eu disse anteriormente, fique mais nítido para as crianças, fique mais fácil de ser trabalhado.

Em relação ao currículo acredito que propor conteúdos para atrelar realidade da comunidade, por exemplo, vai trabalhar relevo, você tem a possibilidade de trabalhar na prática o relevo com os alunos, apresentando para eles as formas de relevo que existem, porque eles têm contato não só com a comunidade, como com o entorno, a partir do relevo que eles se encontram, que é uma fuma, é você apresentar a eles as outras opções, identificar por que o nome Fuma, por que existe essa característica física.

Manter as mesmas disciplinas, com conteúdos à realidade da nossa escola, seria interessante que as nossas tradições e cultura comessem a perpetuar nas crianças. Não se precisar criar outra disciplina, mas sim trabalhar das disciplinas existentes. Assim fortalece mais desde a raiz lá embaixo, que é os alunos que nós atendemos, desde a pré-escola, eles já vão se sentir, desde cedo, com essa linguagem, com esse sentimento. Não que vai construir neles uma bolha, mas a missão é fazer com que eles se sintam quilombolas numa sociedade mais ampla, onde eles forem, vão ter em mente, somos quilombola, isso precisa ser construído nas crianças desde pequenos.

E a integração, também que eu falo para eles que é muito importante, nas discussões que a gente tem, nas conversas, melhor dizendo, eu sempre falo que nós só vamos ser respeitados à medida que a gente dá o respeito. Então, construir nas crianças esse sentimento, mas, ao mesmo tempo, o sentimento de acolhida também faz com que eles cresçam também. Nossas crianças têm que entender que os outros também possuem direitos. Eu estou tendo direito de educação, as pessoas ao meu entorno que possam talvez não for quilombolas, que

nós atendemos também lá, na escola, possam também ter o mesmo direito que nós temos. Precisamos sempre estar fortalecendo isso dentro da escola, através até mesmo de alguma disciplina e também na conversa, porque para todo mundo, seja quilombola ou em outra localidade, tudo que é imposto não é aceito de prontidão.

Então tem que haver uma conversa, uma conscientização, trazer a importância e trazer os mais velhos, as pessoas que tenham essa dança, para estar trazendo para a escola para mostrar a importância dessa dança, o porquê dessa dança, dessa manifestação cultural. Porque, igual o caso do Engenho Novo, se não fosse um projeto de resgate, hoje em dia não estaria o Engenho Novo sendo apresentado como é apresentado hoje pela comunidade, foi um projeto de resgate na escola municipal.

O Engenho Novo era uma cultura da época da minha mãe e através de um projeto de resgate, que foi resgatado por professores da escola estadual daqui, no tempo em que eu trabalhei lá, fez esse projeto de resgate do Engenho Novo, porque ninguém já se falava mais nele. Sendo que Engenho Novo foi praticado pelo Dionísio e seus filhos nas festas antigas... E na minha juventude já não tinha mais e se não fosse esse resgate a fundo... Eu sabia do Engenho Novo, porque ouvia minha mãe e minha sogra dizer, que era da época delas de criança, depois parou e há uns vinte anos, foi resgatado recentemente, pode se disser que foi resgatado. Então torno a dizer que deve ser feita apenas uma adequação no currículo, ou seja, melhorar o que já existem na escola.

A Dança da Catira na comunidade tinha nas festas, tipo na festa, quando eu era criança, nas festas da igreja de Santo Antônio e sempre no final da festa tinham a Catira. Dançava quem sabia e quem não sabia dançava do mesmo jeito, aqueles curiosos, iam dançar também, lembro do tio Luiz, Luiz Abadio, afinando o violão, o tio Joaquim Abadio, pai do Givanildo, tio Sebastião Abadio Martins. O Sebastião e o Joaquim são vivos até hoje.

O tio Joaquim também, eles eram os que puxavam o Nilton, ex-presidente da associação e falecido já, eles que puxavam as pessoas para o Catira, tinha o sanfoneiro e violeiro. Eles batiam o pé chão mesmo, ali no salão apresentavam ali, conforme eles foram indo, acabou a Catira, porque a questão do resgate cultural não houve como não interesse nas crianças e nos jovens.

Porque como a comunidade, apesar de ser uma comunidade que possui sua cultura, mas é uma comunidade aberta, isso é importante também, é bom para a comunidade, para conhecer outras culturas. Hoje as crianças têm mais acesso às culturas externas do que a sua própria cultura local, o que faz com que a preferência deles, como você mesmo já relatou, seja de outras culturas, que perpassam pelo funk, samba, axé, que não deixam de ser uma cultura africana. Sim, é uma cultura nata da cultura brasileira, mas não é uma cultura de resgate cultural da comunidade.

Nossa comunidade é uma comunidade rural, então os nossos ancestrais não tinham essa prática, hoje se pode dizer que o funk e o axé são um gênero musical de uma cultura mais contemporânea, já samba é um gênero musical mais antigo, porém pouco conhecido na nossa região para os mais antigos.

Em relação aos professores, pertencer à comunidade há necessidade, sim, da comunidade se organizar e buscar ocupar esses cargos, não diz assim integralmente, exclusivamente, mas sim em sua maioria. Por quê? Repetindo de novo aquela questão da pertença, que vai dar valor, trazer um valor a mais para as crianças, dizer, não, os daqui também podem se desenvolver. Porque eles criam assim, as crianças, uma noção de que para ser professor, para conseguir ensinar eles, só vai ser o de fora, as próprias crianças vêm com esse pensamento de berço.

Os pais precisam ter em mente, esse tipo assim, é um reconhecimento de que eles são capazes também, tanto é que podemos dizer para eles, ó, vamos incentivar, vamos estudar,

que você pode chegar nisso aqui. Os pais já têm como referência o professor de fora, eles fazem isso e preferem os professores de fora.

Os professores de fora têm a preferência, na opinião da maioria dos pais, só que para quebrar isso, precisa dessa mobilização, que no nosso território temos pessoas capazes, está tendo hoje, hoje temos um grande número de pessoas dentro da faculdade, da Dioniso mesmo. Antes, a cada quatro anos, formava um na comunidade, teve época que ficou oito anos sem formar ninguém, agora, todo ano forma um, dois, está tendo direto. Estão renovando o pessoal, já temos duas funcionárias no administrativo formadas na escola Dionísio, em nível de acadêmico, licenciatura.

Esses conteúdos que queremos incluir no currículo, não como disciplina, mas sim como listagem de conteúdo, a história, o porquê dessas festas, o como se desenvolve a comunidade, sua geografia atual porque a rapadura é símbolo da comunidade, porque a farinha é o carro-chefe da comunidade, tudo isso tem que dar para trabalhado por um professor da comunidade e a gente anseia, que isso aconteça. Porque a rapadura se tornou o que mais produziam na comunidade.

Agora, falando um pouco da nossa produção, até então foram presenciar algumas falsificações da nossa farinha, lá no Mercado tinha pessoas que colocavam placa de farinha de Furna, usando a comunidade só para vender. E, na verdade, a farinha não era daqui. Não era daqui, só que agora deu uma quedinha na farinha também, tanto na produção como na sua venda, na sua comercialização, mas está ainda como carro-chefe, é a falta de matéria-prima e mão de obra para produzir a farinha, a matéria-prima é um produto que é caro, a mandioca começou a ficar cara, e para você produzir a farinha em larga escala, vai muita mandioca e nem todo mundo está plantando mandioca hoje em dia

A Associação de Produtores pode beneficiar e ajudar a comunidade, eu até estava tendo uma conversa ontem, converso bastante com as gestoras da Associação, e falei da importância da associação no sentido de busca, o papel dela de ser o elo entre as entidades que queiram fomentar a comunidade e os próprios moradores.

A associação funciona como uma entidade externa, nós queremos um projeto para comunidade, a presidente faz essa intermediação, vamos sentar, vamos ver o que é possível da comunidade, o que é bom para a comunidade, o que isso vai beneficiar a comunidade. Há uma mesa redonda, primeiro com a associação, porque eles conhecem a realidade da comunidade, para dizer se isso é bom ou não e até quanto isso pode atender a comunidade. Então, o papel dela, e eu acho que é interessante, é esse elo. Entidades externas, comunidades externas com a comunidade local.

**Entrevista 7** – Maria Aparecida Silva Martins, mais conhecida como Cidinha, presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio

Sou a Cidinha, do senhor Jorge Sebastião Abadio Martins. Somos entre cinco irmãos, quatro meninas e um menino, perdemos nossa mãe quando eu tinha quatro anos de idade e o mais caçula ia fazer um ano de idade. Meu pai sempre criou a gente desde então, nunca casou novamente, mas sempre cuidou da gente, nunca deixou faltar nada, sempre que puder ele fazia de tudo para dar o melhor para a gente.

Toda família da comunidade havia construído suas casas de pau-a-pique, e nós nem condições de construir uma casinha de pau nós tínhamos, porque meu pai tinha um problema de saúde, então nossa primeira casa foi um barraco de lona. Depois conseguimos uma casa de madeira, nós orávamos em uma casinha bem simples até, até então, o que eu lembro foi uma casa construída por um projeto do Empaer, que tinha aqui dentro da comunidade, onde os próprios moradores ajudaram a construir esta casa para o meu pai.

A gente passava uma vida de muita pobreza, tínhamos uma infância bem sofrida, bem dolorosa mesmo, que não era fácil. Eu sei que muita gente tinha essa condição de vida que não era muito boa, mas a nossa eu falo que era um pouco mais sofrida, porque ele era uma pessoa doente, ele tinha um problema de epilepsia e nós, criança pequena, que se via na obrigação de cuidar dele, ao contrário, ao invés dele cuidar da gente, a gente que cuidava dele, mas éramos uma família unida, éramos felizes, a gente, graças a Deus, a gente não passava, assim, aquelas desavenças que muitas famílias passam, mas nós sempre mantivemos juntos, sempre nos mantivemos de pé.

Passados alguns anos, meu pai veio a falecer, só que a minha irmã, minhas duas irmãs mais velhas que eu já estava casada, já tinham família. Eu também já estava casada, porém, não tinha filhos ainda, só morava junto com o meu atual esposo. E quando meu pai faleceu, meus dois irmãos, caçulas, eram menores de idade e moravam com ele, e eu me vi na responsabilidade de criar eles, de terminar de ajudar a cuidar deles, que, até então, o conselho tutelar chegou, vim em Furnas para levar eles de mim.

Eu já tinha 18 anos de idade, aí foi quando decidi entrar na justiça para pegar a guarda deles, mesmo uma menina com 18 anos, assim, menina e mulher, que já era casada, com 18 anos, consegui, entraram na justiça com a advogada e consegui a guarda deles. E logo, junto com essa ação para pegar a guarda, também deu entrada para conseguir uma pensão por morte, naquela época conseguia, hoje é mais difícil, aí consegui também uma pensão para conseguir manter eles, e assim consegui criar os dois até eles ficarem de maior idade.

Considero importante eu ter cuidado dos meus irmãos e ver meus irmãos hoje, bem hoje, é porque eles teriam vários motivos de ter seguido um caminho errado, porque hoje em dia o que é mais fácil uma criança, um adolescente dizer assim: ah, eu não tenho pai, eu não tenho mãe, você não me manda, eu vou mexer com isso, vou mexer com aquilo... Que a gente sabe que hoje em dia os adolescentes entram no mundo das drogas, no mundo da bebida, do álcool, mas não, hoje, é o meu maior orgulho é de ver que eles estão na igreja, estão servindo a Deus, assim, não critico, né? Que as pessoas, não critico religião, não julgam nada, mas assim, de você ver eles hoje em outro caminho, eu nem esperava, que a partir do momento que você pega um adolescente para você cuidar, você não sabe o que se passa na cabeça deles, né? O que é o futuro deles. Então, o meu maior orgulho é de ver que meus irmãos hoje estão bem, mesmo a gente ter passado tanta dificuldade, ter passado tantas lutas, ter perdido nossos pais, quando eles dizem que eram menores ainda de idade, mas eles estão bem, é isso que é o meu orgulho.

O Dionísio era meu tataravô, porque era avô do meu avô, o Sr. Sebastião Abadio. A história do Dionísio sempre foi contada pelos mais velhos e apreciada pelos mais novos. Bom, pelo que eu sempre escutei, que ele veio, mas a esposa, a Sra. Joana Luíza de Jesus, lá da

cidade de Salinas, Minas Gerais, dizem que ele veio sozinho, e logo depois voltou para buscar a família dele, então, assim, mesmo tento ouvindo muitas histórias, mas acredito que o certo mesmo a gente não sabe como tudo aconteceu, nos mínimos detalhes. Assim, tem a comunidade Tia Eva e que eles vieram praticamente quase na mesma época, sabemos que vieram, acho que, basicamente, quase juntos, mas parece que não tinham nenhum grau de parentesco.

Os nove filhos também se instalaram, todos eles se instalaram aqui, vieram, desbravaram a comunidade, cada um pegou uma parte de terra, que, na época, era uma grande fazenda por nome de Lageadinho, contando, no geral, não é pouco, era bastante. É que, na verdade, antigamente, eles eram poucas pessoas, então, dividir dava um monte de terra.

Sim, eu sempre estudei aqui na comunidade. O ano inicial que eu estudei no ensino fundamental foi na escola municipal, na época se chamava Lajeadinho, era uma única sala e nesta sala estudava todo mundo junto da primeira a quarta série, Lajeadinho, que era o nome da fazenda e também o nome da nossa escola naquela época.

Minha primeira professora foi a professora Creuza, foi a primeira professora que eu tive contato, e pra mim ela foi uma mãe. Eu e minhas irmãs nós não tínhamos mãe, então, sempre que precisávamos de um ombro materno, lá estava a professora Creuza para nos acolher. Não sei explicar, mas a professora representava a figura da nossa mãe.

A professora era professora, merendeira e zeladora, ela nos colocava para dentro da sala de aula, passava uma atividade e ia para cozinha, para preparar a merenda, colocava as panelas no fogo e voltava para sala. Ela corrigia nossas atividades e já era hora da merenda, ela servia a merenda, nós comíamos e íamos brincar, nosso recreio era bem longo. Enquanto brincávamos, a professora lavava as vasilhas e arrumava a cozinha e depois voltávamos pra sala de aula com mais atividades. Quando nós íamos embora para casa, a professora limpava a escola.

A escola era de uma estrutura precária, lembro que, quando chovia, nós alunos tínhamos que sair correndo, colocando baldinhos debaixo das pingueiras, porque molhava todinho, aquelas goteiras grossas, antigamente, que molhava tudo. Então, mas era o nosso lugar, era o nosso aconchego ali, era apenas uma pecinha com uma cozinha pequena pra fazer a merenda, mas era um lugar que a gente se sentia feliz, era gostoso você ir pra lá. Principalmente naquela época, que a gente já saía de casa pensando na merenda, porque não tínhamos condições de todo dia se alimentar dentro da nossa casa, então, nós e minhas irmãs íamos para estudar e também por causa da merenda. E assim, pra nós, era tão bom ir para escola que dificilmente nós faltávamos aula.

A professora Creuza, em sala de aula ou fora dela, era perfeita, porque eu lembro que era uma professora bem rígida em sala de aula, era bem exigente. Se a gente chegasse à escola sem atividade pronta, você recebia um castigo, naquela época era normal, hoje em dia tudo é proibido, mas era uma ótima professora, não tenho nada para reclamar, só agradecer, porque tudo que eu aprendi no meu começo dentro da escola, de ensino e aprendizado, foi com ela.

Na época de escola, o professor que tinha, dava aula de todas as disciplinas era a única professora, não tinha merendeira, não tinha zeladora, não tinha uniformes doados pela prefeitura, não tinha doação de material escolar, não tinha doações de livros didáticos, não tinha transporte escolar. Nós andávamos três quilômetros a pé de ida e três de volta, nós víamos a pé, nós morávamos lá perto do centro comunitário, tinha que descer a pé pra cá, pra participar das aulas, e o horário aqui era bem cedo, porque era meio-dia, entrava a turma da tarde. E quando voltávamos pra casa, na hora do almoço, aquele sol quente, rachando, aí tínhamos que subir pra ir pra casa, pra ir embora. Nós, em casa, tínhamos o serviço de casa, que tinha que conciliar com a escola, já era muito mais fácil, porque nós éramos entre quatro meninas, né? Então, eram tudo dividido as tarefas.

Lembro que Furna do Dionísio foi titulada em 2000 pela Fundação Palmares como a comunidade quilombola. No entanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) declarou a comunidade como território quilombola em 24 de abril de 2009, com publicação no Diário Oficial da União. Para ser mais específica, a Fundação Cultural Palmares [FCP] realizou estudos antropológicos que levaram à denominação de “remanescente de quilombo” em 2000, declaração oficial como território quilombola pelo Incraaconteceu em 2009.

Na época do reconhecimento da nossa comunidade como quilombola, gerou algumas divisões para o grupo da comunidade. Apesar de ter sido um passo importante, acabou pegando a comunidade sem esperar, não sei foi falta de experiência e comunicação dos líderes da época, foi um ato que não partiu de fora para dentro, não houve nenhuma conscientização em relação aos contributos para comunidade. Mas, pra nós, o reconhecimento formal da posse de terras quilombolas protegeu a nossa comunidade de desmatamento, invasões e outros conflitos, facilitou o acesso dos serviços essenciais, como água, energia, saúde e educação, também trouxeram valorização as nossas tradições, nossos costumes, nossos ancestrais e mais qualidade de vida a nós quilombola.

Em relação à convivência, tradições, é uma comunidade que a gente está tentando resgatar muito, resgatar muitas coisas que foram acabadas com o tempo. Aqui mantinha muitas tradições, tanto na cultura como principalmente na parte cultural, a gente tinha várias danças, chega, a gente apresentava, tinha danças culturais que hoje é bem pouca que apresenta. Que mantém viva mesmo é a Dança do Engenho Novo, mas tínhamos a Catira, que estamos tentando resgatar, mas não está sendo fácil, porque a adolescência de hoje tem vergonha dessas danças.

As crianças dançavam o Engenho Novo ainda meio na marra, as crianças e os adolescentes têm uma resistência as nossas culturas, eles querem outras culturas, querem variados gêneros musicais samba, axé, funk. Ainda bem que a nossa comunidade também está aberta as outras culturas, mas, ao mesmo tempo, não queremos perder a nossa. A Catira era uma cultura viva dentro da comunidade, a Dona Maria Batista, que faleceu o ano passado, o Júlio, aqui da Maria, a Zena, a Dona Clementina, o senhor Joaquim e o Givanildo são os mestres na Catira.

**Em relação à escola de hoje, na comunidade, como que você as avalia? Ela atende os interesses da comunidade, das crianças, dos adolescentes, as crianças que elas gostam de estudar?**

Eu acredito que sim, eu acredito que atende em parte às expectativas que a comunidade, assim, ela tenta trazer para dentro da sala de aula, retratar a realidade da comunidade, o que é importante, porque as nossas crianças têm que crescer sabendo das nossas origens, eles têm que crescer sabendo a cultura que a gente vive. Então, tem que partir de dentro das escolas.

Mas acredito que ainda tem muito que trabalhar, desenvolver muito mais projetos que falam mais sobre a cultura da comunidade, acredita que ainda falta muita coisa para melhorar, para trazer a realidade da comunidade para dentro das salas de aula, tanto a escola municipal quanto a estadual. Elas já atendem em tempo integral, mas elas não têm um currículo específico para escola quilombola, então, acho que tem que atender com um currículo específico para quilombola.

Tendo um currículo escolar quilombola, vai melhorar, vai ser a chave que falta, a gente está tentando trazer para as duas escolas da comunidade, assim podemos fomentar a valorização da nossa cultura, valorizar ainda mais a grade curricular das escolas, da comunidade, incentivar nossas crianças e nossos jovens a viverem a realidade que a gente tem hoje e respeitar a cultura, respeitar as religiões das outras pessoas. Que Furnas é uma

comunidade, hoje, que tem várias religiões, mas nós somos todas famílias, somos todos parentes, então, ensinar as nossas crianças a respeitar as crenças dos coleguinhas, a respeitar as escolhas que o outro, as escolhas que os pais, que os outros têm dentro do seu cotidiano, da sua vida hoje em dia.

Assim, como posso explicar as crianças, elas se diferenciam muito nas questões de religião, tal, essas coisas, uma coisa ou outra, você acha que elas têm essa diferença? O tio vai lá pegar para você, vai lá, algumas crianças sim, mas é porque são instruídos dentro de casa. Então, assim, o que a gente quer é trabalhar com as crianças, trabalhar na mente delas para que, futuramente, eles instrua os filhos a respeitar a religião do próximo, porque a gente não pode hoje trabalhar na cabeça dos adultos, porque não tem nem como, você tentar mudar a ideia, o pensamento deles, que foram instruídos desde pequeno a separar, a condenar uma crença, a condenar uma religião só pelo nome.

Posso afirmar que é mais fácil você trabalhar a mente da criança, que ela vai se transformando do que um adulto que já tem uma mente, né, acumulada. Por isso acho que tem que inserir uma disciplina, tem que ter, assim, tem que ter a disciplina que fala sobre a comunidade, que ensina a tradição

**Segundo sua percepção os professores da escola estão preocupados com os valores da comunidade? Interessam-se em conhecer a história da comunidade? Você considera que seria importante ter mais professores da comunidade na escola? Por quê?**

Em minha opinião, eu acho que cada um deve ocupar o lugar que merece, não adianta a gente querer lutar e falar só quer professor da comunidade! Porém, se os próprios professores vão fazer por merecer, né? Porque eu sou mãe, eu quero que meu filho aprenda o melhor, se é da comunidade ou de fora, pra mim não faz diferença, o que faz diferença é o ensinamento. É claro que a gente quer ver os nossos ocupando os nossos espaços, mas tem a outra parte.

Pra mim, como mãe e como representante da comunidade, o que eu almejo dos professores que eles ofereçam as para as nossas crianças um ensino aprendizagem de qualidade, porque não adianta a gente querer lutar pra trazer ou deixar somente professores da comunidade na sala de aula e eles também não quiserem fazer o melhor deles. Mas sim, a gente luta pra que os nossos ocupem os espaços que merecem.

Por exemplo, sou presidente da Associação de Produtores Rurais da comunidade de Furnas do Dionísio e, como presidente, eu ocupo um espaço de representatividade na minha comunidade. A APPR atua como um canal para que os produtores de Furnas do Dionísio possam acessar recursos financeiros e programas como o Pronaf, o Programa Brasil Quilombola e o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros.

A associação apoia a produção agrícola, a agroindústria, como a produção de rapadura e farinha de mandioca, e outras atividades econômicas, como o turismo de base comunitária, buscando melhorar a renda dos membros. Dessa forma, o trabalho da presidente como o trabalho do professor deve ser feito com eficiência.

**Você pode falar um pouco mais sobre a Associação de Produtores Rurais da Comunidade Furnas do Dionísio?**

Olha, a associação, ele é um órgão da comunidade que atende apenas à comunidade de Furnas. A gente busca recursos, busca investimentos pra estar trabalhando com os moradores, com os produtores. Na comunidade, em si, ainda existe uma grande resistência por algumas partes de querer contribuir ainda mais com a associação. Por quê? A associação está indo, acho que é terceiro mandato, comandado por mulheres, vejo tem aquela resistência, assim, por parte dos homens.

A decisão da comissão diretora é por eleição, e temos disputa com mais de uma chapa, mas essa última, agora, não teve, foi chapa única. Das outras vezes, sempre tivemos disputa de outras chapas, mas é porque a própria comunidade mesmo já não quer mais esse compromisso.

Hoje a associação mudou muito, antes era mais fácil de gerenciar, era menos cobrança, menos exigência, hoje não. Hoje a gente tem que prestar conta de tudo que entra nas contas da associação, a gente tem que fazer relatório mensalmente, as contadoras têm de fazer a contabilidade e enviar mensalmente para o governo, declarar imposto de renda anual e mais um monte de outras atribuições. Então, assim, é uma burocracia muito grande hoje lidar com a associação. Eu falo que antes era fácil, se existissem essas coisas, eu não sei como é que eles resolviam, hoje é muito mais complicado você assumir essa responsabilidade.

A gente corre atrás de recursos, corre atrás de projetos, recursos financeiros, projetos, tenta buscar o melhor, mesmo assim, eu acho que não é o suficiente. A associação não se disponibiliza de uma ajuda financeira onde possa socorrer um produtor, principalmente um produtor rural, naquele momento que ele precisa. A gente tenta fazer o máximo possível, tenta fazer o suficiente. A gente busca os benefícios, a gente faz o atendimento, mas somente para associados, a gente trabalha com isso, fazemos parceria com alguma secretaria no município, sempre quando a gente busca algum recurso, algum projeto, até mesmo cursos, a gente sempre busca em parceria com o município ou com alguns outros órgãos, como o Senar, o Agaer, a Embrapa, eles sempre estão dentro da comunidade dando assistência para a gente.

Dentro da comunidade, tem produtores que não são associados, trabalhamos para os associados. Pra ser associado, tem que ser da comunidade, a pessoa vem, faz uma ficha, paga uma taxa e por mês paga uma mensalidade de 20 reais, um valor simbólico. Para quê? Para a gente manter os maquinários, pagar a contadora, pagar serviços essenciais, porque, às vezes, a gente sai para algumas reuniões, a gente vai buscar algum recurso para algum eventual. Por exemplo, o evento do Festival da Rapadura mesmo, a gente tem custo para estar indo buscar, e algumas outras ações.

Esse Festival da Rapadura é um evento que acontece já há 10 anos na comunidade. Esse ano vai para 12º Festival da Rapadura da comunidade de Furna do Dionísio, que surgiu dentro das escolas, num projeto do folclore realizado no mês de agosto. A partir de então, devido um grande número de pessoas que participaram no segundo ano, a mesma festa foi realizada pela associação, e hoje o Festival da Rapadura tornou-se patrimônio histórico: “Decreto de lei que declara o Festival da Rapadura da comunidade de Furnas do Dionísio como Patrimônio Histórico e Cultural é a Lei nº 4.936, de 16 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul. Essa lei visa valorizar, preservar a cultura, a produção artesanal da comunidade e também reconhece a rapadura artesanal de Furnas do Dionísio como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul”. Tem por objetivo fomentar a renda da comunidade, dos moradores, divulgarem a produção que a comunidade tem aqui dentro, que não é só a cana-de-açúcar que fabrica a rapadura, mas hortaliças, a gastronomia da comunidade, divulgar a história da comunidade também.

Esse ano, o Festival da Rapadura, aqui na comunidade Furna do Dionísio já tem data para acontecer. Será nos dias 16 e 17 de agosto, terceiro final de semana do mês de agosto, que antes ela acontecia no segundo final de semana de agosto e coincidia com o Dia dos Pais. Ano passado, nós realizamos uma avaliação de satisfação durante o evento, e as pessoas falaram, questionaram, para esse ano resolvemos mudar a data. No Festival da Rapadura, serão expostos pra venda vários produtos, como já mencionado, e ainda apresentações culturais da nossa comunidade: a Dança do Engenho Novo, está previsto a Dança da Catira, o Canto do Ofertório e estamos tentando trazer a comunidade da Tia Eva para fazer outras apresentações culturais nesses dias.

A Dança do Ofertório tem como mestra a Dede, é trabalhada pelos próprios familiares dela, moradores, crianças, adolescentes da comunidade, a Dança do Ofertório representa a fartura, representa a fartura na mesa dos produtores rurais. Na época, ela começou dentro da Nossa Igreja Católica de Santo Antônio, que um padre pegou e disse assim... Um dia de missa, ele falou assim: olha, tal dia vamos apresentar o Ofertório e vocês trazem o que vocês produzem na casa de vocês. Pela surpresa, todo mundo trouxe um prato, um equipamento mesmo que trabalhava na roça, um missa de apresentação do Ofertório que tornou danças culturais da comunidade, o Ofertório representa da comida, do alimento, do trabalho da comunidade.

O Engenho Novo para a comunidade representa a união, o companheirismo, porque eles diziam assim, eu falo eles porque eram os mais antigos, dizia assim: você tem que sempre apoiar o seu companheiro, ao juntar as mãos seguindo em marcha é representação da união, se você quebrar, se você sair fora, ele não vai dar continuidade no trabalho que ele está precisando desenvolver, assim é com engenho, se quebrar vai dar errado. O Engenho Novo representa o apoio, representa a força, a união que tem aqueles de entres do engenho, que se ele quebrar, um falhar, e não vai moer, não vai fazer o serviço.

A Catira na comunidade representa a vida rural, e a força do trabalho por ela era sempre apresentada nas festas A dança, aqui ela foi fortemente assinalada nos anos 70 e 80, nas festanças da comunidade, os grandes mestres da Catira marcava a batida sincronizada dos pés e das mãos, além de um ritmo musical envolvente no violão e na sanfona.

## Entrevista 8 – Rafael Antônio Theodoro, ancião

**Fale um pouco sobre sua trajetória de vida, sua vivência na comunidade. Como era a comunidade de Furnas do Dionísio, quando você era criança? Dentro disso que você colocou o que você considera mais importante? E quando você era jovem? E adulto(a)?**

Sou Rafael Antônio Teodoro, tenho 91, 91, anos, mas já pode por 92, já está perto, né? Nasci dia 14 de junho de 1933, pai de sete filhos, avô de 22 netos e 14 bisnetos. Aí meu pai era um homem sistemático, era um preto, mas sistemático. Qualquer coisa já pegava a mala, hein? Já fugia, nada o segurava. Eu fui nascido aqui na Furna, aí depois meu pai foi lá pra Fazenda Barreiro, ali, do senhor Fernando de Augusto, né? Ah, meu pai tinha umas três éguas, aí, o filho dele falou: Seu Januário, põe a régua do senhor lá pra pegar a cria do meu reprodutor lá. E o velho não deixava ninguém, quem morava lá, ter punhado de animal, não.

Eram um, dois. Meu pai já tinha uns oito já, aí o velho meu pai ficou bravo, o velho ficou bravo, falou que era pra ele tirar as éguas de lá. Então meu pai falou: também vou embora. Ele não discutia com o padrão, não senhora, naquele tempo, não tinha negócio de justiça também, não tinha, e se tinha justiça, era só pra fazendeiros, tudo era resolvido na conversa.

E meu pai falou pra minha mãe, minha mãe que chamava Ana: arruma às coisas aí que vamos levantar acampamento. Meu pai chamava Januário e minha mãe chamava Ana. Meu pai deixou minha mãe arrumando as coisas e foi pra Furnas arrumar colocação. Na época, ele não tinha terra aqui em Furna, então, foi lá pro terreno do compadre Luiz Silva Martim, o Luiz Silva era mais conhecido como Silva, que era pai do tio Joaquim. Quando o velho patrão soube, meu pai já estava com o carro de boi pra trazer a mulher e as coisas.

Aí vieram. Aí vieram, vieram, já tinha sete, já... Nessa época, eu tinha uns 11 ou 12 anos. Fiquei aqui trabalhando junto com meu pai, desbravando terras aqui. Em 1954, eu fui pro quartel em Campo Grande, na Jaecão, da cavalaria. Fazia instrução a pé, fazia instrução a andar no mar, rastejar por cima de cobra, aprendi muita coisa lá no quartel, não aprendi mais porque eu não tinha estudo, né? Mas cozinhei e fazia muito serviço pesado mesmo, lá no quartel. No começo, nós comíamos uma comida, só Deus mesmo na causa. Eles pegavam o feijão, de jeito que tava da bolsa e colocavam dentro do cadeirão pra gente cozinhar, era barata, era pedaço de rato, pau, pedra...

Em 1958, eu casei com Virginia Abadia Martins, mas quanto casou. passou assinar Virginia Abadia Theodor. Juntos, eu e minha esposa tivemos sete filhos, quatro homens e três mulheres: Valdomiro, Antônia, Manuelina, Valdemiro, Zé da Cruz, Maria de Lourdes, Renata e a Laura. Quando foi em 1978 eu fiquei viúvo, na época, minha caçula, a Laura, tinha 12 anos. Depois de um tempo de viúvo, eu arrumei outra companheira e vivo com ela até hoje, assim, eu aqui na minha casa e ela na dela, a gente só dorme junto de vez em quando.

**Você pode contar a trajetória do Dionísio, fundador da Comunidade Quilombola? Aproximadamente, quando foi isso?**

Quando o Dionísio, fundador da comunidade, veio pra cá, geralmente o pessoal conta uma história, porque eu não era nascido nessa época, mas sei contar um pouco da história dele, de como que foi que ele veio pra cá. Sei que ele veio de Minas, junto ele veio o pessoal de Boa Sorte e de São Benedito. Eles pararam em Campo Grande e o Dionísio veio pra cá. Ele falou pra Eva, falou pra Eva: vou descer lá pra, pra Furna lá, lá tem um lugar lá, não tem ninguém. Aí ele desceu pra cá.

Assim, a história que seu, que me contaram, foi que ele saiu lá de Minas num carro de boi, com alguma tralha e comida, essas coisas, ele saiu pra viajar. Diz que estava muito ruim a sobrevivência lá em Minas e ele saiu a procura de terras. Depois que encontrou esse lugar aqui, ele deixou um amigo, o velho aqui, cuidando e fazendo uma moradia, aí que ele voltou

lá onde ele morava, que era em Minas, da onde que ele tinha vindo, ele voltou lá, foi buscar a família dele. O povo dizia assim, né? Aí, na vinda com a família, sua esposa estava grávida, então teve mais um filho na estrada, ao todo completaram nove filhos. Aí o Dionísio chegou aqui de volta com a sua esposa e filhos, comprou toda essa terra que é comunidade negra de Furna do Dionísio. Acha que não tem nenhum registro do valor pago na época.

Daí, diz que começou a desbravar a terra, aqui acomodou a família, acabou de criar os filhos, os filhos cresceram, e tudo já foi ajudado, foi trabalhar também e, com o tempo, tudo pegado mais idade, ele repartiu a terra pros filhos, cada um pegou seu canto e ficou num canto, um ficou para lá, outro ficou para aqui, não sei aonde, outro foi morar pra cá, pra esse lado, outro pro lado de lá.

As terras aqui foram desbravadas com ferramentas rústicas, como foice, enxada e enxadão, construíram casas de paus e tabocas com coberturas de capim, o trabalho aqui era árduo e principal plantio foi cana-de-açúcar, rama de mandioca e cafezal. E assim, a rapadura e a farinha de mandioca têm suas origens desde a época em que o Dionísio chegou aqui com sua esposa e filhos. Depois de muito tempo que o Dionísio estava aqui, ele veio a falecer, o Dionísio Antonio faleceu no ano de 1930 e sua esposa Joana Luiza faleceu no ano de 1933, mas os filhos já estavam todos, todos já acomodados, cada um já tinha seu lugar.

Então, o compadre Luiz Silva Martim, foi genro da Tia Eva, da Comunidade São Benedito, é que ele ficou viúvo e se casou com a Maria, filha do Dionísio. O Luiz Silva tinha três filhos do primeiro casamento, o Manuel Silva, a Jerominha e a Verinha. Assim, esses três filhos do Silva se casaram com filhos do Dionísio, e os outros filhos do Dionísio também casaram com famílias da Comunidade São Benedito e de Barreiro.

**Quando surgiu a primeira escola na Comunidade? Lembra como ela surgiu? Como era essa escola? Você estudou na escola da comunidade? Quantos anos? Tem em alguma foto, registro documental ou objeto daquele tempo? Você autoriza que tire uma foto e possa incluir na pesquisa?**

A primeira escola foi improvisada. O tio Antonio Abadio, que era líder na época, fez uma reunião na comunidade, e a gurizada começou a ter escola. O primeiro professor foi o Nativo, um professor com muito conhecimento que apareceu aqui em Furnas para ensinar. Naquela época, era uma escola sem paredes, um barracão, e era uma escola para homens, só os homens estudavam, as mulheres não estudavam. E dessa época não tem nenhuma foto pra colocar na história. Depois, lembro quase na época que eu ia para o quartel, acho que mais ou menos no ano de 1958, teve a inauguração de outra escola aqui, o professor foi o senhor Benedito Nabor, que trabalhou lecionando aqui muitos anos.

Já os meus filhos tiveram aula com a professora Maria, a Tia Maria aquela que mora lá perto da escola, ela tinha o quarto ano, mas sabia mais do que os outros, então ela era professora. A escola funcionava debaixo de um galpão com cobertura de sapé. Na época, nós pais fizemos uns bancos de madeira fincados no chão e um jirau também fincado no chão. Não tinha merenda, só os alunos e a professora mesma, o quadro que a professora escrevia era de madeira e no começo ela escrevia com carvão.

Eu, no meu tempo de menino, fiquei pouco tempo na escola, porque eu era muito atentado, fazia tudo o que era tipo de danura e travessura e também gostava muito de namorar as moças da escola. Um dia, o professor mandou chamar meu pai e contou tudo pra ele, ele me deu uma sova com vara de guatambu e me tirou da escola e logo, mas assim, lembro que a caneta ainda era daquela de pena que molhava na tinta, daí a gente escrevia no papel. Logo fui para o quartel servir, então não estudei muita coisa, devo ter estudado uns seis meses, parece que comecei estudar em junho e quando foi em novembro meu pai me tirou da escola, mas aprendi a fazer meu nome e sobrenome.

No nosso tempo de escola, éramos nós mesmo que cuidava da escola, na limpeza do quintal da escola, banco, mesa e tudo. Levava uma latinha com palha de arroz e cinza, a professora pegava folha de lixeira do mato, é uma árvore, as gurizadas catavam bastante folha, aí chegava e a gente misturava aquilo pra passar nos bancos, ficavam tudo branquinho os bancos e as mesas.

**A Comunidade foi reconhecida como quilombola. Quando e como foi o processo de reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombo? Você participou desse processo?**

Eu não participei desse evento, mais achei muito bom, porque antes várias pessoas venderam seu pedaço de terra, e agora sabemos que esse pedaço de terra é nosso e ninguém mais vende. Achei muito bom, foi bom pra gente, melhorou muito depois que aqui passou a ser quilombola.

**Em relação à escola que existe hoje na comunidade, como você a avalia? Ela atende aos interesses da comunidade? Das crianças e adolescentes? As crianças gostam de estudar nela? Existem atividades, disciplinas e eventos que estão ligados à comunidade? Essas são importantes? Poderia ter mais? Além dessas, existem atividades que trazem elementos históricos e tradicionais da comunidade? Que valorizam a cultura negra e quilombola?**

Antigamente era tudo de pau, pico, barreada de barro e coberto de folha de bacuri. A gente trabalhava, plantava roça para sobreviver, ninguém tinha muito tempo para estudar. Nossos pais tinham muito serviço, derrubava a mata, roçava, derrubava, queimava e plantava arroz ou plantavam feijão, milho, e depois tinha que sair pra vender. Só pra você ver, antigamente, eu estudei só quatro meses, entrei na escola... Já tinha passado as férias, entrei em agosto. Já entrou, no outro ano, já não estudei mais, mas o ensino de antigamente era muito puxado, a gente aprendia mesmo, era letra por letra, e eu passei para o segundo ano, passei pro segundo. Mas ficava muito envolvido a olhar pra cara das meninas, eu namorava demais, ah, demais. Começou a olhar muito pra cara das meninas? As meninas, no ano seguinte, meu pai já... Colocou-me na roça. Mas assim, esse meio ano de estudo rendeu muito na minha vida, deu pra eu aprender a ler, escrever e na matemática era sou melhor ainda, e ler eu leio, mas escrever que eu tenho um pouco de dificuldade.

Hoje as coisas estão muito mudadas, como posso dizer, não tinha luz, não tinha estrada, o colégio também era mais simples, mais simples, estudava todo mundo junto. De primeiro, a tarefa, a gente tinha assim, ó, tudo na cabeça, e hoje eu vi na casa da Maria de Lourdes, a filha dela fazendo tarefa no celular? O celular estraga esses meninos de hoje, as coisas vão mudando, né? Sim, as coisas vão mudando, é tudo a vida de um jeito só, cada vez vai mudando. Eu vejo guri mexer isso aqui, eu não sei, as crianças sabem mexer e os adultos não sabem, hein? Que interessante! Eu não sei! Mas eu acho que ainda acaba atrapalhando, né? É, mas hoje é assim, tem que seguir assim. Não pode mudar, né? É, tem muita coisa que só vai cada dia que passa vai transformando. Vai transformando a cada dia.

Antigamente não tinha água encanada, não tinha luz, não tinha poço, é água de poço, né? Não tinha banheiro dentro das escolas, banheiro era lá de fora, né? Era lá de fora, as vezes que ia até para o mato. É, e hoje em dia está tudo mudado, tudo moderno, né? Tudo moderno. É igual a mim, sempre falo para os meus netos, está tudo moderno, antigamente, o governo não investia muito nas famílias, né? Hoje já investe mais, não aprende quem não quer ou a natureza impede também.

Antigamente, a escola ajuda muito a comunidade nas festas tradicionais da comunidade, e hoje as escolas não se envolve mais. Então, eu vejo que nossas tradições vão se acabando, porque estamos velhos, não aguentamos mais, e os jovens não se envolvem

muito, como antes. De primeiro, juntava todo mundo, os homens, as mulheres, os jovens, as crianças, cada qual com seus afazeres. As mulheres iam fazer bolinho, fazer bolo. Os homens iam cortar lenha para comprar, os homens iam comprar uma vaca para assar, os jovens e as crianças faziam as decorações e as apresentações das danças. Era um trabalho em comunidade, todo mundo divertia e comia.

Hoje, quem não tiver isso... Na festa não come, né? Quem não tiver dinheiro não come na festa, não come. E antigamente era gratuito, tinha os festeiros aqui na comunidade? Hã? Os festeiros, tinham os festeiros que comandavam a festa, quando terminava a festa, aí fazia um sorteio pra saber quem que ia ser o festeiro do próximo ano. Quem que ia ser o ano que vem? O outro festeiro? O outro festeiro. Eu e minha família participávamos das festas, sempre participei, porque eu gostava de dançar e levava a minha meninada. Já fui festeiro, já fui leiloeiro, já fui assado de frango.

Naquela época, o professor ou a professora ajudava na festa do começo ao fim. É, ajudava, eram muito boas as festas de antigamente, né? É, não, nós vamos dizer de hoje, né, cada tempo vai mudando, não é mesmo? Cada vez, é que nem... Hoje, vamos falar, essa festa ficou muito individual, ninguém mais reúne para trocar ideia, a escola não participa mais e a gente mais velha sente falta dessa união que não tem mais.

Hoje tem a festa, mas não faz que nós não façamos, né? Não, não, não fazem, eu vou mesmo, vou dizer, a minha força já está pouca. Aquelas peneiras bonitas que os alunos faziam na escola antigamente, a Dona Virginia, finada minha esposa, ia à escola ensinar os alunos a fazer peneiras. Ela faleceu, mas ensinou as minhas meninas, todas elas sabem fazer, a escola poderia chamar elas pra ensinar os alunos na escola, mas nunca chamaram. Fazia peneira de taboca e usava o bambu pra fazer balaio. A Dona Virginia faleceu, antes ensinou as meninas.

A gente tem que ensinar os filhos sempre a falar a verdade, né? Porque hoje, eu vejo, corrigir, tem que falar pra avô, pra pai, pra mãe. Ah, que maneirinho, né? Não é mesmo? Sim, tem muito disso. E antigamente não tinha isso, né? Não, não, eu vou falar pra senhora, que o meu pai, vai dizer, o meu pai, ele tivesse aqui, o senhor tivesse ali, um guri passava aqui sem pedir licença, a hora que a visita saía, o rabo-tatu comia nas pernas. Não podia se intrometer nas conversas dos mais velhos. Nós estamos conversando assim, o guri chega aqui e me deixa a conversa no meio, quando a pessoa sair, a minha mãe pegava duro, se tivesse conversando, ela falava não mãe, não é assim, se não é assim não, ela poderia até estar mentindo, mas se eu se intrometesse no meio, quando saísse, ó, não se intromete mais nas conversas de adulto, era desse jeito que minha mãe fazia.

A escola de hoje e a família de hoje tem que ensinar valores pra essas criança. Eu mesmo vou falar pra senhora, não vou mentir, ó, eu fumo, e eu tiver com mais gente, eu vou lá, vou fumar meu cigarro, pra lá, não fumo no meio das pessoas, vou lá. Não fumo no meio das pessoas, né? É respeito, porque tem gente que não incomoda, mas tem gente que não acha bom, né? É, tem gente que não gosta do cheiro. É se incomoda, então, a gente tem que aprender a respeitar, né? Tem que aprender a respeitar. Assim, esse povo de hoje tem que aprender, que tudo que incomoda o outro eu tenho que respeitar, então acha que a escola é o melhor lugar pra ensinar esses meninos de hoje, a escola precisa ensinar aquilo que a casa não ensina.

Vou falar pra senhora um probleminha que aprendi na minha época de escola e nunca mais esqueci: eu te dou cem reis pra senhora me comprar, cem reis, vaca a cinco, boi a dez, bezerro novo a quinhentos reis... a senhora consegue me dar a resposta? Antigamente tinha muita pergunta o professor fazia e a gente tinha que responder no outro dia. A resposta é: noventa bezerros a quinhentos reis, não dá quarenta e cinco? Nove vaca, a cinco, não dá quarenta e cinco? São noventa e um boi a dez, são cem reis, ah, ah... Hoje não tem pergunta na escola, que fazem os alunos pensar.

**Entrevista 9** – Maria Abadia Martins, também conhecida como Tia Maria da Escola ou Maria do Bulicho, anciã e professora aposentada

Nasci aqui na comunidade de Furnas, no dia primeiro de junho do ano de 1945, nasci de parteira, a parteira foi a Tia Sinhana. Sou filha de Abadio Dionísio Martins, filho de Dionísio Antonio Vieira, fundador da comunidade, e Eva Lazara da Silva. Juntos, meus pais tiveram 13 filhos e vivos só resta eu e meu irmão Joaquim Abadio Martins, que é três anos mais velhos do que eu.

Aos 22 anos, eu me casei com Leovaldo Luduvino de Almeida Silva e tive quatro filhos, Aldemiro Martins, Ramão Martins, Lorenço Martins e Ludivina Martins, e aos 30 anos fiquei viúva e nunca mais quis casar novamente, permaneci sozinha desde então. Sou uma mulher que sempre trabalhei e, ao mesmo tempo, posso dizer que contribui muito com a minha comunidade, fiz muita coisa. Com a ajuda das irmãs salesianas, conseguimos realizar vários benefícios para as famílias da comunidade. A Igreja Católica teve um papel fundamental na formação da nossa comunidade. No início, contribui muito com o letramento da população através da catequização, doações e assistências em várias áreas sociais.

Como minha irmandade era grande, sempre tivemos que trabalhar para nos sustentar a família. Eu era a irmã mais nova dos 13 filhos, nossa família sobrevivia da agricultura familiar, criação de animais, fabricação e vendas de produtos, como melado, rapadura, farinha de mandioca, polvilho e hortaliças. Tenho muitas lembranças boas da minha infância, da minha mocidade, aqui na comunidade, no quintal da nossa casa assoalhada, passávamos as noites nas rodadas de conversas e brincadeiras, como do Engenho Novo, Cirandinha, Catira e a Dança do Vilão. Assim, negros e brancos se uniam, a família dos caçadores se divertia junto conosco.

Nosso trabalho era bastante rudimentar, a cana era moída em uma engenhoca de madeira, construída por nossos pais. A mandioca era ralada em ralo feito de latas, depois torcida em panos de saco brancos aproveitados das embalagens de açúcar. A peneira para coar a farinha também era feita por nós, de arame e taboca, taboca era uma planta nativa na comunidade e muito usada para tecelagem de peneira. O café era torrado na panela, moído no moinho ou sacado no pilão, na época que nós não tínhamos moinho ainda, então tinha que socar o café no pilão. O arroz era armazenado e guardado em tulha de madeira para a despesa do ano todo até a próxima colheita. O arroz também era socado no pilão, os milhos era colocado numa banca e usava o cambão, uma ferramenta rústica, onde o milho era raspado contra uma superfície para soltar os grãos. Os milhos eram armazenados no paiol para o tratamento dos animais durante o ano. Depois de muito tempo minha família adquiriu um engenho que era tocado a cavalo.

Algo da comunidade que eu considero é a preservação da nossa identidade cultural, pra mim, nossa cultura é tudo. Hoje, a riqueza da nossa tradição quilombola ainda é representada nos eventos de festividades, que refletem a alegria, a animação, e a culinária é valorizada pelos moradores, que reúnem para celebrar e festejar diversos momentos juntos.

Desde que me entendo por gente, aqui na comunidade as festas eram símbolos de união e de comemoração. Reuniam as famílias em casamentos, aniversários e outras datas importantes. Nossa tradição era assim: quando alguém ia casar, ou outra data festiva, cada morador leva um tipo de comida para confraternizar. Muitas das vezes as comemorações perduravam por mais de um dia. Além da comida, as pessoas também levam pertences para dormir. Os alimentos eram típicos com produtos da comunidade, como bolo de goma, a rapadura, latas de doces, o queijo, a brovidade, guariroba com frango caipira, carne cheia e almôndegas com macarrão.

O colchão para o descanso, durante e depois das festas, era confeccionado em mutirão, usávamos palhas de milho ou de arroz, armazenada em sacos. Os lençóis eram feitos de

tecidos brancos, chamado morim. Quando não tinha o tecido morim, os lençóis eram feitos de bolsa branca, que vinham com açúcar, depois eram lavados e alvejados e, quando dava tempo, era bordada a mão para a noite nupcial. As moças acostumavam guardar os lençóis da noite de núpcias para mostrar a honra delas aos pais.

Nossas danças também é cultura, as danças típicas como o Engenho Novo, a Catira, o Canto do Ofertório a brincadeira do vilão, os instrumentos utilizados da época era a viola, tocada pelos homens, eles também inventam instrumentos, como o pandeiro feito de couro de animais, a viola feita de tabocas e linha de náilon, tampinha de garrafa de vidro, latas, colheres e tampas de latas. Os bailes eram tocados ao som da sanfona, do pandeiro da viola e do violão, aqui na comunidade já tinha os músicos. Os pais acompanhavam suas filhas nas festas. Elas só podiam dançar com permissão deles, quando uma moça tinha a permissão para dançar, ela deveria dançar com todos os rapazes que convidava para dançar, se ela negasse a dançar com alguém, imediatamente o pai tirava da festa e levava pra casa.

Historicamente, temos registrado para nos que o Dionísio, aqui, por volta do ano de 1890, Dionísio Antônio Vieira teria chegado aqui junto com a esposa dele, a senhora Joana Luiza de Jesus, e seus nove filhos, seria aproximadamente nessa data, que eles chegarem aqui. Sabemos que eles vieram em uma grande comitiva, junto com o pessoal da Comunidade São Benedito (Tia Eva), Comunidade São Sebastião e a família dos caçadores, brancos. Vieram todos da região de Salinas, de Minas Gerais, num contexto já de pós-escravização, ou seja, já após a abolição da escravatura, e teria chegado aqui no Campo Grande à procura de terra para comprar, um lugar para se fixar.

As terras dessa região eram consideradas as melhores terras aquelas lá próximas à cidade, de Campo Grande, e também em áreas mais planas. Então, era dificilmente que ele conseguiria comprar uma terra lá, porque aquela terra seria destinada para as pessoas mais importantes. E as pessoas que tinham a menor condição, no caso dele, negro, ex-escravizado, então, as terras mais indicadas para compra seriam aqui, as Furnas, ou seja, um lugar que ninguém queria, e que hoje é o lugar que todo mundo gostaria de estar, na verdade. Mas antes mesmo de chegar aqui na comunidade, eles ficaram por um tempo lá na comunidade quilombola da Tia Eva. Na época não era a comunidade quilombola ainda, mas era a comunidade negra, por um tempo, até que conseguisse abrir aqui, para poder trazer a família que veio num carro de boi, isso é o que os mais velhos daqui contam. Então, foi nesse processo que eles vieram com nove filhos.

Depois de alguns tempos, nós, mais velhos, tivemos algumas dúvidas em relação ao grau de parentesco entre a esposa do Dionísio e a Tia Eva, pois Joana Luiza de Jesus (esposa do Dionísio) e Eva Maria de Jesus (Tia Eva) há uma semelhança no sobrenome, há possibilidade das duas serem irmãs, mas não é possível determinar este fato com verdadeiro, por falta de informações concretas, mas de acordo com o sobrenome é bem provável que as duas sejam irmãs ou parentes próximas.

Dionísio Antônio Vieira foi casado com Joana Luiza de Jesus ao qual teve seus filhos: Antônio, Abadio, José, Jacinto, João, Manoel, Maria Luiza, Valéria Valeriana. O Dionísio veio a falecer em 2 de março de 1930 e, posteriormente, com a morte de sua esposa, em 10 de outubro de 1933. Aqui ainda existem vestígios da antiga casa do Dionísio, ali no local ficaram as lembranças, os traços e os legados de uma trajetória sofrida e marcada pelo passado de um escravo que venceu muitos obstáculos da vida com bravura e trabalho, mas ensinou seus filhos a tirar o sustento da terra e a conservar a alegria e a nobreza na alma, e prova disso é a formação dessa comunidade remanescente quilombola, e que não deixa de ser um legado do Dionísio.

Aqui, Furna do Dionísio foi dividida em nove regiões, cada região representa um filho do Dionísio: a região dos Abadios (Abadio Dionísio Martins), a região dos Antônio (Antonio Dionísio Martins), região dos Silvas (Maria Luiza da Silva). Minha região é a região dos

Abadios, porque meu pai era o Abadio Dionísio Martins. A região Silva, é dos decentes de Maria Luiza Dionísio (filha do Dionísio) que depois de casada com Luiz Silva, passou assinar Maria Luiza da Silva. Interessante, Dionísio era o primeiro nome do fundador da comunidade, ele colocou como segundo nome ou sobrenome em todos os filhos, e hoje dificilmente você encontra um nome ou sobrenome Dionísio na comunidade.

Podemos dizer que Furna do Dionísio surgiu e junto com ela a fixação territorial de um grupo étnico formado pela família de um escravo fugido que adentrou na floresta a procura de um espaço. Assim, os negros tiveram um papel importante na construção da identidade da história do nosso município. Junto do Dionísio veio a família dos caçadores (brancos), que tomaram posse de outra área aqui próxima, lá no Barreiro. Então, as pessoas da comunidade de Furna do Dionísio prestavam serviços para a família dos caçadores, que muitas das vezes realizavam o trabalho sem cobrar, apenas por amizades ou em troca de alguns objetos para o sustento de casa.

As famílias trabalhavam em sistema de mutirão na agricultura de subsistência, uma ajudava a outra na produção das roças de arroz, de feijão, de milho, de abobora, de cana-de-açúcar e de mandioca e, no final de cada ano, parte da produção era guardada para as despesas e a outra parte era vendida ou trocada por outros produtos não produzíamos.

Sobre o surgimento da primeira escola na comunidade, então, como posso dizer, meu pai Abadio e meus irmãos falavam de uma escola que tinha na propriedade do tio Antônio Dionísio. Pelo que ouvi falar, essa escola deve ter funcionado de 1940 até 1950, e pelo que fiquei sabendo, era uma escola exclusiva só para homens. Pelo que meus irmãos falavam era uma escola tipo galpão e quem deu aula lá foi o professor Nativo. Nessa época, Furna pertencia ao município de Campo Grande.

Na segunda metade do século XX, o Município de Jaraguari foi emancipado e nossa comunidade passou a pertencer ao município de Jaraguari. Foi a partir de então que foram instituídas as primeiras escolas na comunidade. No ano de 1958, na gestão do segundo prefeito de Jaraguari, o senhor Francisco Antonio de Souza construiu, juntamente com os líderes da comunidade, a primeira escola municipal do município de Jaraguari, a construção foi na mesma mediação onde é atual escola hoje. A escola foi construída de sapê, uma espécie de capim muito usado na época para cobertura de casas na comunidade, o chão era batido e os bancos eram de troncos de árvores. Não havia energia elétrica, tudo era iluminado com lamparina à base de querosene ou usavam candeias feitas com pavio de algodão molhado com gordura animal e azeite de mamona. Tenho foto dessa escola.

Nessa escola eu estudei, meu professor foi o Benedito Zanor. Ele não era negro, era um senhor branco de meia idade e sua esposa chamava Nadir. Pensa num professor sério que respeitava muito a comunidade e, ao mesmo tempo, era muito respeitado pela comunidade. O professor Benedito tinha uma caligrafia linda, uma letra perfeita, toda desenhada, cheias de voltas e eu sempre sonhamos em ter uma letra igual a do professor. Naquela época, a caneta de escrever era de tinteiro diferentemente das de hoje, eram feitas com penas de aves e canas de bambu, com a ponta cortada em ângulo para armazenar a tinta. De vez em quando o professor me deixava eu escrever com aquela caneta, nós não tínhamos uma caneta igual aquela, só ele tinha, ele tinha uma variedade de canetas.

O professor Benedito era visto como figura de grande autoridade e respeito. O professor era nossa principal fonte de conhecimento, tanto para os alunos como para as famílias, o professor era visto como o responsável pelos caracteres e pelos nossos bons costumes. Ele era como se fosse da comunidade, participava e ajudava em todos os nossos festejos. Com o professor Benedito eu estudei quatro anos, não estudei mais porque não tinha mais escolaridade pra mim lá, depois que terminei o antigo quarto ano continuei na escola, eu ia ajudar o professor Benedito dar aula.

Depois do professor Benedito, veio à professora Sonia. Eu continuei ajudando ela como professora, porque era muito aluno. Nessa mesma época vieram pra as irmãs salesianas, que ajudavam na educação das crianças na escola e na igreja, e foi nesta época que participei de cursos, retiros e encontros de formação oferecidos pela comunidade salesiana, para aprofundar meus conhecimentos sobre a fé e a pedagogia salesiana. Então, me tornei professora de catequese, catequizei todas as crianças e jovens da comunidade.

Logo a professora Sonia pediu para sair, e os líderes da comunidade levou meu nome para o prefeito lá em Jaraguari. O prefeito nem pensou já me contratou a professora no mesmo dia. Foi então quando tive a oportunidade de realizar um trabalho com ajuda das irmãs, escola, igreja e comunidade. Assim, nós mantínhamos um diálogo aberto e constante com a comunidade quilombola, com as irmãs salesianas, sempre buscando apoio e orientação para minha atuação enquanto professora e catequista.

Ainda nesta época eu montei um coral na escola, grupo vocal formado por alunos jovem, meninas e meninos, para cantar em conjunto nas apresentações da escola, da igreja e nos festejos da comunidade. Teve aprimoramento da técnica vocal, ampliamos o nosso repertório e realizamos algumas socializações dentro e fora da comunidade. Dediquei uns 10 anos à educação da nossa comunidade. Pra mim, foi uma experiência muito valiosa poder contribuir, trabalhei desde 1975 a 1984. Nesse tempo, eu tinha dedicação exclusiva para ajudar em atividades como reforço escolar, leitura para crianças, organização de eventos festejos na comunidade projetos especiais de jovens e adultos e nas liturgias da igreja. Por problemas de saúde, pedi para me afastar de todas essas atividades.

Quando eu me desliguei da escola, no meu lugar entrou a professora Creuza, que era professora formada com magistério para dar aula, a qual toda comunidade expressou admiração e reconhecimento pela qualidade do trabalho aos nossos alunos, a mesma deve ter trabalhado uns 10 anos na comunidade. Depois que tratei da minha saúde, resolvi abrir um comercio na minha residência, que fica quase de frente com a escola municipal. Antes, eu era como professora Maria ou Maria Abadia, mas hoje a grande maioria só me conhece como Maria do Bulicho.

Em relação à comunidade ser reconhecida como quilombola, no início desse processo, alguns membros da comunidade não gostaram da ideia, porque gerou muita divisão, mas eu entendo que foi necessário. E foi a partir de então que conseguimos o desenvolvimento social, educacional e econômico da comunidade e também ganhamos mais visibilidade. Esse é um processo que atravessa a luta social e política dos negros que aqui vivemos agora, nós temos identificação, certificação, titulação, delimitação, demarcação e reconhecimento territorial. Todos os nossos antecedentes que passaram por aqui sofreram algum tipo de segregação social, por serem negros, e nós, raízes desse processo, sempre lutamos por políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais.

A nossa comunidade passar a ser remanescentes quilombola foi um grande marco pra nós. Não vou afirmar que não sofremos mais racismo, a população negra ainda sofre com o racismo, preconceitos ainda segue a margem da sociedade, mas já conseguimos grandes avanços na construção da nossa identidade.

Em relação às disciplinas, acredito que devemos propor conteúdos para atrelar realidade da comunidade. Por exemplo, quando eu era professora, eu aproveitava esses temas assim. Vai trabalhar relevo, você tem a possibilidade de trabalhar na prática o relevo com os alunos, apresentando para eles as formas de relevo que existem, porque eles têm contato não só com a comunidade, como com o entorno, a partir do relevo que eles se encontram, que é uma furna. É você apresentar a eles as outras opções, identificar porquê o nome Furna, porquê existe essa característica física. Manter as mesmas disciplinas, com conteúdos à realidade da nossa escola, seria interessante que as nossas tradições e cultura comessem a perpetuar nas crianças. Não se precisar criar outra disciplina, mas sim trabalhar das disciplinas existentes.

Em relação aos professores, pertencer à comunidade há necessidade, sim, da comunidade se organizar e buscar ocupar esses cargos, não precisa ser todos, mas sim, uma parte, pois estamos falando de pertencimento, repetindo de novo aquela questão da pertença, que vai dar valor, trazer um valor a mais para as crianças. Dizer: não, os daqui também podem se desenvolver.

**Entrevista 10** – Clemilda Martins Serafim, Professora da Escola Estadual Zumbi dos Palmares

Eu já nasci aqui dentro da comunidade, em família da comunidade. A minha mãe é daqui, ela é neta do Dionísio. No caso, eu sou bisneta, então, desde que eu nasci e permaneci aqui, saí quatro anos pra estudar e depois retornei, depois de formada, pra trabalhar aqui na comunidade. Em relação em como que era a comunidade de Furna dos Dionísio, quando você era criança, era tudo bem diferente de hoje, a gente não tinha muita coisa, mas a gente vivia assim, dentro de uma comunidade mesmo. As pessoas faziam visita umas nas casas das outras, a gente tinha mais, assim, um laço de amizade entre as famílias, um ia visitar o outro nas casas.

Hoje, as pessoas já não têm mais esses hábitos, de ir um e visitar o outro, ou passar um dia na casa do outro, ou até mesmo ir pousar, pra bater um papo, fazer uma roda de conversa, então, isso já não existe mais. As pessoas dentro da própria comunidade, hoje, elas se comunicam através das redes sociais, grupo de WhatsApp, ninguém mais se desloca da casa pra ir à casa do outro, pra simplesmente bater um papo.

Isso era coisa do tempo antigo, acabou, na verdade, uma cultura que foi morrendo, foi esgotada, até mesmo por conta das redes sociais, hoje as pessoas têm dificuldade. O meio de transporte também, antes não tinha o meio de transporte, a gente ia a pé ou ia a cavalo, quem tinha um pouquinho de luxo era uma bicicleta. E hoje não, as pessoas se locomovem de moto, andam de carro, ninguém mais anda a pé, é dificilmente você ver alguém andando a cavalo, as pessoas, hoje, vão daqui e ali, eles vão de moto.

Algo que considero importante na minha mocidade, na minha juventude aqui na comunidade, é que eu aprendi, porque sempre fui uma pessoa muito voltada a conhecer e saber sobre a minha origem, gostava muito de estar conversando com as pessoas mais velhas e me informando de como viviam, de onde que veio, é como que veio. Então, a minha avó era uma pessoa que tinha uma vivência bastante grande, ela passou, assim... A avó Jerônima, esposa do filho mais novo do Dionísio.

Eu sou neta do João Dionísio. O João Dionísio era filho do Dionísio, minha avó contava como que viviam, o que faziam, como viviam. Na minha mocidade, eu passava horas e horas ouvindo as histórias de minha avó... E também aprendi várias coisas participando junto da comunidade, a gente participava da igreja, a gente participava dos bailes, a gente participava da roda, da mocidade aqui da comunidade. Na minha mocidade, não tinha diversão tecnológica como hoje, não tinha grande diversão, a diversão era quando a gente ia à casa de uma colega, tomava banho de rio, batia na mão de uma moça e assim por diante.

E sobre a história da Dionísio, contam que ele veio junto com a esposa, que era a Dona Joana Luíza, veio com a Dona Joana Luíza e também veio com os filhos, 1890, uma data histórica. Minha avó, a avó Luíza, é bisneta, minha avó contava que o Dionísio faleceu primeiro e a Joana Luíza um pouco além dele. Ele ficou enfermo, deu uma enfermidade nele e veio a falecer por volta de 1930, certamente por causa da vida que levava, muita dificuldade. E já a esposa dele viveu um pouco mais, parece que ela faleceu em 1933 ou 1935, não me recordo agora o certo. Ela faleceu há mais ou menos uns 100 anos atrás, se a gente avaliar a idade dos filhos, meu avô faleceu eu tinha oito anos de idade, meu avô era filho do Dionísio. Minha mãe nasceu em 1919, ela conheceu muito pouco eles, então, quer dizer, essa data é uma data dentro do contexto, acredito que eles faleceram mais ou menos entre essas datas. É que, no passado, nós tínhamos muita dificuldade de registro, fotografia então nem pensar, ninguém conseguiu guardar nem uma foto deles.

Vi uns trabalhos que os pesquisadores conseguiram no cartório o atestado de óbito da Tia Eva. Eu falei assim: de repente, se alguém da comunidade procurasse, se fosse a fundo aos cartórios, de repente conseguiriam encontrar pelo menos o atestado de óbito do Dionísio e

de Joana Luiza. Porque quando falece uma pessoa, tem que ter um atestado de óbito, né? O cartório que trabalhava aqui dentro da comunidade, na época, era o cartório de Água Boa, e cartório de Água Boa se mudou para Rochedo. Quando eu procurei documento meu, que eu precisava numa época, eu fui buscar em Rochedo. Também vi até que a documentação da escola, que foi da Fazenda Lajeado, a documentação do cartório é de Rochedo, a documentação era do cartório de Água Boa.

Geralmente, eu trabalho com a história, eu conto tudo, mas ainda não tive essa curiosidade de ir até lá, de ir até lá para pesquisar sobre isso. Na verdade, eu não sei se eles fornecem pra gente, mas eu vou tentar me informar, quero muito buscar mais informações, porque é uma informação para a comunidade, é muito importante. A Tia Maria, uma pessoa já mais idosa do que eu, então, ela fala que ela conheceu um pouco mais da história deles. A Tia Maria da escola, muitos conhecem com Maria do Bulicho, ela falou para mim alguns fatos históricos, ela consegue lembrar dos filhos do Dionísio, filhos, ela lembra bastante dos filhos dele, mas dele, não, porque ele faleceu muito antes dela nascer.

Então, foi mais ou menos isso aí, porque a gente fez um cálculo, pela idade da tia Luísa, tia Luísa nasceu nesse dia, no dia que o Dionísio morreu, minha avó era parteira, a mãe dela, que era filha do Dionísio, ela deu o nome da mãe pra ela. O nome dela era Joana Luísa de Jesus, até cheguei a associar esse Jesus com a família da Tia Eva [Eva Maria de Jesus e Joana Luísa de Jesus], Tia Eva, era Eva Maria de Jesus, né? A Tia Eva é a minha bisavó.

A respeito da primeira escola, era de pau-a-pique, bancos de toco de madeira. Essa escola surgiu mais ou menos em 1958, mas nas terras do Antônio Dionísio Diz que chegou um moço aqui na comunidade, pelo nome de Nativo, aí os filhos do Dionísio fizeram um mutirão e fizeram um barracão, que nem era uma escola. Esse Nativo deu aula, assim, ensinou por uns tempos, mas acredito tinha vínculo com a prefeitura, ele deu tipo uma aula assim, meio particular, né? É particular, e dizem que nessa época era uma escola para homens, assim, não vivi nessa época.

Sei que a primeira Escola do Município de Jaraguari, foi na nossa comunidade, aqui em Furnas do Dionísio, no ano de 1958, que teve como o primeiro professor o senhor Benedito Zanor, depois a professora Sonia e logo em seguida a professora Tia Maria. A Tia Maria era uma pessoa que tinha estudo, na época, ela era a pessoa com mais estudo aqui na comunidade. O professor teve que se mudar e a Tia Maria que ficou como professora. A Tia Maria foi aluna do professor Benedito e depois tornou nossa professora. A Tia Maria foi alfabetizadora, aprendeu com o professor Benedito. Aqui, ela alfabetizava as pessoas da comunidade, começou a trabalhar do nada. Foi assim: ela começou através da igreja que ela alfabetizava, de uma catequese que ela alfabetizava, e mais tarde já passou a ter vínculo com prefeitura. No início, ela ensinava, mas não ganhava remuneração como professora.

Dos filhos do Dionísio, um era meu bisavô, o caçula, (João Dionísio). Ele era irmão do pai da Tia Maria, (Abadio Dionísio), padrasto da Madrinha Leonidia, (Antônio Dionísio), era o mais velho. O Antônio Dionísio era o mais velho e meu bisavô, o caçula, e entre intermediários tinha o José Dionísio, tinha a Maria Luiza Silva, que era a esposa do Luiz Silva.

Cada região aqui na comunidade tem um nome específico. Então, nessas regiões era onde moravam os filhos do Dionísio. São, ao todo, nove regiões aqui, tem a região dos Abadio, tem a região dos Silva, que é aqui o recanto, tem a região do Barro Preto, que é da Maria Batista, descendo aqui pra baixo, nós temos a região dos Lajeados, que é lá onde eu moro que era a sede do Dionísio.

Como meu bisavô era o caçula, ele ficou com a sede, lá era a casa do filho Caçula, que ele ficou na sede da Fazenda Lajeado, aí, descendo um pouco mais, aí tem a outra filha, que era da Valéria, que é onde fica a Taboquinha, que eles falam. A filha Valéria era esposa do filho do (Manuel Silva), filho do (Luiz Silva) primeiro casamento, Luiz Silva era genro da Tia

Eva, que, quando ficou viúvo, já tinha três, sendo duas mulheres e um homem. Toda região tem um nome, nome dos filhos do Dionísio, então era Antônio, o Abadio, o Manoel Dionísio, lá na Cachoeira, o João Dionísio, o José Dionísio, a Valéria, a Maria Luiza Silva, que era casada com o Luiz Silva, que veio lá da Igrejinha (Tia Eva) e casou com ela aqui. E esse Luiz Silva era pai da minha avó, lá na comunidade Tia Eva. Ele veio de lá pra cá trazendo as filhas, que era a Tia Evinha, a Tia Jerominha, a Tia Jerominha casou com um dos filhos do Dionísio. Ainda o Luiz trouxe também o Manoel Luiz, que casou também com uma das filhas do Dionísio, a Valéria.

O Luiz Silva casou com a Maria Luiza, filha do Dionísio e trouxe quem para casar com os filhos do Dionísio? Trouxe a Jerônima e trouxe a Evinha e o Manoel, Manoel Luiz, que era o filho dele, que casaram com a Valéria. Eles vieram lá da comunidade São Benedito, da Tia Eva mesmo, aí, as filhas dele, a Evinha e a Jerônima, casaram com João Dionísio e Abadio. O Abadio casou com a Evinha e João Dionísio casou com a Jerônima, o João Dionísio. E os demais filhos todos casaram com famílias da comunidade Boa Sorte e da região do Barrerão. O Antônio Dionísio mesmo casou-se com a Amásia, mãe da madrinha Leonidia, que era uma mulher branca de origem portuguesa, dá uma olhada na aparência das filhas da Amásia, misturou sardo com uma cor negra, né? Elas são de origem portuguesa.

Quando o Dionísio veio de Minas, ele veio junto com a família dos caçadores, que se instalou na região do Barrerão. Ele veio na mesma, a gente fala caravana, mas na época era comitiva, né? Eles vieram de carro de boi, veio juntos, ele veio junto com a família dos caçadores, que eles falam que fica na fazenda Pombal ali, eles vieram juntos. Esses caçadores ficaram fora da demarcação, eles ficaram do lado, na fazenda Pombal, mas lá não é município de Jaraguari, e sim de Rochedo. Antes, aqui era fazenda Lajeado, toda essa região aqui era fazenda Lajeado, toda a comunidade tinha esse nome e depois que recebeu esse nome, comunidade Furna do Dionísio.

O caçador ficou em outra região, na verdade, a família dos caçadores, quando eles vieram pra cá, eu creio que eles tinham uma relação trabalhista junto. Na época, a família de Dionísio prestava serviço sempre pra família dos caçadores, eles vieram junto e, chegando aqui, eles começaram a trabalhar juntos, trabalhar juntos assim, a família de Dionísio era um ex-escravo, servia a família dos caçadores, que tinha mais posse, tinham mais poder econômicos e tinham suas origens brancas. Caçadores, na época, eles eram caçadores de animais, vendiam pele de animais, por isso que recebeu esse nome de caçadores. Em maneira de servidão, troca de alguma coisa, a família Dionísio prestavam serviços às famílias caçadores. Assim, durante as primeiras gerações só teve o casamento da Amásia com o Antônio Dionísio, e não teve mais casamentos entre as famílias Caçadores e Dionísio. Os casamentos voltaram a surgir já depois na terceira geração.

### **O que considera importante na escola de hoje?**

A escola, ela teve uma evolução maior pra nós aqui. A partir do momento que surgiu a associação, a associação aqui dentro, ela teve uma grande importância na vida da comunidade. E até mesmo a questão religiosa, as irmãs, né? As irmãs salesianas, que veio pra cá, elas começaram a ajudar a comunidade a organizar, aí começou o desenvolvimento, com a associação, e a partir do reconhecimento quilombolas, a comunidade começou a ter um pouco mais de visibilidade.

Acredito também ser por conta dos movimentos, movimento negro, né? Antes, as pessoas vinham aqui, visitavam tudo, mas não tinha o que tem hoje. Hoje, nossa comunidade é vista com outras lentes, há uma grande diferença na Furna de antes e na Furna de hoje, posso dizer que sofreu uma grande transformação, em todos os sentidos, em todos os aspectos. Como comunidade quilombola, tivemos muitos benefícios, muitas transformações, muitas contribuições, mudanças significativas. Com isso, freou as vendas dos terrenos na

comunidade, antes, alguns herdeiros, alguns descendentes, vendiam as terras e ia embora daqui morar fora, agora podem usufruir, não pode vender, isso foi muito bom para valorização da nossa terra, do nosso pertencimento, do nosso território, algo que foi adquirido com lutas.

Em relação à escola de hoje, na comunidade, acredito que devem inserir mais algo na escola para trabalhar os valores da cultura. Sou professora, trabalhei aqui dentro, então eu não poderia deixar de reivindicar algo de melhor para a educação real, com a cara da comunidade, uma educação com a nossa realidade.

Os trabalhos feitos aqui dentro da escola, os professores devem trabalhar mais com a parte cultural, a parte científica, propor pesquisas dentro da comunidade, mostrar para os alunos da comunidade todos os aspectos, desde a parte econômica até a parte social. Assim, mostrar o contexto da comunidade para a escola, a parte histórica, o contexto histórico, contribuir com esse conhecimento.

Em relação aos professores, tem aqueles que chegam e abraçam a causa e trabalham e falam sobre o assunto, realmente trabalham, procuram saber para poder trabalhar, porque se a pessoa não conhece, ele chega aqui e quer passar a teoria de outro mundo que não é significativo, talvez, para o nosso aluno. É interessante conhecer e partir do micro para o macro, depois ir evoluindo. Tem que trabalhar com o contexto da comunidade, da realidade dos nossos alunos.

Outro aspecto importante, não só da comunidade, mas como a escola do campo, pensar num todo, não só na escola do estado, mas também nós temos a escola municipal. Deve ter atividade, alguma disciplina deve ser incrementada na grade curricular da escola para estar trabalhando mais a valorização quilombolas, uma parte diversificada, que é a parte do estudo das etnias ou cultura afro pode ser, colocar dentro da grade curricular, no PPP [Projeto Político-pedagógico] da escola, tem que trabalhar com aspecto da escola do campo.

Seria muito importante trabalhar com pesquisa, fazer os alunos conhecerem como que o povo vive, o que faz o que planta, trabalhar com o contexto geral da comunidade, trabalhar com a questão de comida típica, para os alunos conhecerem todo o contexto, a horta escolar, trabalhar com a parte da agricultura, agricultura familiar, que é o nosso forte, o forte da comunidade, a base econômica, e trabalhar o incentivo da própria secretaria de educação em adquirir os produtos da agricultura familiar na merenda escolar.

Voltando, em relação aos professores, no geral, município e estado, eu acho interessante ter professor da comunidade sim. Nossa comunidade está se preparando, muitos estão se formando, estão se qualificando, hoje, nós temos várias meninas que estão fazendo faculdade para atuar dentro da comunidade.

Eu sou uma pessoa da comunidade. Antes de mim, tivemos outros professores da comunidade, a Tia Maria o Osney, que foram professores que começaram a luta, aí depois de mim tem a professora Leila, é da comunidade, tem a professora Luciene, tem a professora Marcilene, o professor Renildo, que hoje é diretor, todos nós somos professores já daqui da comunidade. E isso é bom para os nossos alunos, nossos familiares, ver a importância da educação, de estudar e de querer ocupar esses lugares. É interessante, né? Você ter as pessoas do local trabalhando aqui mesmo, que não precisam ir buscar trabalho fora, eles têm como estudar, se qualificar e continuar aqui na terra. É uma forma de valorização também, do local, e a pessoa formarem e permanecer aqui, na própria comunidade.

O fato de virem professores de fora, muitos abraçam a causa, como eu te falei, e tem outros que tentam, vamos dizer assim, passar por cima de tudo isso e não se importar, ou até mesmo mudar aquela ênfase de valorização cultural que deveria. Você entendeu? Eu, como pessoa, eu vejo isso. Em minha opinião a nossa comunidade, eles têm que buscar mais, assim, essa questão dessa valorização, para as crianças trazerem isso de casa para a escola. Falar: ó, o seu professor está lá porque ele estudou, ele formou, então ele é capaz. Vejo muito esse conceito que as próprias famílias querer ou preferir professores de fora.

Em relação às culturas, às festas que tem, falando do Engenho Novo, a Dança do Vilão, a Catira, tem que ser repassada por pessoas da comunidade, assim, mas ninguém consegue fazer isso. Na época, as letras dessas músicas eram feitas em forma de versos e trovas, eram trovas que eles faziam, criavam, era tipo repentista, eles criavam ali a letra e cantavam. Hoje, não tem mais quem cria, hoje não tem os criadores, a música de Catira, a minha avó tinha os recortados, os recortados eu me lembro de alguns que ela me ensinou, ela cantava comigo e eu aprendi, assim, tipo falar um versinho dos recortados. Eu até cantei, fiz uma gravação de um vídeo através do edital, fiz apresentação junto com meus alunos, nós fizemos a música, cantamos, também apresentamos para a Fundação de Cultura, aquele edital que nós participamos, da Lei Aldir Blanc, até gravei um vídeo cantando os recortados, mas é difícil cantar sem viola.

Tem uma assim: “Cai sereno, cai, na folha da mandioquinha, morena eu vi. Meu amor está querendo o outro, meu bem está querendo se consumir. Eles batem o pé, primeiro. Aí quando acaba o verso, bate palma. Aí depois o sapateando, prossegue a música, já vai criando outra trova e vai indo, esse é o recortado. Mas eu tenho alguns desses registros também, falando um pouco das festas tradicionais, eu tenho falando um pouco das danças e tenho também fazendo a apresentação da história, agente está no Youtube. No dia da apresentação que eles fizeram a mesa, pra falar do caminho da cama, que eles fizeram a mesa e mostrou, teve uma demonstração, eu vi através de vídeo depois, mas tive a oportunidade de ver, achei superinteressante o vídeo que eles fizeram.

E, assim, sobre as festas religiosas que são tradições na comunidade, nós temos aí a Igreja de Santo Antônio, que foi uma promessa de um dos filhos de Dionísio fez, pois eles eram pessoas que acreditavam no santo, faziam promessas. E essas promessas eram recebidas, eles recebiam. A benção, a benção eles faziam acreditando e aconteciam. Eles tinham uma roça perdida e tal, e tava sem chuva, uma época de seca, e tava perdendo todo o arroz que plantaram, fizeram uma promessa pra Santo Antônio, pedindo que, se viesse chuva, ele iria construir uma igreja, construir ali um templo pra adoração. Então ele fez, primeiro fez uma igreja de capim, pau-a-pique, de madeira, depois fez uma antiga de tábuas, até que chegou essa de alvenaria.

Quando chegaram essas irmãs, a irmã Teresinha, as pessoas daqui não se esquecem de falar o nome dela, porque é ela que ajudou no desenvolvimento de tudo isso, da igreja de alvenaria, e depois também ela ajudou na construção da associação, na criação da associação, começou lá na igreja, era o centro comunitário.

Foi criada aqui, em 1990, a associação, e desde a época da criação dessa igreja é que tem a tradição de ter a festa, a festa era feita debaixo daquela árvore lá que tem, hoje ela já é uma árvore velha lá, não tem mais sombra, mas ela era bem frondosa, uma árvore muito grande. Debaixo dessa árvore, eles construíam os barracos, o salão, e faziam a festa, debaixo da copa, daquela árvore, tinha as barraquinhas, tinha... Sempre aconteceu com a trezena, que começa o terço, e depois termina com a quarta. Antes, eles nem chamavam de trezena, eles chamavam a reza, vamos fazer a reza da novena da semana do Santo Antônio.

A minha família moravam aqui, então, quando era época de festa, eles passavam a semana quase toda lá, para fazer pastel. Não tinha geladeira, não tinha essas coisas, então, era tudo da maneira bem rudimentar mesmo. Faziam pastel, faziam carne, faziam várias comidas típicas, para ficar lá festejando Santo Antônio.

A comunidade sempre recebeu visitas, sempre recebeu muita gente, antes, a gente falava assim que não tinha visibilidade, não tinha política pública para atender aqui. Tinha política, mas, assim, aquela destinada a desenvolver, não tinha, não tinha nada disso, as pessoas vinham, visitavam, exploravam e iam embora, a gente gostava de receber visitas, sempre gostamos, pois ficávamos aqui num lugar isolado e tal, então, vinha bastante gente para fazer visita.

Pesquisadores, então, vêm sempre, sempre teve gente pesquisando, querendo saber da história e tal. No passado, as pessoas não gostavam muito de contar a história, não. E essa parte de... E a gente vê, assim, lá na faculdade, que outras comunidades não gostam de falar, não gostam, principalmente as indígenas, as indígenas, então, elas se negam a falar de suas histórias. Talvez, isso se deve ao sofrimento, as lutas, a gente respeita, com certeza. No passado, aqui, as pessoas também não gostavam de dar informações. Hoje, nós já temos uma mentalidade diferente, a gente não tem problema em contar, uma das coisas que eu faço muito bem é receber as pessoas. Assim, acredito que somos uma comunidade aberta.

Em 1980, foi quando chegou a Igreja Evangélica também, vi que a Igreja Evangélica teve uma, assim, causou uma divisão também, causou, porque daí a maioria das pessoas era católica, chegou a igreja evangélica, aí teve outras divisões, como a prática do espiritismo, da umbanda e do candomblé. Os mais antigos usam a expressão terreiro de macumba, para se referirem aos espaços religiosos de matriz africana. Vejo que essa expressão é vista de forma negativa por muitos e existem muitas resistências sobre esse assunto.

A professora Marcilene mesmo, moradora aqui da comunidade, tem suas práticas espirituais com seu pai, que era um benzedor e curador. Então, hoje, já tem muitas pessoas daqui não participam mais da festa de Santo Antônio e nem de Nossa Senhora Aparecida, por causa da religião. Inclusive, a minha religião, os ensinamentos da minha igreja, o diácono pede para não participarmos de festa de santos. Eu sou da Congregação Cristã no Brasil [CCB], mas, pra mim, tudo é normal, sou dessa religião, mas não carrego placa de igreja.

Em várias outras entrevistas que eu participei por aí, sempre levo o nome da comunidade, levo a história da comunidade, e falar um pouco sobre as danças, a Dança do Engenho Novo, que foi resgatada em 2000. Esse Engenho Novo sempre foi sucesso, cresceu nesse grupo e estavam quase se perdendo as raízes, porém, foi resgatado no ano de 2000, por mim e pela Declair, que resolvemos assumir esse compromisso com o grupo de dança.

Tomei essa iniciativa porque vivi junto com uma pessoa que era tradicional, muito tradicional, minha avó, ela adorava festa, meu avô também adorava dança, sempre estava naquele ambiente ali de música, de dança e tal, e nós aprendendo com eles. Na escola aqui, nós dançávamos Catira, a gente dançava a quadrilha, a gente dançava um jeito novo, ritmo de Catira e do Engenho Novo.

Quando eu comecei a trabalhar aqui, como professora, teve a oportunidade de trabalhar como professora de arte e depois comecei a fazer esse resgate em 2000. Fizemos nossa primeira apresentação e, depois, de lá pra cá, só fomos aperfeiçoando, lembrávamos os passos, tudo certinho, fizemos alguns ensaio, pra ver se dava certo e deu certo. Então, não paramos mais, mas também, o povo daqui já tinha isso no sangue, não fomos difíceis, todos nós somos descendentes de pessoas festivas, essas danças eram praticadas e depois, antigamente, só estava parada, assim, como a peneira estava parada e reviveu, agora só falta a Catira.

Como posso dizer, é possível que façamos o resgate da Catira também, vejo como a produção de cana, que faz parte da nossa econômica, ela teve uma época que ninguém mexia mais com rapadura, depois do primeiro festival, que foi em 2011, a rapadura passou a ser sucesso novamente na comunidade, ela virou patrimônio cultural. A Festa da Rapadura, que começou com fastfood, que teve na escola e chamou atenção, foi por meio de um festival que fizemos na escola, onde nós fizemos as barracas de rapadura. Fizemos o primeiro festival na escola e depois comunidade assumiu a festa, que hoje é o Festival da Rapadura.

**Entrevista 11** – Daniela do Carmo Martins, vereadora municipal

Nasci, estudei, passei parte do meu tempo na comunidade e posso dizer que temos uma história rica ligada à resistência e à preservação cultural, as pessoas mais antigas da comunidade, ou seja, os descendentes do Dionísio o ex-escravistas.

No século passado, as pessoas viviam aqui de forma bastante simples, em contato direto com a natureza e mantendo práticas tradicionais herdadas dos antepassados africanos. Ainda vivemos na luta, plantando mandioca, milho, feijão, arroz, criamos pequenas hortas para o consumo próprio e pequenas vendas dentro da comunidade, coletamos alguns frutos nativos, raízes medicinais do cerrado de forma sustentável, criamos galinhas, porcos, algumas vacas e outros animais para subsistência.

Aqui, a tradição cultural é resumida em festas, celebrações, religião e espiritualidade, mesclando elementos de religiões de matriz africana com catolicismo popular, com práticas como rezas, benzimentos e festas religiosas. Aqui, a dança e o canto dos tambores fazem parte das nossas festas, como a Catira/congado [uma dança dos mais antigos], Dança do Engenho Novo, Dança do Vilão e outras manifestações de resistência cultural.

As famílias vivem em grupos amplos e solidários, a vida é bem comunitária, com divisão de tarefas e ajudam mútua. Os mais velhos ensinavam aos mais jovens os saberes tradicionais, como plantas medicinais, modos de plantar e cuidar da terra e histórias da resistência.

Antes de sermos contemplados com a moradia habitacional, proposta pelo governo Zéca do PT, as nossas casas eram bem simples, construídas com barro, pau-a-pique, madeira e palha, aproveitando os materiais do próprio território. Os serviços básicos eram muito escassos durante muito tempo, não havia acesso à água encanada, energia elétrica, saúde, escola adequada. Tudo começou a mudar com a mobilização da comunidade e o reconhecimento como quilombola.

Nossa comunidade surgiu a partir do Dionísio Antônio Viera, um negro que foi refugiado da escravidão. Ele chegou aqui por volta do ano de 1890, escolheu esse lugar, certamente, na época, por ser um lugar de difícil acesso, para se proteger e garantir sua liberdade, no decorrer das gerações, lutou para manter seu território frente à expansão de fazendas e ameaças ambientais. Dionísio nasceu escravizado, enfrentou o racismo estrutural e a exclusão social.

Primeiro, o Dionísio passou pela área que hoje é o quilombo Tia Eva, em Campo Grande, e depois veio para Furnas do Dionísio, onde viu abundância de água, terras férteis e refúgio em meio às serras. Certamente o Dionísio se encantou com as características da região, montanhas, muitos mananciais e vegetação preservada, e decidiu fixar residência. Foi o Dionísio que construiu as primeiras casas de pau-a-pique, sapê, argila e esterco de vaca, dando origem ao núcleo que se tornaria Furnas do Dionísio, com sua esposa, Joana Luísa de Jesus, e nove filhos. Dionísio construiu as primeiras casas em taipa de pilão, sapê, argila e até esterco de vaca, formando as primeiras residenciais entre 1890 e 1901.

Por volta de 1917-1918, obtiveram os primeiros documentos de posse da terra. Dionísio faleceu na década de 1930 e suas terras foram divididas entre os filhos, dando origem à próxima geração da comunidade. Após o falecimento de Dionísio, suas terras foram distribuídas entre os filhos, que deram origem às gerações seguintes, todos os moradores atuais são descendentes dos Dionísios. Nosso território foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2000 e demarcado pelo Incra, com portaria oficializada em 24 de abril de 2009, totalizando cerca de 1.018 hectares.

Hoje, a vocação agrícola de Dionísio segue viva, a rapadura, açúcar mascavo, farinha de mandioca e hortaliças forma a identidade econômica e cultural do quilombo. A comunidade preserva práticas culturais, como dança do engenho, capoeira, festas religiosas

[Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida], rezas, quermesses, que perpetuam o modo de vida iniciado por Dionísio. Dionísio sempre foi visto como líder espiritual e territorial, sendo chamado de “Velho Dionísio”, e sua figura tornaram-se um símbolo de ancestralidade e pertencimento. A comunidade preserva sua memória como parte de sua identidade de luta e sobrevivência.

Lembro que a escola na comunidade quilombola Furna do Dionísio era bastante precária. As primeiras aulas eram em barracões comunitários, varandas de casas ou até embaixo de árvores. O espaço era rústico, com bancos de madeira tosca, chão de terra batida e materiais didáticos escassos ou inexistentes.

Os primeiros professores tinham pouca formação formal, mas, com o desejo de alfabetizar, muitas vezes ensinavam com base na experiência e na oralidade, resgatando também conhecimentos locais. A alfabetização era o foco principal, mas havia grandes dificuldades, falta de cadernos, lápis, livros e apoio pedagógico, as crianças precisavam caminhar longas distâncias até chegar ao local de estudo, o trajeto era perigoso. Mesmo com tantas dificuldades, os moradores sempre valorizaram a educação como ferramenta de emancipação. A escola foi também um espaço de formação política e afirmação identitária.

A Tia Maria do Bulicho é uma senhora bem idosa da comunidade que deu aula aqui muito tempo. Ela ensinava, mas tinha apenas o antigo quarto ano, nunca estudei com a Tia Maria, mas meus pais relatam que, quando ela era professora, os ensinamentos transmitidos por ela envolviam valores de respeito, trabalho coletivo, conhecimento da terra, religiosidade, plantas medicinais, danças e cantigas tradicionais.

A minha professora do primário foi à professora Creuza Moreira Xavier, e tenho muito orgulho da minha professora, e ela ainda é viva, hoje mora em Campo Grande. Primeiro foi a professora Creuza, depois passou a ser a professora Luzia, que também não era da comunidade, mas morava nas proximidades e era considerada como se fosse alguém da nossa família, as minhas professoras ficou na história, mas ali, era a interação na hora do recreio que eu recordo bastante. E quando a gente não dava conta de dar a lição ou souber ler ou tabuada, a professora deixava a gente ir de castigo, era um recreio bem prolongado, que ela dava queimada, que as crianças hoje até gostam e admiram.

A brincadeira naquela época também era a bendita queimada, a professora passava uma hora, meia hora, só fazendo o jogo da queimada, e isso deixava a gente motivada a vir na escola. As turmas de antigamente não eram separadas, éramos todos juntos e as disciplinas eram não as mesmas que hoje tem na escola, as disciplinas eram básico, português, matemática, geografia, estudos sociais.

Em relação à comunidade se tornar quilombola, isso é um grande desafio até hoje pra comunidade. Ainda tem gente na dúvida, outras aceitaram, e em minha opinião, foi um ato de pertencimento, mas ainda há uma discussão envolvida por parte de alguns moradores. Os povos brancos foram indenizados e até agora não indenizaram os povos negros que tinham terras a mais, que comprados do nosso povo que foi embora. Os brancos foram indenizados porque eles tiveram que desocupar a área, ficou só o pessoal que na verdade era descendente do Dionísio. Tirando essa confusão que houve com algumas indenizações, acredito que o reconhecimento foi um ato significativo para nossa comunidade, pois já conseguimos visualizar o desenvolvimento social, educacional, econômico e histórico em nossa comunidade.

As características da comunidade que podemos destacar, como convivência, tradições, economia, laços de amizade, são as relações marcadas por laços de parentesco e vizinhança duradouros, onde todo mundo se conhece, famílias grandes, todas descendentes diretas de Dionísio Antônio Vieira, compartilham histórias, terras e memórias. Ajuda mútua é uma constante, seja no plantio, na construção de casas ou no apoio em momentos de luto, a

coletividade prevalece e as crianças aprendem desde cedo a valorizar os mais velhos, reforçando os vínculos.

Lembrando dos laços de convivência pautada pelo respeito aos mais velhos, pelo espírito comunitário e pela partilha de tarefas e saberes, das decisões são, muitas vezes, tomadas coletivamente, por meio da associação de produtores ou em encontros na escola, capela e centro comunitário e dos moradores se apóiam em mutirões, festas e momentos de dificuldade, reforçando a ideia de “um cuida do outro”.

Em relação à escola de hoje, a escola pode melhorar o seu currículo, estar trabalhando mais a identidade quilombola e suas características, começando pela escola municipal, que hoje tem uma boa estrutura, mas eu vejo que precisa melhorar no que tange à terra, vejo que a gente poderia ter um olhar diferente, voltada mesmo para o campo, voltada para a identidade da nossa comunidade, montar uma horta, pode ser uma horta pequena. Temos que colocar nas cabeças das crianças que a gente precisa viver da terra, nossos jovens estão indo para campo Grande, porque acho que não teve essa base teórica com esse comprometimento. Mas eu vejo que melhorou muito, avançou muito a nossa escola, com vistas há 15 anos.

Já a escola estadual, tem uma estrutura mais ampla, mas vou ser um pouco crítica. Em minha opinião, a escola estadual está mais atrasada com suas práticas pedagógicas, precisa avançar mais, temos que formar pessoas pensantes, temos que propor o resgate de disciplina, com aulas práticas. Pego muito o exemplo da escola do Rochedinho [Escola Municipal Barão], possui uma estrutura técnica perfeita, se pudesse espelhar na de lá.

Hoje, o jovem não quer mais estudar, está indo por obrigação, a gente consegue carregar até certo ponto, mas a escola não faz sua parte. Os jovens não têm entusiasmo, não tem o que fazer, nada pra chamar atenção dos nossos jovens, nem tem aquela preocupação de preparar o aluno para uma faculdade, de o aluno sair de lá sabendo o que quer, sair preparado para já ir para uma escola superior. Eu me preocupo com isso.

Hoje, a gente vê que muitas viram domésticas, mãe de casa e muitas das vezes ficam no âmbito familiar, fazendo sua rapadura. Não que eu diga que a rapadura não seja o melhor serviço, mas hoje a gente vê que não tem mais opção para os jovens da nossa comunidade, são poucas meninas e os meninos que hoje saem do ensino médio e ingressam numa faculdade. Na grande maioria são assim, terminam o ensino médio e estacionam, só depois que casam arrumam família é que sentem falta do estudo e tentam voltar para faculdade. Hoje, aqui, a maioria das pessoas que fazem faculdade já tem uma idade mais avançada.

Dos onze alunos que concluíram o ensino médio os anos passados, apenas quatro ingressaram numa faculdade esse ano. São pessoas inteligentes, mas ainda acho que falta um incentivo, e esse incentivo tem que começar a acontecer lá do começo, no sexto ano do ensino fundamental, e no ensino médio esse incentivo precisa ser mais intenso.

Outro fato que acredito ser de grande relevância para nossa comunidade avançar no quesito educacional é a implementação da educação quilombola. Precisamos avançar, trazer essa identidade para nossas escolas, precisamos mudar a estratégia da educação dentro da comunidade, assim como em aldeias, eles estudam e lutam pela cultura deles em todos os aspectos, como assim poderíamos fazer dentro da nossa comunidade. Já tivemos o pertencimento quilombola e por que não fazermos da nossa escola uma escola quilombola? Nossa educação precisa o mais breve tornar-se quilombola.

Com certeza existentes atividades que trazem elementos históricos, tradicionais da comunidade, que deve ser trabalhado nas escolas para fomentar a valorização da cultura negra e quilombola. Vêem muito que os professores se preocupam somente com o dia da Consciência Negra, mas a valorização deve acontecer sempre, e não só em dia da Consciência Negra. Vejo muita coisa que poderia ser trabalhado e ser resumido e focando em apenas um dia ou uma semana, no projeto da Consciência Negra. Até dia 20 de novembro é muito tempo. Até que chegue essa data, a escola não vai propor nada? Poderia ser diferente, atender os

anseios da comunidade, no que tange à valorização, à cultura negra e à identidade quilombola. As duas escolas são integrais, trabalham em tempos integrais, poderia ser um tempo as disciplinas de base curricular comum e outro turno, as bases diversificadas voltadas à educação quilombola. Acho que daria muito bom dessa forma.

Sobre os professores de a nossa escola pertencer ou não a comunidade, estava conversando esses dias com um professor. A gente fala muito em pertencimento, mas também vejo que temos que pensar em qualidade, a gente tem que pensar nisso, aí vem uma ponte importante para o incentivo aos nossos jovens. Temos que incentivar nossos jovens a estudar, a fazer cursos superiores e depois batalhar para alcançarmos os 100% de pertencimento, pois vejo que falta estímulo que dificultam nossos jovens a cursar a faculdade, e isso irá dificultar deles ocuparem cargos na nossa educação.

Falo que deve haver mais políticas públicas que pudessem contribuir com o conhecimento de pertencimento, já que a comunidade fica dentro do município. O município deverá propor políticas públicas, aquelas que reconhecem, protegem e valorizam a identidade, os territórios, a cultura e os direitos das populações afros descendentes que vivem em comunidades remanescentes de quilombos.

Eu sou professora formada em educação física. Embora não atuo como professora, hoje está como vereadora, sou representante da comunidade, junto à câmara de vereadores. Dessa forma, almejo muito que as nossas escolas passem a ser quilombola, com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolares Quilombola, que a educação possa trabalhar com a valorização dos saberes locais, da história da comunidade e da cultura afro-brasileira no currículo, que as escolas aqui da comunidade possam respeitar a organização social, os tempos e os modos de vida da comunidade e que as formações de professores sejam com produção de material didático específico com a caracterização da comunidade.

## **Entrevista 12 – Dorvalino Batista da Silva, ancião e mestre da Dança da Catira e da Dança do Vilão**

Eu, de vivência aqui dentro, estou com 80 anos, desde que eu nasci e me criei aqui, as casas aqui eram de pique, pique barreado de pau, coberta de sapé, folha de bacuri. Casei com a Manuelina aqui e tivemos um casal de filhos. Sou o Dorvalino, filho de Ana Maria de Jesus, a Tia Sinhana, muito citada por todos da comunidade. Minha mãe era filha de Maria Luiza de Jesus, e Maria Luiza era filha de Dionísio Antonio Vieira e Joana Luiza de Jesus.

Minha mãe casou se com João Batista dos Santos e passando assinar Ana Maria Batista da Silva, e ficou popularmente conhecida como Tia Sinhana, ela teve oito filhos, sendo sete homens e uma mulher. Minha mãe era uma mulher de muitos conhecimentos científicos e culturais, tinha uma sabedoria e enorme disponibilidade em ajudar o outro, contribuiu muito com a preservação e a evolução da comunidade. Minha mãe foi parteira, benzedeira, curandeira, conhecedoras de medicamentos caseiros, artesã, confeccionava peneira, baixeiros, roupas, fazia tranças em cabelos, entre outras.

Minha mãe era a coordenadora dos casamentos que acontecia na comunidade, ela coordenava os casamentos, costura os vestidos para as noivas, era muito prestativa e alegre, procura valorizar a cultura da comunidade, principalmente quando lembrava as danças antigas como a Dança do Vilão, a Dança do Macaquinho, a Dança Cirandinha, a Dança da Catira e a Dança do Engenho Novo. A Sinhana, minha mãe, foi curandeira, benzedeira, raizeira, parteira e uma figura profundamente respeitadas na comunidade. Ela não apenas curava doenças físicas, mas também cuidava do espírito, da alma e da energia das pessoas, ela mistura rezas, benzeduras, defumações, infusões e banhos de ervas. O uso de plantas medicinais sempre fez parte da sabedoria ancestral, herdada pela minha mãe. Lembro que ela utilizava nos tratamentos físicos, das pessoas como dores, febres e infecções, como também ligados a limpeza de energias negativas.

Então, minha mãe era a matriarca da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, Ana Maria Batista da Silva, conhecida carinhosamente como Tia Sinhana. Faleceu no dia 9 de janeiro de 2010, ela tinha 101 anos, embora em sua certidão constasse 91, pois fotia Sinhanai registrada somente aos 10 anos de idade

Nossa casa era pau-a-pique aqui. Todo ano, quando chegava a quaresma, a gente tinha que barrear a casa antes da Semana Santa, a gente desmanchava aquelas paredes velhas e fazíamos outras paredes novas. Era de pau-a-pique, mas bem barreadinha, bem arrumadinha, e por cima era coberta de sapé. Ninguém era dono de roupas ou calçados, minha mãe arrumava nossas roupas em caixotes e todo mundo vestia roupa de todo mundo, chinelas também, da mesma forma.

Minha mãe contava que o Dionísio veio em cambio para cá, em busca de terras fértil, e chegou aqui com traíás de cavalos por volta dos anos de 1890. Com ele veio com outros escravos libertos e um amigo branco por nome de Caçador. Ele deixou a família lá em Minas e depois voltou pra buscar. Aqui o Dionísio fez sua moradia de capim, perto da ponte, aqui perto de casa. Até hoje tem um pau e uma cruz lá ainda, que era onde do Dioniso tinha a casa dele. Ele veio, achou essas terras aqui e depois ele buscou a família e daqui nunca saíram. Eu sou bisneto do Dioniso e tive o prazer conhecer seus filhos do Dioniso. O Dionísio foi casado com a Joana Luisa de Jesus e juntos tiveram nove filhos, que foram Antônio, Maria, José, João, Francisco, Jacinto, Abadio, Manoel e Valéria Valeriana.

O Dioniso, ele era muito amigo da Tia Eva. Aí, quando morreu, a filha da Tia Eva era casada com o Luiz Silva. O Dioniso arrumou sua filha Maria para casar com o Luiz Silva para acabar de criar as três crianças que teve com a filha da Tia Eva que havia falecido. O Luiz Silva casou com a avó Maria Luiza de Jesus, e avó Maria Luiza é mãe da minha mãe, Ana Maria de Jesus [Tia Sinhana]. Aí, casou com o Luiz Silva e criou os três filhos do Silva, que

não tem parentesco nenhum com o Dioniso. Aí os três filhos dele, casou com irmãos da vó Maria, a filha do Silva a Evinha, casou com o tio Abadio Dionísio [filho do Dionísio], e a Jerominha, também filha do Silva, casou com o tio João Dioniso [filho do Dionísio] e o Manuel Silva, também filho do Silva, casou com a Valéria Valeriana [filha do Dionísio]. O Dioniso e Caçador vieram de lá, lá de Minas juntos, viraram em um comboio, aí, quando chegou aqui, o Dionísio ficou em Furna e o Caçador ficou lá pra região de Barreirão, que é no município de Rochedo.

A escola da comunidade também era uma escola de pau-a-pique. Há muitos e muitos anos atrás, teve uma escola na propriedade do filho do Dionísio, do tio Antônio. Minha mãe contava que tinha um professor que deu aula lá, mas não é da minha época, então não sei falar muito, mas isso foi antes do meu nascimento. A escola era em que localidade, mais ou menos lá na Igreja Católica, bem perto daquela própria escola de hoje, eu estudei lá, era uma sala só, funcionava de manhã com uma turma e a tarde com outra turma. Estudava muito alunos nessa escola, na minha sala, quando eu estudei, nós eram 20 alunos. Pra ir para escola era tudo na botina, andando a pé ou a cavalo.

Minha mãe morava ali do outro lado de lá que nós íamos. Eu, meus irmãos, meus primos, íamos a pé, as coisas no nosso tempo de criança era muito difícil, nós estudava um período e outro nós trabalhávamos na roça. Os professores eram muito bons, mas meu pai era muito carrasco, mas minha mãe pegava dura com a gente e fazia a gente estudar. Nós estudamos aqui até acabarem os estudos por aqui, era o antigo quarto ano, mas que, na época, era muito estudo, valia por uma faculdade nos tempos de hoje. Meu primeiro professor foi o professor Benedito Zanor, muito bom professor, tudo que sei devo a ele.

Quando a comunidade aqui foi reconhecida como quilombolas, olha, pra mim, aí virou um rolo danado, quem que estava dentro da sua área, que estava quietinho e ajudava a comunidade a crescer, tiraram, mandaram o pessoal ir embora pra modificar. Depois disso, ninguém é dono de nada, assim, não é dono porque não pode mais vender terra. Antes, teve gente daqui mesmo, descendente do Dionísio, que comprou um monte de terra dos parentes, tem gente nossa que tem 10 hectares de terra, enquanto outros têm quase 100 hectares de terra, porque antes era permitido comprar e vender terras. Entre os nossos, quem comprou a mais não teve que devolver, acho que tem que ser direito iguais para todos. Aqui tinha uns vizinhos que ajudava muito a gente, eles foram indenizados e tiveram que sair, nós já tinha criado um laço de amizade.

Mas assim, em parte, as coisas melhoram, só não gostei de perder meus companheiros vizinhos de longa data. Mas, assim, cada família tem seu próprio cultivo de mandioca, de cana-de-açúcar, de hortaliças, legumes, verduras, produtos que servem para complementar a renda e o sustento de casa. Meu plantio mais é cana, na rama de mandioca, já produzimos muita farinha, e a rapadura é desde a época de minha mãe. Hoje mesmo estamos fazendo açúcar, uma encomenda pra uma festa lá em Camapuã, vamos moer aí no engenheiro, se vai moer lá embaixo, também fazemos o melado, a rapadura e o açúcar.

Aqui na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, a nossa produção artesanal de rapadura, melaço e açúcar mascavo se dá a partir da cana-de-açúcar, em um processo tradicional que vem sendo mantida há mais de um século como forma de resistência e sustento cultural e econômico.

Na época de criança, nós tínhamos muito tipo de brincadeira na escola, mas na convivência entre os amigos, lá no terreiro da minha mãe, ali, tem uma parte de terreiro, ali, que juntava os blocos e organizava assim, tudo que era vizinhança, aqui perto, pra jogar bola. Aí não tinha bola, mas nós fazíamos bola bexiga de vaca, quando alguém aqui na comunidade matava uma vaca, tirava a bexiga e nós fazíamos bolas pra jogar, nós tirávamos a bexiga e botava no talo da mamona, colocava dentro do buraquinho dela ali, enchia ela de vento, a bexiga crescia e ficava uma bola. E daí, depois, pra fechar ela, amarrava, amarrava um cordão

na boca dela. A bola durava muito tempo, depois ela secava, quando ela secava, aí ela não aguentava um chute e arrebentava, podia arrumar outra bexiga de vaca. E além de bolas, tinha outras brincadeiras que nós costumávamos fazer, brincar de Engenho Novo, vilão, Catira, Perericão e Cirandinha, tudo quanto é coisa, brincava bastante.

A brincadeira do vilão é bem tradicional na nossa comunidade quilombola, desde o meu tempo de criança, e era uma manifestação cultural simbólica que misturava dança música, fala, recitação, batuque, alegria e diversão. Ela representa o conflito entre o bem e o mal, geralmente com personagens como o Rei, o Vilão, os soldados e figuras como capitão, embaixador e mensageiro.

A encenação envolve desafios falados ou cantados, acompanhados por instrumentos, como caixas de tambores. Ela representa o momento de reconciliação ou conversão do vilão, a vitória da paz ou da fé, é apresentada em festas religiosas e eventos da comunidade, como a Festa do Divino Espírito Santo. Essa brincadeira fortalece a nossa identidade quilombola, transmite ensinamentos e mantém viva a memória ancestral africana e cristã popular. A dança vai passando, um vai, levanta a mão aqui, o outro passa por baixo aqui, vira lá e volta pra trás. Na época, nós não tinha instrumentos musicais, então fazíamos uma violinha de taboca e punha as linhas, fazia arrumado, tudo direitinho ali.

A rapaziadina nova tinha os mais sabidos, que eram os mais velhos, meus tios, sabiam fazer aquilo e tocávamos, nós brincávamos, nós mesmos que criavam nossos instrumentos, porque na época não tinha luz, não tinha pra pôr um som, pra pôr uma coisa. Então, que criava os instrumentos, faziam instrumento de taboca, os tios mais velhos tocavam e nós dançávamos.

A letra da música do vilão era mais ou menos assim: “No silêncio da savana ele vem, pé no pó... Traz no peito o vento seco, nos olhos, a dor e o nó. Feiticeiro das palavras, sombra que nunca dorme... Ronda aldeias e memórias, no compasso que deforma... Ele é o vilão, o que vira o chão... Fala com a noite, dança com o trovão... Mas quem conhece o segredo do tambor... Sabe que o vilão também sente o temor... Carrega cobra no cinto, caveira no cajado... Seu canto é vento bravo, seu passo é enfeitado... Mas o povo se reúne, canta forte com o clarão... Porque até o mais sombrio teme a força da união... Ele é o vilão, o que vira o chão... Fala com a noite, dança com o trovão. Mas quem conhece o segredo do tambor... Sabe que o vilão também sente o temor... E quando o tambor fala, o espírito cala... A máscara cai, o medo se instala... Não há vilão que resista ao axé... Quando o povo canta com fé!!! Ele é o vilão, mas não reina não... O tambor desperta, ruge o coração... A aldeia canta, a luz vai brilhar... Mesmo na sombra, vamos caminhar!

O Engenho novo, hoje, eu não sei cantar ele, porque a gente perdeu a letra dele, mas era cantado mesmo, o Engenho novo era cantado. A Dança do Engenho Novo, praticada aqui na nossa comunidade, é uma manifestação cultural afro-brasileira de raízes profundamente ligadas à ancestralidade, à memória e à resistência dos povos quilombolas. A Dança do Engenho Novo é uma forma de celebração coletiva, que envolve cantos, instrumentos de percussão [como tambores] e movimentos circulares e rítmicos, geralmente praticados durante festas religiosas, datas comemorativas da comunidade ou encontros culturais, carrega elementos trazidos pelos africanos escravizados e preservados ao longo de gerações por meio da oralidade e da prática comunitária.

Engenho Novo simboliza os antigos engenhos de cana-de-açúcar, que eram locais de muito trabalho forçado, mas também espaços onde os africanos e seus descendentes mantinham vivas suas tradições culturais. A dança representa a resistência do povo negro e a força da coletividade. Já o movimento em roda é símbolo de igualdade, comunhão e continuidade da vida, e os cantos entoados durante a dança muitas vezes fazem menção a orixás, santos católicos sincretizados, histórias de sofrimento e superação.

A dança acontece assim... Em roda, as pessoas se organizam em círculo, a música, agora, depois que perdemos a letra, é só um ritmo, sem letra, é conduzidas por tambores e batidas de palmas ritmadas, alguém puxa a cantiga, normalmente uma pessoa mais velha, guardiã da tradição e o grupo responde. Os participantes realizam movimentos marcados, com passos no chão, muitas vezes imitando o trabalho nos engenhos ou simbolizando aspectos da natureza, e durante as apresentações, é comum o uso de roupas brancas, saias rodadas, turbantes e colares coloridos, remetendo às raízes africanas. O Engenho Novo também é dançado em pares, iniciando com duas colunas com homens de um lado e mulheres do outro, ao iniciar a música, os pares seguem formando uma roda, como se representassem o movimento do engenho, não podendo se perde do seu par, caso contrário, quebra-se o engenho. O ritmo da música começa lento e vai aumentando gradativamente conforme o embalo.

Aqui, na comunidade, a Dança do Engenho Novo é uma forma de educação ancestral, transmitida de geração em geração, fortalecendo a identidade quilombola e, ao mesmo tempo, é elementos religiosos, artísticos e sociais e é praticada com orgulho, como símbolo de resistência cultural e afirmação da negritude. A nossa Catira também era expressões cultural apresentada pelos mais antigos, muito tradicional e apresentadas nas festas e celebrações que reuniam a comunidade. Ela foi ressignificada na Furna do Dionísio, incorporando elementos próprio da tradição quilombola local.

A Catira, aqui, antigamente, era dançada mais por homens do que por mulheres, se dava em fileiras, de frente a frente. Seguindo a organização tradicional dessa dança, o mais marcantes da Catira na comunidade era a batida ritmada com os pés sapateado e o uso de palmas cadenciadas, que criavam um ritmo firme e envolvente, marcando o compasso da música. A dança era sempre acompanhada por modas de viola ou toadas cantadas por membros da própria comunidade, às vezes, com letras adaptadas à realidade local ou contendo referências à resistência quilombola, à terra e à espiritualidade. Nossos trajes variavam, mas era comum o uso de roupas do dia a dia, ou trajes que lembrassem o vestuário de festas típicas, como camisas de manga longa, vestidos rodados e, por vezes, lenços ou chapéus. E a Dança da Catira, pra nós, representava a alegria de viver em comunidade, o respeito aos mais velhos e a tradições, a integração sertaneja rural e quilombola.

A Dança do Perericão, também faz parte da nossa cultura, mas é mais emblemáticas da uma dança de forte ancestralidade afro-brasileira, marcada por ritmos intensos, cantos declamados e gestos que reafirmam a identidade coletiva e a herança dos antepassados, é um símbolo de espiritualidade, da resistência cultural e valorização da memória negra. Os participantes dançam em roda ou em pares, com passos firmes, batidas de pés no chão e giros que remetem às danças de terreiro e aos rituais afros descendentes. Os ritmos são marcados por tambores, caixas, reco-recos e palmas, com destaque para o uso do corpo como instrumento sonoro. As músicas são cantadas em forma de ladainhas ou refrões repetitivos.

As letras são entoadas, declamadas, um canta os demais respondem, e trazem temas ligados à vida no quilombo, à ancestralidade africana, à terra, espiritualidade e resistência. Os trajes costumam usar roupas simples ou típicas, saias rodadas, camisas de linho, turbantes, colares e, por vezes, elementos ligados às religiões de matriz africana. Pra nós, quilombola, a dança do Perericão é uma atividade festiva, mas um ato político e espiritual. Ao dançá-la na comunidade, reafirma seus laços com os ancestrais, transmite conhecimentos e histórias às novas gerações, reforça a resistência contra o apagamento cultural e celebra a vida coletiva, a luta por território e dignidade.

A Dança da Cirandinha ainda é presente na comunidade quilombola Furna do Dionísio, uma dança de roda, de caráter lúdico e comunitário, que une crianças, jovens e adultos, fortalecendo os laços afetivos e culturais da comunidade. Na comunidade, ela ganhou destaque por ser praticada com frequência, nas festas comunitárias e encontros escolares,

durante atividades culturais com crianças e também como forma de preservar e transmitir saberes tradicionais.

Os participantes formam uma roda, de mãos dadas, e giram num sentido e depois volta o sentido da roda, acompanhando o ritmo da cantiga. A música é cantada sem instrumentos, no estilo chamado de puxada, uma pessoa puxa a cantiga e os demais respondem. As letras costumam ser simples, com rimas fáceis, com temas do cotidiano ou da natureza. Os passos são curtos, com pequenos giros, batidas de pé no chão e gestos que acompanham o canto bem alegre e com certa leveza. A Cirandinha foi ensinada pela minha avó Maria Luiza e pela minha mãe e também pelas lideranças culturais da comunidade, especialmente durante rodas de conversa, reuniões escolares e festas do quilombo.

Agora, fico muito preocupado, pois as pessoas mais velhas vão sumindo, vão morrendo, vai acabando, e as pessoas mais novas não estão ensinando nada, às vezes ensinam uma coisa que não precisa e outra que precisa não ensina. Assim, em relação o pessoal que trabalha, às vezes, assim, na escola, eu vejo assim que hoje vem muitos professores de fora, professores que não é da comunidade, aí vejo que esse professores não se preocupa em conhecer nossa história, nossa tradição, nossos costumes. Então, quero saber o vai ser das nossas crianças no futuro.

Está vindo muita gente pra ocupar os espaços. Agora vou culpar os dois lados, não vou só culpar um lado, às vezes, falta interesse nos nossos e também falta de interesse por parte dos nossos governantes municipais e estaduais em criar uma política de pertencimento. Vejo que tem muitas coisas que podem ser valorizadas, resgatadas da nossa cultura, que podem ser trabalhadas com essas crianças. Minha opinião é essa, assim, a nossa intenção de que esteja melhorando isso na escola, para estar trabalhando mais as culturas da comunidade.